CONFLITOS AMBIENTAIS E URBANOS

PESQUISAS E RESISTÊNCIAS NO BRASIL E URUGUAI

CARLOS RS MACHADO
CAIO FLORIANO DOS SANTOS
SERGIO BOTTON BARCELLOS
(ORGANIZADORES)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO

Carlos RS Machado
Caio Floriano dos Santos
Sérgio Botton Barcellos
(organizadores)

CONFLITOS AMBIENTAIS E URBANOS
Pesquisas e Resistências no Brasil e Uruguai

Editora da furg

Rio Grande
2018

Este livro no todo ou em parte pode ser reproduzido por qualquer meio sem autorização expressa e por escrito dos autores ou da editora, desde que citada a fonte original.

Ficha catalográfica

C748 Conflitos ambientais e urbanos: pesquisas e resistências no Brasil e Uruguai / Carlos Roberto da Silva Machado, Caio Floriano dos Santos e Sérgio Botton Barcellos (Orgs.) – Rio Grande, Ed. da FURG, 2018.
557 f. : il. color.

Disponível em:
http://www.observatorioconflitosextremosul.furg.br

1. Educação Ambiental 2. Proteção ambiental 3. Conflito ambiental 4. Resistência 5. Desenvolvimento 6.Extremo Sul I. Machado, Carlos Roberto da Silva (Org.) II. Santos, Caio Floriano dos (Org.) III. Barcellos, Sérgio Botton (Org.)

CDU 504:37

Catalogação na Fonte: Bibliotecário Me. João Paulo Borges da Silveira CRB 10/2130

ISBN 978-85-7566-566-4

Conselho Editorial desse livro:
Dr. Caio Floriano dos Santos (Observatório dos Conflitos do Extremo Sul do Brasil/FURG)
Dra. Cleonice Puggian (UNIGRANRIO e UERJ)
Dr. Rodrigo Nuñez Viegas
Dr. Alexandre Macedo Pereira
Dr. Leonardo Goçalves Dornelles (FURG)

Arte da Capa: Wagner Valente dos Passos
Fotos da capa: Marcela de Avellar Mascarello
Diagramação: Caio Floriano dos Santos; André Luiz Oliveira Barbosa e Marcela de Avellar Mascarello

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto do esforço da equipe do Observatório dos Conflitos Urbanos e Socioambientais do Extremo Sul do Brasil vinculado à Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e da parceria com outras instituições e pesquisadores que participam desse livro.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....1

O CONTEXTO, AS REFLEXÕES DA PESQUISA E A/S UTOPIA/S!.....8

PARTE 1: AGRONEGÓCIO, ÁREAS PROTEGIDAS, MEIO AMBIENTE E RESISTÊNCIAS

O SIGNIFICADO POLÍTICO E AS CONSEQUÊNCIAS A LONGO PRAZO DA HEGEMONIA DO AGRONEGÓCIO NO BRASIL...26
Antônio A.R. Ioris

OS "NATURAIS" E OS "SOCIAIS" NO DEBATE SOBRE ÁREAS PROTEGIDAS: INTENCIONALIDADE E ALTERIDADE PARA ALÉM DA DICOTOMIA DISCIPLINAR.....61
Cleyton Gerhardt

MEIO AMBIENTE EM QUESTÃO: UMA INCURSÃO E UM ENSAIO CONCEITUAL SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL POPULAR.....155
Ivonaldo Leite

TÁTICAS DE RE-EXISTÊNCIA: MODOS DE FAZER NOS ENFRENTAMENTOS DOS CONFLITOS SÓCIO-AMBIENTAIS NO ESTADO DE MATO GROSSO – BRASIL 178
Michelle Jaber-Silva e Regina Aparecida da Silva

PARTE 2: EXTREMO SUL DO BRASIL E A (R)EXISTÊNCIA AOS GRANDES PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO

"CIDADE EM SUSPENSO": DISPUTAS EM TORNO DO POLO NAVAL DE RIO GRANDE E AS PROMESSAS DO DESENVOLVIMENTO.....215
Lorena Cândido Fleury e Gustavo Koetz da Rosa

PERSPECTIVAS DE ANÁLISE SOCIOAMBIENTAL: ENTRE OS PROJETOS DE "DESENVOLVIMENTO" E O COTIDIANO DA PESCA.....253
Sérgio Botton Barcellos e Raquel Hadrich Silva

DIREITO ADMINISTRATIVO AMBIENTAL: O CASO DA FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE/RS COMO "ZONA DE SACRIFÍCIO" FRENTE AO CICLO ECONÔMICO DA INDÚSTRIA *OFFSHORE* PARA O PRÉ-SAL BRASILEIRO.....294
Clêncio Braz da Silva Filho e Francisco Quintanilha Veras Neto

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: REFLEXÕES DESDE O OBSERVATÓRIO DO EXTREMO SUL DO BRASIL E ESTE DO URUGUAI.....346
Carlos RS Machado

PARTE 3: AS EXPERIÊNCIAS QUE EMERGEM DO URUGUAY.

CONFLICTOS AMBIENTALES EN URUGUAY: BASES PARA UNA DISCUSIÓN 392
Carlos Santos

TENSIONES Y CONFLICTOS AMBIENTALES EN LA REGIÓN ESTE DE URUGUAY: PASADO, PRESENTE Y FUTURO 429
Angel Manuel Segura, Federico Perez y Nicolas Esteban Frank Gabin

"CENTRALISMO EN PERCEPCIÓN Y RESPUESTAS A PROBLEMAS AMBIENTALES EN COMUNIDADES DE URUGUAY".....468
Diego Thompson

EL PALPITAR DE URUGUAY: MUJERES Y CONFLICTO AMBIENTAL.....511
Lucía Delbene-Lezama e Lylieth Varela

APRESENTAÇÃO

A publicação de uma obra coletiva é sempre um grande desafio e uma imensa realização. Essa, a terceira organizada pelo Observatório dos Conflitos do Extremo Sul do Brasil, foi, certamente, a que nos trouxeram maiores desafios.

O Primeiro desafio foi estarmos organizando uma obra coletiva de denúncias sobre conflitos ambientais e imposição da desigualdade ambiental sobre determinadas populações em um tempo de incertezas em nosso país devido a mais um Golpe de Estado, promovido por setores da elite brasileira que detém grande poderio político e econômico ao longo da nossa história e presentes nos mais variados governos e variadas formas de regimes. Muitos desses setores são os mesmos que produzem e mantém uma das marcas da história desse país, além da desigualdade social, que é ambiental. Então, naquele momento foi necessário parar o andamento do livro para refletirmos e lutarmos contra o Golpe que tomava curso.

O segundo foi realizar uma auto-organização para elaboração dessa obra. Ou seja, por necessidade devido a indisponibilidade de recursos migramos para a publicação de

um livro que ficará disponível online na internet. Ao mesmo tempo, que se demonstrou um desafio, temos a certeza que ao conseguirmos realizar essa publicação avançamos para um processo de autonomia de nossas pesquisas, ampliando as possibilidades de atuação, como, por exemplo, produzir materiais coletivos com os grupos impactados de forma danosa pelos Grandes Projetos de Desenvolvimento com os quais estamos envolvidos.

O terceiro está sendo finalizar essa obra em um momento pelo qual o Observatório dos Conflitos do Extremo Sul do Brasil passa por uma nova reestruturação. Em que muitos pesquisadores, bolsistas e voluntários acabaram por tomarem novos rumos em suas vidas, aos quais desejamos sempre o melhor nessas novas empreitadas.

O quarto desafio, está posto em todas as obras organizadas pelo observatório que, trata da carga de informações e emoções que cada capítulo traz consigo, um olhar através do conflito e da desigualdade ambiental que desvelam outras realidades socioambientais para os territórios. Realidade esta que é construída com uma grande quantidade de contradições materializada através dos conflitos ambientais que colocam em contraposição pelo menos duas formas de uso e

significação dos recursos naturais (Acselrad, 2004), que acabam por nos revelar uma gama de imposições de desigualdades ambientais sobre determinadas populações, em sua maioria aquelas desprovidas de recursos financeiros , de poder político e com pouco acesso a informação.

Esse livro procura realizar esse debate e apresentar alguns casos em que isso tem acontecido. Desse modo, está dividido em três partes, sendo elas: PARTE 1: Agronegócio, Áreas Protegidas, Meio Ambiente e Resistências; PARTE 2: Extremo Sul do Brasil e a (r)existência aos Grandes Projetos de Desenvolvimento; PARTE 3: As experiências que emergem do Uruguay.

A primeira parte é composta por quatro capítulos. O primeiro texto “O significado político e as consequências a longo prazo da hegemonia do agronegócio no Brasil”, de Antônio A.R. Ioris, traz que “felizmente, se o agronegócio produz um espaço repleto de tensões político-econômicas e socioambientais, também contém elementos velados de esperança e possibilidades reais de transformação”. Na sequência Cleyton Gerhardt debate sobre as Áreas Protegidas no Brasil no capítulo “Os "naturais” e os "sociais” no debate sobre Áreas Protegidas: Intencionalidade e Alteridade para

além da dicotomia disciplinar", destaca que "entre as diversas oposições acionadas por pesquisadores ligadas ao tema (…), uma das mais recorrentes é a que dispõe cientistas naturais e cientistas sociais em lados opostos". Já no capítulo seguinte Ivonaldo Leite procura, através de um ensaio conceitual, promover um debate sobre a Educação Ambiental Popular, o que pode nos dar pistas de caminhos a serem trilhados no que fazer da Educação Ambiental quando trata-se da imposição da desigualdade ambiental. Michelle Jaber-Silva e Regina Aparecida da Silva nos apresentam "TÁTICAS DE RE-EXISTÊNCIA: Modos de fazer nos enfrentamentos dos Conflitos Socioambientais no Estado de Mato Grosso – Brasil", nos apresentando possibilidades de nos contrapormos aos modelos que nos são, muitas vezes, impostos, e que é, sim, possível re-existirmos nos territórios.

Na segunda parte do livro são apresentados artigos sobre o Extremo Sul do Brasil, em que os autores procuram uma reflexão sobre as disputas colocadas com a instalação da indústria naval na região, bem como com a modernização portuária. Para abrir as discussões o texto ""Cidade em Suspenso": disputas em torno do Polo Naval de Rio Grande e as Promessas do desenvolvimento", de Lorena Cândido Fleury

e Gustavo Koetz da Rosa, observa que “a dinâmica recente em Rio Grande que a conduziu “da euforia ao vazio” e, contudo, no momento presente o discurso público ainda parece renovar as possibilidades de euforia, apoiando-se na retomada do projeto de desenvolvimento, é justamente a licitação de uma cidade que parece estar em curso”. Complementando essa discussão, Sérgio Botton Barcellos e Raquel Hadrich Silva, procuram refletir sobre os ditos projetos de “desenvolvimento” a partir do cotidiano da pesca, e alertam para o fato de que “a dificuldade de seguir trabalhando na pesca artesanal transforma vários aspectos da vida cotidiana deste grupo e, consequentemente, com a particularidade das relações sociais que envolvem esta atividade tradicional”. Clêncio Braz da Silva Filho e Francisco Quintanilha Veras Neto debatem sobre a fiscalização ambiental no município do Rio Grande/RS, trazendo elementos e dados para que se amplie a discussão sobre a efetividade dessa atividade, bem como questionar a quem ela tem impactado diretamente. Os autores destacam que “trata-se de um cenário trágico para aqueles que apostaram no Estado como regulador dos conflitos ambientais e depuseram as práticas de intervenção direta nas lutas ambientais”. Para fechar essa seção Carlos RS Machado promove uma reflexão

acerca da Educação Ambiental e os Conflitos Socioambientais, partindo para tanto da experiência do Observatório dos Conflitos do Extremo Sul do Brasil.

A última parte do livro adentra no território Uruguaio para fazer o debate sobre os conflitos ambientais. Sob essa perspectiva, Carlos Santos abre a seção com seu capítulo "Conflictos ambientales en Uruguay: Bases para una discusión". O autor procura fazer um resgate sobre a temática sobre a temática e tecer algumas reflexões como a questão de que alguns conflitos ambientais ganham um alcance nacional e outros não, bem como sobre a intevenção estatal nesses. No capítulo seguinte os autores (Angel Manuel Segura, Federico Perez y Nicolas Esteban Frank Gabin) buscam apresentar as tensões e os conflitos ambientais na região Leste do Uruguay. Para isso fazem um resgate histórico, apresentam o presente e prospectam o futuro. Diego Thompson procura discutir o "Centralismo en percepción y respuestas a problemas ambientales en comunidades de Uruguay". Para o autor "las tensiones ambientales las podemos definir como el balance entre las fuerzas que se ejercen a la interna del sistema ecológico y social. En algunos casos, las tensiones generan una respuesta por parte de alguno de los involucrados y se expresan

mediante un conflicto". Para fechar o livro temos o capítulo "El palpitar de Uruguay: Mujeres y Conflicto Ambiental" de Lucía Delbene-Lezama e Lylieth Varela. As autoras destacam que "estas mujeres entienden y ven la necessidad de buscar una manera diferente, alternativa para poner freno a la propagación acelerada de extractivismos em la región".

Com isso, esperamos ensejar a ampliação da discussão sobre esses projetos de desenvolvimento que tentam impor sua racionalidade sobre os outros projetos e formas de vida existentes nos territórios. E, também, mostrar que são inúmeros os casos de reflexão sobre essas práticas e, principalmente, formas de resistências. Certamente, o livro é mais um passo no caminhar da constituição do Observatório dos Conflitos do Extremo Sul do Brasil.

Assim, gostaria de desejar à todos(as) uma excelente leitura!

Rio Grande, julho de 2017.

Caio Floriano dos Santos e Sérgio Botton Barcellos

PREFÁCIO

O CONTEXTO, AS REFLEXÕES DA PESQUISA E A/S UTOPIA/S!

O contexto

Este livro surge no contexto de uma conjuntura de ofensiva da direita e das classes dominantes, como nunca tínhamos visto desde o fim da ditadura militar (1988), contra as pequenas melhorias realizadas pelos governos do PT e aliados a milhares de brasileiros/as na última década. Parecem querer retroceder aos tempos da escravidão! A ofensiva contra o PT, Dilma e a esquerda se efetivou através da conspiração de Temer, Cunha, Aécio, FIESP (Federação das Indústrias de São Paulo), mídia capitalista, tendo a Globo como principal articuladora, etc. se ampliaram através das mobilizações contra a corrupção com apoio da classe média[1], artistas e empresariado até o impeachment em 2016!

No entanto, antes da derrubada de Dilma, os recursos das *commodities* que financiava o neodesenvolvimentismo

1 Jessé Souza, diz "que o problema do Brasil é o ódio aos pobres" e de como as elites (1%) periodicamente mobilizam as classes médias contra possíveis ameaças a seus interesses e/ou benefícios tendo a luta contra a corrupção o tema mobilizador. Ver: http://diplomatique.org.br/o-problema-do-brasil-e-o-odio-ao-pobre/, acesso em 30.10.2017.

(SVAMPA, 2016) vinham diminuindo, e com isso colocando em cheque o financiamento das pequenas melhorias e, em decorrência a impossibilidade de continuar com a política de alianças anterior (seja com as classes dominantes seja com as classes populares) deste governo, como de outros na América Latina (de esquerda ou progressista que sofriam reveses).[2] O Consenso das Commodities (SVAMPA, 2012; 2016) da década passada não existe mais, e sem as receitas da exploração da natureza (dos recursos naturais e humanos aí envolvidos) os governos progressistas ficaram sem condições de manter a política neo-desenvolvimentista, e assim mudou a correlação de forças pendendo às elites mais retrogradas e as forças empresariais capitalistas.

---

2 Em 2015, Cristina Kirchner é derrotada na eleição Argentina por um empresário com discurso neoliberal semelhante ao de Dória (SP) e Marquezan (POA). A Venezuela continua cercada midiática; o Equador, depois de denúncias e tentativas de desqualificação de Rafael Correa, consegue re-eleger seu sucessor, mas já enfrenta novos problemas; Evo Morales, na Bolívia, se mantém na gestão estatal, não sem disputa, tensões e conflitos internos e o Uruguai depois de Mujica segue Tabaré Vasquez da Frente Ampla em sua aliança entre/de classes. Por fim, Cuba resiste e se mantém apesar da atual ofensiva de Trump, e da morte de Fidel. Ver entrevista da Unisinos com Raul Zibechi: http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/552771-a-opcao-que-nao-transformou-e-que-perdeu-o-folego-entrevista-especial-com-raul-zibechi >, acesso em 02.11.2017.

Mas, não foram apenas aspectos internos motivadores do golpe, pois o mesmo se insere em uma ofensiva global dos capitalistas contra a perda de lucratividade, da ameaça a seus negócios e os lucros por parte de grandes grupos e setores econômicos nacionais e internacionais (o 1%, que mobiliza mais 10%, e agregados das classes médias) e, pelas incertezas mundiais com a continuidade da crise do capitalismo no mundo. No Brasil, por exemplo, a coalização que assumiu o governo federal manteve a apropriação do fundo público[3] via pagamento anual de juros da dívida interna grupos financeiros e especuladores[4], de subsídios e perdão de dívidas aos empresários em geral[5]; além de ampliar os benefícios além de retirar direitos dos trabalhadores para reduzir o custo da mão de obra e de ampliar a exploração da natureza. Ao mesmo tempo

---

3 Jornal Valor Econômico (23/10/20170, por Fabio Graner e Fábio Pupo: "A Dívida Pública Federal (DPF) registrou uma alta de 0,79% em termos nominais, na passagem de agosto para setembro, somando R$ 3,430 trilhões", <http://www.valor.com.br/brasil/5165504/divida-publica-federal-total-sobe-079-para-r-343-trilhoes, acesso 29.10.2017.

4 Em "2015, até 31 de dezembro a dívida consumiu 962 bilhões", 42% do gasto federal"; e sobre as medidas: http://www.auditoriacidada.org.br/blog/2017/09/11/forum-debate-corte-de-recursos-e-divida-publica-no-brasil/), acesso 31.10.2017.

5 Perdão de dívidas empresariais para salvar Temer poderá chegar a mais de 5000 bilhões de reais, https://brasil.elpais.com/brasil/2017/08/15/politica/1502754070_555329.html, acesso 31.10.2017.

avançaram na fragilização dos sindicatos dos trabalhadores e na criminalização dos movimentos sociais populares.[6] Mas, tudo isso foi possível devido a não autorização por parte do parlamento de investigar pelo Supremo Tribunal Federal o presidente. Contraditoriamente, tal instituição que, junto com parte do Ministério Público, polícias federais e juízes estão cada vez mais deixando transparecer o lado ao qual defendem: a manutenção da ordem e estabilidade do sistema de dominação e dos que dela se beneficiam. Disso tudo, seja a crise econômica, a carestia, a perda de diretos, as chantagens pelo medo pela insegurança via terrorismo midiático, por militares pregando ditadura, de juízes e grupos fascistas fechando exposições de arte e retirando livros de bibliotecas se assemelham aos anos 1930 quando da ascensão de Hitler na

---

6 A PEC do teto aprovada em 2016, a reforma trabalhista e a lei do trabalho escravo em 2017 são algumas das medidas do governo e apoiadas pelo parlamento, o agronegócio e os empresários; mas também o recente decreto que livra militares a responderem por crimes sobre civis amplia a intervenção interna das forças armadas em comunidades pobres, manifestações sociais bem como, certamente, tendo como respaldo a lei antiterrorista de Dilma criada na Copa de 2014, à qual sustenta, por exemplo, as prisões e arbitrariedades da recente invasão de centro cultural em Porto Alegre (https://www.sul21.com.br/jornal/representantes-dos-coletivos-parrhesia-e-pandorga-falam-sobre-acao-policial-do-dia-2510/), acesso 02 de novembro de 2017. Para aprofundar ver livro de Stephen-Graham, Cidades Sitiadas publicado no Brasil: < https://pt.scribd.com/document/348936885/Cidades-Sitiadas-Stephen-Graham>, acesso 31.10.2017.

Alemanha, ou em 1964 da ditadura militar depois de 1964! (BELLUZO, 2017; TRINDADE, 2016a e b).[7]

Quando o projeto no qual este livro faz parte estava sendo gestado, logo depois das jornadas de 2013 até o presente o contexto mudou completamente. Os autores brasileiros deste livro, os que ajudaram na organização são os que dão sustância à discussão dos artigos desta obra através de seus vínculos com o Observatório dos Conflitos[8], além dos autores da coletânea. Mas, também, o livro encerra uma trajetória de pesquisas financiadas pelo CNPq (2010-2013 e 2014-2017[9]) que teve na constituição do Observatório, em trabalhos de conclusão na graduação, de dissertações e teses nesta caminhada.

Naquele período, já em fins de 2013 já se percebia o crescimento do discurso neoliberal radical, Aécio era ainda líder de parte da oposição à Dilma e seu governo, Cunha era presidente da câmara de deputados; depois veio a Copa do

---

7 O contexto da época, a participação da classe média, as motivações moralistas e a culpabilização de outros grupos sociais e apoio militar se assemelham em muito aos tempos atuais em que vivemos em Brasil.

8 Ao Caio que desde o inicio assumiu esta responsabilidade, a Marcela, ao André, ao Horácio e ao Wagner. Aos autores e amigos/as também, pois sem os quais, e sua paciência sem dúvida, este livro não teria sido publicado.

9 Título: NATUREZA, CONFLITOS E INJUSTICA AMBIENTAL: o desenvolvimento, a sustentabilidade e **a** educação ambiental na produção da hegemonia capitalista no extremo sul do Brasil e leste do Uruguai, financiado pelo CNPq, 2014-2017.

Mundo de 2014, e vaias a Dilma; a Lava jato e o discurso moralista da direita, da imprensa, das classes dominantes se ampliaram além de sua associação ao governo do PT, à Dilma, à Lula e à esquerda ou qualquer política que possam ameaçar sua riqueza, poder e *status quo.* A palavra de ordem era contra a corrupção da esquerda – identificada como sendo o PT -, mas como argumenta Jessé de Souza (2017), está sempre foi o mote das classes dominantes para ganhar a classe média, e assim foi feito! Além disso, a ajuda de grupos fascistas liberais "internéticos" financiados por institutos nacionais e internacionais apoiadores do "livre mercado" e da "liberdade" contra as pequenas melhorias aos pobres, os quais tinham invadido os aeroportos, as universidades e os shoppings centers, potencializaram e massificaram as mobilizações pelo *impeachment*! Também estava faltando empregadas domésticas!

Neste contexto, situamos este terceiro volume do Observatório dos Conflitos do Extremo Sul do Brasil e leste do Uruguai, e que nos levou a publicar estas reflexões em e-book devido à falta de recursos para imprimi-la. Mas, também levou mais tempo do que imaginávamos, e necessitamos assim ampliar os prazos anunciados aos companheiros/as que

gentilmente nos cederam suas reflexões para publicarmos. Mas, também ao longo de 2016 estivemos envolvidos nas contra as forças do retrocesso e da barbárie que assumiram a gestão federal e estadual no golpe; e a greve e as paralisações das Universidades brasileiras, das redes estaduais e municipais de ensino no segundo semestre de 2016 nos atrasou. O ano de 2017 não foi diferente, e a pesar das lutas fomos derrotados pelo governo "golpista"!

Desde o primeiro volume (2013) e das reflexões presentes nele, as possibilidades de estudos decorrentes dos mapeamentos dos conflitos urbanos e ambientais que estávamos iniciando em 2011 se ampliaram em conteúdo e consistência. Algumas conclusões desta trajetória já tínhamos apresentado no volume 2 (2015) aportaram mais consistência ao nosso grupo do Observatório. Mas, este volume 3, marca o culminar desta caminhada e a preparação do caminho a seguir no relacionado as pesquisas deste que escreve. As atividades do Observatório que se tornaram mais amplas seguem em paralelo e a toda a força! Enfim, enquanto conclusões parciais – talvez, mais de minha parte – das reflexões realizadas por orientandos e membros do observatório, que estive envolvido nestes últimos quatro anos em que os três (3) volumes de livros do

Observatório dos Conflitos urbanos e ambientais foram gestados, apresento a seguir para o debate.

As reflexões acumuladas

A primeira conclusão vem sendo amadurecida desde o início das pesquisas e da emergência do Observatório, e que se confirmou de forma consistente como um bom ponto de partida (que já temos fundamentado com dados e informações) de pesquisas:

1 a apropriação e uso da riqueza decorrente da transformação, exploração e destruição da natureza pelo trabalho humano ou pelas máquinas não são distribuídas de forma equânime e os impactos negativos destas atividades recaem sobre os mais pobres, com menos informação e organização, quando não mortos, reprimidos e expulsos de suas terras, águas e locais de viver em nome do "lucro";

2 de que a terra em sentido material e o território – como significado e uso – no Brasil, e em nossa região foi apropriada e é usada desde há muito tempo por poucos, e com o mesmo objetivo: produzir para exportar. Se na ditadura o sul era o celeiro do Brasil, agora, na democracia capitalista neoliberal e/ou progressista é o celeiro do mundo!

Por fim,

3 tanto a exploração dos trabalhadores, como da natureza, não seria exitosa sem o apoio do Estado em seu sentido mais geral, de institucionalidade e legalidade capitalista –, à manter a ordem e o sistema injusto existente. Portanto, os gestores de plantão (governos) e a legalidade/institucionalidade tendem a garantir a ordem, o sistema e o configurado como existe, apesar de desigual e injusto para muitos em nome da "lei e da ordem".

No entanto, isso tudo não ocorre sem conflitos!

Portanto, estes três aspectos orientaram de forma direta ou indireta os artigos, as dissertações, teses e palestras que realizamos no último período, que tem agora sua sistematização mais elaborada.

A segunda conclusão, que emergiu neste período e que era o foco da pesquisa financiada pelo CNPq (2014-2017), era das possibilidades positivas dos conflitos em sua relação com a educação ambiental. As pesquisas, os estudos no Uruguai, em 2015, num pós-doutorado de seis meses, a descoberta de autores latino-americanos que estudam os temas dos conflitos socioambientais, das leituras e estudos de antropologia e sociologia, dos intercâmbios com educadores ambientais de diferentes áreas do conhecimento contribuíram neste caminhar.

Disso, nossa conclusão é que os conflitos são e podem ser educativos e estudados positivamente, ao contrário do que os "agentes da lei e da ordem" apregoam. Se estes buscam através do consenso e da coerção, ou da matança dos rebeldes, dos que ousam se levantar contra as injustiças; por outro, os explorados, os dominados e os injustiçados ao saírem para a rua, em greve ou paralisações, ocupações e bloqueios possibilitam uma ruptura da hegemonia (MACHADO e MORAES, 2016) seja dos discursos de verdades que lhes professam, seja de que a lei e a ordem são iguais para todos/as. Henri Acselrad (2004) disse que os conflitos são como indicadores aos estudos, muito mais como provocação ou indício ao estudo a ser realizado, e desta dica nos apoiamos ao mapear e refletir sobre conflitos urbanos e ambientais.

Assim, os conflitos explicitam em seu fazer-se um tema/problema/questão quando coloca dois grandes grupos em lados opostos. De um lado, àqueles que sendo impactados/prejudicados/injustiçados se manifestam, exigindo daqueles que, de outro, se beneficiam/causam/são responsáveis pelo problema/questão em pugna. E ao acontecer o conflito, dissemos que ocorre uma "ruptura da hegemonia" (MACHADO E MORARES, 2016). Mas, ao chegarmos a tal

ponto ao estudarmos as mobilizações contra a Mineradora de Aratiri (Uruguai) concluímos que o processo de mobilização e o conflito também como um processo educativo (MACHADO E LYLHYT, 2015). E como tal, apresenta os elementos participe dos processos educativos: relações educativas entre educadores e educandos, um conteúdo e utopias/finalidades/objetivos. Se no espaço da sala de aula é mais fácil imaginarmos tal processo educativo e seus elementos, se transpormos a reflexão ao espaço mais amplo da sociedade, a similaridade de ambos pode se identificada. Aqui chegamos a outra conclusão destas pesquisas e estudos, e para tal nos apoiamos em Paulo Freire, quando separa os diferentes dos antagônicos (MACHADO e MACHADO, 2017), dizendo com que com as elites, os empresários, os militares, os fascistas, etc. há conflito e não diálogo, pois professam e defendem a educação bancária (ver a reforma do ensino médio) para o mercado, para manter seu domínio e exploração.

A desordem e o caos que os gestores dominantes do mundo, na ânsia de manter seus lucros (1%), causaram, estão causando e causarão são ao mesmo tempo usadas para causar medo e às vezes desânimo, mas por outro lado, deixa de forma clara as forças e interesses em jogo, bem como os meios que

utilizam para que seu sistema iníquo se perpetue e sustente apensar de tudo e de todos/as. Henri Lefebvre (2013) nos ajuda a sustentar as reflexões em como no cotidiano o sistema deles se produz e reproduz através das relações que estabelecemos no dia a dia; mas também as possibilidades de ruptura disso. Dardot e Laval (2016) a partir das contribuições de Foucault mostram que o neoliberalismo é mais do que uma política econômica e de gestão de um Estado mínimo. É uma nova razão do mundo e do Estado em sua natureza de fazer a "lei e a ordem" funcionarem bem, conservar, ser sustentável ao produzir a própria ordem e a lei em cada um de nós, a nos disciplinar e de nos tornarmos empresários de nós mesmos, de pensarmos e raciocinarmos como eles, de agirmos como eles. Estudar como eles agem e como produzem sua dominação, como através das relações sociais e de produção (material, social, subjetivos, dos valores, disciplinas, etc.) produzem e reproduzem seu sistema e aonde aparecem as brechas, os resíduos, as rupturas e os fios soltos que poderão ser puxados podem fazer desmoronar o "edifício da dominação", da subjugação e da exploração humana, animal e da natureza poderia ser outra conclusão destes estudos.

Os textos aqui apresentados, e os autores, talvez, não concordem com muitas das ideias e conclusões que são/foram apresentadas, mas são colegas, companheiros/as, colaboradores/as da ideia de uma sociedade mais justa e menos desigual como a que vivemos no Brasil e no Uruguai. De forma variada, desde enfoques e temas diversos, compõe-se uma sinfonia que não pretende ser harmônica como é a educação ambiental tradicional (conservadora) ou do mercado (MACHADO, SANTOS E DORNELLES, 2015).

No primeiro capítulo, retomamos os objetivos e lugar de contexto que originou a organização do Observatório dos Conflitos do extremo sul do Brasil e sua expansão rumo ao sul, o Uruguai, e a inserção da educação ambiental com "outros" sentidos. Os conflitos ambientais no Uruguai, a questão dos naturais e da natureza, as possibilidades de "outra" educação ambiental são as temáticas centrais neste capítulo. No segundo capítulo, tratamos dos limites do alcance da lei e dos mecanismos de burla por parte das empresas, do desenvolvimento decorrente do agronegócio e das conseqüências nefastas disso às gerações atuais e futuras e para a pesca artesanal por empreendimentos empresariais no Brasil e no Uruguai. No terceiro capítulo**, e**merge a cidade em sua

relação com o desenvolvimento, e suas controvérsias, mas também as táticas de luta e resistência dos “de abajo”, seja no Mato Grosso brasileiro seja nas lutas das mulheres uruguaias contra a mineradora Aratiri, sejam de respostas por parte de comunidades a problemas ambientais no extremo sul do Brasil e no Uruguai.

A/s utopia/s

Por fim, as temáticas deste livro também podem ser percebidas como “denúncia e anúncio”, de parceria e solidariedade acadêmicas, cidadãs e educacionais que se mesclam na busca de “outro mundo possível”, que se “sonhado junto” poderá se tornar realidade, pois seremos nós que o produziremos em nossas relações, em nossas relações com a natureza e com os demais seres vivos. E disso, sonhamos individualmente, mas esperando ser um sonho coletivo de que chegará o dia em que a exploração da natureza, de uns humanos pelos outros/as, dos animais pelos humanos, da existência da miséria, da fome e da subjugação de uns por outros/as será apenas uma nota de rodapé dos livros didáticos e, onde as gerações futuras nem conseguirão imaginar como vivemos tais tempos de barbárie.

Carlos RS Machado, abril/novembro de 2017.

Referencias Biblográficas

ACSELRAD, Henri. **Conflitos Ambientais no Brasil.** Rio de Janeiro: RELUME-DUMARÁ/Fundação Heinrich Böll, 2004.

ADOMILLI, Gianpaollo; CALLONI, H.; MACHADO, Carlos RS. Olhares, pensares e fazeres sobre e na Educação Ambiental: Reflexões sobre/desde os Fundamentos ao campo atual brasileiro. **Ambiente & Educação**, v. 21, p. 3-25, 2016.

ARAUJO, C. F. ; MACHADO, Carlos RS; SANTOS, C. F. ; Rio Grande (RS): uma 'zona de sacrifício'. **Revista de Educação, Ciências e Matemática**, v. 3, p. 91-104, 2013.

ARAUJO, C. F.; MACHADO, Carlos RS; PASSOS, W. V.; SANTOS, C. F. **Conflitos Ambientais e Urbanos: debates, lutas e desafios**. 1. ed. Porto Alegre: Evangraf, 2013. v. 1. 280p.

BELLUZO, Luiz Gonzaga. *Esperando Hitler*, in **Carta Capital**, São Paulo, 09/10/2017, <Acesso 29.10.2017>.

CHAGAS, Priscilla Borgonhoni. **DESENVOLVIMENTO E DEPENDÊNCIA NO BRASIL: reflexos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no município do Rio Grande (RS)**, defendida na UFRGS (2014).

CIPRIANO, Diego Mendes; MACHADO, Carlos RS. O Estudo da natureza da/na cidade: contribuições da história ambiental. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 23, p. 1-17, 2009.

_____. O Bairro Getúlio Vargas, a remoção de moradias dos anos 1970 e a produção da desigualdade ambiental em Rio Grande-RS. **Revista Crítica Histórica**, v. 12, p. 1-20, 2015.

DA SILVA, Eron Rodrigues. As raízes históricas da desigualdade ambiental no Extremo Sul do Brasil e Leste do Uruguai. 2015. **Dissertação** (Mestrado em Educação Ambiental) - Universidade

Federal do Rio Grande. Orientador: Carlos Roberto da Silva Machado.

GONCALVES, L. D. ; MACHADO, Carlos RS; SANTOS, C. F. Educação ambiental para justiça ambiental: dando mais uns passos. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 32, p. 189-208, 2015.

LEFEBVRE, Henri. **La producción del Espacio**. Madri/Capitán Swing, 2013.

MACHADO, Carlos RS; MORAES, Bruno. **Os conflitos como momento de ruptura da hegemonia:** *Contribuições à sociologia e à educação ambiental a partir de Henri Lefebvre*, revista NORUS, 2016.

MACHADO, Carlos RS; MASCARELLO, M. A.; SANTOS, C. F. (Org.). **Conflitos Ambientais e Urbanos: casos do extremo sul do Brasil**. 1. ed. Porto Alegre: Evangraf, 2015. v. 1. 216p.

MACHADO, Carlos RS e VARELA, Lylhyt. **El proceso educativo en y de los conflictos ambientales: el surgimiento de los actores socioambientales en Uruguay.** RAM (Reunión de Antropologos del Mercosur(, Uruguay, dez. 2015. Ver artigo:http://xiram.com.uy/actas-del-congreso/grupos-de-trabajo/ponencias-grupo-de-trabajo-107, acesso 31.10.2017.

SVAMPA, Maristela. Consenso das Commodities,giro ecoterritorial y pensamiento crítico em América Latina. **Revista OSAL – Observatorio Social de América Latina**, 32, CLACSO, p.15-38.

SVAMPA, Maristela. **DEBATES LATINO AMERICANOS – indianismo, desarrollo, dependencia y populismo.** ARGENTINA: Ensayo EDHASA, 2016. [cap.2, Debates sobre el desarrollo, p.367-401].

TRINDADE, Hélgio. **Integralismo – O fascismo brasileiro na década de 1930**. 3ª Ed. São Leopoldo/Editora UNISINOS, 2016a.

TRINDADE, Hélgio. **Tentação fascista no Brasil – imaginário de dirigentes e militantes integralistas**. Porto Alegre/Editora da UFRGS, 2016b.

SOUZA, Jessé. **O problema é o ódio aos pobres.** Jornal Le Monde Brasil, São Paulo, setembro de 2017.

PARTE 1

AGRONEGÓCIO, ÁREAS PROTEGIDAS, MEIO AMBIENTE E RESISTÊNCIAS

O SIGNIFICADO POLÍTICO E AS CONSEQUÊNCIAS A LONGO PRAZO DA HEGEMONIA DO AGRONEGÓCIO NO BRASIL

THE POLITICAL SIGNIFICANCE AND LONG-TERM CONSEQUENCES OF AGRIBUSINESS HEGEMONY IN BRAZIL

Antônio A. R. Ioris
University of Edinburgh

Resumo
Pretende-se aqui fazer uma discussão crítica sobre a renovação da agroindústria no Brasil e sobre a persistência perversa de práticas estabelecidas em períodos político-econômicos anteriores. A expansão do agronegócio no país constitui, basicamente, um capítulo especial e relevante da ecologia-mundial do capitalismo neoliberal, o qual se conecta com, e transforma, mecanismos nacionais e locais de interação sócio-ecológica. O texto presta especial atenção a construções ideológicas, tensões veladas e intervenções do aparelho de Estado. De modo particular, será discutida a fronteira de expansão do agronegócio e produção de soja no Estado do Mato Grosso. Os resultados deixam evidente que o agronegócio tem muitas características inovadoras quando comparado com a fase nacionalista da modernização da agricultura em décadas precedentes, mas também revela fortes elementos de exclusão social, autoritarismo e manipulação política. Em vez de reforma agrária e produção local de alimentos, como exigido por uma grande parte da população brasileira, a solução preponderante, promovida em conjunto pelo setor público e privado, tem sido intensificar as atividades do agronegócio de acordó com prioridades hegemónicas impostas pela ordem capitalista contemporânea.
Palavras-chave: agronegócio, segurança alimentar, regime agroalimentar, agro-neoliberalismo, Mato Grosso, Brasil

Abstract
The intention here is to critically discuss the renovation of agroindustry in Brazil and the persistence of perverse practices established in earlier politico-economic periods. The steady expansion of agribusiness in the country constitutes, essentially, a special and relevant chapter of the world-ecology of neoliberal capitalism that connects, and transforms, national and local mechanisms of socio-ecological interaction. The text pays particular attention to ideological constructions, hidden tensions and evolving interventions of the state apparatus. It will focus on the frontier of agribusiness expansion, in particular the production of soybean in the State of Mato Grosso. Agribusiness has many innovative features when compared with previous and nationalistic phase of agriculture modernisation in previous decades, but it also betrays strong elements of social exclusion, authoritarianism and political manipulation. Instead of agrarian reform and local food production, as demanded by large proportions of the Brazilian population, the hegemonic solution, jointly promoted by the public and private sector, was to intensify agribusiness activities according to hegemonic priorities imposed by the contemporary capitalist order.
Key words: agribusiness, food security, agri-food regime, agro-neoliberalism, Mato Grosso, Brazil

"O sistema alimentar é um campo de batalha,
embora poucos percebam quantas vítimas tem havido."
Raj Patel, Stuffed and Starved (2007)

Si dicha hegemonía intenta montar su dogmática orquestación en condiciones sospechosas y paradójicas es, en primer lugar, porque esta conjuración triunfante se esfuerza verdaderamente en denegar, y para ello, en ocultarse el que, jamás, pero jamás de los jamases en la historia, el horizonte de eso cuya supervivencia se celebra (a saber, todos los viejos modelos del mundo capitalista y liberal) ha sido más sombrío, amenazador y amenazado."
Jacques Derrida, Espectros de Marx (1998)

O Significado Político do Agronegócio e do Agro-neoliberalismo

A intensificação e transformação do agronegócio nas últimas décadas – setor que envolve, basicamente, a conversão de agricultura e demais atividades agroalimentares em uma estrutura de produção industrial subordinada ao mercado – têm sido um importante elemento da resposta conservadora para as múltiplas crises da acumulação capitalista e para a exaustão do modelo de desenvolvimento baseado no suporte direto do Estado. O agronegócio contemporâneo é resultado da influência de corporações transnacionais, da integração da produção nacional ao comércio global de acordo com uma série de acordos de livre comércio (especialmente após a criação da Organização Mundial do Comércio em 1995), ainda que parciais e mal resolvidos, e de uma sinergia bem orquestrada entre escalas locais de interação e fluxos transacionais de capital. A própria noção de agronegócio, que foi originalmente introduzida na década de 1950 durante a expansão fordista de atividades agroalimentares americanas, sofreu uma mutação e agora encapsula elementos do pensamento econômico neoliberal (por exemplo, o papel fundamental das empresas transnacionais e novos instrumentos financeiros) e mais políticas públicas flexíveis (por exemplo,

joint ventures público-privados e exportação de *commodities*, em detrimento da produção alimentar). A neoliberalização do setor de alimentos e da agricultura em geral tem sido uma tentativa de corrigir a crise sistêmica do regime agroalimentar fordista, que, no entanto, não conseguiu impedir o ressurgimento de instabilidade, protesto, degradação sócio-ecológica e, em última análise, evidente falta de legitimidade (WOLF e BONANNO, 2014).

O agronegócio precisa ser visto hoje como um elemento fundamental da ecologia mundial do capitalismo neoliberal, tanto nos países centrais do norte e no chamado 'sul global' (ver MOORE, 2010). No caso brasileiro, desde o começo dos anos 1990 o aparato do Estado passou de uma posição de defensor e principal financiador da agricultura para tornar-se basicamente *manager* de intensas redes de produção e coordenador da inserção do agronegócio nacional nos mercados globalizados. Sobretudo desde 2003, na gestão do Partido dos Trabalhadores, o viés populista-neoliberal do Estado brasileiro tem ativamente promovido o agronegócio exportador em parceria com um setor produtivo altamente organizado (especialmente no chamado 'complexo da soja'). Os fundamentos políticos do agronegócio são diariamente

reforçados por meio de vários mecanismos de auto justificação e através de uma condenação de outras atividades rurais consideradas arcaicas (tais como a agricultura familiar). Como afirma a representação nacional do setor ABAG, “a produção de soja nasceu moderna”, e é um bom exemplo do melhor que o país pode oferecer para o resto do mundo (FURTADO, 2002, p. 135). Áreas diretamente associadas ao desenvolvimento centrado no agronegócio, como no caso dos estados de São Paulo, Mato Grosso e Goiás, são considerados exemplos do propalado “Brasil que dá certo” (expressão muito em voga para resumir a suposta superioridade do agronegócio nacional, mas que se reveste de um caráter discriminatório, arrogante e até mesmo racista).

No entanto, como em outras partes do globo, o avanço do agronegócio no país tem gerado enormes controvérsias sobre benefícios efetivos, perspectivas incertas e impactos sócio-ecológicos. Apesar de resultados supostamente positivos em termos de crescimento econômico e da circulação do capital, o agronegócio representa também um processo de concentração de terra, marginalização e proletarização (MURRAY, 2006). Tem ainda acarretado uma combinação muito particular de tradição e ambivalente modernidade, assim

como de uma nova ordem socioeconômica e estruturas políticas velhas, o que é muito presente no discurso e na prática das organizações representativas e dos produtores mais influentes. A dimensão política do agronegócio está fundamentalmente associada à fabricação sistemática de uma imagem de prosperidade, vantagens geográficas e competência do setor agrícola. Por um lado, o país é cada vez mais visto como uma potência agrícola que tem muito a oferecer em termos de redução de uma iminente, cada vez mais global, crise alimentar. Por outro lado, a geografia do agronegócio encapsula a evolução contínua de uma versão tropical da agricultura capitalista e sua tentativa de converter trabalho e natureza em mercadoria para atraí-los às relações mercantis. Isso significa que as diversas inovações técnico-econômicas adotadas pelos interessados no agronegócio são todas as estratégias que combinam antigas e novas características da economia capitalista.

Este texto oferece uma breve e modesta reflexão sobre as tendências atuais da agricultura empresarial no Brasil e sobre a persistência de práticas perversas estabelecidas em arranjos político-econômicos anteriores. Para tanto, nosso ponto de partida é o celebrado sucesso do setor de

agronegócio no Brasil desde o final da década de 1990, depois de um breve período de transição, como revelador das contradições da agricultura capitalista contemporânea. Enquanto que a maioria dos estudos dos sistemas agroalimentares hegemônicos tem destacado diversas tensões socioambientais, muitas análises continuam superficiais e sem um tratamento mais cuidadoso com as construções ideológicas em favor do agronegócio. Portanto, no presente texto será discutida a apropriação da linguagem do desenvolvimento nacional e da segurança alimentar para justificar o tratamento preferencial do setor, questionando como a transformação da agricultura em agronegócio reflete as possibilidades socioeconômicas e limitações socioambientais do capitalismo contemporâneo. As próximas duas sessões irão levar em conta as mudanças político-econômicas e a construção ideológica e discursiva do agronegócio brasileiro, com foco na expansão rápida das áreas de produção em Mato Grosso, provavelmente a mais dinâmica do setor agroalimentar globalizado nos dias atuais.

Agronegócio, o Papel do Estado e Tensões Crescentes

Nas duas últimas décadas, extensas áreas foram transformadas devido ao avanço de agronegócio de inspiração

neoliberal no país. Tem havido um aumento da produção e uma operação conjunta de investimento públicos e privados, principalmente desde a segunda metade do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), o qual foi responsável pela estabilização macroeconômica e pelo aprofundamento de reformas neoliberais importantes. Depois de atingir taxas notáveis de crescimento nas décadas de 1960 e 1970, o modelo centralizado de modernização conservadora da agricultura começou a mostrar suas graves limitações devido à crise da dívida, ao aumento das taxas de inflação e aos impactos da crescente instabilidade macroeconômica (IORIS e IORIS, 2013). O setor agrícola sofreu um período de turbulência na década de 1980 e início de 1990 em função da redução dos mecanismos de apoio (por exemplo, os preços garantidos), de taxas de juros significativamente mais elevadas, escassez de empréstimos bancários e desvalorização do preço da terra (por exemplo, 42% a partir de junho de 1994 a junho de 1995). A situação mudou dramaticamente em questão de alguns anos e, devido aos preços das *commodities* favoráveis nos mercados globais na década de 2000 (RICHARDS et al., 2012), o agronegócio de exportação foi novamente confirmado como um dos setores econômicos mais importantes na economia

brasileira. Ironicamente, isso foi mais intenso no governo populista dos presidentes Lula e Dilma entre 2003 e 2016. Por exemplo, enquanto o crédito rural chegou a atingir a baixa marca de 15 bilhões de reais por ano no início de 1990, em 2014, numa tentativa de agradar ao setor do agronegócio depois das eleições presidenciais, o governo federal anunciou um aumento de 136 bilhões para 156 bilhões de reais com taxas em torno de 5%, isto quer dizer muito abaixo das praticadas pelos bancos comerciais (O Estado de São Paulo, 2014).

Em decorrência de políticas públicas favoráveis e de preços atraentes nos mercados de *commodities* mundiais, o agronegócio brasileiro responde hoje por aproximadamente 25% do PIB, 35% das exportações e 40% dos empregos nacionais (MAPA, 2012). O setor vem se beneficiando de uma internacionalização crescente da agricultura, de transferências tecnológicas constantes (por exemplo, novos agroquímicos, sementes geneticamente modificadas e sofisticadas máquinas e equipamentos digitais) e da influência de operações globalizadas que conectam fazendas em regiões remotas com os grandes portos nacionais e os consumidores estrangeiros (na maioria das vezes à custa da produção local de alimentos). O

Brasil é hoje o segundo produtor e o principal exportador de soja no mundo (contribuindo com 44 milhões do total de 105,1 milhões de toneladas comercializadas em 2013, cf. CEPEA, 2014) e, de acordo com o Ministério da Agricultura (MAPA), em 2019 o país irá responder por 40% do comércio global de grãos de soja e com 73% das transações de farelo de soja. Tem havido uma substituição do comércio Norte-Sul (principalmente com a União Europeia, durante a fase nacional-desenvolvimentista de décadas anteriores) por uma maior interligação Sul-Sul (particularmente entre Brasil e Ásia). Trocas comerciais entre Brasil e China chegaram a US $ 77 bilhões em 2011 (o país exportou 44,3 bilhões e importou 32,8 bilhões; a agricultura, em particular, aumentou de 1,7 bilhão em 2003 para 14,6 bilhões em 2011, de acordo com MAPA, 2012). A dependência financeira dos ganhos do agronegócio significa que o setor agora opera como a âncora verde da economia nacional (ACSELRAD, 2012).

Entre os efeitos colaterais da crescente dependência das exportações agrícolas, há uma progressiva desindustrialização da economia brasileira, aumento das importações de insumos intermediários e bens de capital, e perigosa dependência de investimentos estrangeiros. Entre 2000 e 2010, a exportação de

bens primários aumentou de 25% para 45%, enquanto os bens manufaturados caíram de 56% para 43% (DELGADO, 2012). De 2004 a 2013, a indústria caiu de 55% para 38% do PIB, enquanto a produção primária aumentou de 29,5% para 46,7% (MDIC, 2013). Mesmo quando o agronegócio cresce proporcionalmente menos que a economia nacional, sua contribuição para o *superávit* nacional (em termos de dólares) foi fundamental (Agroanalysis, 2014). Em 2014 a balança comercial apresentou o pior resultado desde 1998, mas o agronegócio continua aparecendo como um dos únicos setores produtivos com saldo positivo.

Entretanto, os resultados aparentemente favoráveis do setor de agronegócio estão longe de ser unanimemente aceitos pela sociedade brasileira em geral. Pelo contrário, há uma percepção entre muitos setores que a agricultura continua a ser muito protegida pelo governo (por exemplo, a dificuldade de uma parcela significativa de agricultores em saldar suas dívidas com os bancos públicos) e que o setor continua sendo uma das mais importantes causas de desmatamento, emissões de carbono, perda da biodiversidade e poluição da água. Como resultado, suas lideranças têm se esforçado para melhorar a imagem e promover seus interesses, particularmente através da

Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), criada em 1993. Da mesma forma, visitas técnicas a áreas de produção coordenadas pela Associação Internacional de Soja Responsável [www.responsiblesoy.org], estabelecida em 2006, têm tentado mitigar as críticas do setor agroalimentar brasileiro com uma retórica de sustentabilidade, certificação e compromisso ambiental. Nos programas de TV e rádio, os agentes do agronegócio enfatizam a cada momento a sua contribuição para o desenvolvimento regional e para o crescimento econômico do país. Esse esforço de retórica e publicidade é formulado a partir da perspectiva de um intenso financiamento da agricultura e da tentativa, ainda que velada, de eliminação de restrições ambientais, sociais e éticas. Da mesma forma, o discurso do empreendedorismo, competência técnica e responsabilidade ambiental serve para encobrir o fato de que os aparentes resultados positivos do agronegócio são mais relacionados à flexibilização da produção e ao momento propício do comércio global.

A mistificação do sucesso alcançado pelo agronegócio neoliberalizado também ajuda a esconder disputas internas, especialmente entre a maioria dos agricultores e os grandes proprietários e empresas transacionais. Bruno (2009)

argumenta que o agronegócio está associado a ideias de unidade, à modernidade, à criação de riqueza, à valorização do setor (em detrimento de outras formas de agricultura e falta de alternativas), mas há sinais de desunião e, muitas vezes, de mal-estar com a forma como os agricultores são tratados por empresas, bancos e grupos urbanos. Embora o setor faça uso do simbolismo de triunfo e modernização, a evolução do agronegócio tem servido para unificar os interesses conservadores e renovar processos de hegemonia política e dominação de classe. Um elemento importante da mistificação do agronegócio é a confusão sobre o papel do Estado nacional, que abre espaço para empresas nacionais e internacionais, mas continua mantendo o controle sobre os mecanismos destinados a promover o agronegócio. A transformação do aparelho do Estado sob a pressão de regulação mais flexível e menos restrições ao mercado levaram a um novo padrão de interação sócio-natural, caracterizada cada vez mais por associações entre agências estatais, capital financeiro e setores econômicos mais fortes (IORIS, 2014). O grande capital tem sido cada vez mais presente no campo brasileiro dominando a venda de insumos e aquisição de lavouras após a colheita. Além disso, uma série de novos instrumentos financeiros, tais como

autofinanciamento, os bancos privados, empresas fornecedoras de insumos e de empresas comerciais preenchendo a lacuna criada pela redução dos esquemas convencionais do governo federal. Um exemplo é a legislação de 2004, que criou os Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRAS), entre outros títulos negociáveis na Bolsa de Valores de São Paulo, como um instrumento registrado de crédito que representa uma promessa de pagamento futuro em dinheiro, vinculado à dívida reivindicada, emitido pela empresa de securitização. Até 2013, a quantidade de CRA negociado atingiu R$ 1,2 bilhões (em torno de US$ 550 milhões), mas há uma expectativa de que ele pode aumentar 30 vezes em poucos anos (IstoÉ Dinheiro, 2013).

Com base no contraste entre a retórica da eficiência e do progresso, por um lado, e a imagem negativa, associada a impactos socioambientais e favorecimento do Estado por outro, é importante refletir sobre o que tudo isso significa para a inserção do Brasil nos mercados globalizados e na nova geopolítica do capitalismo do Século XXI. Entre outros fatores, os agricultores do agronegócio e seus representantes enfatizam sua contribuição para o desenvolvimento nacional e o crescimento econômico, mas obviamente a partir da

perspectiva de um intenso financiamento da agricultura e da eliminação das restrições ambientais, sociais e regulatórias. Por exemplo, Katia Abreu (senadora e Ministra de Estado da Agricultura desde janeiro de 2015 até maio de 2016) tem afirmado repetidamente que a conservação ambiental agrava a crise alimentar e que, por conseguinte, as questões relacionadas a alterações climáticas merecem menos atenção por parte tanto do governo, como da sociedade (The Guardian, 2014). Vários tipos de poder atuam juntos aqui em torno da manutenção de uma imagem aparentemente positiva do agronegócio, desde o poder instrumental até o poder discursivo, passando-se por manifestações estruturais de controle político responsáveis por decidir o que é produzido e que tipo de alimento é consumido.

O setor do agronegócio continua a atuar no contexto localizado de fazendas e regiões, mas a gestão, as tecnologias e as relações comerciais cada vez mais ocorrem de acordo com interesses e prioridades transnacionais globalizadas. Cabe notar que a nova fase de desenvolvimento rural, desde 1990 e marcadamente baseada no agronegócio e agro-neoliberalismo, tem mantido o Estado firmemente no comando do processo de flexibilização econômica e como coordenador da contribuição de empresas, especialistas e organizações (SCHNEIDER,

2010). Mas há uma diferença fundamental e decisiva entre o período histórico desenvolvimentista e o liberalizante: o Estado brasileiro depende cada vez mais do excedente econômico gerado pelas exportações agrícolas e tornou-se refém da aura de sucesso associado com o agronegócio. Nesse contexto, é emblemático que o Presidente Lula iniciou seu primeiro mandato com a plataforma do 'Fome Zero' e terminou seu segundo mandato em 2010 defendendo abertamente o setor do agronegócio, fazendo concessões em relação à legislação ambiental e permitindo a ampliação do papel das corporações transacionais. Dessa forma, uma das áreas mais dinâmicas e controversas da expansão do agronegócio no Brasil é o Estado de Mato Grosso, que será considerada a seguir.

Mato Grosso e a Fronteira Móvel do Agronegócio

O agronegócio nacional vem apresentando uma notável evolução e performance no Estado de Mato Grosso, no interior do Brasil, que merece ser analisada. Mato Grosso (doravante 'MT') tem representado uma importante fronteira de avanço do agronegócio em que o capitalismo neoliberal vem assumindo novas, e originais, configurações. A soja é certamente a principal cultura do agronegócio brasileiro e tem provado ser

extremamente bem adaptada às condições bio-climáticas de MT e desde o ano 2000, o Estado tornou-se o principal produtor de soja no país. Essa expansão não aconteceu apenas horizontalmente, mas houve também uma importante intensificação da produção e aumento de produtividade. As exportações de MT dependem exclusivamente do agronegócio e saltou de US$ 254 para US$ 8.500 milhões entre 1990 e 2009 (PEREIRA, 2012). Desse modo, a exportação agrícola de MT responde, desde 2000, por aproximadamente 10% dos *superávits* da balança comercial nacional. Uma das principais consequências do crescente resultado econômico do setor no estado é a construção de uma imagem de sucesso e de chegada, ainda que tardia, de modernização do agronegócio. Em termos mais mundanos, a atividade agrícola no MT é associada a sinais ostensivos de riqueza por parte dos produtores na forma, por exemplo, de carros e moradias de alto preço.

No entanto, além da persuasiva linguagem de modernidade econômica e sucesso comercial, a hegemonia do agronegócio no MT é produto de uma convergência de mercados favoráveis, políticas macroeconômicas dependentes de exportações agrícolas e do comportamento oportunista da emergente elite fundiária no estado. Os agentes do agronegócio

no estado são na sua maioria descendentes de pequenos agricultores do sul do Brasil que migraram para o MT com a perspectiva de aquisição de propriedades rurais maiores em projetos de colonização públicos e, especialmente, privados. Ao mesmo tempo, a venda de terras aos novos proprietários foi um negócio muito rentável para muitas empresas imobiliárias envolvidas no processo de colonização através da compra ou doação de terras públicas para, em seguida, revendê-las aos colonos vindos do Sul do Brasil. Nos anos 1950-1960 era possível adquirir terras por Cr$ 7 a 10 por hectare e, em seguida, revender por Cr$ 100 a 300 (MORENO, 2007).

A partir de 1964, a 'ocupação' de MT tomou um novo rumo sob a ditadura militar que governava o país, a qual ampliou a importância da colonização da Amazônia por meio da construção de estradas e de infraestrutura. A venda de terras públicas para novos agricultores e empresas de outras partes do Brasil assumiu proporções épicas não apenas por causa da vastidão do território, mas também devido ao nível de corrupção e violência envolvidas. A corrupção dos órgãos responsáveis foi ampliada por práticas generalizadas de grilagem de terras envolvendo documentos falsos e a ocupação fraudulenta de glebas públicas e privadas. Na década de 1980,

a administração do Estado de MT promoveu novas rodadas de colonização e venda de terras. Entre 1983 e 1986 mais de quatro milhões de hectares foram escriturados, de uma totalidade de cerca de 90 milhões de hectares que formam o estado (MORENO, 2007). Fazendeiros do agronegócio aprenderam rapidamente a formar uma estreita aliança com a política oligárquica tradicional, historicamente dedicada à produção de gado e especulação de terras.

Este intenso processo de distribuição regular e irregular de terras pavimentou o caminho para a consolidação do agronegócio no MT nas décadas seguintes. O avanço do setor foi apenas o mais recente episódio na longa tendência de violência contra o território e os seus povos (índios e camponeses) que caracterizou a história do MT desde a virada do Século XX. A rápida expansão do agronegócio no MT não estava apenas em um dos últimos capítulos da conhecida Revolução Verde, mas também foi o regresso de velhas práticas, vícios introduzidos em tempos coloniais. Semelhante à experiência neoliberal em outras partes do mundo, a elite do agronegócio de MT conseguiu garantir concessões importantes do aparelho de Estado a nível regional e nacional. O agronegócio tem exigido "menos Estado e mais mercados",

sem abandonar a demanda perene por mais proteção do Estado, em particular, o perdão das dívidas com os bancos públicos e a oferta de novos empréstimos bancários (BRUNO, 2009). O setor cada vez mais domina a agenda do setor público no Brasil e, por causa de seu crescente poder político, tem ajudado a propagar a neoliberalização para outras áreas e serviços. Um exemplo foi a privatização, em 2013, de 851 quilômetros da rodovia BR-163 (que cruza as principais áreas de produção no MT) que foram transferidos para um operador privado (Odebrecht).

Devido à crescente demanda por soja pela China e por outros países, a localização do MT não foi um obstáculo para o estabelecimento de fortes laços comerciais com o resto do mundo. É verdade que os agricultores do agronegócio frequentemente se queixam do preço para o transporte de grãos para os portos internacionais no sudeste do Brasil (cerca de R$ 330 ou US$ 120/tonelada), mas altos custos de transporte não impediram a rentabilidade e a busca constante por novas áreas de produção mais distantes. Desde abril de 2014, os portos fluviais na Amazônia tornaram-se uma alternativa viável para a exportação de soja proveniente do MT e de outros estados brasileiros. Curiosamente, os custos de produção são

relativamente baixos no MT (se comparado a outras grandes áreas de produção na América do Sul e do Norte) não só por causa da disponibilidade de terrenos adequados, bom clima e crescente infraestrutura de transportes, questionada pelo setor de agronegócio, mas também está diretamente relacionada com a sobre-exploração da força de trabalho rural.

Houve uma redução progressiva das pessoas envolvidas em atividades agrícolas e devido ao crescente número de máquinas, é possível cultivar grandes extensões de terra com um número reduzido de trabalhadores permanentes e temporários. Esta é, obviamente, parte da extração de mais-valia que serve para mitigar a crescente composição orgânica do capital. A consequência da crescente exploração dos trabalhadores é que a força de trabalho representa cerca de 2,6% dos custos de produção de soja convencional ou transgênica, enquanto sementes, fertilizantes e agroquímicos – especialmente vendidos por empresas transnacionais – representam 55% dos custos totais (no caso da safra 2014/2015). Esta é uma demonstração da natureza neoliberal do agronegócio, que se destina a produzir mais com menos força de trabalho (MOORE, 2010).

A aquisição de grandes extensões de terra e exploração da força de trabalho no MT são ajudados pela baixa resistência dos grupos de oposição locais na fronteira do neoliberalismo. No entanto, existem outras formas de resistência mais-do-que-humana, por exemplo, pragas e insetos como *Helicoverpa armigera*, lagarta que agora está causando bilhões de dólares em danos nos campos de soja, e mudanças agroclimáticas, como no verão excessivamente chuvoso durante a safra 2013/2014, que afetou a colheita de soja e o transporte. Com efeito, os impactos ambientais e os riscos associados ao agronegócio representam crescentes desafios, tanto operacionais, quanto políticos. Não obstante as alegações de lideranças do setor de que o agronegócio no MT é agora dissociado do desmatamento, a vegetação de cerrado e floresta continua sob séria ameaça. Só entre 2001 e 2004, mais de 540 mil hectares de floresta foram convertidos em terras cultiváveis sem a implementação de pastagens como passo intermediário, como normalmente ocorria no passado recente (MORTON et al., 2006). Além disso, dados de satélite mostram que a produtividade da soja está associada positivamente com a área cultivada, o que significa que o estímulo ao aumento de produtividade hoje leva à expansão do uso da terra e promoção

de mais desmatamento (GARRETT et al., 2013). Portanto, argumentar que a alta produtividade contribui para a conservação do meio ambiente é enganador, uma vez que o agronegócio no MT trai claramente uma situação Paradoxo de Jevons, pois ao aumentar a produtividade da terra leva ao aumento, não a redução, do uso (CEDDIA et al., 2013). Entre 2006 e 2014, foi acordada uma "moratória" que tentou impedir a comercialização de soja das áreas de produção abertas após 2006. Contudo, essa "moratória" tácita não evitou a invasão (legal ou ilegal) de áreas florestais, e ONGs como ICV protestaram que, só em 2013, o desmatamento aumentou 52% no MT. Com o fim da moratória, a deterioração da balança comercial nacional e a necessidade de impulsionar as exportações de soja, são bem prováveis que vençam as pressões mais fortes a favor do desmatamento.

Essas consequências negativas do agronegócio são, no entanto, minimizadas pelo discurso defensivo da associação regional de produtores de soja (Aprosoja-MT). A desconfortável posição de ganhar dinheiro causando ao mesmo tempo uma série de impactos socioambientais obrigou a associação a apropriar-se da linguagem da sustentabilidade e conservação ambiental. Porta-vozes da Aprosoja-MT fazem

referência ao "passaporte verde" do agronegócio no MT, basicamente por causa da adoção de tecnologia de plantio direto e os ganhos de produtividade (supostamente impedindo a abertura de novas áreas). Ainda mais notável, em uma palestra no Centro Wilson, em Washington DC, proferida em 2008, o então governador do Estado Blairo Maggi (2003-2010) – Senador da República a partir de 2011 e Ministro da Agricultura desde maio de 2016 no Governo Temer – apresentou uma surpreendente defesa das credenciais ecológicas do agronegócio. Líder de uma empresa familiar fundada por seu pai algumas décadas antes, quando o clã se mudou do Sul do Brasil para o Mato Grosso, Maggi tornou-se o proprietário de uma das maiores empresas de soja do mundo. Com a aura de seu sucesso como empresário (responsável por 5% do total de soja produzido no país e cada vez mais envolvido na grande infraestrutura pública, no comércio transnacional e serviços financeiros), ele repetidamente alegou durante seu governo estar executando a administração do estado como uma empresa. Governador Maggi também desempenhou um papel fundamental na consolidação e defesa do agronegócio (incluindo uma nova legislação que institui a transferência de fundos públicos para apoiar a Aprosoja-MT, o

que torna essa representação a mais forte e a mais ativa dos produtores de soja do país).

No Centro Wilson em 2008, em vez de discurso sobre as políticas públicas e as demandas sociais mais amplas, o governador candidamente agiu como um fazendeiro em campanha para concessões adicionais do governo federal e contra os ataques ferozes de ativistas ambientais (Maggi foi premiado com o sarcástico troféu *Golden Chainsaw* [motosserra dourada] pelo Greenpeace em 2005, como o brasileiro que mais contribuiu para a destruição da Amazônia). Após explicar a evolução histórica da fronteira agrícola e conquistas heroicas da geração de seu pai, Maggi usou sua formação como engenheiro agrônomo para explicar por que a tecnologia atual protege o meio ambiente. Com o uso explícito do discurso da modernização ecológica, o governador descreveu os riscos da mudança climática antropogênica e a necessidade de agir "não por causa dos ambientalistas, mas porque os cientistas estão agora apontando a urgência e relevância de tais questões". Não foi por acaso que Maggi fez referência no seu discurso, bem como em muitas entrevistas posteriores, ao pagamento por serviços ambientais e, em particular, ao mecanismo de Redução das Emissões por

Desmatamento e Degradação florestal (REDD) esquema coordenado pelas Nações Unidas. Uma das características proeminentes do pagamento por serviços ambientais é exatamente a mitificação das causas dos problemas ambientais e a formulação de respostas tecnocráticas com base em mecanismos de mercado como de conservação ambiental (IORIS, 2013). A preferência por autorregularão e abordagens baseadas no mercado por parte dos líderes políticos do MT reflete as respostas mais amplas do agronegócio paradas oportunidades e pressões da emergente consciência ambiental global (JANSEN e VELLEMA, 2004). Cabe ressaltar que, depois de se tornar senador da república, Maggi foi um dos principais defensores da reforma do Código Florestal – eventualmente aprovado em 2012 depois de uma controvérsia prolongada e com a regulação detalhada introduzida em 2014 – necessária para flexibilizar a exigência anterior de manter uma fração da propriedade rural com vegetação natural. Isso significa que agora é possível compensar o desmatamento da propriedade rural com uma área de floresta em outro lugar, o que na prática "cria" ou “produz” mais terras cultiváveis.

Conclusão: Agronegócio, Velha Modernidade e Perspectivas Futuras

As páginas anteriores teceram comentários e identificaram contradições fundamentais da expansão e consolidação do agronegócio no país, ressaltando a conexão com reformas institucionais neoliberalizantes e suas perversas repercussões político-econômicas. Tais conclusões indicam a necessidade de novas pesquisas sobre a lógica recorrente e a tentativa explícita de legitimar o setor, ainda que o mesmo reproduza os impactos e agressões que caracterizaram a conquista do território e o desenvolvimento agrícola ao longo da história nacional (IORIS, 2015). Esta agenda crucial da investigação demonstra ter grande relevância no debate sobre o futuro da produção de alimentos, não só no caso brasileiro, mas também nos países vizinhos que têm seguido um caminho semelhante de desenvolvimento nacional altamente dependente do agronegócio, como o Uruguai, Paraguai e Argentina. O aparente sucesso que o setor do agronegócio tem na América do Sul, na verdade, é o exemplo de uma tentativa deliberada para aplacar temporariamente as falhas estruturais da agricultura capitalista (em particular, a necessidade de produzir alimento barato para sustentar a acumulação em outros setores

econômicos, mas, ao mesmo tempo gerar lucro da própria agricultura), enquanto novas tensões e contradições evidentes (como a 'chantagem' virtual da economia nacional pelas exportações agroalimentares e o aumento das taxas de degradação ambiental e conflitos sociais). O exemplo brasileiro é paradigmático: em vez de reforma agrária e alimentação local, como exigido por grande parte da população, a solução hegemônica tem sido a de intensificar e atualizar a produção de acordo com as prioridades neoconservadoras.

Em termos mais gerais, o setor do agronegócio tem representado uma fronteira, não só da agricultura, mas de outras áreas da economia neoliberal no país. Uma fronteira não somente física, mas também social, simbólica e política. Questionar a transformação da agricultura em agronegócio representa, acima de tudo, uma investigação crítica sobre as limitações das possibilidades econômicas e socioambientais do capitalismo contemporâneo. O avanço do agronegócio tem sido a personificação de elementos mais avançados tecnologicamente e retrógrados no âmbito sócio-ecológico de uma economia nacional na periferia do capitalismo globalizado. O agronegócio tem muitas características inovadoras quando comparado com a modernização

nacionalista da agricultura em décadas anteriores (com mais espaço para as forças do mercado e as preocupações ambientais instrumentalizadas), mas também trai os fortes elementos de exclusão social, autoritarismo e mistificação. A imagem de sucesso é diariamente reafirmada por representantes do setor e endossada pelo governo nacional que depende muito do apoio político e das receitas geradas pelas exportações do agronegócio.

Na verdade, um dos aspectos mais relevantes da experiência brasileira é a mudança de papel do aparelho do Estado, cada vez mais perigosamente dependente das exportações do agronegócio estimuladas por meio de políticas regionais de desenvolvimento e intervenções desde a década de 1970. À primeira vista, parece que a expansão e o sucesso do agronegócio podem ser explicados pelo uso de tecnologias sofisticadas e pelo empreendedorismo dos agricultores envolvidos. No entanto, contra essa retórica de progresso e criatividade, existem outras perspectivas que questionam de forma crítica a real contribuição do agronegócio para a economia local e nacional. O resultado é uma situação delicada e altamente controvertida que conecta, de forma inesperada, diferentes escalas, setores e políticas públicas. Essa intrincada

complexidade exige uma interpretação mais eficaz focada na combinação idiossincrática de inovações criadas em um contexto de globalização hegemônica dos mercados que deixa espaço limitado para os agricultores que não desejam fórmulas pré-estabelecidas.

Em áreas de fronteiras consolidadas, como no Mato Grosso, o agronegócio torna mais evidentes suas mais profundas contradições, e, em última análise, suas falhas e lacunas. Mais importante, o agronegócio é especialmente bem sucedido na fronteira agrícola, porque é em si mesma uma fronteira econômica, ecológica e ética. A fronteira constitui um espaço privilegiado para ensaio dos mecanismos flexíveis de acumulação e regulação exigidos por atividades neoliberais, ao mesmo tempo em que é significativamente moldada pelas liberdades de mercado, baixos padrões de democracia e formas associadas de violência. O avanço do agronegócio depende do contínuo reelaborar dos sonhos (fundido com novas formas de violência e frustração) relacionados com as promessas de enriquecimento rápido e prestígio social. Altas expectativas são necessárias para motivar a conquista e transformação do território para abrir caminho à produção. A dialética peculiar que ocorre na fronteira, incluindo os processos de

transnacionalização, engano e deslocamento, está mediada por estruturas herdadas do passado, que criaram um padrão espacial complexo e temporalmente heterogêneo. Os notórios ataques sobre o aparelho do Estado por parte dos fazendeiros do agronegócio – que foram os principais beneficiários dos investimentos estatais e das políticas de desenvolvimento regional – são exemplos emblemáticos de oportunismo e racionalidade peculiar embutida entre as demandas do Estado e das corporações transnacionais.

A fronteira do agronegócio no MT tem sido uma vantagem importante, tanto para a renovação das instituições capitalistas (ou seja, operações globalizadas, uso maximizado dos recursos territoriais, novas formas de legitimação política), quanto para a reintrodução ou reforço de práticas antigas do período pré-industrial ou início da fase industrial do capitalismo (ou seja, mercantilização de recursos que anteriormente não estavam ao alcance das transações de mercado e até mesmo casos de escravidão no Século XXI). Na fronteira, as instituições político-econômicas do neoliberalismo podem se expandir e terem, de alguma forma, uma vida própria. A consolidação do agronegócio no MT envolve constante inovação e novos parceiros, que mantém um ciclo

vicioso de velhas práticas que nunca desaparecem. Martins (2009) argumenta que esta é uma fronteira humana moldada pela falsa dicotomia entre civilização e não civilização, porque constitui uma realidade degradada, mas abrangente, um dos capítulos mais brutais do desenvolvimento econômico no Brasil, em que os principais protagonistas são exatamente as vítimas (grupos indígenas e camponeses pobres). A fronteira econômica de MT é um "território de morte" e local onde os arcaísmos mais desumanos renascem; a fronteira é exatamente o inverso do que seu imaginário proclama (MARTINS, 2009, p. 13-14). Felizmente, se o agronegócio produz um espaço repleto de tensões político-econômicas e socioambientais, também contém elementos velados de esperança e possibilidades reais de transformação. Mas para se perceber a permanência de problemas e os vestígios de mudança, é necessário ao pesquisador abraçar a totalidade de tais relações sociais, econômicas e sócio-ecológicas revestidas de grandes controvérsias e resultante de múltiplas disputas políticas.

Nota: O autor agradece, de forma calorosa, a colaboração prestada pela equipe organizadora, em especial o apoio à tradução e revisão do texto.

Referências Bibliográficas

ACSELRAD, V. **A economía política do agronegócio no Brasil:** o legado desenvolvimentista no contexto da democratização com liberalização. Porto Alegre, 2012. Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

AGROANALYSIS. **Balança comercial:** contribuição do agronegócio. Agroanalysis, v.34, n.2, p.21, 2014.

BRUNO, R. **Um Brasil ambivalente:** agronegócio, ruralismo e relações de poder. Rio de Janeiro: Edur/Mauad, 2009.

CEDDIA, M. G., SEDLACEK, S.; BARDSLEY, N. O.; GOMEZ-Y-PALOMA, S. Sustainable agricultural intensification or Jevons Paradox? The role of public governance in tropical South America. **Global Environmental Change**, v.23, n.5, p.1052-63, 2013.

CEPEA. *Agromensal* – **CEPEA/ESALQ: Informações de mercado** (Janeiro 2014). Piracicaba: CEPEA, 2014.

DELGADO, G. D. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio:** mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: UFRGS, 2012.

FURTADO, R. **Agribusiness brasileiro: a história.** São Paulo: ABAG/Evoluir, 2012.

GARRETT, R.; LAMBIN, E.; NAYLOR, R. Land institutions and supply chain configurations as determinants of soybean planted area and yields in Brazil. **Land Use Policy**, v.31, p.385-96, 2013.

IORIS, A. A. R., Rethinking Brazil's Pantanal wetland: beyond narrow development and conservation debates. **Journal of Environment and Development**, v.22, n.3, p.239-60, 2013.

IORIS, A. A. R. **The political ecology of the state:** the basis and the evolution of environmental statehood. Abingdon: Routledge, 2014.

IORIS, A. A. R. Cracking the nut of agribusiness and global food insecurity: in search of a critical agenda of research. **Geoforum**, v. 63, p.1-4, 2015.

IORIS, R. R.; IORIS, A. A. R. The Brazilian developmentalist state in historical perspective: revisiting the 1950s in light of today's challenges. **Journal of Iberian and Latin American Research**, v.19, n.1, p.133-48, 2013.

ISTOÉ DINHEIRO. **Milhão com açúcar** (16 Outubro 2013), p.83-85, 2013.

JANSEN, K.; VELLEMA, S. (Eds.). **Agribusiness and society: corporate responses to environmentalism, market opportunities and public regulation.** London and New York*:* Zed Books, 2004.

MAPA (Ministério da Agricultura). **Intercâmbio comercial do agronegócio: rincipais mercados de destino**. Brasília: MAPA, 2012.

MARTINS, J. S. **Fronteira: A degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2009.

MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior). **Brazilian trade balance: consolidated data.** Brasília: MDIC, 2013.

MOORE, J. W. Cheap food and bad money: food, frontiers, and financialization in the rise and demise of neoliberalism. **Review**, v.33, n.2-3, p.225-61, 2010.

MORENO, G. **Terra e poder em Mato Grosso:** *política e mecanismos de burla 1892-1992*. Cuiabá: Entrelinhas/EdUFMT, 2007.

MORTON, D. C.; DEFRIES, R. S.; SHIMABUKURO, Y. E.; ANDERSON, L. O.; ARAI, E.; DEL BON ESPIRITO-SANTO, F.; FREITAS, R.; MORISETTE, J. Cropland expansion changes deforestation dynamics in the Southern Brazilian Amazon. **PNAS**, v.103, n.39, p.14637-41, 2006.

MURRAY, W. E. Neo-feudalism in Latin America? Globalisation, agribusiness, and land re-concentration in Chile. **Journal of Peasant Studies**, v.33, n.4, p.646-77, 2006.

O ESTADO DE SÃO PAULO. ***Governo aumenta em 14,8% valor destinado ao crédito rural'*** .http://economia.estadao.com.br/noticias/economia-geral,governo-aumenta-em-14-8-valor-destinado-ao-credito-rural,185256,0.htm (accessed 19 May 2014), 2014.

PEREIRA, B. D. **Agropecuária de Mato Grosso:** velhas questões de uma nova economia. Cuiabá: EdUFMT, 2012.

RICHARDS, P. D.; MYERS, R. J.; SWINTON, S. M.; WALKER, R. J. Exchange rates, soybean supply response, and deforestation in South America. **Global Environmental Change**, v.22, n.2, p.454-62, 2012.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: O contexto e as questões em debate. ***R*evista de Economia Política**, v.30, n.3, p.511-31, 2010.

THE GUARDIAN. **Brazil's 'Chainsaw Queen' Takes on Environmentalists**. http://www.theguardian.com/environment/2014/may/05/brazil-chainsaw-queen-katia-abreu-amazon-deforestation/print (accessed 05 May 2014), 2014.

WOLF, S.A.; BONANNO, A. (Eds.). **The neoliberal regime in the agri-food sector:** crisis, resilience, and restructuring. Abingdon and New York: Routledge, 2014.

OS "NATURAIS" E OS "SOCIAIS" NO DEBATE SOBRE ÁREAS PROTEGIDAS: INTENCIONALIDADE E ALTERIDADE PARA ALÉM DA DICOTOMIA DISCIPLINAR

Cleyton Gerhardt[10]

O mundo universitário [...] é constituído de um conjunto de clãs [...]. E aquele que não tem cheiro da matilha é, infalivelmente, rejeitado.
Michel Mafesolli (2006, p.12).

Em 2007, por conta de minha pesquisa de doutorado (GERHARDT, 2008) relacionada à discussão sobre áreas protegidas e seus conflitos, pude conversar com um engenheiro florestal (a quem chamarei Licurgo), figura central na criação de unidades de conservação nos anos 1980 e 1990 cuja produção intelectual ainda exerce forte influência entre especialistas. Ao falar logo de início sobre a pesquisa que vinha realizando, Licurgo indagou incisivo: "é isso que estou querendo saber, o que está fazendo e quem são as outras pessoas que está entrevistando". Não notando sua curiosidade

10 Cientista social, pesquisador e professor (DE) na Decania de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ/CCJE).

em saber quem já havia entrevistado, comecei a falar sobre aspectos gerais da pesquisa, o que fez com que me interrompesse outra vez: “mas a minha pergunta você ainda não respondeu. Com quem já conversou e com quem vai conversar?”. Como à época, ainda iniciando minhas entrevistas com especialistas, a maioria das pessoas vinha das ciências sociais, ao ouvir seus nomes Licurgo comentou: “mas da área de ciências da conservação ou das ciências naturais, quem você já entrevistou? Não sei como essas teses acontecem nessas áreas multidisciplinares, mas imagino que deva fazer no mínimo um apanhado em número equivalente de pessoas”. Respondi então: “a ideia não é montar um quadro de guerra entre pesquisadores”; ao que em tom descontraído Licurgo completou: “não é! Mas não precisa, né? Pois já está estabelecida [risos]. Bem, e na área de ciências falando da natureza, quem já entrevistou?”. Após citar três pessoas, disse ele: “dois são [biólogos] da conservação e [outro] é da Embrapa”. A seguir, passou a enumerar “referências que podem ser boas pra você, que considero importantes na área das ciências naturais e biologia da conservação”, destacando um em especial, “um nome obrigatório, se não colocar ele você fura radicalmente”.

Em grande medida, o episódio descrito acima ilustra bem como o debate intelectual em torno da relação entre áreas protegidas e grupos sociais que nelas vivem ou delas fazem algum tipo de uso demarca um ambiente extremamente divergente e controverso. De fato, e em parte repercutindo um contexto polêmico mais amplo envolvendo órgãos governamentais, ONGs, fundações de grandes empresas e inúmeras organizações que representam ou atuam junto às populações atingidas pela sua criação/gestão, se há um consenso entre especialistas é o de que se instalou em torno do tema um contexto discursivo caracterizado pelo dissenso e, em certos momentos, por ásperos e belicosos diálogos, sendo senso comum a tendência de se caracterizar a discussão a partir de posições, perspectivas, correntes, polos, vertentes ou lados que se contrapõem[11]. Eis que surgem nas suas falas um conjunto abundante de expressões e ideias que, na sua maioria, aparecem em oposição, estando entre as mais corriqueiras a divisão entre: duas prioridades (preservar a natureza x garantir

11 Tal beligerância verifica-se inclusive nos próprios termos usados para apresentar a questão; a começar pela disputa, um tanto silenciosa, travada entre os que preferem falar em "área protegida" (termo geral dotado mundialmente) e os que priorizam "unidade de conservação", expressão cunhada no final dos anos 1970 por Maria Tereza Jorge Pádua (à época *diretora do departamento de áreas protegidas do antigo IBDF)* e hoje, pelo que sei, exclusividade brasileira.

direitos às pessoas); dois direitos (das espécies naturais x dos seres humanos); duas visões (socioambientalista x conservacionista); duas valorações (sociocêntrica x biocêntrica); dois reducionismos (sociológico x biológico); dois enfoques disciplinares (biologia da conservação x etnoconservação); duas escolas de pensamento (ecologia social x biologia da conservação); dois discursos (socioambiental x ambientalista); dois mitos (bom selvagem x natureza intocada); dois imaginários (social-popular x ecológico-ambientalista); duas utopias (preservacionista x ecosocialista); dois movimentos (preservacionismo x conservacionismo; ambientalismo x socioambientalismo; movimento social x movimento ecologista) e dois personagens (ecocêntrico x antropocêntrico; cientistas sociais x cientistas naturais; naturalistas x culturalistas; desenvolvimentistas x ambientalistas; etnopeople x biolife)[12].

Voltarei a falar sobre o diálogo com Licurgo. Porém, por ora chamo atenção para o fato de que, entre as diversas oposições acionadas por pesquisadores ligadas ao tema das

12 Todos os termos acima foram retirados da literatura sobre áreas protegidas. Para uma discussão detalhada sobre como se dá a manipulação destas e diversas outras categorias distintivas no contexto do debate sobre o tema, ver GERHARDT (2008; 2011; 2016).

áreas protegidas, uma das mais recorrentes é a que dispõe cientistas naturais e cientistas sociais em lados opostos, o mesmo valendo para suas respectivas disciplinas, em que a atuação de ecólogos e biólogos, por exemplo, é vista como contrária à exercida por antropólogos e sociólogos. Ao deparar com o público que transita pelo campo científico e suas construções e *a prioris* epistemológicos (no sentido cosmológico mesmo, do seu modo de ver o mundo, explicá-lo e pensar o desconhecido), é-se posto diante de um tipo particular de empatia e diferença, circunscrevendo o ambiente de guerra referido por meu colega engenheiro florestal a um plano distintivo específico - no caso, disciplinar.

Ocorre que o saber desses especialistas constitui não só o *modus operandi*, mas uma das armas de persuasão mais usadas dentro e fora da academia, sendo posta em ação para desqualificar ou valorizar o que o outro diz e faz[13]. Seja

13 Entre 2006 e 2008, quando do trabalho de campo para o doutorado, pude entrevistar 33 pesquisadores envolvidos com o debate em questão, sendo o trabalho que aqui apresento em parte resultado destes encontros. Contudo, como se verá ao longo do texto, além do perfil diversificado quanto à área de atuação, interesse de pesquisa e percurso profissional, não se trata de cientistas no sentido estrito, mas de figuras que se destacaram pelo trânsito entre o campo da ciência e da ação política direta. Em suma, apesar da vivencia no mundo acadêmico, as pessoas com as quais estive em contato e os autores da literatura citada (que não poucas vezes se confundem) se tornaram intérpretes privilegiados e influentes atores na conformação de

ocupando cargos no poder executivo e legislativo (como assessor parlamentar, por exemplo), colaborando ou atuando diretamente em organizações de movimentos sociais, fundações e ONGs ou prestando serviço de consultoria a empresas privadas, estatais, mídia e agências que financiam projetos de desenvolvimento, e a despeito de seu interesse intelectual ligada à produção de conhecimento em suas respectivas áreas e disciplinas, as ações que exercem no campo político mais amplo contribuem para que argumentos, interpretações e proposições produzam o que Foucault chamou “efeitos de verdade” (FOUCAULT, 2010) ou, numa leitura latouriana sobre a atuação de "intermediários”, “efeitos de realidade” (LATOUR, 1994).

Para além da veracidade/falsidade das afirmações ou de saber se se tratam de julgamentos ideológicos ou acusações alienadas, ilusórias e, como se verá adiante, até mesmo míticas, importa aqui o fato de que sua prática traz incorporada enquanto artefato, instrumento e efeito o poder de gerar e fazer circular na vida cotidiana do mundo vivido efeitos persuasivos

---

políticas públicas sobre áreas protegidas, os aproximando o fato de que estiveram ou estão "comprometidos com uma intenção original de mudança", atuando também "no plano da instrumentalização da pesquisa científica voltada à transformação social" (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1996, p.18).

que "funcionam como verdade, que passam por tal e que detêm, por este motivo, poderes específicos” (FOUCAULT, 2010, p.231). Mas do mesmo modo que estes intérpretes peritos interferem no rumo do debate e ajudam a elevá-lo à condição de “questão social relevante” (BLUMER, 1971), produto de um esforço assimétrico de definição coletiva sobre que problemas sociais devem receber maior atenção, como sofrem a influência de sua politização na esfera pública, sua atuação também resulta em parte desta última. Assim, se sua ação interfere no rumo que um dado tema ou encaminhamento irá tomar, o movimento oposto se dá do mesmo modo, pois o que dizem e escrevem não deixa de ser também resultado dos efeitos de verdade que eles próprios ajudaram a fixar. De dialética em torno deste duplo "efeito bumerangue", se, por um lado, buscam transpor a competência científica alcançada para outras esferas sociais, por outro também se utilizam do reconhecimento obtido nestas últimas para fortalecer suas interpretações dentro de seus respectivos campos de atuação acadêmica.

Tendo em vista tal condição privilegiada e levando em conta seu reconhecimento dentro e fora do campo científico, descrevo como se dá a operacionalização deste saber que, em

diferentes instâncias e esferas de poder, confere autoridade para que *experts* atuem como tal. Além de mostrar como se referenciam mutuamente e qualificam seus pares com base em formações acadêmicas distintas, parto desta distância disciplinar para apontar algumas diferenças metodológicas e epistemológicas que estariam por trás do contexto controvertido aqui já descrito. Porém, visando ultrapassar a limitação de tomar só a diferença disciplinar como explicação derradeira desse ambiente polêmico, proponho a seguir pensar distinções a partir de um olhar menos rígido. Para começar, como se verá, tanto no formato dicotômico duro (ciências sociais x ciências naturais), na forma de gradação (ciências exatas; ciências aplicadas; ciências naturais; disciplinas de fronteira; ciências sociais aplicadas; ciências sociais) ou a partir da respectiva filiação disciplinar (antropólogos x biólogos), este tipo de esquema não deixa ver que a trajetória profissional de boa parte dos envolvidos é marcada pelo trânsito entre áreas distintas.

E mesmo entre aqueles cujo investimento intelectual permanece estritamente focado na sua disciplina de origem, divergências não estão só ligadas à construção de saberes incompatíveis que se chocam, mas ao fato de que é preciso

escolher, dentro de um campo epistemológico repleto de possibilidades, o que se quer dele retirar, pontuar e enfatizar. Mais do que uma incompreensão disciplinar (explicação bastante confortável, pertinente e coerente, mas insuficiente), além de estar em jogo a delimitação de competências específicas, a tomada de decisão vincula-se a afetividades e trajetórias pessoais, compromissos éticos, idiossincrasias e temporalidades que se deslocam, bem como ao contexto específico em que se está inserido ao se debater dado assunto. Em suma, há aí uma intencionalidade - sempre pessoal e não generalizável - que não pode ser reduzida só a diferenças interpretativas, teóricas, conceituais ou metodológicas. O que, por sua vez, remete à necessidade de estar atento às experiências passadas, ao lugar de onde se fala e o quê, como e para quem se fala quando se mobiliza argumentos, se elabora explicações, se estabelece comparações, se delimita distinções, se fixam oposições ou se realça maior proximidade.

"Os naturais" e "os sociais" ou quando pesquisadores se diferenciam disciplinarmente

Se entre especialistas é comum posicionamentos diferentes virem à tona a partir da área em que atuam,

considerando a amplitude com que isso se dá, a distinção mais genérica emerge ao se por, de um lado, cientistas naturais e, de outro, cientistas sociais, o mesmo valendo para termos equivalentes (ciências humanas x da natureza; humanidades x ciências exatas; ciências moles x duras). Tal oposição acha-se amplamente disseminada na literatura. Para Azevedo (2002, p.32), por exemplo, nos “adeptos do ecocentrismo incluem-se os biólogos da conservação e os profissionais das ciências naturais em geral que promovem o modelo de áreas protegidas sem a presença humana", sendo que "grupos adeptos da visão sociocêntrica, geralmente oriundos das ciências sociais, partilham e mesmo reforçam esta visão dualista de separação de natureza e sociedade”.

Também Dourojeanni (2001, p.90) faz outra associação para distinguir aqueles cujo "diálogo nunca há sido fácil (...) por razones que en parte están originadas por las profesiones mayoritarias de los actores de ambas as formas de pensar". Assim, para o autor, "los ‘ambientalistas’ suelen ser profisionales de las ciencias naturales, mientras que los ‘socio-ambientalistas’ son en general profisionales de las ciencias sociales. La brecha de formación se refleja en especial en la aplicación y interpretación de los conocimientos científicos". Já

Lima (2002, p.39), referindo-se ao clima beligerante do debate sobre "UC sem gente", entende que se para o "cientista social é evidente que a concepção radical de áreas de proteção integral remete a uma construção histórica de como deve se dar a relação entre sociedade humana e mundo natural", para "biólogos mais radicais a conservação da biodiversidade é incompatível com a presença humana e não há espaço para uma conciliação”.

Também é possível hierarquizar disciplinas e subdisciplinas formando um *continumm* entre dois polos distintos. É o caso de Adams (2000b, p.19), para quem haveria uma "dicotomização na discussão sobre áreas de preservação". Em outro texto, ao analisar detalhadamente 50 anos de pesquisas sobre caiçaras na Mata Atlântica, a autora elabora um "diagrama" com “linhas teóricas e disciplinas ligadas à antropologia e à biologia que abordam a relação homem-natureza” (2000a, p.58). Nos dois extremos de seu quadro-guia Adams situa as duas como referência para incluir, entre elas, epidemiologia, genética, geografia, arqueologia, sociologia, psicologia, microeconomia, ecologia e suas subáreas (ecologia de sistemas, de populações, evolutiva e aplicada), além de especialidades como antropologia cognitiva, sociobiologia

humana, antropologia ecológica, etnobiologia, ecologia comportamental e ecologia cultural. Acima de todas elas, porém, prevalece a divisão entre ciências sociais e naturais simbolizada pela separação mais estrita entre antropologia e biologia.

De fato, é usual cientistas naturais afirmarem que sociólogos e antropólogos não estariam interessados em preservar a natureza ou proteger a biodiversidade. Olmos et al. (2001, p.299), por exemplo, sustentam que para cientistas sociais "é óbvio que preocupações sobre a destruição do patrimônio natural não passam pela cabeça dessas pessoas, que [...] comumente atacam seus críticos chamando-os de racistas e acusando-os de tratar índios como se fossem animais [...], o que, vale lembrar, todos seres humanos são". O artigo, assinado por 12 especialistas das áreas da zoologia, botânica, genética, paleontologia, engenharia florestal e biologia da conservação, traz o sugestivo subtítulo *A crescente ameaça das 'populações tradicionais' à Mata Atlântica*[14]. Não por acaso a ácida crítica e

14 Assinam o texto: Fábio Olmos, Jorge Albuquerque, Mauro Galetti, Miguel Milano, Ibsen Câmara, Adelmar Coimbra-Filho, José Pacheco, Claudia Bauer, Carlos Pena, Thales Freitas, Marco Pizo e Alexandre Aleixo. Publicado um ano após a aprovação do SNUC, o texto constitui ataque frontal à permanência de pessoas em UCs, à sua tradicionalidade, ao valor para a conservação de seus saberes e à possibilidade de se tornarem

o tom acusatório à atuação de cientistas sociais é emblemático quanto à demarcação de diferenças ligadas à sua competência profissional, chegando a atacar a cientificidade de seu conhecimento, utilizando aspas quando se referem à sua atividade. Assim, para Olmos et al. (2001, p. 299): "se ‘cientistas’ sociais querem tentar conservar a biodiversidade com suas estratégias politicamente corretas, devem fazê-lo fora de áreas biologicamente importantes e das unidades de conservação. Se suas experiências derem certo os conservacionistas serão os primeiros a reconhecer seu sucesso e apóia-los. Se derem errado, todavia, nada de tão importante terá sido perdido". Também os biólogos da conservação Terborgh e Schaik (2002) contestam a competência da ciências sociais para falar sobre aspectos técnicos ligados ao manejo de ecossistemas. Para eles, pesquisas sobre o tema feitas fora do escopo das ciências biológicas seriam “estudos muito pouco científicos” cujos “argumentos são pouco convincentes”. E Milano (2002, p.vii), engenheiro florestal, é ainda mais enfático sobre qual ciência deveria estar à frente das políticas de conservação: “é do mundo científico, onde se produz o conhecimento, que vêm as mais convincentes razões [...] para a

---

parceiros competentes e relativamente autônomos no que se tange ao manejo das áreas onde vivem.

filosofia da conservação [...], sendo as ciências biológicas a grande fonte do saber correspondente”.

Mas mesmo o tom acusatório pode ser encontrado entre cientistas sociais. Porto (2006, p.7), por exemplo, ao analisar conflitos na região de Silva Jardim/RJ entre, de um lado, IBAMA, WWF e Associação Mico-Leão Dourado e, de outro, agricultores e INCRA, comenta que a ação dos primeiros, vindos na maioria das áreas biológicas, teria “um caráter conservacionista” marcado pela “visão romântica da natureza que despreza a dimensão humana e social da questão ambiental”. Já Diegues (1996, p.69), além de lastimar que as “ciências exatas não só desconhece, mas despreza o conhecimento tradicionalmente acumulado" por populações tradicionais, acusa cientistas naturais de ter uma "visão parcial, positivista, que ignora outras alternativas” à conservação. Além disso, como "entidades governamentais e não-governamentais conservacionistas empregam grande número de cientistas naturais (engenheiros florestais, botânicos, biólogos) em cargos de direção, a visão ‘naturalizadora’ é predominante nesses órgãos" (2000, p.17).

Cientistas sociais também contestam a qualidade do trabalho de seus colegas. Para Diegues, quem vem das ciências

naturais "não têm treinamento adequado para solução de conflitos cada vez mais freqüentes entre políticas conservacionistas e as populações locais" (2000, p.17). Afirma ainda (1996, p.69) que, no caso da "contribuição das ciências naturais para a conservação, muitos de seus pressupostos são discutíveis”. E para reforçar seu argumento, em outro texto (2004, p.11) mobiliza especialistas da área ao afirmar que cientistas que adotam "métodos da biologia da conservação têm criticado essa ciência pela necessidade de uma base de dados sofisticada, em geral, inexistente”. Por fim ataca um grande nome da ecologia, inspirador de muitos cientistas naturais: “como não levar em conta a ação humana na análise dos ecossistemas é irrealista, a concepção de Odum contribuiu para criar uma conotação misantrópica ao discurso de alguns conservacionistas” (*op. cit*. p.15).

Como se vê é prática corrente cientistas naturais acusarem seus colegas de produzir "estudos pouco científicos", de seus argumentos serem "pouco convincentes" e que antropólogos possuiriam sérias "deficiências de conhecimento", sem contar o fato de serem 'cientistas' com aspas. Mas cientistas sociais adotam artifício parecido, sustentando que profissionais das "áreas biológicas" teriam

uma "visão romântica", "parcial", "positivista" e "naturalizadora", que muitos tomam "decisões equivocadas" ou a partir de uma "inexistente" "base de dados sofisticada", que certas verdades "provêm de fontes não-científicas" e que "pressupostos" seriam "discutíveis", sem contar a acusação de seu "discurso misantropo" estar impregnado de forte aversão aos seres humanos.

No que tange à desvalorização, feita por Olmos et. al e Milano, da "pesquisa feita fora" das "ciências biológicas" e à separação entre o saber da ciência com aspas e o produzido pela ciência sem aspas, esta última vista como "a grande fonte do saber" "onde se produz conhecimento", muito disto se deve à demarcação de temas cuja atribuição de competência seria exclusividade de quem vem das áreas biológicas. Sobre esta espécie de reserva de mercado intelectual, Barretto Filho (2001, p.45) chama atenção de que as ditas UCs de proteção integral “sugerem a existência de uma excepcionalidade natural intrínseca, de atributos singulares e especiais da natureza aos quais apenas os cientistas naturais teriam acesso e que justificariam científica e objetivamente a sua criação”. Mas também cientistas sociais demarcam um campo de atuação específico, só que ligado à relação entre o pesquisador e o

público com o qual trabalha e estuda. Para Lúcio, geógrafo que entrevistei e que atuou como assessor de Chico Mendes, "os biólogos podem entender muito das espécies, mas entendem muito pouco da sua própria espécie”. Já Arminda, antropóloga que há mais de duas décadas trabalha com conflitos envolvendo áreas protegidas, ao lhe falar sobre o "argumento que diz que populações tradicionais simplesmente preservam porque, aspas, o capitalismo não chegou a elas, porque elas não têm ainda acesso à tecnologia e informação”, retorquiu dizendo: "estes argumentos são muito pobres, são ignorantes. E aqui estou falando ignorante apenas no sentido de falta de conhecimento, falta de formação básica, de educação a respeito de questões sociais".

Sobre a entrada de cientistas sociais no campo de ação voltado às políticas ambientais, para Barretto Filho (2006) teria sido justamente a "eficácia dos programas de [...] conservação por meio de áreas protegidas o principal fator responsável pela emergência de uma ‘nova sensibilidade’ para com os fatores sócio-culturais nesses programas", disto resultando a criação de "uma demanda sem precedentes pelas habilidades dos cientistas sociais”. Lima (2002, p.38) nota ser este "um campo profissional no qual se nota o crescimento da atuação de

antropólogos", devendo-se apoiar sua "participação muitas vezes isolada em consultorias e outras situações em que somos chamados a participar". Mas a autora vai mais longe ao defender maior presença de cientistas sociais na gestão de UCs de uso indireto, isto é, das meninas dos olhos de muitos cientistas naturais:

> a participação de cientistas sociais na implantação de áreas intocadas deveria ser tão importante quanto a que desempenham nos projetos de implementação de unidades de uso sustentável. Mesmo se as áreas forem de proteção integral, (isto é, 'sem gente'), sua implantação precisa ser acompanhada por cientistas sociais para que realizem estudos de impacto social e investiguem que população é afetada pela restrição de uso do território, avaliem a extensão das perdas que elas sofrem, e prestem assessoria à população nas negociações de propostas de indenização e compensação (op. cit. p.41).

Ocorre que ampliar a competência de cientistas sociais na criação/gestão de UCs significa, em contrapartida, redistribuir espaços decisórios já ocupados por cientistas naturais, o que, claro, acarreta reações contrárias por parte destes últimos. Ao entrevistar Horácio, um dos primeiros antropólogos a entrar no debate que levaria a aprovação do

SNUC, ele lembrou que numa das primeiras reuniões para discutir o tema na Câmera dos Deputados em 1986

> eu praticamente era o único antropólogo com voz discordante dos ecólogos, biólogos e burocratas do IBDF. Eles quase me bateram fisicamente. Eles diziam: “mas, afinal, o que é que faz um antropólogo aqui”. E eu disse: “o antropólogo está aqui porque vocês têm o mesmo direito de estar aqui do que eu e do que o resto da sociedade, esse é um debate social, não é um debate ambiental apenas, ambiental no sentido natural, vocês estão equivocados”.

Seguindo esse tipo de argumentação relativa à divisão de atribuições em relação ao "debate ambiental" e à legitimidade para falar do "debate social", Diegues (2000, p.13-14) sugere, quanto à definição de "prioridades de conservação", ser preciso incentivar a “realização de seminários em que cientistas naturais e sociais deveriam participar". Isto porque “o número de cientistas sociais que participam desses seminários é pequeno e, o que é mais grave, os pressupostos teóricos e científicos adotados são na grande maioria provenientes da biologia da conservação”. Nota-se aqui a luta não só por espaço nas decisões sobre conservação ambiental, mas por prerrogativas ligadas à própria autoridade para falar sobre que "pressupostos" deveriam orientar a discussão.

Em contraponto, no que se refere à presença de cientistas sociais em terrenos dominados por cientistas das áreas biológicas, Nicolau - engenheiro florestal autodeclarado conservacionista para quem no passado, “quando não existia toda essa banda de sociólogos e antropólogos, as coisas se resolviam muito bem” - até aceita que os primeiros possam exercer funções na gestão de UCs. Porém, e embora admita que quando “era chefe do serviço florestal também tinha antropólogos e sociólogos, tinha essa gente, porque você precisa deles pra manter o diálogo com a comunidade”, o problema atual seria que “antes nenhum deles propunha meter pessoas dentro dos parques”. Também, em Olmos et. al o ataque à credibilidade de cientistas sociais ganha amplitude, para os quais "atitudes conscientes por parte dos ‘povos tradicionais’ que resultem em padrões de uso sustentável são praticamente inexistentes, embora impressionem bastante os antropólogos" (2001, p.287). Mais adiante, apontam a “surpreendente dificuldade de alguns setores em deixar para trás aquilo que é reconhecidamente errôneo [...], certamente porque é difícil renegar carreiras acadêmicas ou de consultoria constituídas sobre pés de barro” (op. cit., p.298).

Mas cientistas sociais também fazem uso de falas fortes. Ladeira (2004, p.38), ao comentar a atuação de "organizações ambientalistas que defendem espécies vegetais e animais segundo suas pesquisas”, acusa-as de tratar índios Guarani como se fossem “predadores e invasores estrangeiros em Parques”, lastimando que estas instituições "dispensem, nos contatos interculturais e na fase de elaboração dos programas implantados pelos governos, a participação de antropólogos e especialistas (porque de construções entendem os engenheiros e arquitetos, de saúde os médicos, de biologia e meio ambiente os biólogos, mas de cultura ‘todos’ pensam entender)". Ora, se a ironia é corrente no artigo de Olmos et. al sobre a "ameaça" das 'populações tradicionais'", Ladeira (2004, p.37) alfineta seus colegas não só ao criticar "organizações ambientalistas" por não incluírem a "participação de antropólogos", mas valendo-se das mesmas aspas ao dizer que "de cultura 'todos'" [no caso, engenheiros, arquitetos, médicos e biólogos] pensam entender", com isso pondo em suspeição justamente a qualidade deste suposto "entendimento".

Pensando nas especialidades dos autores até aqui citados, em se tratando não do conteúdo, mas do modo de argumentação, zoólogos, paleantólogos, agrônomos, biólogos

da conservação e engenheiros florestais não diferem de antropólogos, historiadores, sociólogos, cientistas políticos e geógrafos. Se delimitar áreas prioritárias à conservação é vista por cientistas naturais como sua responsabilidade, o mesmo se dá com o esforço de cientistas sociais de restringir competências relativas às populações tradicionais. Nos dois casos trata-se de demarcar um território de atuação ligado ao exercício da autoridade para falar sobre um assunto, estando em disputa a legitimidade de intervir no destino de ambas, isto é, áreas e populações. Se os 11 cientistas liderados por Olmos até admitem que 'cientistas' (com aspas) sociais tentem "conservar a biodiversidade", que seja "fora de áreas biologicamente importantes"; já para Lima, Santille, Diegues e Ladeira, no caso de "contatos interculturais" e "elaboração de programas" para comunidades e povos tradicionais, a prioridade de "participação" deveria ser de antropólogos e especialistas que convivem ou estudam estes grupos. E se definir áreas biologicamente importantes, para Milano, deveria ser feito a partir do lugar "onde se produz o conhecimento" (no caso, ocupado pelas ciências biológicas), para Lúcio e Ladeira, visto biólogos entenderem "muito pouco sobre sua própria espécie", por mais que "de cultura 'todos' pensem saber", nem

todos estariam qualificados para lidar com diferentes "culturas".

Sobre este ponto, para Branco (1995, p.229) o equilíbrio de comunidades humanas seria "de natureza sociológica e não ecológica": visto que o "ambiente [do ser humano] é artificial, criado visando um fim social, ele se beneficia do equilíbrio ecológico natural, mas não participa dele". E, fechando o argumento sobre quem deveria estudar o quê, conclui: "o estudo das relações entre o homem e seu meio cabe à sociologia e não à ecologia". Já para Lima (2002, p. 40) a inclusão de minorias na categoria tradicional seria "um exemplo do papel político que antropólogos podem desempenhar como legitimadores de nomenclaturas que valorizam uma população previamente negligenciada e assim promovem justiça social". E ainda, Santilli sustenta que, sendo a definição de população tradicional inspirada "em conceitos antropológicos" e "desenvolvida pelas ciências sociais, para compreendê-la parece-nos fundamental recorrer aos conhecimentos produzidos por essas ciências" (2005, p.161-128), devendo "a construção de um regime jurídico *sui generis* de proteção aos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade basear-se nos conhecimentos já produzidos

pelas ciências sociais e etnociências sobre características intrínsecas dos processos criativos dos povos tradicionais” (op. cit., p.248). Consequentemente,

> quem define quem é população tradicional seriam as ciências sociais: certo é que o conceito jurídico de ‘população tradicional’ deve ser construído com base nas características e descrições apontadas pelas ciências sociais, e a interpretação judicial dos dispositivos do SNUC referentes às populações tradicionais deve se basear nos conhecimentos antropológicos sobre a matéria (op. cit., p.133).

Todavia, o tema das populações tradicionais é dos mais polêmicos entre cientistas sociais. Barreto Filho (2006), por exemplo, critica diversos autores que sobre ele escreveram (ALMEIDA, 1992; DIEGUES, 1996; VIANNA, 1996; ARRUDA, 2000; ADAMS, 2000; CUNHA e ALMEIDA, 2004), mostrando-se cético ao que designa como viés ecologicamente "tecnologizante" do "pacto" proposto, originalmente, por Cunha e Almeida, naquele momento a principal referência sobre o tema e para quem a categoria população tradicional seria "ocupada por sujeitos políticos que estão [...] dispostos comprometer-se a uma série de práticas em troca de algum tipo de benefício e, sobretudo, de direitos territoriais" (2004, p.184). Com tal proposição, indaga Barreto-

Filho (2006, p.123): "não corremos o risco de tornar tais grupos reféns de uma definição a-histórica e exógena dessas políticas de alcance geral? Valorizá-los por disporem de tecnologias úteis para se viver em ambientes frágeis [...] não instaura uma relação instrumental para com eles?". Já, Lobão (2006) parte de uma situação concreta por ele etnografada (*I Encontro Nacional de Comunidades Tradicionais* ocorrido em 2005) para traçar um quadro nada animador quanto ao papel de antropólogos junto a grupos atingidos pela criação de áreas protegidas. Sobre tal atuação durante o encontro, questiona o fato de não terem sido

> construídas condições para que outros grupos, que não tiveram acesso, não souberam, não tiveram 'padrinhos' e não foram convidados tivessem acesso ou possam vir a reivindicar seus direitos potenciais. [...] o que vi foi uma reunião de uma projeção de grupos sociais construída por *antropólogos*, instituições, ONGs, sob o argumento que isto potencializa movimentos sociais frente ao arcabouço jurídico nacional (2006, p.26).

Ocorre que a objeção de alguns antropólogos à prerrogativa das ciências sociais (que produz, aliás, boa parte do conhecimento sobre população tradicional) em definir quem seria "tradicional" curiosamente os aproxima de colegas das

ciências naturais (ver GERHARDT, 2008; 2016). Mas se o foco da crítica de ambos, antropólogos e cientistas naturais, é o mesmo (a autoridade do cientista social), sua finalidade acha-se invertida. Embora a pretensão de garantir direitos especiais a grupos culturalmente diferenciados seja aceita por antropólogos como Barreto Filho e Lobão, para Olmos et al., ao contrário, ela é vista de modo negativo, como no comentário outra vez irônico em que acham “surpreendente que comunidades alternativas de São Tomé das Letras e Pirinópolis não tenham sido consideradas ‘comunidades tradicionais’ (ou ‘neo-tradicionais’) por algum antropólogo ou sociólogo, já que [...] com certeza apresenta conhecimentos sobre o meio natural suficiente para impressionar alguns cientistas sociais” (2001, p.282). O ataque aqui se dá em duas frentes: sobre a noção de "comunidade tradicional" e, sobretudo, em cima da competência de antropólogos e sociólogos para falar sobre tradicionalidade. Não entrarei neste tema, porém, em parte, tal prática se deve ao termo tradicional funcionar, parafraseando Barrington Moore (1978, p.655) em sua análise sobre nacionalismo, como "recipiente onde se pode derramar conteúdos muito distintos". Assim, exceto lutas pontuais dentro do campo jurídico (bem mais hermético), nada impede

especialistas de distintas áreas, como Olmos et al., nela "derramarem" o conteúdo que desejarem.

Em suma, quando se trata de áreas protegidas, a oposição em torno das duas grandes áreas do saber (ciências sociais e naturais) é levada até a fronteira que separa suas respectivas disciplinas e ramos disciplinares. Por trás do tom acusatório e provocativo está a disputa tanto por ampliar suas áreas de competência como por demarcar novos campos de atuação. Daí o argumento de que sociólogos e antropólogos extrapolariam sua qualificação ao invadir competências que deveriam ser exercidas por biólogos e engenheiros florestais, sendo a contrapartida igualmente válida. Porém, tal beligerância sinaliza para um tipo de explicação que precisa ser explorada: suas diferentes formações disciplinares como estando na base do ambiente controvertido. Estaria aí, no fato de ambos desconhecerem, contestarem ou recusarem fundamentos e procedimentos das disciplinas de seus pares a chave para desfazer o "quadro de guerra", segundo Licurgo, já "estabelecido"? Antes de abordar diretamente a questão, vejamos algumas diferenças que vão nesta direção.

Divergências teórico-epistemológicas como ponto de partida

Ao indagar o que diferenciaria o trabalho de cientistas sociais e naturais, Bolívar, zoólogo com vasta experiência no campo da biologia da conservação, comentou:

> O problema maior do cientista social é o seguinte: como eles não trabalham com ciência no sentido de quantificar em termos estatísticos - aqui tem uma hipótese nula ou alternativa e você testa isso -, pra gente isso fica muito difícil de discutir. Se provo que áreas que tem gente têm diversidade menor, vou provar isso com um monte de réplicas e estatísticas".

Já ao fazer a mesma questão a Juvenal, geógrafo com trajetória acadêmica voltada à geografia política e geografia agrária, este respondeu:

> uma das questões principais [é que] não temos soluções gerais para todos os casos, nós precisamos sempre avaliar a situação específica para cada projeto. Precisamos sempre contextualizar. Isso é o mais grave erro das ciências exatas. O sistema de pensamento nas ciências exatas pega simplesmente alguns parâmetros, faz experimentos, compara uma coisa com outra e fala: 'aquilo é melhor do que isto'. Você sempre pode pegar um aspecto específico sem considerar o contexto e assim você consegue defender qualquer tese.

Como dito, a polaridade centrada no tipo de formação acadêmica remete a uma dimensão peculiar da alteridade envolvida que reforça a ideia de dois lados (no caso, disciplinares) que se opõem. Se distintas lógicas que regem argumentações científicas seguem o *ethos* acadêmico geral, também se orientam, como lembra Little (2004), segundo planos epistemológicos e metodológicos específicos. Aceitando-se tal leitura, o oceano compreensivo (ou incompreensivo) entre ambas as áreas e respectivas disciplinas passa a ser central para entender eventuais divergências. Embora não pretenda aprofundar o debate sobre tais diferenças (surgidas com o próprio nascimento das ciências sociais e o esforço por se afastar de sua coirmã), como são apontadas pelos próprios envolvidos, creio ser importante pontuar algumas delas a partir do contraste entre duas disciplinas em particular: biologia e antropologia. Mas antes um alerta. Para tanto, não há alternativa que fuja à necessidade de fazer distinções já bem conhecidas, o que implica aceitar um nível de simplificação, visto que, a depender de onde se esteja localizado entre uma e outra disciplina, a fronteira pode ser muito tênue. Portanto, o esforço contrastivo a seguir deve ser lido considerando a presença de nuanças que não se encaixam

total ou parcialmente na descrição exposta, aspecto que explorarei adiante.

Numa avaliação panorâmica, biólogos tendem a orientar seus procedimentos a partir da observação de fatos, seres, processos ou eventos tidos como precisamente delimitáveis através de relações baseadas no binômio causa/efeito. Como ilustra a fala de Bolívar, a ênfase na construção de modelos que permitam controlar ao máximo as variáveis envolvidas e reproduzir simulações e experimentos através de "réplicas e estatísticas" tem o objetivo de delimitar regularidades, explicações e padrões universais ou ao menos generalizáveis se não para todos, para a maior parte de situações análogas. Aqui uma primeira diferença é que muitos antropólogos se preocupam justamente em não generalizar ou, então, em apontar o limite de uma generalização e explorá-la antropologicamente, ou seja, em estudar aquele caso que "não encaixa bem" ou aparenta não fazer diferença, em registrar o inusitado numa situação conhecida, em realçar fatos inesperados e aparentemente inexplicáveis e irredutíveis a uma explicação lógica. Aliás, mesmo a intenção de chegar a tal explicação como argumento com sentido determinado (dedução necessária a partir de um conjunto de proposições)

pode ser abandonada ou perder importância devido à presença de ambivalências e incertezas. Ao invés do constante e ordinário, por vezes se busca o estranho que na aparente normalidade foge a regra, os ditos inadaptados e desviantes que fogem ao padrão e não o que seria estável, pré-definido e pré-existente. Como lembra um antigo texto de Gilberto Velho sobre antropologia social,

> sua tradição de estudar sociedades de pequena escala, fazer estudos de caso, trabalhar com comunidades, grupos de vizinhança etc. tem trabalhado num nível estratégico que [...] está permanentemente em contato com indivíduos concretos, carregados de densidade existencial, que não podem ser transformados com facilidade em alfas e betas (embora haja quem o consiga)[...].Esse contato pessoal, direto, faz com que os padrões de objetividade científica tradicionais tenham de ser encarados com certa reserva (1981, p.26).

Sendo o normal uma conduta socialmente construída cuja (auto)desconstrução é sempre uma possibilidade iminente devido à autonomia relativa de cada indivíduo ou grupo social, uma fonte básica de mudança do habitual (isto é, da variável estatística que indicaria a "média" numa "curva de distribuição normal" e que permite calcular a probabilidade do que pode

ocorrer) vem justamente da relutância das pessoas que leem sua realidade de modo distinto das tidas como "ajustadas" à conduta vigente (a qual, diga-se, tende a marcar estereótipos negativos como marginal, delinquente, menor infrator, maluco, selvagem, vândalo, analfabeto, jeca-tatu). Ocorre que, para o antropológico, é justo o estudo destes desviantes que permite ver "através deles aspectos insuspeitados da lógica do sistema sociocultural" (1981, p.28). Muitas vezes é na inconformidade dos que fogem, contestam ou subvertem o padrão normal de sociabilidade que reside a fonte do inesperado. Impertinência esta que pode levar o que era até então visto como incontestável, natural ou da ordem das coisas a ser encarado como algo inaceitável e que deve ser combatido. Citando novamente Gilberto Velho (1981, p.27 e 18), mesmo ao procurar regularidades, "a sua experiência pode mostrar [...] que os indivíduos e subgrupos fazem leituras particulares de sua cultura em função de suas características próprias", afinal, sempre haverá a "possibilidade de encontrar indivíduos 'inadaptados' na media em que certas características de personalidade serão [socialmente] mais valorizadas do que outras".

Ao contrário da biologia, na antropologia não há tanto controle prévio e indução. Se pode observar fatos sociais e escolher como observá-los, mas não produzi-los ou reproduzi-los através de repetidas experiências que se realizam sempre do mesmo modo. Ao contrário de um experimento em que se busca controlar todas as variáveis, seria impossível replicar, por exemplo, o processo de criação de um parque nacional e seus desdobramentos para então estudá-lo várias vezes. Seria também problemático generalizar episódios passados em um lugar e tempo histórico específico (por exemplo, conflitos entre pescadores e técnicos do ICMBio quando da criação, no litoral fluminense, de uma Resex marinha na década de 1990) para situações atuais aparentemente similares. Como lembrou Juvenal, muitas vezes antropólogos não estão preocupados em achar "soluções gerais para todos os casos", mas em refletir sobre uma "situação específica" circunscrita ao seu contexto, sendo que, se há semelhança entre casos, cada um deve ser visto em sua particularidade.

Assim, se para um zoólogo um grupo de onças difere de outro grupo, ao estudá-los ele parte do que teriam em comum, sendo este ao mesmo tempo o ponto de partida e de chegada: analisar seu comportamento como espécie. Já para o etnólogo

pode importar mais exatamente o contrário. Ao menos desde a crítica ao evolucionismo cultural e à pesquisa de gabinete que reinou na antropologia até o início do século XX, uma etnia indígena, por exemplo, não só difere das demais, mas é única em si mesma, no tempo e lugar onde vive seus integrantes, na sua relação com outras etnias e com os ancestrais e seres sobrenaturais que povoam seu universo cosmológico. Se no exemplo das onças o zoólogo se esforça em buscar evidências que ajudem a descrever, com minúcia, como vive e em que condições, como se reproduz e se comporta a espécie onça, na etnologia, para citar um texto de uma antropóloga dos anos 1930, "o antigo método de construção de uma história da cultura humana baseada em pedacinhos de evidência, arrancados de seus contatos naturais e colhidos de todas as épocas e em todo canto do mundo, perdeu grande parte da sua influência" (BENEDICT, 2013 p.11).

Como sintetiza DaMatta (1981, p.19), “eventos que servem de foco ao ‘cientista social’ são fatos que não podem ser reproduzidos em condições controladas [...], são eventos a rigor históricos e apresentados de modo descritivo ou narrativo, nunca na forma de uma experiência”. Aspecto que marca uma das diferenças entre quem olha um dado "objeto de pesquisa"

(seja ele representado por um ecossistema, um grupo de onças, conflitos entre pescadores e técnicos do ICM-Bio ou uma etnia indígena) a partir da lente fornecida pelo fazer antropológico e quem a vê com base no arsenal compreensivo da biologia. E se antropólogos podem "reconstruir tais realidades ou pedaços de realidade", não se pode supor que sua "reconstrução é a ‘verdadeira’, que foi capaz de incluir todos os fatos e que compreendemos perfeitamente todo o processo em questão. Nossas reconstruções, diferente das feitas por cientistas naturais, são sempre parciais” (op. cit, p.21). Ademais, na biologia a fase crucial da pesquisa geralmente está antes do experimento, ao se optar por uma dada hipótese, um dado método e seguir certos procedimentos visando controlar seu andamento. Feito isso, o tempo da "experiência" propriamente dita será mera consequência de opções anteriores cujos resultados são, em grande parte, esperados. Já para o antropólogo, é justamente a experiência incerta de estar com quem quer conhecer melhor o período decisivo, pois é desta interação que *insights* surgem e decisões são tomadas no sentido de orientá-lo em sua pesquisa.

Outro aspecto que distancia especialistas é a tendência, na biologia, de excluir do âmbito de suas cogitações (ou ao

menos tomar como meta) condutas de caráter moral, religioso e político de seus “objetos de estudo” (BRANCO, 1995, p.219). E, aqui, não se trata de saber se estes últimos (sejam eles onças ou insetos) teriam uma moral, uma religiosidade ou se balizam suas ações a partir de relações de poder. O importante é que a tendência de não tomá-las como variáveis relevantes leva o biólogo a proceder *como se* seu objeto de pesquisa fosse destituído de livre arbítrio, com a espécie ou as espécies em interação e mesmo um dado ecossistema estudado seguindo apenas o padrão ditado pelas possibilidades adaptativas, evolutivas e intuitivas intrínsecas a cada uma delas[15]. Ocorre que ética, moral, religiosidade e política, além de ser parte do fazer antropológico, são temas de pesquisa em potencial e para alguns, seu objeto de estudo por excelência. Este, sendo gerado no trânsito de pessoas ou grupos de pessoas com sentimentos, afetividades e compromissos mútuos e cuja individualidade as diferencia, não há como desconsiderar que por trás de suas ações há uma vontade que se choca, soma-se, mistura-se e/ou

15 Até porque, quanto mais próximo a especialidade do pesquisador estiver de sua própria "espécie" na "cadeia evolutiva dos hominídeos", maior a propensão de ver tal característica em seu "objeto de estudo" e, a partir daí, passar a estudá-lo. Não por acaso, em equipes de pesquisa sobre primatas, por exemplo, é comum a presença de psicólogos e antropólogos trabalhando lado a lado com primatólogos e outros especialistas vindos das ciências naturais.

se afasta da intencionalidade de quem olha para elas desde a perspectiva da produção de conhecimento científico. Além do desencontro das próprias intenções do pesquisado e do pesquisador repercutir ao final nos objetivos da pesquisa, ao lidar com pessoas - sejam elas nomeadas de modo mais genérico (agente, ator, sujeito, actante), especificando sua condição/posição social (dominado, dominante, oprimido, opressor, burguês, subalterno, elite, proletário) ou indicando seu vínculo identitário (quilombola, seringueiro, sertanejo, caiçara etc.) -, conflitos de interesses, articulações de caráter político e relações de poder são inerentes às interações que se estabelecem entre os envolvidos. O que vale tanto para grandes discussões como para ambientes bem mais restritos, visto ser possível "perceber o político nas mais 'microscópicas' instâncias do sistema sociocultural" (VELHO, 1981, p.28).

Outra diferença refere-se ao modo de argumentar e à pertinência de certas expressões ao serem aplicadas a um fim determinado. Milano (2002, p.193), por exemplo, engenheiro florestal com conhecimento na área da biologia da conservação, propõe a seguinte interpretação para críticas feitas à “criação de novas unidades de conservação [...] e permanência daquelas já estabelecidas”:

> até no mundo intelectual vê-se críticas à conservação; sem efetivo fundamento, é óbvio, mas aí estão. É de se perguntar por que tanta contradição? Muitas hipóteses podem ser estabelecidas e testadas para se buscar resposta a tal pergunta. Várias delas, certamente, trarão respostas consistentes e indicarão causas efetivas. Outras, da mesma forma, trarão respostas inconsistentes e não indicarão de maneira acurada as causas. Entre umas e outras podem estar aspectos como a inadequação científica e a falta de isenção ideológica na própria formulação das hipóteses, inadequação na coleta de dados e informações e correspondente processamento das mesmas, a inadequação da análise dos resultados em termos de causas e efeitos.

No texto, o autor propõe-se a diagnosticar, por exemplo: “mecanismos efetivos”, “métodos eficientes”, “mecanismos ineficazes”; “concepções equivocadas”, “atitudes racionais/irracionais”, “objetivos apropriados”, “estratégias adequadas”, “objetivos inapropriados”, “práticas corretas”, “manejos inadequados”, “sucessos”, “insucessos”, “erros”, “enganos” e “acertos”. O mesmo fazem Schaik e Rijksen (2002) e Terborgh e Schaik (2002), cujo vocabulário gira em torno de expressões como: "inadequação científica”, “respostas consistentes" e “causas efetivas”, e Olmos et al. (2001),

preocupados que estão em apontar “definições imperfeitas”, “fracassos e sucessos dos modelos de UCs”; “visões equivocadas” e “falhas dos parques e outras áreas protegidas”.

De fato, a distância interpretativa aumenta ao se olhar o ideal de cientificidade que prevalece em disciplinas aplicadas como biologia da conservação, engenharia florestal e agronomia, cujos especialistas têm explícita intenção de propor procedimentos práticos e intervenção direta. Ocorre que julgar um ponto de vista sobre UCs como "irracional" ou se eventuais críticas à conservação são "adequadas" e teriam "efetivo fundamento" pode não estar entre as questões que muitos antropólogos estão interessados em debater. Não que a preocupação não exista (como se verá adiante), mas sim que dizer o que seria ineficaz, apropriado, racional, correto, errado, sucesso, falha ou imperfeição pode não estar entre seus objetivos ou então não se põe desta forma como objeto de reflexão. No caso da busca por "causas efetivas", por exemplo, antropólogos podem se perguntar justamente sobre o porquê e o que estaria por trás desta busca. É o que faz Barreto Filho, que, ao invés de "pensar como organizar melhor o Parque" (central para biólogos da conservação), dirige a indagação no sentido de "refletir antropologicamente sobre o que é um

parque" e, no caso geral das UCs, "entender como vêm a ser o que são" (2002, p. 46). Ademais, almejar “isenção ideológica” (como Milano e Olmos et. al) é visto não só como indesejável, mas impraticável, visto que na maioria das vezes o único modo do antropólogo estudar um grupo social de forma honesta e aprofundada é pondo-se ao lado das pessoas com quem interage assumindo os riscos desta opção. O que faz com que aquilo que é visto como banal na antropologia seja contestado por muitos cientistas naturais.

Outro aspecto a provocar desencontros refere-se ao velho debate entre objetividade e subjetividade. Olmos et al. falam em “conhecimentos verdadeiros” e “base na realidade objetiva” ao contrapor “idéias baseadas em ilusões". E Fernandez (2004, p.241), ecólogo com larga experiência na biologia da conservação, cita seu colega de disciplina Jacques Monod (1972) para propor

> uma única escolha ética baseada em valores subjetivos: a escolha do próprio conhecimento objetivo como base para todo o sistema de valores [...]. Esta é uma escolha absolutamente arbitrária, mas se for adotada, nada mais precisa ser arbitrário, nebuloso, subjetivo, ou recorrer a mitos para se impor. Todas as ações as quais se possa objetivamente demonstrar que tragam mais conseqüências boas que

> ruins para a sociedade são consideradas boas e aceitáveis, e as que tiverem resultados inversos são consideradas más e devem ser desestimuladas.

Aqui a opção por ações que "tragam mais conseqüências boas que ruins" lembra a ideia de Adam Smith de que o somatório dos egoísmos individuais resultaria, quando em competição, em uma soma positiva para a "sociedade". Além disso, segue uma lógica de pensamento circular: como o próprio ato de escolher o "conhecimento objetivo como base para todo o sistema de valores" não deixa de ser uma opção subjetiva baseada em valores, a objetividade do conhecimento daí originado já se achará contaminada de subjetividade desde sua origem, ou seja, só é possível ver algo como intrinsecamente objetivo recorrendo-se à subjetividade. Tal artifício simplesmente evita a questão central (baseada em "valores nebulosos" e "arbitrários") de decidir **quem** irá "objetivamente" julgar o que seriam "consequências boas", eleger critérios "objetivos" e escolher quais métodos para medir "resultados inversos". E já pensando no dilema do antropólogo diante da sugestão de Fernandez, sendo o sensível, o valorativo, opinativo atributos humanos, como fixar, lembrando alerta de Chauí, "leis objetivas ao que é essencialmente subjetivo como o psiquismo humano? [..]

Como transformá-lo em objetividade sem destruir sua principal característica, a subjetividade?" (1999, p.271).

Mas deixando de lado as implicações deste tipo de proposição, o que quero chamar atenção é que, além do debate subjetividade/objetividade ser uma das eternas questões irresolvíveis nas ciências sociais, no campo da antropologia faz tempo que se acha enfraquecida a busca por um saber já existente como tal e desvinculado do fazer (intrinsecamente político) humano, só precisando ser descoberto, explicado e demonstrado. O mesmo vale para ações normativas cuja positividade seria objetivamente demonstrável, ideal que tem sido na antropologia e parte das ciências sociais (com exceção de número não desprezível de economistas e sociólogos) duramente contestado desde meados do século passado. Visto muitas abordagens antropológicas surgirem justamente da objeção a tal tipo de anseio, rapidamente formam-se abismos compreensivos difíceis de ser ultrapassados.

Enquanto um engenheiro florestal, por exemplo, mede o impacto da queimada feita por ribeirinhos em uma floresta nacional, um sociólogo revela mudanças culturais devido às restrições que a criação desta UC a eles impôs; enquanto um botânico estuda efeitos ecológicos deletérios devido à

introdução de espécies exóticas por caiçaras em uma reserva biológica, um etnobotânico se interessa pelo saber destes caiçaras sobre espécies nativas existentes na reserva; e se um ecólogo avalia o dano nas cadeias tróficas da caça de animais ameaçados de extinção por seringueiros em uma reserva extrativista, um etnólogo descreve regras costumeiras de acesso às áreas de uso comum que eles se auto impõem; se um biólogo da conservação relaciona crescimento do desmatamento com crescimento populacional em uma terra indígena sobreposta a uma unidade de conservação, um antropólogo descreve o etnocentrismo presente na atitude de agentes ambientais em relação à etnia que lá vive; enquanto um educador ambiental avalia o "grau de conscientização" de um projeto "participativo" de uma ONG em comunidades quilombolas no entorno de uma estação ecológica, um cientista social aponta o caráter moralizador por trás do uso de metodologias paternalistas, adestradoras e de caráter neocolonialista baseadas na simples transferência de informações e condutas pertinentes apenas no universo social de onde vem o educador ambiental.

Como se vê nos exemplos, numa pesquisa, a forma de recortar, construir e traçar objetivos, o modo de observar e se relacionar com os objetos-sujeitos, a motivação que leva

alguém a estudá-los e a opção por se posicionar politicamente ou não (o que por si só é uma posição política) são fatores decisivos na análise e conclusões subsequentes. O que poderia levar a se constatar que a causa do desacordo estaria basicamente na distância epistemológica (que, ao final, dita critérios que conferem pertinência científica ao estudo) que separa sua construção como problema de pesquisa, havendo um desencaixe que se revelaria na linguagem e no uso prático de teorias, modelos, esquemas, conceitos e ferramentas analíticas pouco intercambiáveis ou não acessíveis de parte a parte. Por um lado, tais diferenças levam à proposição parecida a de Azevedo (2002, p. 34), de que, entre ciências naturais e sociais, "os limites da própria concepção dualista de separação entre natureza e sociedade trazem à tona a necessidade de integração destas abordagens e de mudanças profundas em nossa concepção de natureza". Mas elas também podem resultar num entendimento mais pessimista e mesmo contrário a tal alternativa, como na conclusão a que chega Branco (1995, p.230), de que

> uma abordagem ao mesmo tempo filosófica, sociológica e biológica, com implicações econômicas e políticas de um mesmo problema e da qual resulte trabalho perfeitamente equilibrado e entrosado, com

> conclusões perfeitamente consensuais e compatíveis é coisa humanamente impossível de conseguir-se. Certamente ocorrerão incoerências, contradições e imposições de conceitos. Assim sendo, possivelmente nunca se disporá de uma doutrina uniforme a ser apontada como a 'verdadeira ciência do meio ambiente' para uso nos debates sobre 'impactos ambientais' ou em cursos de formação de profissionais para sua avaliação.

Mas estaria, então, nas diferentes formações acadêmicas a chave para entender o contexto polêmico que marca o debate sobre populações locais e áreas protegidas? Tudo se resumiria à existência de antagonismos disciplinares, ideais de cientificidade conflitantes, referências teóricas e procedimentos metodológicos distintos? Creio que agora seja o momento de explorar algumas sutilezas por trás deste tipo de indagação e que leva a necessária relativização da efetividade de tais distâncias como explicação derradeira para o clima de discórdia que paira em torno do debate.

Para além da dicotomia disciplinar: planos de discussão, motivação e escolha

Para começar, é preciso reconhecer que cientistas de diferentes áreas circulam por contextos acadêmicos distintos, o

que faz com que a chance de se encontrar (pessoal ou intelectualmente) seja menor do que com colegas do mesmo campo disciplinar, o que vale para acesso a conceitos, teorias, métodos, controvérsias, informações etc. Como nota Bourdieu (1996, p.25) sobre a distância entre espaços “que predizem encontros, afinidades, simpatias e desejos”, também tais especialistas não se "‘entenderão’, não compreenderão uns aos outros e não agradarão uns aos outros". Já quem partilha um mesmo dialeto acadêmico, embora possa não constituir "um grupo mobilizado por objetivos comuns e particularmente contra outro" grupo, sua proximidade disciplinar os predispõe a interagir. Afinal, "pessoas inscritas em um setor restrito do espaço social serão ao mesmo tempo mais próximas (por suas propriedades e disposições, ‘seus gostos’), mais inclinadas a se aproximar e mais fáceis de abordar e mobilizar" (op. cit). Visto distância e vizinhança não se referirem aqui à dimensão espacial, afetiva ou de classe, mas ao tipo de saber acionado e à situação de troca intelectual via diálogo-confronto em textos e eventos acadêmicos, nestes casos, como disse o primatólogo Cláudio Pádua em palestra que ouvi em 2008, “às vezes a gente está falando sobre a mesma coisa, só que a linguagem que usamos não ajuda muito”; avaliação próxima ao conselho do

antropólogo Marcos Rufino (2004, p.514) sobre a urgência de superar "a conversa de surdos" que teria se formado entre especialistas.

Também os engenheiros Dourojeanni e Jorge-Pádua notaram a dificuldade de usar um léxico com o qual se tem pouca familiaridade. Para explicar o clima belicoso e a falta de consenso entre pares, ao admitirem ser "comum que ‘parquistas’ se isolem, sintam-se vitimados e perseguidos e que renunciem ao diálogo com as outras tendências da área ambiental", veem tal renúncia como resultante da "formação acadêmica em ciências naturais da maioria dos membros da ‘tendência ‘ambiental’, o que determina que não estejam bem preparados como os profissionais das ciências humanas para a luta política e contatos sociais. Também é possível que essa atitude seja decorrente da incapacidade de explicar argumentos técnicos aos leigos" (2001, p.215). Já sobre proteção "com aproveitamento indireto *versus* aproveitamento direto”, a questão envolveria "muita desinformação e confusão, muita discussão em planos diferentes” (2001, p.39). Aspecto que desenvolvem ao voltar o foco para uma coletânea de artigos reunidos na revista *Conservation Biology* sobre "presença humana nas florestas tropicais" em que se teria, de um lado,

"cinco aparentes defensores da presença humana nos parques" e, de outro, "três defensores do ponto de vista contrário". Ao analisar os textos, porém, não encontraram "uma só linha em que estejam em desacordo. Eles falam de outra coisa", pois discutem "em planos paralelos, como eles mesmos acabam constatando" (2001, p.204).

Uma explicação para tais desconexões centra-se em aspectos metodológicos. Para Juvenal, geógrafo já citado, "muitos cientistas não aceitam idéias e argumentos de outros cientistas por causa do método que aplicam. Muitos pesquisadores das ciências exatas dizem que cientistas sociais não fazem ciência, fazem qualquer coisa, mas não ciência. Só que dizem isso sem entender os métodos de pesquisa que vêm das ciências sociais". De fato, desacordos como dos autores que escreveram na *Conservation Biology* podem derivar de incompreensões resultantes de pontos de partida distintos. Como a distância notada por Lévi-Strauss (1989, p.28) entre ciência e magia, sendo as disciplinas em questão "modos de conhecimento desiguais quanto aos seus resultados teóricos e práticos", tendo pouca interface ou base comum articulada para que associações sejam feitas, cientistas podem estar discutindo "em planos paralelos”. Diálogos no caso seriam

comprometidos devido ao paradoxo de se estar falando sobre a mesma coisa, como diz Cláudio Pádua, e, ao mesmo tempo, de outra coisa, como notam Dourojeanni e Jorge-Pádua. Como ciências e naturais e sociais por vezes constituem duas lógicas antitéticas que faz com que o que é lícito dizer numa seja impensável noutra, o debate por trás deste *double blind* não seria resolvido interpretativamente. Assim, como antropólogos ao falar do fazer de seus colegas biólogos usam seu próprio dialeto e vice-versa, o trabalho de tradução fica comprometido, pois nem um nem outro sabe bem "o que está sendo usado como variável num dado momento" (SEGATA, 2012, p.85). Talvez um episódio ocorrido numa das entrevistas ajude a aclarar tal desencaixe, quando falava, também com Licurgo, sobre biodiversidade e indaguei a ele:

> **C -** Então o ser humano não pode contribuir para um aumento de biodiversidade?
> **L -** O ser humano só interfere na redução de biodiversidade, não existe hipótese do ser humano aumentar a biodiversidade! Me dá um exemplo?
> **C -** Não sei, talvez um ambiente de roça em uma floresta já desmatada, onde aquele ambiente já não é floresta! Aí nesse processo se introduz, num lugar onde não existia, várias outras espécies. Não há aí um aumento?

> **L -** Introduz o quê?
> **C -** Por exemplo, onde só têm gramíneas e vegetação pioneira, aí se coloca mandioca, milho, feijão etc.
> **L -** Aí há um **erro de conceito** Cleyton. O ser humano só interfere na redução de biodiversidade, não existe hipótese do ser humano aumentar a biodiversidade! Assim, o processo de aumento de biodiversidade, esse processo não existe, só existe perda com interferência humana. A única hipótese de criar biodiversidade é por manipulação genética, se você começar a inventar coisas geneticamente, aí, sim, sai uma nova espécie, caso contrário só tem perda.
> **C -** Mas, por exemplo, a samambaia-preta que dá geralmente em zona de capoeira ou beira de mata; aí essa zona de capoeira vai virar floresta e a samambaia tende a acabar, não?
> **L -** Não, aí estamos falando de uma situação **completamente distinta** [...]. Os ecossistemas tendem a um equilíbrio dinâmico. A sucessão é um processo natural disso. Não seria possível ter sucessão sem espécies pioneiras e não seria possível se voltar a ter uma floresta sem pioneiras.

A argumentação mobilizada por Licurgo é recorrente nas áreas biológicas. Para Olmos et al. (2001, p.286), "nenhuma espécie surge por geração espontânea. A agricultura de coivara não gera biodiversidade no sentido de criar espécies [...]. O que a agricultura de coivara faz é criar associações de

espécies já existentes que imitam aquelas geradas por fatores naturais". Mas lendo a literatura sobre o tema vi que também não estava sozinho ao citar a situação que dei como exemplo. Para o antropólogo Willian Balée (1993 apud DIEGUES, 2000, p.34), embora “num ecossistema manejado algumas espécies podem ser extintas, [...] o efeito total dessa interferência [pode] resultar num aumento real da diversidade biológica de um lugar específico ou região”. O mesmo vale para Viveiros de Castro (1996, p.21) para o qual, a despeito da "tendência a pensar que a atividade humana é necessariamente redutora da biodiversidade [...] e que o ambiente ideal é aquele sem seres humanos", haveria indícios "significativos de que, dependendo da forma de interação de uma população com seu ecossistema, a biodiversidade pode aumentar".

Ocorre que se aumento de biodiversidade causado por certos grupos sociais seria impossível na teoria ecossistêmica (ou como dizem Olmos et. al, "no sentido de criar espécies"), isto seria plenamente possível caso se pense em situações localizadas (ou como sustenta Balée, "de um lugar específico ou região"). Viveiros de Castro toca no ponto ao notar que, havendo "vários critérios possíveis de classificar o que é diverso", ao se avaliar a relação entre atividade humana e

biodiversidade "critérios diferentes" podem estar sendo/são usados (1996, p.21). Se num lugar antes não havia uma espécie ou associação de espécies e com o manejo de quem lá vive elas passaram a existir, ao menos **naquele lugar** foram "criadas", não por abiogênese, mas por "interferência humana". Porém, ao partir de uma ótica global, tal asserção perde totalmente validade explicativa, pois se trata, voltando a Dourojeanni e Jorge Pádua, de visões construídas em "planos diferentes". O que quero frisar é que não se trata de pontos de vista que se opõem, mas que se superpõem. Apesar de situados num mesmo tema geral (biodiversidade e interferência humana), eu e meu colega partimos de planos compreensivos distintos: ao invés de antagônicos, seguem direções paralelas.

Enquanto realçava um caso prático de manejo e uso da vegetação por grupos específicos, Licurgo via a questão a partir do número e quantidade total de espécies no planeta (com exceção da manipulação genética) resultante de uma diversidade biológica dada e, no médio prazo, inalterável. Para ele, biodiversidade surge como conceito universal aplicável a toda biota global, sendo sua visão regida por critérios evolutivos, em princípio, válidos para toda e qualquer situação (geral ou específica). Note-se que neste plano, sim, pessoas e

grupos sociais (agrupados na figura arquetípica do ser humano) não têm qualquer ingerência sobre a diversidade biológica (a não ser, claro, que "comecem a inventar coisas geneticamente"). Já minha ênfase recai sobre o aumento na quantidade de espécies em termos relativos, isto é, se, ao comparar espécies presentes em zonas geográficas distintas, seria possível ampliar seu número num dado local. Porém, ao pensar este aumento, minhas referências independem de conceitos como “equilíbrio do sistema”, “clímax” e “sucessão natural”, pois avaliava o manejo da flora e da fauna feito por pessoas com algum tipo de vínculo associativo vivendo em um contexto marcado pelas especificidades que lhe são próprias. Especificidades não só ecológicas, agronômicas e geográficas (como no caso de "um ambiente de roça em uma floresta já desmatada onde se introduz, num lugar onde não existiam, várias outras espécies"), mas também culturais, econômicas, políticas e mesmo cosmológicas. Porém, visto que ao adotar conceitos da biologia como sucessão natural a única história possível é dada por padrões evolutivos, o caráter sazonal que marca um ambiente alterado pela prática costumeira da coivara se esvazia de sentido.

O que fica explícito na própria reação de Licurgo quando, a seu pedido, lhe dei um exemplo de aumento de biodiversidade pela interferência humana. Como a situação que descrevi não atendia sua expectativa de resposta coerente com suas referências, compreende-se que se apressasse em me alertar: “aí há um erro de conceito”, como dizendo, tal como Dourojeanni e Jorge-Pádua sobre os artigos da *Conservation Biology*: estamos "falando de outra coisa". Parafraseando Deleuze e Parnet (1998, p.14), aqui parece que “me aventurei fora do meu território e meu código já não funcionava”, pois a diferença em relação ao ponto de partida adotado leva a conclusões paralelas sobre o efeito (positivo ou negativo) da supressão de espécies associada ao cultivo de outras espécies, dando início, como mostrei em outros momentos (GERHARDT, 2008; 2010) a uma guerra sem fim por evidências que apontam numa ou noutra direção. Assim, se para Viveiros de Castro (1996, p.21') "sabe-se que, sob diversos parâmetros, áreas modificadas por ação humana, típicas dos padrões tradicionais de ocupação na Amazônia, apresentam mais biodiversidade do que as chamadas áreas virgens", para Olmos et al. (2001, p.286), no caso da agricultura de coivara, "em áreas limitadas ela provavelmente causa sua perda ao

excluir espécies que precisam de florestas maduras e favorecer oportunistas vindos de habitats secundários ou com maior capacidade de competição".

Mas então se trataria só de mais uma situação apontada por Luis Cardoso de Oliveira (2007) "de mal-entendidos corriqueiros, quando os atores não compartilham a mesma definição da situação vivida em conjunto”? O desacordo sobre aumento ou não de biodiversidade se explicaria por não ter sido possível demarcar, como na situação descrita por Rolnik (2011, p.32), "um lugar comum onde ambos pudéssemos nos 'situar', um território de repertório, de conceitos que permitisse uma inteligibilidade recíproca"? De um lado, sim, o caso exposto aponta para a dimensão epistemológica que informa como cientistas percebem, observam, avaliam e sintetizam uma questão, mas, voltando ao alerta de Licurgo sobre o erro de conceito em minha fala, outra leitura para seu conselho poderia ser: “não é nesta direção que quero discutir o assunto”. O que leva ao elemento motivacional por trás da finalidade prática de sua argumentação, no caso, convencer-me de que "o ser humano não pode contribuir para aumentar a biodiversidade". Repare-se que modos de observação e reflexão distintos não são antagônicos *per se*, isto é, até aqui não se trata de oposição,

mas de diferença. Só após ela ser notada como tal (e ainda assim não necessariamente) é que duas visões distintas podem ser postas em lados que se opõem; por exemplo, entre quem, como Viveiros de Castro, acha que, a depender da "interação de uma população com seu ecossistema, a biodiversidade pode aumentar" e quem, como Licurgo, crê que o "ser humano só interfere na redução de biodiversidade".

Em síntese, a discordância aqui não está condicionada a uma contradição anterior, pois conceitos distintos são mobilizados a partir de diferentes intenções que são, sim, de origem científica, mas também política, afetiva, histórica, ética e moral. Portanto, o clima geral divergente não pode ser visto só como resultado de diferenças teórico-epistemológicas, pois é possível que se esteja justamente manipulando tais diferenças para não só demarcar uma posição, mas circunscrever um campo de possibilidades teórico-epistemológicas no qual se gostaria de debater. Assim, não é só que me "aventurei fora de meu território e meu código já não funcionava", e sim que por trás de nosso diálogo havia uma disputa silenciosa por delimitar tal território e quais códigos ali deveriam funcionar. Daí o alerta de Licurgo. Se dialogar implica partilhar evidências simbólicas reveladas na linguagem e que se elas não são inteligíveis a

comunicação é prejudicada, experiências passadas sobre discussões parecidas podem estar informando como mobilizar tais evidências com vistas a fixar, aí, sim, "um território de repertório e conceitos comum" que permita "inteligibilidade recíproca". Visto desse modo, diferenças disciplinares não encerram a questão, ao contrário, só fazem a feijoada ficar mais apimentada, pois se somam a outros fatores tão relevantes quanto. A começar que o caráter antitético que por vezes emerge entre ciências sociais e naturais, ao invés de ser a causa primordial de potenciais desacordos, pode servir justamente como elemento para se acentuar a distância em relação ao outro. Ou seja, ao invés da distância disciplinar dispor especialistas em lados opostos, o contrário também ocorre, com estes usando tal distância para reforçar a alteridade e a discordância, sendo o resultado deste esforço que irá aparecer, adiante, como oposição e beligerância.

Aqui recorro à outra diferença entre eu e Licurgo tocante ao personagem de nosso diálogo. Se este dirige o foco para quantidade total de espécies do planeta, minha atenção volta-se à situação específica de uma "roça numa floresta já desmatada onde se coloca mandioca, milho, feijão", o que supõe pessoas que fazem tal plantio. Já meu colega a elas se

refere a partir da figura genérica "ser humano", entidade una cujos integrantes agiriam (salvo exceções que confirmam a regra) do mesmo modo. É exatamente tal diferença que surge, adiante, como oposição: a certeza de que **qualquer** "interferência humana" (por vezes dita "antrópica", outro termo asséptico sem rosto nem identidade) leva à redução/perda de biodiversidade, convicção que fica explícita em outro trecho de sua fala:

> isso é natural, precisa regular esse bicho, esse animal. Porque é intrínseco ao ser humano degradar a natureza, é intrínseco (...). Você vê o seguinte, o animal homem busca conforto, facilidade, é isso que ele busca, busca prazer. Inclusive, numa discussão intelectual ou num jogo de futebol ele busca conforto, busca facilidade pra vida, esse é o padrão. Você pode negar tudo isso e criar uma comunidade alternativa. Tanto é assim que se diz alternativa, porque não está no padrão. Se for falar de uma pequena comunidade, uma comunidade local, ela foge do padrão (...). Então você está querendo falar de algo que está fora do padrão geral. Em raríssimas situações isso acontece.

Note-se: o antagonismo aqui não está no pendor natural para "degradar a natureza" ou "aumentar a biodiversidade", mas na avaliação acima partir desta entidade genérica "humanidade". Enquanto Licurgo se fixava no que seria o

padrão, eu queria falar de algo fora do padrão, isto é, de quem "nega tudo isso". Longe de diferenças disciplinares, o que nos opõe está no que para mim deveria ser valorizado ("pequena comunidade local" que "foge do padrão", do "animal homem que busca conforto e prazer" a qualquer custo) que, para Licurgo, era só uma exceção desimportante. Como mostro em outros trabalhos (GERHARDT, 2008; 2010), por mais que se empilhe evidências indicando ser "intrínseco ao ser humano degradar a natureza", há como refutá-las juntando outros indícios que digam o contrário, pois, mesmo embasadas em fatos, tanto a afirmação como a negação de tal presunção sempre poderá ser questionada. Se para Licurgo "negar tudo isso e criar uma comunidade alternativa" representa um simples desvio na "curva normal", para mim a mera existência desta negação (até mesmo como desejo) deixa claro que há como agir de outro modo.

Note-se que desacordos não são necessariamente determinados de antemão por referências epistemológicas que se opõem. Se Licurgo não estava interessado em pensar ações localizadas de grupos específicos não redutíveis a uma genérica ação antrópica, não o fez só porque modelos sucessionais da ecologia tem dificuldade de incluir variáveis históricas e

socioculturais ou, então, porque ao considerar a variável humana a regra da sucessão natural e o axioma de que ecossistemas tendem ao equilíbrio dinâmico ficam difíceis de ser operacionalizados. Por trás da argumentação havia uma intenção que, se não é anterior à sua formação disciplinar, ao menos desempenha papel tão importante quanto suas referências teóricas, conceituais e metodológicas, sendo que, se elas podem, por ventura, orientar o pensamento de um pesquisador, limitando seu modo de observar dado fenômeno (o que de fato provoca desacertos compreensivos), ele também pode dirigi-las ao seu modo de acordo para fins específicos. Se é preciso admitir que ressaltar a divisão entre ciências naturais e ciências sociais é um procedimento rotineiro, a pergunta que fica é: ao olhar esta prática nativa, o que disso se retira? Se não se trata de negá-la, nem os desencaixes causados pela distância entre estas duas grandes áreas e suas respectivas disciplinas, a interação entre especialistas também é marcada por contextos e motivações que ultrapassam a dimensão epistemológica. Exemplo disso é que a decisão do que fazer com o arsenal teórico-conceitual que se têm à disposição fica nítida caso se inverta o ponto de partida, isto é, ao invés de começar pelo que têm de diferente, ver o que acontece com aquilo que eles

concordam logo depois de concordarem? Para explorar esta questão, tome-se as seguintes constatações retiradas de quatro artigos já citados:

> a) [deve-se] afastar a visão romântica pela qual comunidades tradicionais são vistas como conservacionistas natas. Trata-se, evidentemente, de seres humanos com suas qualidades e defeitos, com interesses freqüentemente heterogêneos dentro da própria comunidade (DIEGUES, 2000, p.41);
> b) Guarani, Pataxó e demais grupos indígenas são formados por seres humanos com virtudes e defeitos inerentes à condição que toda a humanidade compartilha. Não são seres glorificados, com uma sapiência e ética super-humanas (OLMOS et al., 2001, p.299);
> c) não significa ressuscitar o mito do 'bom selvagem' ou o 'ecologismo nato' das populações selvagens. Tanto quanto nós, comunidades tradicionais estão sujeitas às dinâmicas sociais e à mudança cultural. Nem todos são 'conservacionistas natos' (ARRUDA, 1999, p. 89);
> d) indios de América Latina [...] no son ni 'buenos' ni 'malos'... son simplemente personas que buscan mejorar sus vidas y que hacen lo que pueden para sobrivivir [...]. La realidad es que, claro, los indios aman su tierra como cualquier ciudadano ama su país. [...] ellos son seres humanos como los demás, no son 'ambientalistas' ni

> ‘antiambientalistas’ (DOUROJEANNI, 2001, p. 83).

Os trechos acima, cujo teor se aproxima, foram retirados de autores que representam verdadeiros arquétipos da discórdia na polêmica discussão sobre áreas protegidas. Não à toa, portanto, os respectivos parágrafos imediatamente seguintes seguem direções bem distintas:

> a) muitas dessas comunidades têm sofrido (...) processos de desorganização social e cultural decorrentes de sua inserção crescente nas sociedades urbano-industriais, com a perda também crescente de suas tecnologias patrimoniais assim como do acesso aos recursos naturais (DIEGUES, 2000, p.41);
>
> c) mas há entre eles um grande saber empírico do mundo em que vivem e das particularidades do ecossistema regional [...]. Trata-se de valorizar a identidade, os conhecimentos, práticas e direitos de cidadania destas populações, valorizando seu padrão de uso dos recursos naturais (OLMOS et al., 2001, p.299);.
>
> d) mas a questão é exatamente oposta, é exatamente pelo fato dos índios serem tão humanos como todos nós, esgotando recursos, extinguindo espécies e tendo um crescimento demográfico explosivo, é que sua presença nas áreas protegidas é uma ameaça à biodiversidade (ARRUDA, 1999, p. 89);
>
> d) los indios [...] no necesariamente traducen su amor por el entorno en

> acciones de protección de la naturaleza, mucho menos de conservación de la biodiversidad [...]. Quien conoce la Amazônia sabe muy bien del daño que los indios pueden hacer se están en posesíon de herramientas modernas, por ejemplo tractores, motosierras y rifles (DOUROJEANNI, 2001, p. 84);.

Ora, embora estejam inicialmente em pleno acordo, partindo da mesma constatação, os autores dão destino oposto a sua conclusão posterior, podendo a afirmação de que populações tradicionais "não são boas nem más" servir como argumento favorável ou contrário a elas próprias. Timmers (2004, p.179) notou este duplo uso de uma ideia geral com finalidades distintas:

> para os defensores de Parques sem população é exatamente porque índios ‘são tão humanos como nós’ (Olmos *et. al*, 2001), esgotando recursos, extinguindo espécies e tendo crescimento demográfico explosivo, que sua presença nas áreas estritamente protegidas ameaça à biodiversidade [...]. Para os defensores das populações locais, ao contrário, as concepções de desenvolvimento que ressaltam a proteção da natureza por meio do estabelecimento de áreas protegidas, entre outros, são pouco eficazes na luta efetiva contra a destruição global do meio ambiente.

Mas o autor não deixa de fazer sua própria interpretação sobre esta diferença na semelhança: “é precisamente porque índios são ‘tão humanos como todos nós' [...] que têm no mínimo tanto quanto nós o potencial de se mostrarem eficientes e dedicados defensores [...] da Mata Atlântica” (2004, p.182). De fato, tudo depende do que se quer fazer com um ponto de partida comum. Nos trechos citados, por exemplo, se poderia ponderar que, apesar de índios serem "pessoas que buscam melhorar suas vidas" (como vê Dourojeanni) e "tão humanos como todos nós" (conforme Olmos et al.), visto estarem sujeitos (segundo Diegues) a "desorganização social e cultural decorrentes de sua inserção crescente nas sociedades urbano-industriais", seria urgente (para Arruda) valorizar seus "conhecimentos, práticas [...] e padrão de uso dos recursos naturais". Mas, em contraponto, pode-se sustentar que, como "trata-se de seres humanos com suas qualidades e defeitos" (de acordo com Diegues) e que "nem todos são conservacionistas natos" (como admite Arruda), devido ao "dano que índios podem fazer caso estejam de posse de ferramentas modernas" (segundo Dourojeanni), se conclui (com Olmos et al.) que "sua presença nas áreas protegidas é uma ameaça à biodiversidade".

Divisões disciplinares: simplificação, complexidade e intencionalidade

Até aqui dei atenção à divisão entre ciências sociais e naturais. Porém, várias vezes citei textos e falas de engenheiros florestais, agrônomos e biólogos da conservação sem explicitar que, por mais informados que estejam na área das ciências biológicas, trata-se de disciplinas aplicadas: visam produzir conhecimento prático para um dado fim. O mesmo ocorre com especialistas do campo do direito, educação e jornalismo, cuja atuação orienta-se para fins ligados à regulação de condutas e normas sociais. Ainda que tenha mérito analítico, tal opção encobre que se está diante de um universo amplo de subdivisões internas às disciplinares que compõe estas duas grandes áreas, sem contar subdisciplinas como sociobiologia, antropologia ecológica e as ditas etnociências.

Sobre estas últimas, até críticos ao trabalho de cientistas naturais admitem sua importância, vendo-os inclusive à frente de cientistas sociais quanto à capacidade de mudar o perfil das políticas de conservação. É o caso daquele que é tido por muitos como principal adversário destas últimas, para quem "seria simplista reduzir o debate ambiental às visões diferenciadas dos cientistas naturais e sociais" (DIEGUES,

2004, p. 20). Já sobre o esforço de "construção das etnociências", o mesmo Diegues afirma que "em vários países tropicais as mudanças que estão ocorrendo na conservação devem muito mais a esses cientistas naturais, com sensibilidade para as questões locais, que aos cientistas sociais", sendo "revelador que ainda são raros os cientistas sociais que acham importantes as questões relativas à conservação (...) por considerarem essas questões como feudos dos cientistas naturais" (op. cit.). Note-se que a frase final ("raros os cientistas sociais que acham importantes questões relativas à conservação") poderia perfeitamente fazer parte de um texto escrito por Olmos et. al, Dourojeanni, Milano, Schaik e Terborgh. Já sobre acusação de falta de "isenção ideológica", falta de "consistência teórica" e "inadequação científica", tal aspecto não está de modo algum ausente nas ciências sociais, visto o viés normativo e neopositivista permanecer vivo na ciência política, economia, em várias correntes sociológicas e mesmo no cacoete etnocêntrico de alguns antropólogos. Soma-se, ainda, o caráter transversal da questão ambiental (LARRÈRE e LARRÉRE, 1997), não sendo coincidência o grande número de cursos de pós-graduação hoje cujo recorte temático busca algum nível de multidisciplinaridade. Afinal, ao

tratar desacordos como simples causa/efeito de diferenças teórico-metodológicas, como ficariam todos que circulam ou fizeram suas pós-graduações em cursos cujo perfil de alunos e professores é bem mais eclético do que núcleos de pesquisa mais ortodoxos[16]?

Por outro lado, é razoável pensar que tal situação seja um elemento que cause desencontros, pois relativa confusão (como dizem Dourojeanni e Jorge Pádua) é gerada ao se ter, circulando por espaços de interlocução comuns, ao mesmo tempo: um ecólogo estudando "interações biocenóticas"; um etnozoólogo aplicando o método "da bola de neve"; um etnobotânico avaliando saberes locais através da prática do *walk in the woods*; um antropólogo discutindo "relações diádicas" entre quilombolas; um etnólogo descrevendo a "dupla filiação unilinear" de uma dada etnia; um biólogo da conservação refutando a validade das teorias da biogeografia de ilhas; um operador do direito citando diretrizes da "doutrina jurídica" ao falar do SNUC; um primatólogo entretido com seus *scans*; um geógrafo especialista na "linguagem HPGL"; um agrônomo diagnosticando "sistemas de produção"; enfim,

16 Entre diversos outros, por exemplo: NEPAM/UNICAMP, PROCAM/USP, CDS/UnB, MADE/UFPR, CPDA/UFRRJ, PGDR/UFRGS, EICOS/UFRRJ, GESTA/UFSM, CCA/UFSC.

um sociólogo falando em *doxa* e *habitus*. Se há tanta gente atuando em áreas tão díspares e usando instrumental metodológico tão eclético, como desconsiderar tal amplitude limitando-a a diferenciação rígida entre ciências sociais e ciências naturais? De fato, o problema de oposições deste tipo é que não resistem a uma boa descrição, pois, como lembra Goldman (2006a, p.234), "subjacente ou ao lado de qualquer classificação dual acham-se sempre outros modelos de classificação que não apenas são múltiplos, como são usados de distintas maneiras".

E aqui me valho dos mesmos exemplos hipotéticos já citados, só que arranjados de outro modo. Assim, se há engenheiros florestais empenhados em regularizar extração de madeira, material para fabricar artesanato e outra prática extrativa de quilombolas, não faltam sociólogos trabalhando para mineradoras interessadas em criar RPPNs como medida compensatória em áreas ocupadas por eles. E se há botânicos estudando o efeito ecológico positivo (em termos de biodiversidade) vindo da dispersão de espécies nativas por ribeirinhos, também etnobotânicos adotam posturas utilitaristas em relação ao seu saber, só os valorizando quando de acordo com ou podem contribuir para a conservação. Igualmente, se

ecólogos denunciam o impacto do desmatamento numa Resex invadida por grileiros, também antropólogos adotam práticas paternalistas ao mediar o contato do público com o qual convivem com agentes externos. E o mesmo pode ser dito de especialistas do campo da sociobiologia, que podem tanto questionar o antropocentrismo reinante nas ciências sociais como fazer leituras geneticizantes ou ecologicamente deterministas sobre a conduta de uma etnia indígena.

Ao falar genericamente "os antropólogos", "os cientistas naturais", "os sociólogos", "os biólogos" (e me considero praticante do cacoete), tais signos surgem como entidades a se manifestar como um grupo mobilizado por objetivos comuns, atuando de forma coesa e articulada contra outro grupo com intenção contrária, o que, como visto, ou não é o caso ou se for o é só em certas situações. Como mostro trabalhos anteriores (GERHARDT, 2008; 2016), por vezes se esquece que vizinhança disciplinar não significa necessariamente maior empatia, cumplicidade e concordância, ao contrário, embora transitem pela mesma área, quando o debate é majoritariamente entre cientistas naturais, divergências também podem ser marcadas pela crítica contumaz, ácida e mesmo irônica. De fato, se a divisão entre as

duas grandes áreas tem validade heurística, ela encobre tanto distinções existentes dentro e fora desta separação como polêmicas transversais que extrapolam eventuais fronteiras disciplinares, as quais são debatidas de igual para igual por especialistas de diferentes áreas.

Para explorar este ponto, ligado à formação disciplinar na configuração de controvérsias, volto ao diálogo com o Licurgo. Quando me sugeria possíveis nomes que eu deveria entrevistar, indagou: "você tem necessidade que as pessoas sejam tituladas, mestres ou doutores? Ou podem ser pessoas que escrevem, que fazem a opinião, que são referência?". Disse então importar mais "participarem do debate político e ao mesmo tempo circularem no meio acadêmico, publicarem em revistas e, sobretudo, que estejam influenciando o debate científico". Ao que Licurgo completou:

> então perfeito, tenho três nomes que, com certeza estão, porque são reconhecidos como ótimos especialistas. Um é [...] funcionário do IBAMA, mas possivelmente seja dos caras mais importantes no processo de criação de UCs de proteção integral do país nos últimos onze anos. Não é um cara típico da academia, mas que tem várias coisas escritas e que enfrenta debates muito consistentes com todo o povo mais especialista. Outro é um cara que não tem

> graduação, trabalha com baleias. Provavelmente, nos últimos cinco anos, em toda reunião da comissão internacional de baleias tem sido o vice-presidente da comissão brasileira [...]. De forma que não passa desapercebido no mundo da conservação e, em hipótese nenhuma, no mundo político e dos debates [...]. Acho que deveria falar com [...], já aposentado, mas com trabalho muito interessante na área de paleontologia e paleoecologia e que escreveu um livro com [...], um dos maiores naturalistas brasileiros ainda vivos. Mesmo [...] não sendo uma pessoa da academia, é um cara que tem uma centena de artigos científicos.

Como se vê, tais indicações mostram que muitos profissionais não só têm formação heterogênea, mas heterodoxa, podendo, inclusive, não ter titulação acadêmica. O que leva novamente à avaliação cautelosa sobre o viés disciplinar como chave interpretativa: como menosprezar a atuação decisiva, qualificada e informada de juristas, diplomatas, quadros do executivo, burocratas, ongueiros, militares, assessores parlamentares, conservacionistas históricos e indigenistas cuja trajetória não é "típica da academia", como disse Licurgo, mas que ainda assim são "reconhecidos como ótimos especialistas" e "enfrentam debates consistentes com todo o povo mais especialista"? Sobre este

ponto, em *Saudades do Matão* Alceu Magnanini alertava seus colegas conservacionistas que participavam da conversa-entrevista organizada por Tereza Urban (1998, p.344): “como quase todos aqui não tive escola de conservação. Não nos formamos em conservação, somos todos autodidatas”. Subscrevendo tal alegação, ouvi o mesmo Magnanini admitir numa palestra proferida no III CBUC de 2002 ser "justo saberem quem é o palestrante. Geógrafo? Engenheiro agrônomo? Botânico? Ecologista? Conservacionista? Naturalista? Analista ambiental? Acreditem, desempenhei oficialmente todas essas carreiras ou funções; afinal tenho quase setenta anos e deu pra agüentar tudo isso". Alegação parecida surgiu ao conversar com outro histórico conservacionista, já falecido. Ao perguntar como se via como profissional, este ponderou: "nem sequer sou profissional dessa área, trabalho nisso há muito tempo, mas na verdade não posso dizer que seja um profissional". E ao indagar como teria "parado nesse mundo da conservação", admitiu: "a rigor, não teria nada com isso, porque minha formação é de oficial de marinha, passei 40 anos na marinha (...), mas sempre tive interesse muito grande em natureza (...). Porque gostava de

história natural, de natureza, me interessava muito por isso, estudava paralelamente às minhas obrigações profissionais".

Apesar da cientificização e institucionalização do debate sobre áreas protegidas, a autoridade que detêm para falar sobre o tema tanto Alceu de Magnanini e este oficial da marinha como pessoas que "trabalham com baleias", um dos "maiores naturalistas brasileiros ainda vivos", "aposentados com trabalho interessante na área de paleontologia", "funcionários do IBAMA" e outras figuras citadas por Licurgo como "ótimos especialistas" não pode ser desconsiderada. Aqui há todo um universo de personagens que não só influenciam e interferem na atuação de órgãos oficiais, instituições internacionais, empresas e ONGs, mas que publicam livros e artigos em revistas conceituadas, sendo repercutidos e discutidos por especialistas do campo científico. Ademais, tendo ou não curso superior ou pós-graduação, como qualquer pessoa que se "interessa", sendo cientista ou não ela pode ("porque gosta") se informar, "estudar paralelamente às suas obrigações" e ir atrás de conhecimentos fora da área onde atua. E aqui remeto a um exemplo ligado à trajetória de Antônio, antropólogo que teve participação central na decretação da primeira reserva extrativista do Brasil. Sobre

sua participação neste processo, transcrevo o seguinte trecho de seu relato:

> vimos que uma via legal era criar uma unidade de conservação desse tipo [...] porque tinha uma linhazinha num decreto [...]. Mas não dizia o que era nem como era. A proposta [de RESEX] que os seringueiros tinham formulado era só deles, não tinha chegado em lugar nenhum. Ai a Ação pela Cidadania [...] esteve no Acre, fizeram audiências e foram junto procuradores da república que voltaram impressionados pra Brasília [...]. Por quê? Porque montamos uma apresentação que era o seguinte: fui ver a literatura que tinha sobre a região e descobri que na justificativa de criação do Parque Nacional na Serra do Divisor a base científica tinha sido feita pelo professor Keith Brown [...], um dos proponentes da hipótese dos refúgios do pleistoceno [...]. Ai vem também a coisa minha de gostar de ler literatura científica, a coisa especulativa e a coisa matemática [...]. Fiz uma exposição sobre a teoria dos refúgios juntando a área contígua ao Parque da Serra do Divisor com a área da reserva extrativista. Aí usamos as pesquisas do Keith Brown, do Ab'Saber e [...] cientistas que traziam evidências que havia alta probabilidade daquilo ser uma das manchas de ilhas que sobreviveram às épocas de catástrofe climática na Amazônia [...]. A conexão era que essas manchas de endemismo tinham papel fundamental não só pro país, mas pra

humanidade e era responsabilidade do Estado garanti-las [...]. Daí, fui procurar o professor Keith Brown. Veja, sem ser ambientalista já tava virando, tava lendo a literatura, indo atrás da coisa ecológica, fazia modelagens, mapas em escala, tava vendo [...] imagens de satélite dali e estudando essa questão [...]. Então estava pensando a todo vapor ambientalmente nesse momento [...]. Aí teve apoio técnico da Embrapa de Campinas que trabalha com monitoramento de satélite. Porque os procuradores queriam um estudo técnico. Esse pessoal [...] comprou imagens e transpôs num mapa que na verdade eu tinha feito. Fizemos mapas com o detalhe da proposta, recolhemos um monte de dados e o pessoal da Embrapa fez a proposta com aval da procuradoria [...]. Não se tinha idéia do que era uma reserva extrativista. [...] a coisa se resolveu assim: os procuradores [...] queriam um parecer de um doutor. Eu não era doutor na época, então foi indicada [...] [que] fez um laudo sobre a situação social e a questão da escravidão. Aí fui procurar outro professor e ele pegou o avião com um colega e fez um laudo [...] que dizia que havia alta probabilidade de ser um refúgio do pleistoceno [...]. Depois fizemos uma pesquisa detalhada com o próprio professor Keith Brown [...] e 15, 16 de janeiro foi decretado a RESEX [...]. Os patrões tinham sido derrotados e a reserva tinha sido criada.

A fala de Antônio deixa claro um aspecto presente na trajetória de boa parte dos especialistas com os quais pude conversar ou aqui citados: o constante deslocamento não só entre atividades acadêmicas e atuação no campo político, mas por entre conhecimentos que fogem à disciplina onde atuam. Sua arguição informada mostra como cientistas não ficam restritos ao que é produzido dentro de seu respectivo nicho disciplinar, podendo acessar e adaptar para outros fins, conceitos, teorias e estudos de áreas distantes da sua. O que, como mostro em Gerhardt (2008, 2016), vale não só para este antropólogo, mas para diversos especialistas que, além de "procurar professores e profissionais de outras áreas" para aprender com eles, fazer parcerias e auxiliá-los em um tema que foge a sua especialidade, podem "estudar essa questão", "ver a literatura" sobre ela e ir atrás de conteúdos que até então não dominavam; podendo inclusive, por ter "essa coisa especulativa de gostar de ler literatura científica", "pensar a todo vapor ambientalmente" e conseguir fazer por si só uma "pesquisa detalhada" sobre algo que ignorava por completo. Igualmente, se nada impede cientistas sociais de ir "atrás da literatura e da coisa ecológica", "fazer modelagens e detalhar mapas em escala", "ver imagens de satélite" e até mesmo se "interessar

pela matemática", terminando por, "sem ser ambientalista, virar um", esforço semelhante vale para especialistas de outras áreas.

Possibilidade reforçada pela trajetória da maioria das pessoas com as quais mantive contato e que indica expressiva versatilidade disciplinar. Assim, de memória e sem esforço lembro que entre elas há quem transite: da biologia para a antropologia, da ecologia para a sociologia, da agronomia para a antropologia, da agronomia para a agroecologia e depois para a etnobotânica, da agronomia para a ecologia, da ciência política para a biologia da conservação e desta para a história ambiental, da ciência política para a antropologia tendo matemática como interesse constante, da história natural para a sociologia e daí para a geografia, da agronomia para a biologia da conservação, da biologia para a antropologia ecológica, da administração para a zoologia, da administração para a antropologia, da biologia para a psicologia social, da administração para a primatologia, da história para a agroecologia, da sociologia para a geografia, da sociologia para a história ambiental. Em síntese, importa notar que, a despeito da formação disciplinar, há uma intencionalidade por trás da atuação perita diante da necessidade de assumir uma posição em diferentes contextos e planos de alteridade/afinidade. Para

explorar este último ponto, recorro ao encontro que tive com Anita, antropóloga que há duas décadas pesquisa conflitos entre população local, empreendimentos turísticos e restrições impostas por agentes ambientais no litoral do Rio de Janeiro. Ao indagá-la sobre como via o debate sobre populações tradicionais e sua relação com áreas protegidas, admitiu:

> sei que esse tema das populações tradicionais é um rolo [...]. Na Ilha Grande o problema é que são caiçaras; tradicional seria, digamos, o que corresponderia a você chamar um grupo lá de caiçara. Então, nesses meus trabalhos até falo que o mais nativo, quando uma pessoa quer dizer que o outro é nativo mesmo, ele fala: "fulano é caiçara, é nascido aqui e tal". Mas isso é uma coisa muito fluída [...], o pessoal da Vila do Aventureiro, por exemplo, se chama "o povo do aventureiro", mas um dia eles descobriram que eram designados como caiçaras. É igual ao negócio dos índios também, os índios não se chamam de índios, eles se chamam Bororo, Kaingangue, Yanomami, mas aí, diante desse contato e dessa problemática toda, virou uma categoria política. Pronto, é isso, a mesma coisa é esse negócio de populações tradicionais.

Até aqui, Anita vai de encontro ao que pensa a maioria dos antropólogos que a tempo trabalha com o tema das populações tradicionais (CUNHA E ALMEIDA, 2004;

VIANNA, 2008; BARRETO FILHO, 2006; LIMA e POZZOBON, 2005; ESTERCI; LIMA; LÉNA; MANESCHY, 2004; LITTLE, 2002). Mas logo em seguida advertiu que “aquela coisa que o Diegues quer mostrar naquele livro, aquilo ali é uma maluquice, porque posso perguntar assim: ‘mas tem de preencher quantos daqueles itens pra ser considerado população tradicional?’. Bom, aí tem uns itens que daqui a pouco até eu posso falar que sou população tradicional”. De fato, a alegação de que a definição citada permitiria que qualquer pessoa se declarasse população tradicional é um dos argumentos mais citados, não de antropólogos, mas de cientistas como Olmos, Milano e outros que assinam o artigo sobre a suposta ameaça destas populações à Mata Atlântica, o que vale para a definição original do SNUC, que teria sido vetada por permitir que "quase toda população rural brasileira possa ser classificada como ‘tradicional’” (OLMOS, 2001, p. 282). Como para Anita “essa linha de argumentação não rende muito", pois "uma lógica de explicação contrária que seja bem consistente derruba essa idéia" (com o que Olmos et. al provavelmente concordariam), seria contudo "preferível falar em população local, seja ela qual for, com seus direitos”. Ao que comentei que a expressão

> pode ser adotada ao mesmo tempo como uma categoria analítica e política. Como ferramenta analítica ela seria usada para interpretar realidades onde poderiam ser encontradas pessoas que se encaixassem no que se estaria entendendo como população tradicional. Bom, mas já como categoria política ela seria importante na luta por direitos, porque, ao me inserir debaixo dela, reconhecer-me nela, poderia reivindicar direitos específicos, além de permitir que outros que estão na mesma situação façam o mesmo e, com isso, aumentar a força de pressão e o poder de influir nas políticas públicas.

Embora concordasse de imediato com tal possibilidade dizendo: "Ué! Eu sou favorável a que isso seja usado", ao lhe sugerir a seguir que "alguns falam que quando alguém critica a idéia de população tradicional...", Anita completou: "você retira a força delas", admitindo que, "de fato, é muito delicado, você tem toda a razão. Porque se você diz: 'não, eles não são mais tradicionais', isso é o argumento do acusador, do ambientalista *hard*, tôlo". Assim, para enfrentar tal questão "delicada", construiu uma reflexão que, ao final, a levou outra vez a fazer um autoquestionamento:

> mas aí como é que *antropólogo* entra nessa conversa sem enfraquecer o possível uso que algum grupo venha a fazer? A gente fala: "não vem ao caso". Porque o que

> diabos é tradicional? Então você aí já desarma o acusador. Porque se ele vem com esse negócio de dizer "eles não são mais tradicionais, então não tem direitos", a gente fala: "não vem ao caso, eles tem direito de estar ali". Porque, primeiro, é igual a esse negócio de raça, raça é uma idéia, uma concepção, serve pra acusar, discriminar, mas que diabos é raça, que nem na biologia se sustenta? Mas, pensando bem, não sei se estou fazendo uma boa comparação, porque aí a gente detona o conceito.

Como já havia me deparado com a comparação de Anita sobre a categoria raça, segui minha fala a partir desta linha de raciocínio, porém, enfatizando uma argumentação crítica próxima ao que havia sido estabelecida por outro antropólogo com quem tinha conversado:

> há um discurso de pesquisadores, e essa é uma leitura minha, que vai num sentido muito parecido com críticas que se faz a política de cotas, de que, ao se ter uma política pública para populações tradicionais, se estaria excluindo outros grupos subalternos que não conseguiram, por *n* razões, se organizar no sentido de serem incluídos dentro dessa categoria. Aí você estaria criando um preconceito contra populações locais que não conseguiram perceber o uso potencial dessa categoria. Além disso, como no ministério do meio ambiente agora tem uma política nacional dirigida para essas populações, estariam

> entrando *antropólogos* como mediadores que, muitas vezes, exercem papel fundamental quando se precisa dizer quem são essas populações tradicionais. De uma certa forma, muito parecido com o que aconteceu no passado com a Funai.

Após meus comentários Anita ficou em silêncio, pensando sobre o que lhe havia dito. Passado um tempo, fez então uma profunda autoanálise sobre tudo o que já havíamos discutindo sobre populações tradicionais, chegando ao final à outra encruzilhada reflexiva:

> olha só. Não! É tudo [sete segundos de silêncio]. Não. Vou até recolocar a questão da raça. Porque tenho colegas que são totalmente favoráveis a cotas e outros que são totalmente contra. Aí, quando digo que raça não existe, você sabe, em termos humanos não tem como delimitar uma raça, porque seríamos tantas raças quanto o número de pessoas no planeta. Isso é uma coisa. Outra coisa é raça sociologicamente falando. Aí tudo bem, aí as pessoas inventam, tem mais é que reconhecer que isso existe, que é uma coisa complicadíssima e pode servir pra coisas terríveis. E também existem diferenças que são atribuídas à raça que as pessoas usam pra afirmar uma coisa que é atribuída à condição racial. Agora, isso que você falou, estou aqui pensando [quatro segundos de silêncio]. Acho que indiretamente acabei com meu discurso anterior a sua pergunta alimentando a idéia de que o conceito de

> população tradicional é uma besteira e não deve ser usado. Mas falo isso reforçando o que acho mais importante: a idéia do pertencimento local. Agora, sua pergunta [quatro segundos de silêncio]. Agora tenho que pensar [três segundos de silêncio], porque tenho de pensar sobre isso [três segundos de silêncio]. Agora estou raciocinando sobre tudo o que disse antes e acho que estaria alimentando esse grupo que diz: “olha, quem defende a idéia do uso político de população tradicional tá tirando a possibilidade de outros grupos que deveriam ser contemplados ser incluídos nessa política" [pausa de quatro segundos]. Não sei como resolver isso não. Em princípio acho que o que deve valer pra garantir direitos é o pertencimento local. Bom, mas não, aí continuo no mesmo ponto, alimentando aquele outro argumento [pausa de dois segundos]. Situação difícil essa [pausa de 5 segundos]. É, acho que é essa coisa do sujeito descobrir que se afirmar a posição de quilombola dele vai conseguir acessar direitos, bom, que seja assim. Mas não pode parar aí, porque é pouco. E quem não consegue? O que fazer?

A reação de Anita às minhas observações ilustra a reflexividade no modo como cientistas se posicionam diante de temas controversos. Além de "recolocar a questão", ao argumentar que "isso é uma coisa" e "outra coisa é", conclui que "aí tudo bem"; porém, "isso que você falou" leva Anita a

"pensar" que poderia "alimentar a idéia de que esse conceito de população tradicional é besteira", o que a deixa alerta. A seguir, ainda que vise "reforçar uma coisa que acho mais importante", a constatação a que chegou antes faz com que tenha que "pensar sobre", sendo que num primeiro momento admite não saber como "resolver isso não". Depois de outra tentativa de definir um ponto de vista ("em princípio eu acho"), admite que, "bom, mas não, aí acho que continuo no mesmo ponto", acabando por assumir: "situação difícil essa". Por fim, embora retome a postura assertiva, "que seja assim, que seja", Anita termina sua fala interrogando-se e deixando em aberto a questão: "mas não pode parar aí, porque é pouco. E quem não consegue? Que fazer?".

O que este episódio evidencia é que, como pontos de vista não são absolutos, podem, a partir de uma atitude crítica, ser flexibilizados e reelaborados conforme situações contextuais. Mostra ainda que dúvidas estão sempre surgindo, sendo que se chegarem aos ouvidos nativos, pode levá-los a rever ou mudar sua posição sobre dada questão. E ainda que continue com o mesmo entendimento, como é preciso no mínimo pensar a respeito e suas implicações, tal reflexão pode, inclusive, reforçar o que já se pensava antes, tornando a pessoa

mais preparada para enfrentar quem pensa diferente. Além disso, por vezes se esquece que a variedade de visões internas a cada área do conhecimento faz com que haja tanto cientistas sociais como cientistas naturais muito críticos ao que pensam seus colegas de especialidade (vide a crítica de Anita à definição de Diegues). Como maior afinidade disciplinar não é sinônimo de anuência automática, se num contexto discursivo restrito biólogos, ecólogos, engenheiros florestais e agrônomos divergem entre si, caso o debate inclua antropólogos, sociólogos, geógrafos ou, então, pessoas de fora da academia, todo cenário se altera, com reavaliações sendo feitas e novos rearranjos de posição se formando. Afinal, como me alertou Arminda, é sempre prudente procurar saber "onde você está", pois sendo o percurso repleto de encruzilhadas, há que se avaliar quais riscos se quer assumir antes de tomar uma decisão sobre o caminho a trilhar. Cálculo que se complexifica tendo em vista que os “clãs” de que fala Mafesolli na epígrafe encontram-se dispostos de modo nada linear, não sendo facilmente acessível o "cheiro da matilha".

Por fim, não tenho condições de detalhar aqui a trajetória profissional das pessoas com quem me encontrei ou tive acesso via o que escrevem, o que apresento em Gerhardt

(2008), especialmente segunda parte. Apenas indico que, pelo que ouvi de especialistas, cujas biografias e bibliografias se confundem com a própria história do debate sobre populações locais e áreas protegidas, posições assumidas não podem ser explicadas só pela sua origem disciplinar ou especialidade acadêmica. A despeito desta forma idealizada de pensar o debate polêmico gerado, a “guerra estabelecida” de que fala Licurgo dissemina-se de modo não automático. Embora deva ser considerada, tratar a diferença epistemológica como sua derradeira causa encobre que por trás da formação profissional há uma intenção devedora de motivações que extrapolam a amplitude de suas vidas acadêmicas e que faz com que percursos singulares sejam construídos. Se a maioria tem carreira acadêmica marcadamente multidisciplinar, outros circulam por áreas com enfoque metodológico e teórico bem distinto. E mesmo quem tem formação mais disciplinar é levado a buscar, por interesse pessoal ou força do ofício - e para "não se aventurar fora do seu território e ver seu código não funcionar" (DELEUZE e PARNET, 1998, p.14) -, um conhecimento mínimo em outros campos do fazer científico.

Ao se contentar com respostas do tipo: divergências se devem à existência de ideais de cientificidade, objetos e

métodos de pesquisa diferentes, elimina-se um fator essencial: o fato de que o debate não se acha circunscrito à dimensão estritamente científica, com outros elementos a orientar interesses de pesquisas. Como notaram os engenheiros Dourojeanni e Jorge-Pádua, "uma das razões do desentendimento (...) está em grande medida vinculada à bagagem cultural, profissional e política da maior parte dos integrantes de cada grupo" (2001, p.39). Entendimento que se aproxima da fala de Arminda, antropóloga que com eles polemiza e que embora admita haver "tensão entre biólogos e cientistas sociais porque são duas orientações muito diferentes [...] e quando não têm pessoas que façam uma mediação vira isso que você falou que não existe [divisão entre dois lados], mas que existe", para ela esta seria "uma polaridade que é ideológica, de visão de mundo, de lutas por significados, de lutas pela realização de uma visão de como atacar um problema que é real".

Referência bibliográficas

ADAMS, C.; MURRIETA, R.; NEVES, W. **Sociedades Caboclas amazônicas:** modernidade e invizibilidade. São Paulo: Annablume, 2006.

ADAMS, C. As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar. **Revista de Antropologia.** V.41, nº1. São Paulo: USP, 2000a.

_____. **Caiçaras na mata atlântica:** pesquisa científica versus planejamento e gestão ambiental. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2000b.

ALMEIDA, M. Desenvolvimento e responsabilidade dos antropólogos. In: **Desenvolvimento e direitos humanos:** a responsabilidade do antropólogo. ARANTES A. et al. (Orgs.). Campinas: Unicamp, 1992.

ARRUDA, R. Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. In: DIEGUES, A. C. **Etnoconservação:** novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Annablume, 2000, p. 274.

_____. Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. **Ambiente e Sociedade**, n.5. Campinas: 1999, p. 89

AUGÉ, M. **Os domínios do parentesco.** Lisboa: Edições 70, 2003, p. 23.

AZEVEDO, J. da R. **A conservação da paisagem como alternativa à criação de áreas protegidas:** um estudo de caso do vale do Rio Negro na região do Pantanal – MS. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Ciências Ambientais). PROCAM - USP. São Paulo: 2002.

BARRETO FILHO, H. Populações tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção. In.: ADAMS, C. et al. (Orgs). **Sociedades Caboclas amazônicas:** modernidade e invizibilidade. São Paulo: Annablume, 2006.

_____. Preenchendo o Buraco da Rosquinha: uma análise antropológica das unidades de conservação de proteção integral na Amazônia brasileira. **Boletim da Rede Amazônia Diversidade Sociocultural e Políticas Ambientais.** Ano 1, nº 1, 2002.

_____. Preenchendo o Buraco da Rosquinha: uma análise antropológica das unidades de conservação de proteção integral na Amazônia brasileira. **Boletim da Rede Amazônia Diversidade Sociocultural e Políticas Ambientais.** Ano 1, nº 1, 2002.

BENEDICT, R. **Padrões de Cultura.** Petrópolis/RJ: 2013.

BENJAMIN, A. H. (Coord). **Direito Ambiental das Áreas Protegidas:** o regime jurídico das unidades de conservação. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001

BOURDIEU, P. **Razões práticas:** sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papirus, 1996a.

BLUMER, H. Social problems as collective behavior. **Social Problem** n. 18, 1971.

BRANCO, S. Conflitos conceituais nos estudos sobre meio ambiente. **Estudos Avançados.** V.9, n. 23, 1995.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. IBAMA. Brasília: 2008. Disponível em: <>. Acesso em: 18 jan. 2008

CARDOSO de OLIVEIRA, L. O ofício do antropólogo, ou como desvendar evidências simbólicas. In.: **Série Antropologia** (nº 413). Brasília: UnB, 2007.

CARDOSO de OLIVEIRA, R. **Ensaios antropológicos sobre moral e ética.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

CHAUÍ, M. **Convite a filosofia.** São Paulo: Editora Ática, 1999.

CUNHA, M. C. e ALMEIDA, M. Populações tradicionais e conservação ambiental. In.: **Biodiversidade na Amazônia brasileira:** avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios. CAPOBIANCO, J. *et. alli* (Orgs.). São Paulo: Estação Liberdade, ISA, 2004.

DAMATTA, R. **Relativizando:** uma introdução à antropologia social. Petrópolis: Vozes, 1981.

DELEUZE, G. e PARNET, C. **Diálogos.** São Paulo: Escuta, 1998.

DIEGUES, A. C. e VIANA, V. **Comunidades tradicionais e manejo dos recursos naturais da Mata Atlântica.** São Paulo: Hucitec – NUPAUB – CEC, 2004.

_____. Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos. In.: DIEGUES, A. C. **Etnoconservação:** novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: HUCITEC – Annablume, 2000.

_____. **O mito da natureza intocada.** São Paulo: HUCITEC, 1996.

DOUROJEANNI, M. J. Áreas protegidas de América Latina en los albores del siglo XXI. In: BENJAMIN, A. H. (Coord). **Direito Ambiental das Áreas Protegidas:** o regime jurídico das unidades de conservação. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

DOUROJEANNI, M. e JORGE PÁDUA, M. T. **Biodiversidade: a hora decisiva.** Curitiba: UFPR, 2001.

DRUMMOND, J. A. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Revista Estudos Históricos.** V. 4, n. 8. Rio de Janeiro, 1991.

ESTERCI, Neide; LIMA, Deborah; LÉNA, Philippe; MANESCHY, Maria C. Projetos e políticas socioambientais: repensando estratégias. **Boletim Rede Amazônica:** diversidade cultural e perspectivas socioambientais. Ano 3, n. 1, 2004.

FOUCAULT, M. **Os anormais:** curso Collège de France (1974-1975). São Paulo: Martins Fontes, 2010.

GARCIA FILHO, D. P. **Análise e diagnóstico de sistemas agrários:** guia metodológico. Brasília: INCRA/FAO, 1999.

GERHARDT, C. **'Eu seria péssima pra estar na sua banca':** pesquisadores e suas controvérsias sobre conflitos em áreas protegidas. Curitiba: Appris (no *prelo*).

_____**Pesquisadores, populações locais e áreas protegidas: entre a instabilidade dos "lados" e a multiplicidade estrutural das "posições"**. Tese (Doutorado). Pós-Graduação em Ciências

Sociais Aplicadas ao Mundo Rural, CPDA/UFRRJ. Rio de Janeiro: 2008.

_____. Pesquisadores e suas táticas discursivas no debate sobre populações tradicionais e proteção à biodiversidade. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente.** N.21, p.43-67, jan/jun. Curitiba: UFPR, 2010.

GOLDMAN, M. **Como funciona a democracia:** uma teoria etnográfica da política. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006a.

GUILHERME SÁ, J. da S. **No mesmo galho: ciência, natureza e cultura nas relações entre primatólogos e primatas.** Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social – Museu Nacional, 2006.

LADEIRA, M. I. Terras indígenas e unidades de conservação na Mata Atlântica: áreas protegidas? In: RICARDO, F. (Org.). **Terras indígenas e unidades de conservação:** o desafio das sobreposições. São Paulo: ISA, 2004.

LANDÉ, C. H. Introduction: the dyadic basis of clientelism. In: SCHMIDT, S. W. et al. (eds.). **Friends, followers and factions: a reader political clientelism.** Berkeley : University of California Press, 1977.

LARRÈRE, C. e LARRÈRE, R. **Do bom uso da natureza.** Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos.** São Paulo: Editora 34, 1994.

LITTLE, P. Etnografia dos conflitos sócio-ambientais: bases metodológicas e empíricas. **II Encontro da ANPPAS.** Indaiatuba/SP: maio de 2004. *Anais.*

_____Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Série Antropologia.** N. 322. Brasília/DF: UnB, 2002.

LÉVI-STRAUSS, C. **O pensamento selvagem.** Campinas, SP: Papirus, 1989.

LIMA, D. Ética e política ambiental na Amazônia contemporânea. In.: **Boletim Rede Amazônica:** diversidade sociocultural e políticas ambientais. Rio de Janeiro: ano 1, n.1, 2002.

LIMA, Deborah; POZZOBON, Jorge. Amazônia socioambiental: sustentabilidade ecológica e diversidade social. **Revista Estudos Avançados.** v. 19, n. 54, 2005.

LOBÃO, R. Economia Política do ressentimento: contingente ou necessária? **Anais.** 25a Reunião Brasileira de Antropologia. Goiânia: junho de 2006.

MAFFESOLI, M. **O tempo das tribos:** o declínio do individualismo nas sociedades pós-modernas. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2006.

MILANO, M. S. **Unidades de conservação:** atualidades e tendências. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2002.

MONOD, J. **Chance and necessity.** New York: Knopf, 1972.

MORSELLO, C. **Áreas protegidas públicas e privadas.** São Paulo: Annablume, 2001, p. 87.

MOORE, B. ***Injustiça:*** as bases da obediência e da revolta. São Paulo: Brasiliense, 1978.

NUNES, M. **Do passado ao futuro dos moradores tradicionais da estação ecológica Juréia-Itatins-SP.** Dissertação (Mestrado). Pós-Graduação Geografia Física, FFLCH/USP. São Paulo: 2003.

OLMOS, F. *et. alli*. Correção política e biodiversidade: a crescente ameaça das "populações tradicionais" à Mata Atlântica. In.: ALBUQUERQUE, J. L. (Orgs.). **Ornitologia e conservação:** da ciências às estratégias. Tubarão: Editora Unisul, 2001.

OLMOS, Fábio. Nossos batustões. **Revista O ECO**. Rio de janeiro: 2008. Disponível em: <http://www.oeco.org.br/fabio-olmos/18327-oeco_25273>. Acesso em: 15 jan. 2008.

PORTO, M. F. Dilemas e desafios da governança em situações de complexidade e conflitos sócio-ambientais. In.: **I Seminário Nacional sobre governança ambiental no Brasil:** contexto, realidade, rumos. Fundação Joaquim Nabuco. Recife: nov. 2006.

ROCHA, C. F. D. et al. **Biologia da Conservação:** essências. São Carlos: RiMa, 2006.

ROLNIK, S. **Cartografia sentimental:** transformações contemporâneas do desejo. Porto Alegre: Sulinas, 2011, p. 32.

RUFINO, M. P. Para além do espaço intocado. In: RICARDO, Fany. **Terras indígenas & unidades de conservação da natureza:** o desafio das sobreposições. São Paulo: ISA, 2004.

SANTILLI, J. **Socioambientalismo e novos direitos.** São Paulo - Peirópolis: ISA, 2005.

SANTOS, W. dos. **Dicionário jurídico brasileiro.** Belo Horizonte: Del Rey, 2001, p. 86.

SEGATA, J. O duplo cego da antropologia. **Cadernos de Tradução.** V.2, n.30, p.83-100. Florianópolis: out. 2012.

SCHAIK, C. e RIJKSEN, H. D. Projetos integrados de conservação e desenvolvimento: problemas e potenciais. In: SPERGEL, B.; TERBORGH, J. et al. (Orgs). **Tornando os parques eficientes:** estratégias para a conservação da natureza nos trópicos. Curitiba: Ed. UFPR, 2002.

URBAN, T. **Saudade do Matão:** relembrando a história da conservação da natureza no Brasil. Curitiba: Editora da UFPR – Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 1998.

TERBORGH, J. e SCHAIK, C. van. Por que o mundo necessita de parques? In: **Tornando os parques eficientes:** estratégias para conservação da natureza nos trópicos. SPERGEL, B.; TERBORGH,

J. *et. alli* (Orgs). Curitiba: Ed. da UFPR / Fundação O Boticário, 2002.

TIMMERS, J-F. Respeitar a vida: a preservação do meio ambiente com e pelos índios evita a definitiva condenação da biodiversidade. In.: RICARDO, Fany. **Terras indígenas & unidades de conservação da natureza:** o desafio das sobreposições. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004.

VELHO, G. Estudo do comportamento desviante. In.: VELHO, G. (org.). **Desvio e divergência:** uma crítica da patologia social. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VIANA, V. Envolvimento sustentável e conservação das florestas brasileiras. **Revista Ambiente & Sociedade**, Ano II, n. 5. Campinas: 1999.

VIANNA, L. **Considerações críticas sobre a construção da idéia de "população tradicional"** *no contexto das Unidades de Conservação*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Depto. de Antropologia – USP, 1996.

_____. **De invisíveis a protagonistas:** populações tradicionais e unidades de conservação. São Paulo: Annablume, 2008.

VIVEIROS DE CASTRO, E. Biodiversidade e sócio-diversidade: conhecimento tradicional e o mito da ciência oculta. In: ARAÚJO, A. V. e CAPOBIANCO, J. P. (Orgs.). **Biodiversidade e proteção do conhecimento de comunidades tradicionais.** Documentos do ISA n. 2. São Paulo: ISA, 1996, p.21.

MEIO AMBIENTE EM QUESTÃO: UMA INCURSÃO E UM ENSAIO CONCEITUAL SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL POPULAR

Ivonaldo Leite[17]

Introdução

Dentre as teses de Walter Benjamin envolvendo o conceito de história, uma das mais emblemáticas é a inspirada na tela *Angelus Novus*, do pintor suíço Paul Clean. Diz a tese:

> Existe um quadro de Klee intitulado "Angelus Novus". Nele está representado um anjo, que parece estar a ponto de afastar-se de algo em que crava o seu olhar. Seus olhos estão arregalados, sua boca está aberta e suas asas estão estiradas. O anjo da história tem de parecer assim. Ele tem o seu rosto voltado para o passado. Onde uma cadeia de eventos aparece diante de nós, ele enxerga uma única catástrofe, que, sem cessar, amontoa escombros sobre escombros e os arremessa a seus pés. Ele bem que gostaria de demorar-se, de

17 Professor da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), no Centro de Ciências Aplicadas e Educação (CCAE); Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Sociedade e Culturas (GEPEDUSC) - UFPB/CNPq.

> despertar os mortos e juntar os destroços. Mas, do paraíso, sopra uma tempestade que se emaranhou em suas asas e é tão forte que o anjo não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, para o qual dá as costas, enquanto o amontoado de escombros diante dele cresce até o céu. O que nós chamamos de progresso é essa tempestade.[18]

Essa tese é paradigmática do modelo político-econômico que gerou a atual crise ecológica, colocando em risco a continuidade da vida em nosso planeta. Para enfrentá-la, faz-se necessário, por exemplo, que se desenvolva uma abordagem que, por um lado, vá às raízes das suas causas, denunciando-as, e, por outro, efetive um trabalho de persuasão, anunciando alternativas de superação e buscando construir uma nova hegemonia, no sentido de estabelecer outro padrão ético-político, econômico e social. Esse é o horizonte da Educação Ambiental Popular. Nos limites de extensão definidos para este texto, tenho como objetivo realçar um panorama introdutório a seu respeito. Dessa forma, realizo uma incursão estruturada em três momentos: inicialmente, trato das razões do necessário debate, envolvendo relações de poder, política e meio

18 Conforme a tradução realizada por Jeanne Marie Gagnebin e Marcos Lutz Müller, utilizada por Löwy (2005).

ambiente; em seguida, evidencio uma perspectiva em torno da Educação Popular e da Educação Ambiental Popular; e, à guisa de conclusão, assinalo o quadro desafiador que está colocado à Educação Ambiental Popular.

Relações de poder, política e meio ambiente: razões do debate

O debate sobre ecologia não pode ser dissociado de uma discussão mais ampla, na qual figurem como variáveis, por exemplo, o fator político e as relações de poder.[19] Isso é fundamental por, pelo menos, três razões.

A primeira é para não abonar uma concepção enviesada da crise ambiental, que atribui responsabilidades com um mesmo grau de equivalência, como se tanto a ação das grandes corporações quanto a das pessoas, individualmente, tivessem o

---

19 Reconhecendo que a ecologia, como termo originário da biologia, é uma disciplina científica que trata da relação triangular entre os seres de uma espécie, a atividade organizada dessa espécie e o seu meio ambiente, ela aqui, no entanto, é entendida de forma ampliada, envolvendo os seres humanos, como ecologia política, ou seja, como perspectiva voltada à relação da humanidade com o meio ambiente, à maneira como ambos se transformam mutuamente e às condições disponíveis pelo meio ambiente para o desenvolvimento da vida. Em suma, trata-se de uma perspectiva com foco na complexa interação entre meio ambiente (o meio em que vive a humanidade) e o funcionamento econômico, social e político das comunidades humanas. (LEIPIETZ, 2002)

mesmo peso determinante na degradação do planeta. No fundo, trata-se, esta, de uma perspectiva politicamente construída, que, por um lado, oculta as causas sistêmicas da crise ecológica e, por outro, além de individualizar responsabilidades, alimenta o ‘marketing do mercado ecologicamente correto’, gerando dividendos a empresas.

A partir dessa premissa, chega-se até a se fazer alarde com a situação ecológica do planeta, com peças de publicidade – promovendo a divulgação de produtos –, dizendo que determinada empresa tem responsabilidade ambiental. Na mesma direção, internacionalmente, autoridades de países do centro capitalista, com reconhecido histórico de agressão ao meio ambiente, em fóruns como o de Davos, na Suíça, fazem preleções, por exemplo, a respeito da preservação da Amazônia.

A segunda razão em função da qual se deve levar em consideração o fator político e as relações de poder, na discussão sobre a crise ecológica, refere-se ao tema do desenvolvimento sustentável. Por vezes, essa expressão, retoricamente repisada, tem se constituído em um autêntico embuste, servindo para tudo e para nada. Tem sido utilizada como máscara para esconder as verdadeiras causas dos

problemas ambientais, vendendo a ilusão de que é possível um desenvolvimento com sustentabilidade numa sociedade que, *de per si*, é insustentável. Falta ao discurso do desenvolvimento sustentável ir à raiz do problema e colocar em questão a sua pedra angular: a incontrolada lógica da acumulação que, movimentando o mercado, move a reprodução do capital, sem se importar com o quanto se tenha que devastar o meio ambiente, pois, para garantir a acumulação de capital, se possível fosse, parafraseando Huberman (1985), até os planetas seriam anexados.

A referida perspectiva do desenvolvimento sustentável promove, na verdade, um 'ecocapitalismo' que, no final das contas, repõe em outro patamar o/a causador/a dos problemas ambientais. Contudo, ela tem aglutinado de movimentos ambientalistas a empresários, passando por "políticos verdes" e acadêmicos.

A terceira razão para se ter em conta o fator político e as relações de poder no debate sobre ecologia constitui-se numa espécie de silogismo das duas anteriores. Ou seja, captando o efetivo sentido/significado da crise ecológica e constatando o embuste em torno do desenvolvimento sustentável, impõe-se levar adiante uma concepção de educação ambiental que

contenha, ao mesmo tempo, dispositivos cognitivos e políticos. Os primeiros são cognitivos por embasarem a ação propriamente educativa, no sentido da conscientização ecológica, de fazer perceber a necessidade do estabelecimento de uma nova relação com o meio ambiente, o que significa também uma ampliação do conceito de meio ambiente, passando este a ser entendido como físico e social, configurado pela natureza e pela ação humana que constrói a realidade e a ambiência societal. Os segundos dispositivos são políticos por propiciarem bases à intervenção frente às micros e macros relações de poder.

É o encadeamento, dentre outras, das três razões referidas, tendo a última um peso imperativo, que induz à consubstanciação do que temos designado como Educação Ambiental Popular (LEITE, 2013).

Educação Popular e Educação Ambiental Popular

O campo da Educação Popular constituiu-se no Brasil – e no restante da América Latina – sob uma forte influência das elaborações de Paulo Freire. Em princípio, o campo emerge voltado à alfabetização de adultos, e não obstante "um certo ecletismo" da sua orientação teórica (que aglutina, por

exemplo, perspectivas liberais, cristãs e marxistas), ele tem um posicionamento bastante definido na esfera político-ideológica, apresentando o conceito de oprimido como uma variável central, no que se refere à denúncia do *establishment* e ao anúncio de 'uma educação como prática da liberdade'.[20] Do ponto de vista da sua operacionalização pedagógica, a Educação Popular surgiu apostando fortemente no diálogo e trabalhando com os chamados temas geradores, definidos a partir da interação com o universo cultural dos educandos.

Ou seja, conforme aqui exposta, a Educação Popular pressupõe uma epistemologia, uma metodologia e uma ontologia, no sentido de que corresponde a uma concepção de conhecimento, a uma forma de realizar a ação educativa e uma concepção a partir da qual é visto o ser humano.

A tradução prática disso, no que diz respeito aos seus dispositivos cognitivo-pedagógicos, é que a Educação Ambiental Popular supõe: 1) a existência de conteúdos que sejam significativos ao contexto social dos educandos; 2) o caráter problematizador na assimilação dos assuntos; 3) o processo de ensino como construção partilhada entre docentes e discentes; 4) uma relação com o conhecimento que concebe

20 Esses são dois núcleos temáticos fundamentais na produção de Paulo Freire – a opressão e a liberdade. Ver Freire (1987; 1999).

os educandos como autores – e não como meros reprodutores de saberes – e, nessa condição, eles produzem os seus próprios textos relativos aos temas estudados.

Em relação aos dispositivos políticos da Educação Ambiental Popular, devem ser entendidos numa perspectiva que, ao fim e ao cabo, remonta à ideia grega de *polis* e que, no escopo da Educação Ambiental Popular, vai além da ideia de formar para a cidade, isto é, formar o cidadão, formar para a cidadania, mas significa que eles (os dispositivos) demandam uma formação voltada à (re)construção da própria cidade (polis) – que é o mesmo que dizer sociedade –, no sentido de transformar as estruturas que travam o desabrochar desalienado da humanização. Mais concretamente, significa o compromisso com uma sociabilidade política assente na autonomização das pessoas, no enfrentamento das iniquidades de classe, no equacionamento das questões de gênero, nos direitos humanos, etc.

É esse substrato axiológico aqui recenseado, mas que também tem expressão empírica, que fornece subsídios conceituais ao desenvolvimento da Educação Ambiental Popular. Diferentemente da ‘instrumentalização conceitual’ de outras concepções críticas de educação – que prestam tributo a

interpretações mecânicas e dogmáticas do marxismo –, a Educação Ambiental Popular não ata, por exemplo, a ideia de oprimido apenas à exploração de classe. Em seu marco, a opressão é algo mais amplo – embora não releve os condicionamentos de classe: diz respeito a qualquer relação social em que existam injustiça e desumanização.

Desafios da Educação Ambiental Popular

Atualmente, diversos desafios estão colocados à concepção de Educação Ambiental Popular, dos quais destaco apenas dois:

O primeiro, de natureza política, é realizar a contraposição aos segmentos que, por razões diversas, negam o aquecimento global. Na medida em que a questão ecológica e a crise ambiental foram ocupando um lugar de destaque na agenda contemporânea, foi surgindo, por outro lado, uma posição que, com origem sobretudo nos Estados Unidos, tem se acentuado nos últimos tempos: a negação do aquecimento do planeta, pelos chamados *deniers*, conforme a expressão original em língua inglesa.[21]

---

21 Trata-se de uma posição assumida por políticos (nos EUA, sobretudo do Partido Republicano), empresários e até acadêmicos. A propósito desses últimos, aliás, já foi publicado até mesmo um manifesto deles, em *The Wall*

A tese dos *deniers*, contudo, não encontra respaldo empírico e a sua linha discursiva carece de sustentação lógico-argumentativa. O que os dados evidenciam (UNEP, 2007) é que, provavelmente, muitos dos cenários apresentados pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC)/ONU terão lugar não no ano de 2100 ou mesmo 2050. Poder-se-ão efetivar antes disso, até porque já é possível verificar vários exemplos do colapso ambiental. Acontecimentos como o furacão Catarina, que devastou Nova Orleans/EUA, em 2005, assim como o primeiro ciclone tropical no litoral sul do Brasil, em 2004, bem como a subida dos níveis dos oceanos e o aumento das temperaturas são fenômenos concretos, e não "invencionices" de ambientalistas.

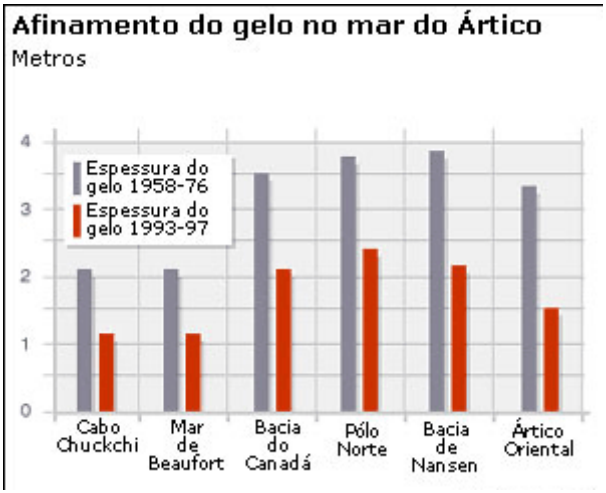
Isso não significa desconhecer que, por vezes, a crise ecológica tem sido apropriada por "grupos de interesse" com o nítido propósito de, a partir de um suposto discurso politicamente correto, fomentar a constituição de um "mercado sustentável", no qual a consciência ambiental é transformada em uma mercadoria que, no final das contas, termina por alimentar a insustentabilidade sistêmica.

Street Journal, afirmando que não há razão para preocupação em relação ao aquecimento global. (THE WALL STREET JOURNAL, 2012)

Por outro lado, um elemento que depõe contra os negacionistas do aquecimento global, ou pelo menos parte dos *deniers*, refere-se, principalmente nos Estados Unidos, ao fato de eles terem o apoio de grandes corporações – interessadas em avançar sobre o meio ambiente a qualquer custo, em busca de lucro –, na sua cruzada denegatória do aquecimento do planeta.

Os dados relativos à efetividade do aquecimento global são consistentes. Tanto do ponto de vista quantitativo, no que concerne à série estatística longitudinal, quanto do ponto de vista qualitativo, no que diz respeito ao aporte da retrospectiva histórica acerca do modelo de desenvolvimento levado a cabo pelo modo capitalista de produzir. Detenhamo-nos, por um momento, no primeiro caso. Está razoavelmente evidenciado que a camada de gelo do polo norte sofreu uma significativa redução nas últimas décadas e que a cobertura gelada da terra diminuiu, conforme demonstra o Gráfico 1.

Gráfico 1



Fonte: UNEP (2007)

Nota-se que a espessura de gelo do polo norte sofreu uma redução de cerca de 40% e que a cobertura gelada da terra, desde a década de 1960, foi reduzida em torno de 10%.

Somados a isso, os dados disponíveis indicam a elevação das águas oceânicas, conforme ilustra o Gráfico 2.

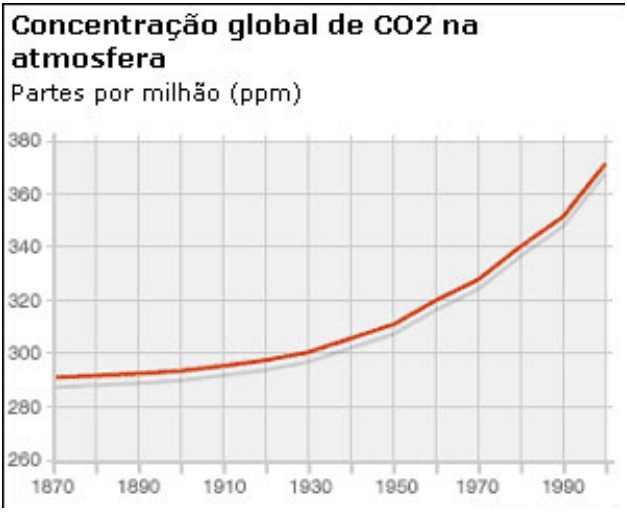
Gráfico 2

Fonte: UNEP (2007)

Segundo os gráficos, tem-se em perspectiva que a elevação das temperaturas provoca o aumento do nível do mar, na medida em que o derretimento das calotas polares tem como consequência a elevação do volume de água dos oceanos. A compreensão é de que o nível do mar aumentou entre 10 e 20 centímetros no mundo durante o século XX e, numa aceleração desse processo, o IPCC prevê uma elevação entre 9 e 88 centímetros até 2100.

No tocante às emissões de gases, designadamente CO2, o Gráfico 3 apresenta um panorama bastante revelador.

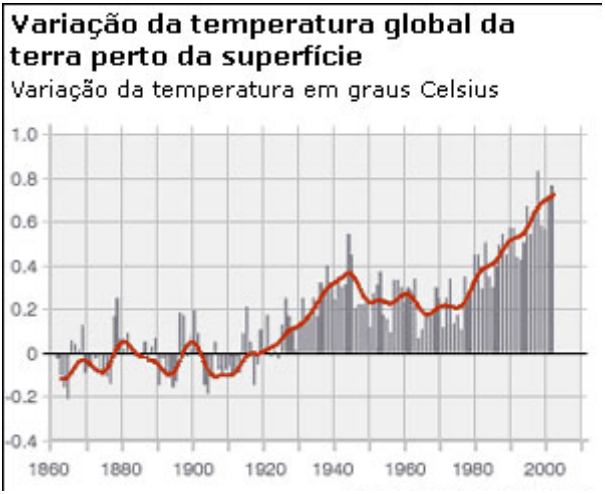
Gráfico 3



Fonte: UNEP (2007)

O significado dos números revelados pelo gráfico demonstra que os níveis de dióxido de carbono elevaram-se intensamente com a industrialização do mundo, agravando o efeito estufa. Daí, tem-se o aumento da temperatura da terra, conforme é evidenciado no Gráfico 3.

Gráfico 4



Fonte: Adaptado de Centro Hadley (2014)

A temperatura da terra, segundo indicação do desenho do gráfico, sofreu um aumento de cerca de 0,6ºC no século passado, tendo sido a década de 1990 a mais quente desde que os registros começaram a ser feitos, de acordo com o Painel Internacional sobre a Mudança Climática.

Além dessas evidências empíricas mais quantitativas, há de se assinalar que, notadamente desde o século XVIII, com a Revolução Industrial inglesa, o modo capitalista de produzir tem avançado destrutivamente sobre o meio ambiente, no intuito de fazer cumprir aquilo que lhe é próprio: a acumulação

e a reprodução ampliada do capital. Devastação de florestas, extração predatória de recursos naturais, poluição de rios, etc são exemplos da ação do desregulado modo capitalista de produção, em vista dos imperativos do mercado.

Trata-se de um processo historicamente configurado em escala mundial, do qual resultou a constituição de um grupo de países que formam o centro do capitalismo em nível planetário, os quais, na busca por matérias-primas e mercados, empreenderam uma ação colonialista (explícita ou velada) mundo afora, estruturando, então, uma divisão internacional do trabalho extremamente desigual.

A responsabilidade de tais países em relação à crise ecológica não tem comparativo com a parcela de responsabilidade dos países periféricos e semiperiféricos. Os países centrais, considerando a história do capitalismo industrial, há cerca de dois séculos e meio, têm empurrado o planeta, de diversas formas, para o abismo ambiental em que ele se encontra hoje.

O segundo desafio da Educação Ambiental Popular é de natureza epistemológico-cognitiva e refere-se à necessidade de "passar a limpo" a atual confusão discursiva em torno de expressões como interdisciplinaridade, multidisciplinaridade,

transdisciplinaridade, pluridisciplinaridade, etc., utilizadas à exaustão, sem que se tenha efetivamente presente os seus significados, não sendo poucas as vezes em que elas são mencionadas de maneira sobreposta. Esse emaranhado discursivo tende, geralmente, a resultar em improdutivas "espumas de palavras" que nada dizem, mas que não deixam, em muitos casos, de cumprir funções de mascaramento político-ideológico.

"Passar a limpo" essa confusão discursiva significa, para a Educação Ambiental Popular, lançar luz sobre o debate a partir do *princípio da totalidade*. O que significa deitar raízes na herança hegeliana e conceber a sociedade como uma realidade complexa e articulada, constituída por mediações, paradoxos e cessantes/incessantes processos, isto é, como totalidade. (LUKÁCS, 1989)

Desse modo, para que se entenda a estrutura ontológica básica da sociedade, é necessário que se opere metodológica e cognitivamente com o princípio da totalidade. Esta, por sua vez, deve ser concebida como uma *totalidade concreta* e não como um todo cujas partes não sejam explicitadas, mas, sim, como uma totalidade formada a partir da relativa autonomia de seus diversos momentos parciais (COUTINHO, 1996). Essa

perspectiva não se coadune, por exemplo, com algumas elaborações inspiradas nos ‘estudos da complexidade’, segundo os quais, a totalidade aparece, utilizando aqui a irônica observação de Hegel (1992, p. 29), “como uma noite na qual todos os gatos são pardos”.

Ao se afirmar que a sociedade se configura como uma totalidade constituída por esferas com níveis de equivalência variáveis, é de se ter em mente que, nela, de determinada forma, sobressai o momento econômico (a chamada infraestrutura), que corresponde à articulação sintética entre os processos de transformação da natureza (forças produtivas) e a forma mediante a qual os seres humanos se relacionam entre si, para efetivar essa transformação, quer dizer, para gerar as relações de produção ou de propriedade, a partir das quais ocorre a divisão social do trabalho e, por decorrência, a estruturação da sociedade, dividida em classes sociais.

O ponto de vista da totalidade foi algo bem presente na história do pensamento social. Contudo, no curso da consolidação da modernidade capitalista-positiva, ocorreu o eclipse da reflexão totalizante, emergindo, então, uma fragmentação disciplinar que, posteriormente, veio a fornecer etiqueta aos vários departamentos universitários, os quais, ao

estabelecerem os territórios do conhecimento na universidade, são responsáveis, como se sabe, pelas "posses cognitivas". Antes disso, de Nicolau de Cusa a Hegel, o princípio da totalidade era característico do pensamento social. Figuras, por exemplo, como Spinoza, Rousseau e Kant refletiram acerca da totalidade da vida social, isto é, refletiram sobre temas que hoje são "propriedades" da ciência política, da história, da antropologia e da sociologia. Na verdade, eles estavam preocupados era com a compreensão da totalidade do *ser social*, e não com as suas partes específicas e isoladas.

Por que ocorreu o eclipse da reflexão totalizante sobre o social?

Talvez tenha sido Georgy Lukács, no clássico *A Destruição da Razão*, quem mais acuradamente se empenhou em aportar uma resposta a essa questão. Sintetizando a sua *démarche* (LUKÁCS, 1976), poder-se-á dizer que ele mostra, de maneira categórica, o eclipse da reflexão sobre a totalidade social e a consequente difusão da fragmentação disciplinar como resultantes de uma necessidade da emergente sociedade capitalista; trata-se de uma forma de ela reproduzir sistemicamente *um padrão societal reificado*. É certo que o surgimento das várias ciências – gerando a especialização

disciplinar – deve ser visto também, muitas vezes, como decorrência dos objetos de estudo, dada a diversificação dos mesmos (COUTINHO, 1996). Todavia, mesmo considerando esse fato, ou seja, mesmo se admitindo que o grau de intrincamento do mundo social – evolutivamente oriundo da modernidade – demanda atenção epistemológica específica para os seus diversos níveis, o argumento de base de Lukács ainda se mantém.

Isso posto, o desafio epistemológico-cognitivo da Educação Ambiental Popular – no tocante à abordagem de temas/conteúdos programáticos e na realização de estudos/achados de pesquisa – deve ser equacionado mediante a submissão dos enfoques das ciências particulares a dois procedimentos.

O primeiro é o da operacionalização do *princípio da totalidade*, procurando-se relacionar os objetos/conhecimentos formulados pelas ciências particulares com a totalidade social, *desfetichizando* os seus enfoques e buscando ultrapassar a "parcialidade" das suas abordagens (parcialidade no sentido de ser resultado da "percepção" de uma única matriz disciplinar em relação a um objeto que, ontologicamente, comporta dimensões não captáveis por essa matriz). O segundo

procedimento é relativo à crítica que procura submeter o que é produzido pelas ciências particulares ao crivo da historicidade, considerando que, como destacou Sartre (1960), a totalidade não é algo fechado e definitivo, mas, antes, define-se como um processo de totalização, no qual o todo é entendido como aberto e dinâmico. Daí resulta que os objetos analisados perdem a sua aparência de neutralidade e convertem-se em estados transitórios de um incessante movimento.

Esses dois desafios da Educação Ambiental Popular aqui destacados, ao mesmo tempo em que – ao serem equacionados – aportam *bases à sua consolidação como campo científico*, também proporcionam quadros de inteligibilidade para orientar a atuação da prática educativa ambiental no cotidiano dos espaços formais e não formais. Nesse sentido, é de se referir, por exemplo, a pertinência para a formação/aprendizagem que a reflexão totalizante sobre meio ambiente pode propiciar, ao dissolver as fronteiras que separam programaticamente as esferas das ciências humanas e das ciências naturais.

Por fim, na medida em que aciona dispositivos políticos e cognitivos, a Educação Ambiental Popular pretende fazer aquilo que se requer da ciência social dialeticamente orientada

por propósitos teórico-práticos, isto é, construir conceitos e alternativas para entender a realidade e responder às suas demandas.

Referências Bibliográficas

CENTRO HADLEY. **Global average temperature series - Combined land-surface air temperature and sea-surface temperature.** Disponível em: <>. Acessado em: 02/12/2015.

COUTINHO, Carlos N. **Marxismo e política:** a dualidade de poderes e outros ensaios. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Educação como prática da liberdade**. 23 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

HEGEL, Friedrich. **Fenomenologia do espírito**. Petrópolis: Vozes, 1992.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. Tradução de Valtensir Dutra. 20 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

LEITE, Ivonaldo. Reconfigurações do campo pedagógico: educadores sociais e as perspectivas da educação ambiental popular, in **Pesquiseduca**, v. 05, nº 09, Santos-SP, 2013, p. 164-181.

LIPIETZ, Alain. A ecologia política, solução para a crise da instância política?, *in*: ALIMONDA, Héctor. **Ecología política, naturaleza, sociedad y utopia**. Buenos Aires: CLACSO, 2002.

LÖWY, Michael. **Walter Benjamin:** aviso de incêndio, uma leitura das teses sobre o conceito de história. Tradução de Wanda Nogueira Caldeira Brand. São Paulo: Boitempo, 2005.

LUKÁCS, Georgy. **História e consciência de classe**. Porto: Escorpião, 1989.

_____. **El assalto a la razón**. Barcelona: Grijalbo, 1976.

THE WALL STREET JOURNAL. **No Need to Panic About Global Warming**. Disponível em: <>. Acessado em: 02/12/2015.

UNEP – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. **Perspectivas del medio ambiente mundial:** medio ambiente para el desarrollo. Randers: ONU, 2007.

SARTRE, Jean-Paul. **Critique de la raison dialectique.** Paris: Gallimard, 1960.

TÁTICAS DE RE-EXISTÊNCIA: MODOS DE FAZER NOS ENFRENTAMENTOS DOS CONFLITOS SÓCIO-AMBIENTAIS NO ESTADO DE MATO GROSSO – BRASIL

Michelle JABER-SILVA[22] e Regina[23] Aparecida da SILVA

Tratamos, no capítulo deste livro, das lutas e das re-existências vivenciadas em um território brasileiro, o estado de Mato Grosso. Uma terra fértil de patrimônios naturais, culturas, identidades, biomas e também de títulos não tão honrosos, tais como: campeão do desmatamento, do uso de agrotóxicos, vice-campeão em concentração de terras e instalação de pequenas centrais hidrelétricas.

---

[22] Professora no Instituto de Educação da UFMT e credenciada no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFMT). Vinculada ao Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte (GPEA/UFMT), pesquisando e orientando na área de educação ambiental, educação popular, movimentos sociais, mapeamento dos conflitos sócio-ambientais.

[23] É professora do Instituto de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Pesquisa na área de educação ambiental, educação popular, movimentos sociais, mapeamento social e políticas públicas. É líder do Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte (GPEA) e membro do Fórum de Direitos Humanos e da Terra de Mato Grosso.

Nesse espaço de contrassensos, pululam os chamados conflitos sócio-ambientais, que se estabelecem num campo polissêmico marcado por disputas e significados distintos atribuídos aos territórios, que pressupõem as relações de poder, permeadoras das práticas sociais. Nos espaços em que se estabelecem os conflitos sócio-ambientais, não estão em disputa somente os bens e os serviços ecossistêmicos, mas também as formas distintas de apropriação dos territórios, assim como a manutenção da cultura. O sociólogo Henri Acselrad (2004, p. 26) elabora a noção de conflitos ambientais como sendo aqueles que envolvem grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando, ao menos, um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação ameaçada por impactos indesejáveis.

Instigados sobre as identidades e territórios que compõem a paisagem desse estado, nós, do Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte (GPEA), da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), e nossos parceiros desenvolvemos, desde 2008, o projeto de pesquisa "Mapeamento Social do Estado de Mato Grosso – Brasil". O projeto busca evidenciar os grupos sociais vulneráveis de Mato

Grosso, com suas identidades e seus territórios, suas culturas e seus múltiplos sentidos, bem como seus processos de conflitos, injustiças ambientais e suas táticas de re-existências.

Esse mapeamento[24] nasce da articulação entre a academia e os movimentos sociais de Mato Grosso, durante os processos de consulta pública do Zoneamento Sócio-Econômico Ecológico de Mato Grosso (ZSEE-MT). Em seu processo de construção, o ZSEE-MT, elaborado pelo poder executivo, representava um valioso instrumento territorial, de consistente proposição econômica e ecológica. Contudo, apresentava fragilidades em seu componente social, deixando de reconhecer a diversidade de grupos sociais que compõem a paisagem do estado.

O mapeamento dessas identidades, em Mato Grosso, apontou-nos que poder, conflito e resistência são fatores marcantes na história desses grupos sociais. A re-existência é de fato um fio condutor das referidas identidades: muitas delas se fazem e se refazem nos processos de resistência. Os grupos sociais pesquisados neste estudo situam-se em um local de

---

24 Em outras publicações, é possível acessar os resultados dos mapeamentos realizados. Disponíveis em: http://periodicoscientificos.ufmt.br/index.php/educacaopublica/article/view/2105
http://www.tandfonline.com/eprint/MpXXVKMsdiXZyF28Cr3U/full

agressão, mas, sobremaneira, resistem aos processos hegemônicos de dominação, especialmente, na luta pela apropriação na defesa de seus territórios frente à usurpação por parte do estado e de determinados grupos a ele vinculados. (LITTLE, 2002)

Nesse contexto, no capítulo que se inicia[25], dedicamo-nos a evidenciar quais são as táticas de re-existência inventadas e re-inventadas pelos grupos sociais vulneráveis, nos enfrentamentos dos conflitos. De maneira satisfatória, a pesquisa revela que os territórios não estão sendo dominados pacificamente: esbarram-se na teimosia de grupos sociais que lutam pela permanência em seus territórios, re-existindo à homogeneização das paisagens e das culturas, impostas pelo capital. O historiador Michel de Certeau (2005) chama tais táticas também de astúcias, modos de fazer e engenhosidades da cultura ordinária. Para Certeau (2005, p. 101), "[...] a tática é a arte do fraco", uma arte despida de poder, que subverte a ordem imposta e instituída, por meio de reinvenções cotidianas, para irromper e recriar o dia-a-dia.

---

25 Parte deste trabalho foi apresentado na ANPED 2015. Disponível em: http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT22-4588.pdf

Desejamos enfatizar que, ante o mapeamento da paisagem global do estado (macrocosmo) e aos mapeamentos das paisagens locais (microcosmo), é possível considerar que, nos espaços onde os conflitos sócio-ambientais são mais intensos, por sua vez, as táticas de re-existência também são mais expressivas. As narrativas dos grupos sociais entrevistados nos revelam que, para cada conflito denunciado, uma (ou mais) tática(s) de resistência pode(m) ser anunciada(s). Assim, inspiradas em Certeau e em Porto-Gonçalves, denominaremos como **táticas de re-existência.**

As táticas de re-existência a que nos referimos são construídas e exercidas cotidianamente, nas pequenas e sutis atitudes, algumas vezes, imperceptíveis, mas que impulsionam transformações. Muitas vezes, as táticas mencionadas se dão nos interstícios, nas brechas deixadas pelo sistema dominante.

Numa semelhante linha de pensamento, Certeau (1994, p.100) entende que as **táticas** são as formas de resistência contra o poder instituído, por meio das quais os grupos aproveitam as falhas desse poder para agir de forma contrária às opressões impostas. "São saberes sem discurso, sem escritura, solidários de operações múltiplas e anônimas, excluídos pelos saberes da administração e do controle, mas,

não menos criadores ou subversivos". O autor nos convida a reconhecer "as invenções do cotidiano", a sabedoria, as artes de fazer, as lutas dos grupos ordinários, ou cultura comum, que se reconhecem na invenção e re-invenção de suas táticas de resistência. (CERTEAU, 1994).

A **re-existência** são movimentos que não só lutam para enfrentar e resistir aos conflitos sócio-ambientais, mas, sobretudo, lutam "por uma determinada forma de existência, um determinado modo de vida e de produção, por modos diferenciados de sentir, agir e pensar" o mundo (PORTO-GONÇALVES, 2001, p.130). Esses grupos sociais nos narram a resistência aos conflitos sócio-ambientais; a re-existência, porém, se dá também na defesa de outra sociedade, outros sentidos, outros valores, por um pensar e um fazer que busque construir alternativas ao apregoado único caminho, apresentado pela racionalidade hegemônica da modernidade.

A educação ambiental vem de mãos dadas nessa luta, pois também busca a valorização de múltiplas culturas, na ousadia da reconstrução de sociedades sustentáveis, que ressignifiquem valores como justiça ambiental, pertencimento e democracia.

O lócus da pesquisa

O estado de Mato Grosso faz parte da região centro-oeste do Brasil, localizado na região central do continente sul-americano. Seu território está dividido em 141 municípios. É um estado divisor de águas, formado por três importantes bacias hidrográficas (SEPLAN, 2009; IBGE, 2010) e um dos nove estados integrantes da Amazônia Legal. Tem representação de três biomas brasileiros: a Amazônia é o mais abrangente, com 480.215 km^2 (53,6%), com vegetação florestal predominantemente (floresta ombrófila densa e aberta; e florestas estacionais semidecidual); o Cerrado ocupa 354.823 km^2 (39,6%) da cobertura original do estado, e a menor área é a do Pantanal, com 60.885 km^2 (6,8%), que compreende uma área inundável de planície, de um mosaico formado por um grande ecótono de áreas de florestas amazônicas e atlânticas, cerrados, chacos e algumas características da região de caatinga (MORENO; HIGA, 2005; SEMA, 2010).

Imerso, portanto, numa rica biodiversidade, Mato Grosso possui um mosaico cultural de identidades em seus territórios, evidenciado nas diferentes particularidades dos povos que aqui habitam: indígenas, quilombolas, agricultores familiares, seringueiros, pescadores profissionais/artesanais,

ribeirinhos, retireiros do Araguaia, morroquianos, dentre outros grupos que se espalham pelo território, revelando a multiplicidade das nossas identidades (SILVA, 2011). Ressaltamos que muitos dos grupos sociais citados ainda estão invisibilizados, feitos invisíveis ou pouco conhecidos, pois, em meio à paisagem exuberante, escondem-se identidades que estão à mercê do descaso histórico e sofrem com o avanço da economia hegemônica do agronegócio.

Na busca pelo lucro imediato, na transformação da natureza em mercadoria e na expropriação dos grupos sociais presentes nesses espaços, os meios de produção capitalista seguem invisibilizando as identidades, destruindo os territórios e fomentando os conflitos sócio-ambientais. O mapeamento realizado revela que as principais forças motrizes diretas (*driving forces*) dos conflitos em Mato Grosso são: disputas por terra, disputa por água, desmatamento, queimada e uso abusivo de agrotóxicos. Dentre essas, a disputa por terra ganha relevo em Mato Grosso. No contraponto às práticas impactantes, estrategicamente conduzidas pelo poder hegemônico, surgem diversas táticas, que vão desde as vias legais, nos enfrentamentos, até as mais subversivas.

Os caminhos que levaram ao mapeamento...

Inspirados em Bhabha (2003), buscamos pensar Mato Grosso a partir de suas margens, nas vivências de suas minorias e em seus conflitos sócio-ambientais. Além do caráter acadêmico do GPEA-UFMT, temos que ressaltar as nossas escolhas identitárias, configuradas em nossos espaços de militância e de luta, ao lado dos grupos sociais aqui mapeados.

A metodologia mapa social (SATO, SILVA, JABER-SILVA, 2014) busca mapear as identidades e os conflitos sócio-ambientais vivenciados nos territórios, por meio das autodenominações e das autonarrativas dos grupos sociais em condições de vulnerabilidade. Pelas narrativas, nos aproximamos da essência dessas identidades, que constroem diferentes significados de "ser-em-grupo" (GUATTARI, 1990). Para Buber (2001), as identidades são delineadas nesse encontro com o Outro, e a alteridade essencial se instaura somente na relação Eu-Tu, para além da relação Eu-Isso.

A identidade é uma construção histórica, a partir da relação do "eu" com o "Outro", em um determinado contexto-espaço-temporal. As identidades tornam-se possíveis e se formam na relação com os outros, na partilha de valores, consciente e voluntária: um grupo pode ter características

similares e não se identificar enquanto grupo; isso ocorre somente quando há a mobilização por algo em comum, como valores comuns entre seus integrantes.

O Mapa Social considera as **autonarrativas** dos grupos sociais[26] envolvidos nos conflitos. Segundo Silva (2011, p. 47), essa metodologia se faz em uma trajetória contrária à colonialidade, pois buscamos reconhecer o Outro, sempre negado no processo histórico de ocupação; reconhecer as identidades de resistência e registrar, por meio das narrativas, a existência de diversos grupos sociais historicamente invisibilizados e os conflitos sócio-ambientais encarados nos espaços de vida e de luta.

Assim, no ano de 2008, promovemos o *I Seminário de Mapeamento Social* ocorrido em Cuiabá – MT, nos dias 24, 25 e 26 de outubro de 2008. O Seminário reuniu 250 lideranças. Na continuidade dos estudos propostos, o GPEA e os parceiros dessa proposta seguiram realizando estudos de campo, produção do "Mapa dos grupos sociais de Mato Grosso" e do

26 Estudos sociológicos contemporâneos convidam a repensar os grupos sociais validados pelas suas autodenominações, ou seja, são as pessoas que se definem e se aproximam às identidades dos grupos sociais específicos. Assim, consideramos os conceitos de grupos sociais, desde que sejam conceitos inclusivos e abrangentes no espectro étnico das identidades construídas (SATO et al., 2008).

“Mapa dos conflitos ambientais de Mato Grosso”, reuniões e articulações que culminaram na realização do II Seminário. O *II Seminário de Mapeamento Social de Mato Grosso* foi realizado no ano de 2010, entre os dias 6 e 9 de outubro, no Centro Cultural da UFMT, campus Cuiabá. O seminário buscou a articulação dos diversos grupos e das instituições do estado, a fim de promover e complementar o mapeamento social já iniciado. Estiveram reunidos nesses dias mais de 250 participantes, dos quais, aproximadamente, 110 eram lideranças que representavam povos indígenas, povos quilombolas, comunidades tradicionais, acampados, assentados, agricultores familiares, cooperativas, movimentos, sindicatos, redes e grupos sociais diversos.

Desde 2008, numa abordagem mais etnográfica, estão sendo realizadas pesquisas de campo com observações participativas, entrevistas semiestruturadas, oficinas e reuniões com alguns grupos pesquisados.

A coleta de dados contou com as autonarrativas dos representantes de vários grupos sociais do estado, participantes dos seminários e registrados nas pesquisas de campo. Também foram realizadas pesquisas bibliográficas e consulta a dados secundários, tais como sites e relatórios técnicos. Após a coleta

de dados, fizemos a digitalização dos mesmos, formando um banco de dados em um Sistema de Informações Geográficas (SIG); utilizamos o programa de computador ESRI ArcGis/ArcMap (versão 10.0).

Em nossa pesquisa, que culminou na publicação deste texto, buscamos respostas para as seguintes indagações: Como seu grupo/comunidade/povo tem combatido os conflitos sócio-ambientais? Há quanto tempo? Qual a maior dificuldade do seu grupo/comunidade/povo para enfrentar esses conflitos? E quais são as táticas de re-existência vivenciadas no enfrentamento aos conflitos?

Em respostas às referidas indagações, passaremos a discutir algumas táticas de re-existências mapeadas por meio de relatos e registros dos casos relacionados a seguir.

AS TÁTICAS DE RE-EXISTÊNCIA: alguns resultados e reflexões

A possibilidade de um futuro melhor não está num futuro distante, mas na reinvenção do presente.

Boaventura de Sousa Santos

Conhecer, mapear, registrar e anunciar essas táticas de re-existência faz-se necessário para compreendermos de que modo os grupos que engendram uma relação sustentável

humano-ambiente sobrevivem e re-existem aos impactos e conflitos sociais, econômicos e ambientais que tentam aniquilar suas vidas, suas esperanças e seus territórios; e de que forma territórios, identidades e temporalidades se emaranham em teias e mosaicos, tecidos intrinsecamente na relação cultura – natureza.

De modo geral, as narrativas nos desvelam que os grupos criam táticas de re-existência contra os processos hegemônicos de dominação e lutam pela democratização do acesso aos elementos naturais e aos territórios. Esses grupos, em especial, afrontam-se com o individualismo homogeneizador da sociedade moderna, apregoando a diversidade de ambientes, de culturas, de ideais, de sonhos e de vidas!

É fato que muitos grupos sociais foram relegados e/ou colocados à margem da história oficial, mas também é fato que pulsa e transpira vida cultural de suas realidades. Assim, vemos, nas últimas décadas, a emergência desses protagonistas portadores de identidades coletivas e étnicas, que buscam, num cenário de lutas, em especial por conflitos agrários e ambientais, reivindicar seus direitos coletivos por ambientes preservados.

Frisamos que o modo de vida dos grupos sociais em questão vem demonstrando uma intrínseca relação com a natureza e, em muitos casos, a presença dos mesmos tem sido um importante aliado na preservação dos ecossistemas. Intrínseco a essa luta, os modos de vida dos grupos sociais estudados apresentam uma forma peculiar de convivência com o ambiente; muitos vêm resistindo às crescentes pressões no entorno de seus *habitats*, onde formam, em algumas vezes, ilhas de conservação ambiental. Com o advento tecnológico, especialmente, dos programas de monitoramento de satélite e sistema de coordenadas geográficas, é possível visualizar as ilhas de conservação citadas quando o limite das áreas do grupo fica com suas fronteiras claramente definidas no limite com as frentes de expansão das áreas de monocultivos.

Esses "coletivos contra-hegemônicos promotores da práxis emancipatória" (PASSOS, 2010, p.01) exercem suas táticas de re-existência de maneira heterogênea e autônoma. Buscam, nas alianças e articulações, forças para encarar os projetos que afetam, indistintamente, tais coletivos.

São esses sujeitos que estão no *front* diariamente, articulando as denúncias contra a dominação e a violação ao meio ambiente e aos direitos humanos, utilizando-se de

diversas táticas, que vão desde as vias legais até as mais subversivas. As mais citadas pelos entrevistados foram sistematizadas em processos de:

(a) FORMAÇÃO – formação política dos envolvidos nos conflitos; formação em agroextrativismo; diálogos com os agentes provocadores; eventos, palestras e diálogos com comitês locais, com as pastorais das igrejas, com grupos de pesquisas das universidades públicas e organizações sociais parceiras;

(b) COMUNICAÇÃO – panfletos e denúncias em veículos de comunicação; encenações teatrais; articulação em rede, em *blogs*, redes sociais, aplicativos de celular, listas de discussão; e produção de materiais impressos e digitais que subsidiem e deem visibilidade à luta;

(c) ARTICULAÇÃO – intervenções nos Ministérios Públicos (Estadual e Federal) e órgãos ambientais; articulações políticas; constituição de entidade jurídica para lutar pelos direitos coletivos; participação de sindicatos, conferências, assembleias populares; e formação de movimento de base;

(d) MOBILIZAÇÃO – atos públicos; audiências públicas; passeatas; marchas; cartas abertas; manifestos e abaixo-assinados físicos e *on line*.

Frisamos que as alianças tecidas entre os sujeitos locais ou agentes de resistência e os grupos analisados conferem mais forças no enfrentamento dos conflitos; além disso, oferecem aos envolvidos o sentido de pertencer a um coletivo, rompendo com a sensação de estar só e fragilizado. Conforme narrativas dos/as entrevistados/as na pesquisa:

> *"As pessoas observam e ficam frustradas com o que está acontecendo, o único acesso que temos confiável de denunciar, como tentativa de combater esses problemas, é por meio do movimento social. As pessoas são chantageadas para não abrir a boca, então quem não participa do movimento se sente fragilizado para tomar frente e combater ou articular para cessar os problemas". (Pantaneira/assentada, Cáceres)*
>
> *"Percebemos que precisamos fazer a formação de base, organização política, articulação e integração de ações com outros grupos. Assim temos mais forças e eco". (Camponês, Cuiabá)*
>
> *"Ganhamos mais força e visibilidade com articulação e o apoio que recebemos de professores como o Dr. Carlos Walter, Dra. Michèle Sato e o Fernando Xavier. Também podemos contar com a Prelazia de São Félix do Araguaia. Com isso, nossa luta foi reconhecida". (Retireira, Luciara)*

O Grupo de Trabalho de Mobilização Social

Em Mato Grosso, um belo exemplo das táticas de re-existência é o Grupo de Trabalho de Mobilização Social (GTMS). O GTMS é um importante espaço de convergência de diversos grupos e entidades sócio-ambientais, ~~que~~ nascido no bojo das articulações contra as manobras da aprovação do ZSEE-MT. Contudo, seu espectro de lutas foi muito além da questão do zoneamento, incorporando as lutas e os dilemas de diversos grupos, lutando contra as agressões ao meio ambiente, combatendo os projetos hegemônicos que tentam dominar todos os territórios, dentre outras frentes.

Podemos considerar o GTMS como um coletivo no qual os diferentes se unem contra as desigualdades sócio-econômicas, materiais e simbólicas. Uma prática organizativa, promotora do que Boaventura de Souza Santos (2003, p. 26) denominou de "teoria da tradução", um espaço que permite "criar inteligibilidades mútuas, articular diferenças e equivalências entre culturas, formas de opressão e resistência, sem, contudo, pôr em risco suas identidades e autonomias". Para o sociólogo,

> a teoria da tradução mantém intacta a autonomia das lutas em questão como condição para a tradução, dados que só o que é diferente pode ser traduzido. Tornar

> mutuamente inteligível significa identificar o que une e é comum a entidades que estão separadas pelas suas diferenças recíprocas. A teoria da tradução permite a identificação de um campo comum em uma luta indígena, uma luta feminista, uma luta ecológica etc. sem fazer desaparecer em nenhuma delas a autonomia e a diferença que as sustenta. (SANTOS, 2001, p. 192)

Assim, consideramos que o grupo pesquisado tornou-se um campo de tradução e inteligibilidade, para o qual convergem diversas lutas, com vistas a enfrentar os conflitos sócio-ambientais de Mato Grosso. Atualmente, envolve mais de trinta entidades e é formado por redes, grupos, fóruns e movimentos sócio-ambientais de todo o estado. O GTMS organizou seminários; elaborou publicações; promoveu reuniões com promotores de Justiça, procuradores e juristas; realizou atos públicos em protesto contra o processo de aprovação dos substitutivos do ZSEE-MT e ampliou o processo de comunicação, aproximando os grupos, entidades e movimentos sociais (AMORIM, 2011). Além disso, o GTMS é um importante parceiro na realização dos processos de mapeamento social, especialmente, na realização dos seminários de mapeamento social.

Diversos outros espaços no estado articulam táticas participativas para que as políticas públicas sejam mais inclusivas e as injustiças ambientais, menos presentes. Podemos citar: a Rede Mato-Grossense de Educação Ambiental (REMTEA); o Fórum de Direitos Humanos e da Terra, de Mato Grosso (FDHT); o Fórum de Luta das Entidades, de Cáceres (FLEC); o Fórum Mato-Grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento (FORMAD); o Conselho Indigenista Missionário (CIMI); o Centro Burnier, os diversos movimentos ligados às igrejas católicas; o movimento estudantil; o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); o Coletivo Jovem de Meio Ambiente; os grupos de pesquisa; dentre tantas outras entidades, não menos importantes, mas que certamente não poderemos mencioná-las em sua totalidade. Reconhecemos que tais grupos são fundamentais no enfrentamento dos processos dominantes. Contudo, esse papel, muitas vezes, cabe às lutas promovidas pelos sujeitos locais, na invenção e re-invenção do cotidiano (CERTEAU, 1994), e, esses enfrentamentos buscamos dar realce, pois estes são os protagonistas que permanecem na direção dos processos de re-existência.

O Vale do Araguaia, a luta camponesa e indígena

Citamos como um expressivo foco de re-existência, reconhecido em todo o estado de Mato Grosso, o vale do Araguaia, notadamente os municípios de São Félix do Araguaia e Luciara. A região é movida por grupos que anunciam a luta por autonomia e afrontam o modelo do agronegócio. Destaca-se a atuação da Prelazia de São Félix do Araguaia e do bispo Dom Pedro Casaldáliga, importante líder e parceiro nas lutas camponesas e indígenas e que, desde a década de 60, denuncia as atrocidades ocorridas na região. Justamente essa região, que conta com expressivo foco de resistência, registra um dos maiores números de conflitos mapeados pela pesquisa aqui apresentada.

Na mesma região, está situado outro exemplo de luta e re-existência: os indígenas Xavante da Terra Indígena de Maraiwãtsédé. No caso dos Xavante, ~~esse~~ seu povo promoveu articulações em âmbito local, estadual, nacional e internacional. Alguns materiais de divulgação foram produzidos. Denúncias em jornais, *blog*, vídeos, dentre outras vias. Algumas táticas de "guerra" estão sendo adotadas por eles.

> *“Há muitos anos os Xavante não faziam uma formação das crianças para a guerra, e voltaram a fazê-lo, de forma "militar" e, portanto, com a sofisticação dos modelos guerreiros que os Xavante possuem como poucos grupos. Se acontecer de perderem a paciência, o que está se delineando, haverá um massacre, entram para morrer e matar... Com a lástima da morte de muita gente, uma guerra cruel, que atingirá também a população, por vezes empobrecida, que mora nos territórios tradicionais. [...] Conversamos com muitas pessoas, que conhecem e convivem com os Xavante, e pensam que estamos num limite de suportabilidade muito pequeno”. (Indígena Xavante, Bom Jesus do Araguaia)*

Esse registro de entrevista foi realizado antes do processo de desintrusão e reintegração da área ao povo Xavante, felizmente, após vinte anos de lutas, reivindicações e articulações, esse povo conseguiu retomar seu território tradicional. A operação de retomada e devolução da área de 165 mil hectares para o povo Xavante foi determinada pelo Supremo Tribunal Federal, em outubro de 2012. O processo de desintrusão da área foi feito pelas forças armadas, que negociaram a saída dos invasores para desocuparem as terras Xavante. De acordo com relatos de entrevistas, a ocupação ilegal da terra Xavante envolvia latifundiários, vereadores,

prefeitos e até um desembargador, Marãiwatsédé, se inscreveu no cenário da mais perversa barbárie da política mato-grossense, em que testemunhamos os descalabros das invasões de terra, desmatamento, fome, doenças, abandono e violência. Mas, sobretudo, de insistência, teimosia, força e táticas de re-existência do povo indígena Xavante!

No retorno, os Xavante se depararam com a área indígena mais desmatada do Brasil. Há mais de três anos, esse povo trabalha arduamente para recuperar a floresta devastada pelos invasores. Sonham em recuperar a Marãiwatsédé em um território de esperanças e concreção dos sonhos. Essa luta não tem sido fácil, pois há muitos registros de queimadas criminosas, que vêm impedindo a recuperação da vegetação nativa.

Esse exemplo de re-existência confirma a compreensão de que, nos casos de conflitos extremos, como o vivenciado pelo povo Xavante, não é possível propor mediação, como sugerimos em muitos casos de conflitos. O papel mediador está no cumprimento da lei que garante aos povos originários o direito a seus territórios.

Consideramos que, em muitos casos, a tão aclamada mediação dos conflitos torna-se um sério engodo. No cenário

atual, verifica-se um crescimento vertiginoso de instituições privadas, organizações não governamentais, entidades acadêmicas, associações, dentre outras entidades, envolvidas na difusão de receituários associados à resolução negociada, mediação, arbitragem, facilitação e conciliação de conflitos. Buscam estratégias de negociação diretas para promover o que eles chamam de "ganhos mútuos". Na verdade, na maioria das vezes, trata-se de maneiras de despolitizar os conflitos, de "psicologizar o dissenso", tecnificando o tratamento e a solução (ACSELRAD, 2004; VIÉGAS, 2009).

Gramsci (2002) já nos alertava que a base de sustentação da hegemonia reside não apenas na dominação e coerção, mas também na prática do consenso, na capacidade de gerar uma única concepção de mundo, segundo a qual, o desenvolvimento econômico é um anseio universalista. Sob tal perspectiva, o dissenso é a fuga do padrão do modelo de mundo imposto; por isso, precisa ser escamoteado e, quando isso não é possível, despolitizá-lo é preciso!

Assim, ardilosamente, a resolução negociada retira o debate envolvendo os conflitos sócio-ambientais do âmbito público e político de decisão, propondo acordos diretos entre as partes envolvidas. No entanto, em sua maioria, os campos de

forças nos conflitos são assimétricos e, comumente, não é possível ‘ganhos mútuos’. Nos acordos diretos, o que se assiste são propostas dissimuladas de compensações (geralmente financeiras) por impactos ambientais irreversíveis e desestruturações sociais impagáveis.

Ressaltamos a necessidade de se ter um estado democrático de direito atuando concomitantemente aos agentes afetados na “mediação” dos conflitos sócio-ambientais, com legislações e políticas públicas que contemplem esse pressuposto primeiro da Constituição Federal. O protagonismo dos agentes de re-existência faz-se imprescindível, sobretudo, para que o estado cumpra sua obrigação.

O Fórum de Lutas de Entidades de Cáceres

Outro belo exemplo de atuação dos agentes de re-existência pode ser conhecido no município pantaneiro de Cáceres. A região apontou a maior quantidade de conflitos sócio-ambientais mapeada nesta pesquisa. E, por sua vez, possui um dos mais significativos grupos de re-existência de Mato Grosso – o Fórum de Lutas de Entidades de Cáceres (FLEC).

Aqui, o conflito a ser exemplificado refere-se à tentativa, no ano 2000, de instalação da hidrovia Paraguai-Paraná.

> *"O que deveria ser uma audiência pública para legitimar a instalação da obra, transformou-se numa grande manifestação popular e o projeto, a partir da interferência da sociedade junto ao Ministério Público, está embargado na Justiça desde então". (Pantaneira, município de Cáceres)*

A manifestação popular citada pela entrevistada ocorreu em 14 de novembro de 2000. Desde então, nessa mesma data, o município de Cáceres comemora o Dia do Rio Paraguai. As mobilizações, entretanto, não ocorrem somente na data comemorativa, mas prosseguem no decorrer do ano, quando os agentes de re-existência promovem formação política de base, assembleias populares, festejos, passeatas, marchas de solidariedade e diversas articulações com outros segmentos, em prol da conservação do bioma Pantanal e da Bacia do Alto Paraguai. A cada ano, a iniciativa popular busca integrar a esse movimento mais grupos com afinidades com a questão; no ano de 2011, os participantes deliberaram um comitê organizador para a formalização do comitê da bacia do rio Paraguai, atentando para as especificidades do contexto do rio.

As sombras da instalação da hidrovia ainda persistem no programa de aceleração do crescimento (PAC), do Governo Federal. Contudo, a oposição e a articulação no contexto local estão ainda mais fortalecidas. Os agentes seguem no contrapelo da história, fundamentado por Walter Benjamim, ou seja, escrevendo a história do ponto de vista dos vencidos, promovem a virtude de "insurgir-se contra a tirania da realidade e nadar contra a corrente histórica" (LOWY, 2002).

A comunidade quilombola de Mata Cavalo

No estado do Mato Grosso, foram mapeadas 69 comunidades quilombolas (SILVA, 2011). Todas elas possuem o título de reconhecimento expedido pela Fundação Cultural Palmares, Ministério da Cultura. Porém, nenhuma tem o título definitivo de suas terras.

As comunidades quilombolas de Mato Grosso, ainda no século XXI, são sociedades marcadas pelo racismo e pela opressão, sendo impelidas a viver em constante confronto com os invasores. Nesses movimentos de re-existência, seus integrantes criaram mecanismos próprios de defesa, assumindo seus papéis como protagonistas da história. Para demonstrar no chão empírico os conflitos sócio-ambientais encarados nas

disputas territoriais, vamos apresentar o caso da comunidade quilombola de Mata Cavalo.

Esta comunidade quilombola, localizada no município de Nossa Senhora do Livramento, reúne aproximadamente 420 famílias, em seis áreas: Ourinhos, Estiva, Aguaçu, Mata Cavalo de Cima, Mutuca e Capim Verde. Lutam há mais de cem anos para fazer valer seus direitos sobre uma área de 14.000 ha.

A origem da terra da sesmaria Boa Vida de Mata Cavalo está ligada à da história de dona Ana da Silva Tavares que, ao falecer, em 1889, deixa em testamento a libertação de seus escravos e doa aos mesmos parte das terras que possuía, nas proximidades do ribeirão Mata Cavalo. A partir daí, os mesmos tornam-se livres e continuam nas terras, plantando e colhendo para si (MURARO-SILVA, 2003). Após 1890, os negros começam a sofrer constantes tentativas de expulsão de suas terras, praticadas por fazendeiros que compravam ou grilavam terras nas proximidades. Devido a isso, muitas famílias foram obrigadas a vender seu direito de posse ou a abandonar as suas terras, por falta de apoio político e pelo descaso da burocracia estatal. A pressão sofrida pelos quilombolas de Mata Cavalo perdura até os dias de hoje. Sem título definitivo da terra, sofrem constantes despejos e ameaças de morte. Além disso, a

expropriação territorial continua, devido à fertilidade dos solos, à qualidade da madeira, à água e, principalmente, à riqueza do subsolo.

Mesmo inserida em uma região com muitos bens naturais, a maioria das famílias vive em extrema pobreza. Sem água potável, saneamento básico e iluminação elétrica, na maioria das casas. E, por viverem sempre na iminência de despejos, cultivam apenas pequenas roças para subsistência, com destaque para a produção de banana, farinha, rapadura de cana de açúcar, abacaxi, além da venda de remédios caseiros, artesanato e doces.

Mata Cavalo tem sua história marcada por confrontos e conflitos, podendo ser narrada como uma arena de luta entre quilombolas x grandes fazendeiros (invasores). Durante mais de cem anos, os quilombolas vêm enfrentando conflitos pela posse da terra. Ao longo desse tempo, utilizaram-se de várias táticas nos enfrentamentos, como??? o estabelecimento de alianças com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e Movimento Negro, da capital. Ao mesmo tempo, iam para o *front* com os fazendeiros, utilizando-se de artimanhas e de muita coragem, conforme o relato de uma quilombola:

> *"Um dia o fazendeiro me xingou me chamando de ladrão de terra, disse que me*

> *daria uma chicotada para aprender. Fui tocada como vaca! Abaixei, peguei uma pedra e botei num estilingue e ele saiu correndo... E eu soltei a pedra na bunda do cavalo dele... Foi até engraçado. Só assim para ele me deixar em paz". (Quilombola)*

Uma tática de re-existência importante é a organização de vigílias coletivas, com vistas a resistirem quando há ameaças de despejos. Um grande grupo de pessoas se reúne em uma casa ameaçada de despejo e por ali permanecem por vários dias em vigília, fazendo todas as atividades cotidianas em grupo, até ter a ameaça de despejo afastada. Os grupos sociais em Mato Grosso se arriscam, se mobilizam, buscam processos formativos, munem-se de meios de comunicação, promovem eventos, articulam-se em redes e, enfim, participam ativamente contra a hegemonia instituída pelo mercado e pela política do agronegócio.

Realçamos que as histórias narradas nesta pesquisa devem ser entendidas como exemplos de uma realidade muito mais vasta e complexa. O que demonstramos na referida pesquisa é que Mato Grosso é um estado formado por muitos e diferentes grupos sociais, seres humanos que, com suas insistências e táticas de re-existências, clamam por visibilidade social e ambiental.

ANOTAÇÕES FINAIS: O ANÚNCIO DE UM SONHO POSSÍVEL

É nelas (bocas e mãos, sonhos, greves e denúncias) que te vejo pulsando mundo novo, ainda que em estado de soluços e esperanças.

Ferreira Gullar

Entre as cores e os labirintos – longe de ser homogêneo e vazio –, Mato Grosso apresenta as nuances da diversidade. Há o Mato Grosso dos rios, das matas e dos diferentes povos, que habitam há muitos anos tais espaços, em uma convivência diária e mútua. Essas relações são estabelecidas num relacionamento respeitoso com o ambiente; no entanto, quando a natureza é queimada e desmatada, veem o que consideram mais sagrado fugirem de seu alcance, dificultando a própria sobrevivência no seu lugar de origem. Aqui, Mato Grosso resiste. Há também o Mato Grosso da natureza dessacralizada, da queimada, da área desmatada, das pastagens e do agronegócio. Espaços onde o rio é barrado e a vegetação derrubada; onde a energia é capturada e destinada aos complexos minero-siderúrgicos, com as linhas de transmissão atravessando regiões onde as casas são iluminadas com lampiões e velas. Aqui Mato Grosso des-envolve. (PORTO-GONÇALVES, 2001).

Nos múltiplos territórios existentes no estado, há muitos modos de vidas, muitos valores e muitos sentidos imbricados, muitas percepções diferentes sobre um mesmo espaço. Como, por exemplo, é muito distante o valor da floresta para um seringueiro ou camponês em face ao valor dado por um madeireiro ou por um pecuarista. Tão equidistante é o significado que um rio tem para um ribeirinho ou para um empresário do setor hidrelétrico (LEROY et al., 2002; SILVA, 2006). Cada uma dessas perspectivas traz diferentes modos de convivência com a natureza. Há que se optar por aqueles que tornam possível uma vida mais sustentável.

No mapeamento social, temos hoje a oportunidade de conhecer essas perspectivas que pulsam do interior das Florestas, dos Cerrados e dos Pantanais. Os povos habitantes têm saberes e modos de vidas próprios; há projetos de sociedades que emanam de suas vivências. Foi nossa intenção dar visibilidade a grupos que atribuem outros significados a seus territórios, que conferem outros sentidos aos elementos naturais e aferem outros meios de vida não conduzidos pelo pilar econômico.

Assim, reconhecemos que são as práxis inventivas desses grupos, por meio de suas táticas de re-existências, que

impulsionam as mudanças necessárias, para que diferentes formas de vida sejam apreciadas, diversos tipos de cuidados ecológicos sejam considerados e novas propostas de superação dos conflitos sócio-ambientais possam ser re-inventadas.

Estamos cientes de que os caminhos trilhados por esta pesquisa não são suficientes para eliminar as mazelas aqui expostas, mas servem para escancarar tamanhas injustiças cometidas no estado, ao passo que contribui, dando visibilidade aos riscos a que estão subjugados os ecossistemas mato-grossenses e os grupos sociais que os habitam. Continuaremos exprimindo o grito de rebeldia contra a dominação e demonstrando nosso posicionamento político e ético perante a vida.

Em constantes movimentos de resistências, modos de fazer, astúcias e engenhosidades, vamos sendo constituídos. Fazendo-nos e refazendo-nos, de maneira processual e mediada pelos territórios e pelas identidades, vamos assim: re-existindo!

As táticas de re-existências dos movimentos sociais são espaços importantes de uma educação ambiental popular e política que, para além das ações pontuais, ~~se~~ ingressa no campo da promoção da cidadania participativa, que se posiciona, se envolve e luta com e ao lado dos grupos sociais

vulneráveis. Certamente, não temos respostas e soluções imediatas aos dilemas sócio-ambientais, mas acreditamos na força mobilizadora da tradução, da inteligibilidade e da luta comum dos movimentos sociais, que, com suas táticas de re-existência, ancoram-se na arma mais poderosa que ainda temos e que ninguém nos retira: a esperança.

"Podem tirar-nos tudo, menos a esperança".

Dom Pedro Casaldáliga

Referência Bibliográfica

ACSELRAD, Henri (Org). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

AMORIM, Denize. **O processo educativo na formação de um grupo de trabalho de mobilização social no caso do zoneamento de Mato Grosso.** 208p. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2011.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Tradução: Myriam Ávila; Eliana Reis; Gláucia Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

BICUDO, Maria; ESPÓSITO, Vitória (orgs.). **A pesquisa qualitativa em educação:** um enfoque fenomenológico. 2 ed. revisada. Piracicaba, SP: Ed. Unimep, 1997.

BUBER, Martin. **Eu e tu**. Tradução Newton Aquiles Von Zuben. São Paulo: Centauro, 2001.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

FREIRE, Paulo. Educação: o sonho possível. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O educador**: vida e morte. São Paulo: Graal, 1982.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Unesp, 2000.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. 12 ed. Tradução de Galeano de Freitas, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. v. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GUATTARI, Félix. Espaço e poder: a criação de territórios na cidade. **Espaço & Debates**, n. 16, ano V. São Paulo: Cortez, 1985.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sinopse dos Resultados do Censo 2010**. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>. Acesso em 20 mai. 2011.

LITTLE, Paul. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. Brasília: UNB, 2002. (Série Antropologia).

LOWY, Michael. A Filosofia da História de Walter Benjamin. In: **Revista Estudos Avançados**. São Paulo, v.16, n.45, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01030142002000200013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 de janeiro de 2012.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. 2 ed. Tradução Carlos Alberto de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MORENO, Gislaine; HIGA, Tereza Cristina Souza. (orgs.) **Geografia de Mato Grosso**: território, sociedade, ambiente. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.

PASSOS, Luiz Augusto. **Saberes e práticas da educação popular freiriana na década de 80, em Cuiabá**. Cuiabá: UFMT, 2010. (mimeo).

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Reconhecer para libertar**: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Série Reinventar a emancipação social para novos manifestos. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. Nuestra America: Reinventing a Subaltern Paradigm of Recognition and Redistribution. In: **Theory, Culture and Society**, 2001. p. 185-217.

_____; NUNES, João A. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) **Reconhecer para libertar**: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SATO, Michèle. Potpourri da ecologia de resistência. In: SORRENTINO, M. et al (orgs.) **Educação ambiental e políticas públicas**: conceitos, fundamentos e vivências. Curitiba: Appris, 2013. p. 461-484.

_____; PASSOS, Luiz Augusto. Versos e reversos da diversidade. In: **Simpósio sul brasileiro de educação ambiental & II Simpósio gaúcho de educação ambiental**. Anais. (Conferência de abertura). Erechim: URI, 2002, p. 115-126.

_____; SILVA, Regina; JABER-SILVA, Michelle. Between the remnants of colonialism and the insurgence of self-narrative in constructing participatory social maps: towards a land education methodology. **Environmental Education Research.** Taylor & Francis, UK, , v. 20, n. 1, 102-114, 2014.

SEMA. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. **Mapa dos Biomas Mato-Grossenses 2010**. Disponível em: http://www.sema.mt.gov.br/index.php?option=com _content&view= article&id= 170&Itemid=107. Acesso em dez. 2010.

SEPLAN. Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral. Governo do Estado de Mato Grosso. **Anuário Estatístico de Mato Grosso, 2009**. Cuiabá: SEPLAN/Tecnomídia Gráfica e Editora, 2009.

SILVA, Regina. **Do invisível ao visível:** o mapeamento dos grupos sociais do estado de Mato Grosso – Brasil. 221f. Tese (Doutorado e Ciências). Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, 2011.

VIÉGAS, Rodrigo. As resoluções de conflito ambiental: da retórica da justiça para a retórica da eficácia. In: **XIV Congresso Brasileiro de Sociologia**. Rio de Janeiro, 2009.

PARTE 2

EXTREMO SUL DO BRASIL E A (R)EXISTÊNCIA AOS GRANDES PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO

“CIDADE EM SUSPENSO”: DISPUTAS EM TORNO DO POLO NAVAL DE RIO GRANDE E AS PROMESSAS DO DESENVOLVIMENTO

Lorena Cândido Fleury[27] e Gustavo Koetz da Rosa[28]

1. Introdução: Polo Naval de Rio Grande, um projeto de desenvolvimento?

O debate acerca do “desenvolvimento”, ideia-força que não perde capacidade imaginativa e poder conceitual apesar de imprecisões teóricas e discussões referentes à sua desconstrução (RADOMSKY, 2011), tem tido fôlego renovado no contexto brasileiro recente. Mediante grandes projetos de construção de infraestrutura como rodovias, portos e hidrelétricas, o Estado brasileiro, induzido por iniciativas do governo federal em estreita associação com governos estaduais e municipais, tem mobilizado recursos financeiros, pessoas e paisagens de forma a transformá-los radicalmente, especialmente, articulando-os em torno do Programa de

---

27 Professora do Departamento de Sociologia e dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS/UFRGS) e Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

28 Bacharel em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Aceleração do Crescimento (PAC), definido como “plano estratégico de resgate do planejamento e de retomada dos investimentos em setores estruturantes do país” (BRASIL, 2013).

No Rio Grande do Sul, a construção do Polo Naval de Rio Grande, inserida no escopo do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal no estado, reúne de forma emblemática os elementos-chave da intensidade das transformações em comunidades, lugares e instituições que tomam lugar no decurso da realização de grandes projetos de desenvolvimento. Sua formulação partiu de uma decisão do governo federal de reativar a indústria naval e descentralizá-la, decisão essa voltada sobretudo para o atendimento das demandas vinculadas ao aumento da produção petrolífera brasileira associada à descoberta do pré-sal e às necessidades decorrentes de novas plataformas, navios de apoio e equipamentos de prospecção de petróleo. A partir de então, optou-se por dinamizar a estrutura portuária já existente no município de Rio Grande, no Rio Grande do Sul, mas que desde 1980 vinha sendo considerada estagnada economicamente. Iniciou-se a construção de estaleiros, plataformas e navios de apoio marítimo para atividades

offshore da indústria de petróleo e gás, ocorrendo, a partir de 2008, um processo de "atração de novos atores, sejam eles trabalhadores em busca de vagas no polo naval, [...] e empresas que atuam nos mais diversos segmentos da indústria naval", alterando radicalmente "o perfil produtivo local" (DOMINGUES *et al*, 2013, p. 17).

A indústria naval e *offshore* se caracterizam por elevado nível tecnológico e escala de produção, bem como demanda correspondente quanto ao nível elevado de capacitação da mão-de-obra. Nesse sentido, Carvalho (2011, p. 10) afirma que desde o início da implantação do polo naval a comunidade rio-grandina questiona se a região será de fato inserida neste processo, isto é, se haverá participação das empresas locais nessa atividade industrial, e aponta que "o mesmo questionamento ocorre nos municípios vizinhos. Ou seja, quais serão de fato os benefícios econômicos que advirão para a região sul do Estado com a instalação do polo naval?".

Outros pesquisadores que vêm acompanhando as transformações locais endossam esee questionamento. Feijó e Madono (2013, p. 03), por exemplo, afirmam que desde meados de 2006 a cidade de Rio Grande vem atraindo inúmeros investimentos devido à implantação do polo naval,

mas, “se por um lado, esses investimentos estimulam a economia do sul do estado, por outro lado também trazem mudanças significativas na sua rotina, causando alterações estruturais e sociais”. Os autores destacam os chamados “gargalos na sua infraestrutura” que a cidade de Rio Grande apresenta, uma vez que, em função do aumento populacional ocasionado pela migração causada pelas oportunidades de emprego no polo naval, o município começa a exibir déficits em alguns serviços. Especificamente, os autores mencionam que:

> Já se pode observar uma pressão de demanda por serviços habitacionais, o que acaba tornando a oferta de imóveis insuficiente, inflacionando, assim, o mercado imobiliário de Rio Grande. Pode-se notar também uma precariedade no sistema de saúde e um tráfego urbano intenso, visto que o número de veículos em circulação tem aumentado consideravelmente. Soma-se a isso a posição geográfica da cidade, que é delimitada lateralmente por águas, o que dificulta o crescimento da mesma em termos físicos. (FEIJÓ; MADONO, 2013, p. 10).

No entanto, mudanças conjunturais recentes têm tensionado os debates em torno dos efeitos sociais do Polo Naval em Rio Grande para outro sentido, a princípio oposto do

que se poderia antever no início de 2013. Um cenário de retração na macroeconomia global associado a uma instabilidade econômica e política nacional, e, em especial, aos desdobramentos da deflagração de um escândalo de corrupção na empresa petrolífera brasileira, a Petrobrás, a qual era um dos maiores propulsores da redinamização do Polo Naval de Rio Grande, transformaram abruptamente o cenário e as prospecções. De fato, observa-se que, se ao longo de 2013 o Polo contava com mais de 20 mil trabalhadores e os problemas ocasionados vinculavam-se ao "inchaço" da infraestrutura urbana, de lá para cá houve uma significativa redução do contingente de trabalhadores (estima-se que em dezembro de 2015 o número de profissionais em atividade no Polo não passava de 6,5 mil) e as preocupações e dificuldades agora estão associadas ao esvaziamento repentino da cidade e a subutilização dos investimentos realizados.

É esse processo de conformação de uma cidade em torno de um projeto de desenvolvimento que este capítulo se propõe a discutir. Inserido no campo de debates acerca do desenvolvimento e seus efeitos, e articulando-o com outros estudos neste tema (RIBEIRO, 2005; FERGUNSON, 2006; FLEURY, 2013; SANTOS, ARAÚJO, MACHADO, 2013), o

objetivo central encontra-se, portanto, no questionamento da possibilidade de se colocar uma cidade, onde pessoas, construções, expectativas e projetos se entrecruzam e configuram, em suspenso, subsumida às dinâmicas de um projeto. Tal discussão ocorre no âmbito de um projeto de pesquisa mais amplo, denominado "As (cosmo)políticas do desenvolvimento: negociações e conflitos em torno do Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande, no Rio Grande do Sul", ainda em andamento, no qual o centro da análise se encontra na investigação de como as políticas voltadas para a realização do Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande se legitimam localmente, quais as resistências e articulações que são coproduzidas ao longo de sua execução, e quais as transformações a elas associadas.

As discussões centrais que orientam essa pesquisa são os conceitos de governamentalidade e soberania, tais quais formulados por Agamben (2004; 2011); a análise do desenvolvimento como "máquina antipolítica", conforme a proposição de Ferguson (2006), e o conceito ampliado de conflito ambiental de forma a considerar os movimentos de coprodução e entrecaptura das disputas cosmopolíticas (STENGERS, 2003; FLEURY, 2013). Para os objetivos deste

capítulo, inicialmente será abordada uma breve cronologia da implementação do Polo Naval de Rio Grande, apresentando-se elementos históricos e de caracterização do mesmo, com vistas à contextualização do polo como uma "questão". Em seguida, será apresentado um mapeamento preliminar dos discursos e práticas em torno do polo, com o objetivo de se identificar o que está em jogo para os diferentes grupos sociais envolvidos nas disputas acerca da ampliação das atividades no local. A partir de então, serão discutidos os efeitos da espera, ou da suspensão do projeto – e da cidade de Rio Grande – em função das dúvidas em torno do Polo Naval e *Offshore*. O capítulo encerra com algumas conclusões parciais e perspectivas futuras de continuidade da pesquisa.

2. Rio Grande, zona de sacrifício: breve histórico e caracterização

Para se compreender o contexto no qual se situa o Polo Naval e Offshore de Rio Grande, é valiosa a análise realizada por Santos, Araújo e Machado (2013) sobre a caracterização da cidade rio-grandina como uma "zona de sacrifício". Esta análise inspira-se nos trabalhos de Acselrad (2004, p. 12), que define "zonas de sacrifício" como localidades que "destacam-

se por serem objeto de uma concentração de práticas ambientalmente agressivas, atingindo locais de baixa renda". Tal definição tem por emblema o município de Itaguaí, a Zona Oeste do Rio de Janeiro e o distrito de Adrianópolis, pertencente à cidade de Nova Iguaçu (RJ). A partir de então, Santos e Machado (2013; SANTOS, ARAÚJO; MACHADO, 2013) analisam como esta definição pode ser utilizada para o extremo sul do Brasil, visto que esta região, e especialmente a cidade de Rio Grande, vem historicamente sendo descrita como destino de diversos ciclos econômicos e, da mesma forma, de instalação de segmentos da indústria como se a cidade fosse especialmente apropriada para atividades industriais que causam danos ao meio ambiente.

Com efeito, embasando-se nas pesquisas realizadas pelo Observatório dos Conflitos do Extremo Sul do Brasil, Santos e Machado (2013) caracterizaram essa região como "uma grande zona de sacrifício" devido ao fato de ser:

> permeada de conflitos urbanos e ambientais, bem como de atividades potencialmente poluidoras, como: monoculturas (pinus, eucalipto, arroz e soja), pastagens para gado, indústria de fertilizantes, cadeia produtiva do petróleo (indústria naval e refinaria de petróleo), pesca industrial e outras, **o que nos leva a**

> **considerá-la uma grande "zona de sacrifício" ou "paraíso de poluição" por ter, numa mesma localidade, uma série de indústrias e atividades potencialmente poluidoras**" (SANTOS; MACHADO, 2013, p. 198-199, grifo no original).

Especialmente no que diz respeito ao uso portuário, interessa considerar, conforme apontam Muller e Moroso (2013), que o primeiro porto do município de Rio Grande surge em 1875. Localizado na zona central da cidade, este foi construído em função da necessidade de melhorar as condições de tráfego marítimo na região e frear o assoreamento do canal. Desde então,o município recebeu investimentos que ampliaram sua capacidade portuária e a reboque atraíram investidores da indústria para a região:

> Em 1875, é proposto o quebra-mares (Barra) com extensão de aproximadamente duas milhas na direção do Oceano. No início do século (1906), o governo brasileiro contratou empresas estrangeiras para construir dois molhes convergentes e um porto novo. Esses empreendimentos foram finalizados pela "*Compagnie Française Du Port Du Rio Grande do Sul*". Após a 1ª Grande Guerra, o Estado encampou as obras da Barra e do Porto, transferindo-as para o Rio Grande do Sul. Em 1934, a União celebrou contrato de concessão portuária com o Rio Grande do

> Sul por 60 anos. Após a construção dos Molhes da Barra, o Porto do Rio Grande se firmou como um dos maiores portos brasileiros.” (MULLER; MOROSO, 2013, p. 09).

Dada a instalação e expansão portuária de Rio Grande, sucedeu um aumento na concentração da população urbana, pois a partir desses empreendimentos outros os acompanharam, resultando em um impulso na indústria e no comércio da cidade. Seguindo esse traçado de construção dos molhes e do porto novo, houve um processo de migração de trabalhadores (MULLER; MOROSO, 2013), no qual as atividades de serviços e comércio concentraram-seno centro, e aquelas diretamente ligadas à estrutura portuária tem acompanhado a transição rumo ao sudeste do município.

Em um tempo mais recente, em 1997, foi criada a Superintendência do Porto de Rio Grande (SUPRG), órgão estadual. A esta entidade foi concedida administração da área portuária no ano de 2007 pela União, momento em que o PAC do governo federal investia no reaquecimento da indústria naval. Atualmente, conforme caracterização realizada para o documento “Violações ao Direito à Cidade e à Moradia Decorrentes de Megaprojetos de Desenvolvimento no Rio Grande do Sul - Diagnóstico e Perspectivas - o caso de Rio

Grande", organizado por Cristiano Muller e Kátia Moroso (2013), a zona portuária é composta pelo Porto Velho, pelo Porto Novo e pelo Super Porto. O Porto Velho está localizado ao norte do Rio Grande em sua zona central. É composto por oito trechos que são utilizados para carga e descarga de hortifrutigranjeiros e materiais de construção, atividades de ensino e pesquisa da frota oceanográfica da Universidade Federal de Rio Grande (FURG), terminal de passageiros Rio Grande – São José do Norte, atividades operacionais e industriais pesqueiras, atividades militares e prestação de serviços às atividades marítimo-portuárias.

O Porto Novo, contínuo ao Porto Velho, também se situa na área central da cidade, estando localizado em frente à Ilha da Base, utilizando-se do canal de Rio Grande. Esse porto é atualmente composto por sete zonas, que atendem a atividades sociodesportivas e de manejo ambiental, atividades militares, operações de carga e descarga em geral, e de veículos, maquinários agrícolas, ônibus e outras cargas rodantes, concentra as operações de carga e descarga de contêineres e realiza atividades de construção e reparos navais. Esse porto apresenta ainda uma área para expansão.

O Super Porto está localizado mais a leste da cidade, em direção ao oceano, a partir da Ponte dos Franceses. Está destinado a atender a atividades de carga e descarga de petróleo e produtos fertilizantes com o manejo de matérias-primas e derivados, atividades de construção e reparos navais, carga e descarga de contêineres e armazenagem de cargas especiais, prevendo também uma área para expansão.

Observa-se que a partir do chamado *boom* econômico, isto é, a retomada dos investimentos de grande escala no Polo Naval e *Offshore* ocorrida entre meados de 2008 e 2012, outras indústrias como, por exemplo,a química, demonstraram interesse em instalar-se nas áreas portuárias, estas que, por sua vez, estão ocupadas por comunidades de pescadores artesanais. Logo, percebe-se o caráter contencioso que permeia a modernização do Polo Naval e *Offshore*.Com efeito, apenas durante os anos de 2011 e 2012, foram mapeados 49 conflitos urbanos e ambientais (27 e 22, respectivamente) em Rio Grande (SANTOS, ARAÚJO, MACHADO, 2013). Santos e Machado, ao analisar tais conflitos, os dividiram em diferentes categorias, sendo elas: luta dos trabalhadores, pesca, mobilidade urbana, moradia/habitação popular, saúde, educação e gestão urbana (SANTOS; MACHADO, 2013).

De maneira especial, destaca-se que em todo este período mobilizações de trabalhadores, sobretudo daqueles vinculados às atividades pesqueiras, foram constantes, muitas das vezes fechando vias públicas e impedindo o acesso de funcionários ao Polo Naval como forma de visibilização de suas demandas (ZIEBEL, 2012; CORREIO DO POVO, 2013, SANTOS; MACHADO, 2013). A dinâmica habitacional também foi transformada neste período, sendo constatada uma forte pressão sobre os preços de imóveis, alugueis e terrenos na cidade. Conforme descreve Bublitz (2015, s/p), "em 2013, no auge da produção nos estaleiros (...) casas e apartamentos para alugar se tornaram artigo raro, e os valores chegaram a subir 1.000%". Tal especulação imobiliária dificultou a manutenção do acesso à moradia da população local, além de ter sido acompanhada do processo de remoção de comunidades situadas nos locais de expansão da estrutura portuária (DORNELAS; SANTOS; 2015). Como resposta à pressão habitacional, empresários locais investiram grandes somas na construção de novos leitos na cidade, cuja oferta aumentou exponencialmente.

Contudo, o retorno dos investimentos não foi o esperado. É interessante analisar o sentimento de frustração das

expectativas iniciais a partir das reportagens veiculadas na impressa local e nacional, conforme vemos no trecho abaixo:

> Na época [*a partir de 2007*] **o cenário de investimento crescente da Petrobrás prometia encomendas, pelo menos, para os próximos 20 anos**. **Nesse clima de otimismo, a cidade de Rio Grande viveu uma corrida de novos negócios.** No auge das construções, em 2013, o polo empregava 24 mil trabalhadores.
> Com o aumento da renda, a economia do município passou a crescer a uma taxa de 20% ao ano, conta o prefeito de Rio Grande, Alexandre Duarte Lindenmeyer. “A partir de 2007, o orçamento da prefeitura triplicou, colocando o município como o quarto maior PIB (Produto Interno Bruto) do Estado."
> Mas, no meio do caminho, a Operação Lava Jato, que investiga corrupção em contratos da Petrobrás, atingiu em cheio a cidade. Com o envolvimento dos sócios dos estaleiros no escândalo, prisão dos executivos e proibição de novos contratos das empresas com a estatal, **o período de bonança se converteu em projetos interrompidos, inadimplência e desemprego. "Os 20 anos se transformaram num fim de semana",** afirma o presidente da Câmara de Comércio da Cidade de Rio Grande, Torquato Ribeiro Pontes Netto. Segundo ele, o clima de otimismo deu lugar a um forte sentimento de insegurança. (ISTO É DINHEIRO, nov/2015, grifo nosso).

Outros veículos de comunicação endossam esse discurso, como na reportagem publicada em um dos mais influentes jornais do estado do Rio Grande do Sul, intitulada“Polo Naval de Rio Grande vai da euforia ao vazio”, cujo conteúdo aponta que:

> **Marco de uma nova era na Metade Sul, o polo naval de Rio Grande se tornou fonte de angústia na região**. Desde que as denúncias envolvendo a Petrobras vieram à tona, ondas agitadas de uma ressaca que parece longe do fim atingiram os estaleiros da cidade portuária, outrora ocupada por mais de 20 mil operários. Rumores de todos os tipos ressoam nas ruas. O receio de que as empresas abandonem as instalações, deixando tudo para trás, é ouvido a cada esquina. (BUBLITZ, fev/2015, s/p, grifo nosso).

Portanto, constata-se que, se desde o início do século XX a cidade de Rio Grande tem tido seu crescimento e distribuição em grande parte condicionados à presença da infraestrutura portuária, no período recente, sobretudo a partir de 2007, o Polo Naval tem se configurado propriamente como uma questão pública, isto é, como eixo aglutinador do debate político e institucionalizado em Rio Grande, o qual envolve diferentes grupos sociais e está presente nas distintas esferas da vida social local. Fundamental para a constituição dessa

questão pública é a reconfiguração do polo enquanto um projeto de desenvolvimento, associando-o à perspectiva de transformação, para melhor, da Metade Sul do Rio Grande do Sul, notoriamente tida como “estagnada” e “atrasada” (NESKE, 2014). Para analisar as implicações desse processo, interessa compreender os posicionamentos e interesses em disputa, os quais serão abordados na seção seguinte.

3. Mapeamento preliminar dos discursos e práticas em torno do Polo Naval

A configuração do Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande como um projeto de desenvolvimento, e, subsequentemente, como uma questão pública, não é um processo consensual e unívoco. Ao contrário, como temos demonstrado nas seções anteriores, essa questão é eminentemente contenciosa, colocando em disputa distintos grupos sociais e interesses em torno da cidade, seus usos e perspectivas. Tendo em vista as múltiplas injustiças ambientais que perpassam a implementação e expansão deste polo naval (DORNELLAS; SANTOS; 2015), parece interessante, como uma primeira etapa da análise do conflito ambiental desse caso em tela, utilizarmo-nos da estratégia analítica de deslocar o

foco de investigação da “condição objetiva” dos assuntos públicos estudados para a dinâmica sociopolítica que envolve a mobilização da atenção e a compreensão pública desses assuntos, tal qual incorporada de forma seminal na definição dos conflitos ambientais analisados por Fuks (1996; 2000; 2001).

Esse autor, para entender os conflitos ambientais no Rio de Janeiro, articula a perspectiva construcionista de Hanningan(1997) ao modelo de “sistema de arenas públicas”, de Hilgartner e Bosk (1988), formulando uma análise centrada na dinâmica argumentativa dos conflitos sociais, entendida como “espaço de elaboração e veiculação de versões alternativas a respeito de assuntos públicos” (FUKS, 2000, p. 02). Para tal, considera contribuições das pesquisas sobre definição de agendas, sociologia dos problemas sociais, movimentos sociais e psicologia social, e propõe que a vida política constitui-se como arena argumentativa, na qual os partidos políticos, a mídia, os grupos organizados e o poder público participam de um permanente processo de debate. Para o autor, esse processo emerge da disputa, situada em arenas específicas, entre uma (virtual) pluralidade de versões, embora as condições diferenciadas de participação impliquem

vantagens para certos atores e, no limite, o silêncio de outros. Considera, ainda, que a definição dos problemas ambientais seria uma clara demonstração deste processo.

Como elemento-chave para compreender a dinâmica argumentativa proposta por Fuks, ressalta-se que a abordagem estabelece como foco de investigação os processos sociais responsáveis pela emergência de um novo assunto público e as disputas em torno de sua definição. Ainda, considera que a emergência de questões na agenda pública explica-se mais em termos da dinâmica social e política do que pelos atributos intrínsecos dos assuntos em disputa, ou seja, da gravidade "objetiva" dos problemas em questão. Assim, o sucesso dessa emergência estaria relacionado com os recursos materiais, organizacionais e simbólicos disponíveis para determinado grupo.

O conceito de sistema de arenas públicas sugere a saliência dos assuntos que nele circulam. Supõe-se, antes de tudo, a visibilidade das ações e dos debates a eles associados. No que diz respeito à questão ambiental, o ambiente pode ser entendido nessa abordagem como o *assunto* a se consolidar nas arenas de controvérsia pública. Isso ocorre porque, nesta perspectiva, o meio ambiente como lugar de conflito é

recodificado por meio do sentido que ele passa a representar para diferentes atores. Fuks afirma que:

> o meio ambiente como um bem universal e uniforme não existe no campo das relações sociais. Nem tampouco existe um sujeito universal preocupado com a proteção ambiental. Existem, sim, situações concretas, passíveis de se transformarem em mobilização de grupos sociais específicos, que contam com acervos definidos de recursos (simbólicos e organizacionais) e que falam a partir de percepções, valores, projetos, necessidades e interesses pertinentes ao lugar que ocupam. Isso significa que esses grupos atribuem valores próprios, apresentam demandas específicas e elaboram as suas compreensões a respeito do meio ambiente. (FUKS, 2001, p. 97).

Além de se situarem em um campo de disputa em torno de casos particulares, *nesta abordagem os conflitos constituem também um espaço relevante no processo de elaboração e circulação públicas de versões a respeito do assunto em questão*. Isso implica que as versões elaboradas no contexto das disputas localizadas são, ao mesmo tempo, permeadas e contribuem para a constituição do quadro de referência mais amplo a partir do qual um determinado problema social é elaborado e tratado. Essas versões são alimentadas pelo que Fuks (2001) denomina pacotes interpretativos, que, neste

enfoque, fornecem repertórios de recursos retóricos para elaboração de relatos a respeito de eventos significativos.

Em sua análise, Fuks (2001) ressalta em diversos momentos a capacidade do conflito ambiental de atualizar antigas disputas. Afirma que, no Rio de Janeiro, o incentivo propiciado pelos novos recursos judiciais e administrativos, para que setores organizados da sociedade civil formulem suas demandas a órgãos públicos em termos ambientais, estimula a recodificação dos problemas e dos conflitos urbanos. Por isso, para o autor,

> O conflito ambiental torna-se, então, o campo de batalha para o qual vem se deslocando a luta relativa à ocupação e uso do solo. Isso desempenha um papel fundamental na caracterização "local" do meio ambiente como problema social, que assume a forma de redefinição de outros conflitos e problemas urbanos (FUKS, 2001, p. 96).

Na presente pesquisa, esta abordagem aponta para a possibilidade de se analisar as versões públicas veiculadas em torno do Polo Naval de Rio Grande como, mais do que expressões do conflito, elementos constitutivos do mesmo, sendo este, portanto, coproduzido pelos discursos, documentos, reportagens nos quais possui centralidade. Em termos

empíricos, a análise aqui apresentada baseia-se na compilação de documentos oficiais, materiais bibliográficos e reportagens veiculadas na mídia local e nacional com vistas ao mapeamento e identificação dos principais sujeitos e grupos que se posicionam publicamente a respeito do polo. Essa compilação é seguida da caracterização dos elementos constitutivos dos discursos, buscando-se analisar e comparar as categorias mais recorrentemente utilizadas, convergências e divergências entre os grupos identificados. Como ferramenta auxiliar na sistematização e categorização destes dados, foi utilizado o *software* QSR NVivo 10, que permite uma análise de conteúdo temática dos discursos coletados, além de propiciar ferramentas de análise e visualização de padrões e recorrências.Neste momento, ainda que a pesquisa esteja em curso, algumas inferências já podem ser realizadas a partir dos documentos compilados.

Um primeiro olhar sobre as palavras mais frequentes encontradas nas fontes de pesquisa coletadas já nos oferece pistas sobre o universo conceitual e vocabular no qual o Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande estão inseridos:

Fig, 01: *Nuvem de palavras mais frequentemente evocadas sobre o Polo Naval de Rio Grande*
Fonte: Elaborada pelos autores, com auxílio do programa QSR NVIVO 10

No diagrama tipo nuvem de palavras acima, obtido a partir da contagem de frequência de palavras no conjunto de documentos compilados para a pesquisa (n= 24), os termos que aparecem em maior número são representados em maior tamanho e maior intensidade de coloração. Nesse caso, observa-se, então, que enquanto “rio” e “grande” são os termos mais frequentes, são imediatamente seguidos por “porto”, “cidade” e “desenvolvimento”. Essa constatação confirma a hipótese de que o porto de Rio Grande é construído como uma questão pública a partir de sua associação ao desenvolvimento,

o qual agrega ao empreendimento a capacidade mobilizadora desta ideia-força. Destacam-se também a centralidade de termos como “projeto”, “moradia”, “ambiente” e “direitos”. A partir da constatação de queo termo “projeto” apresenta também umapresençasignificativa nos discursos públicos acerca do polo naval, retorna-se a ideia da associação entre desenvolvimento e uma promessa, ainda como um fim a ser atingido.

Quanto às palavras “moradia”, “ambiente” e “direitos”, há de se observar que sua presença nos discursos aponta para o lado mais contencioso da aparição do polo naval como uma questão pública. Ora, como já colocado anteriormente, as implicações desse impulso dado pelo governo federal no setor naval brasileiro, embora se coloque como um “projeto”, como algo a ser implementado a partir da ideia do desenvolvimento, revelam problemas, falhas, e expõem diversas perspectivas sobre a efetivação do polo.

No que diz respeito à “moradia” tem-se, à primeira vista, dois desdobramentos importantes para análise. Primeiramente, é notório o problema da superinflação do setor imobiliário na cidade riograndina, assim como o fato de este ser fruto da consecução da modernização do polo naval. A

cidade passou a receber trabalhadores de outras regiões do país com tanta intensidade que os valores dos imóveis subiram significativamente, segundo Bublitz (2015). Dessa forma, a moradia passou a se tornar um problema para muitos rio-grandinos dada a alta subsequente dos aluguéis. Por outro lado, percebe-se que “direitos”e “ambiente” se relacionados com “moradia” podem evidenciar outra face do problema. O direito à moradia de ribeirinhos que tradicionalmente ocupam o território das proximidades da zona portuária, área que hoje está sob a administração da Superintendência do Porto de Rio Grande, vem sendo desrespeitado com a implementação da remoção de uma das comunidades de pescadores da Barrinha (CARDOSO, 2010) e também com a possibilidade eminente do acontecimento de novas remoções (DORNELAS; FLORIANO; 2015).

Ao se direcionar o foco da pesquisa para o termo “projeto de desenvolvimento”, observa-se uma continuidade na análise, com uma sutil mudança de ênfase que pode ensejar a costura de relações entre a ideia-força desenvolvimento e termos ainda não considerados (Fig.2).

Fig, 02: *Nuvem de palavras mais frequentemente evocadas sobre o Polo Naval de Rio Grandecom o nó 'projeto de desenvolvimento'.*
Fonte: Elaborada pelos autores, com auxílio do programa QSR NVIVO 10

Com o aparecimento do termo "cidade" como o mais enunciado, reforça-se a associação entre "direitos" e "moradia". Seguindo a esteira do trabalho de Cristiano Muller e Karla Moroso (2013), "Violações ao direito à cidade e à moradia decorrentes de megaprojetos de desenvolvimento no Rio Grande do Sul", percebe-se que vinculadaà ideia de desenvolvimento encontra-se um forte sentido de urbanidade, de metrópole. Dessa forma, o direito à moradia e à

territorialidade de comunidades assentadas informalmente, por não atenderem os quesitos do desenvolvimento, tais como a urbanidade, são vistas como passíveis de serem removidas: “O fato de esses assentamentos estarem fora dos padrões de beleza urbana, incompatíveis com cenários prósperos de desenvolvimento econômico, os tornam objeto de deslocamentos forçados.” (MOROSO; MULLER; Orgs; 2013).

Outros termos como “presidente”, “país”, “sul”, “empresa”, que apareceram de forma recorrente nos discursos mapeados podem indicar outras correlações em torno do polo naval como questão pública. Aproximando as ideias pode-se compreender que por trás do desenvolvimento e do que tem sido dito sobre o cenário de Rio Grande, evidencia-se que a realização de empreendimento de grande magnitude, como a recente modernização do polo, acontece para o bem do país. Ou seja, o norte desenvolvimentista do Estado brasileiro sobrepõe-se a outras perspectivas sobre o que seria, de fato, desenvolvimento. Com as noções “sul” e “empresa”, observa-se o que já foi levado a escrutínio por Santos (2013), a partir do que o autor referido chamou da construção de Rio Grande como uma “zona de sacrifício”. Em relação à ideia de “empresa”, nota-se no discurso quase uma indistinção entre

esta e a cidade RioGrandina. No entanto, estas são pistas, até o momento apresentadas, as quais se considera fundamental aprofundá-las, enriquecendo a análise dos discursos veiculados com entrevistas e observações diretas, ainda em etapa de realização na pesquisa em curso.

3.“Cidade em suspenso”: efeitos da espera

Para compreender a associação direta entre a redinamização do Polo Naval de Rio Grande e as promessas do desenvolvimento, convém recuperar o que alguns autores têm discutido a respeito do desenvolvimento, seu imaginário e seus efeitos. Interessante considerar, por exemplo, que Giorgio Agamben, em suas reflexões compiladas nas publicações *Homo SacerI e II*, busca dar prosseguimento à genealogia do poder iniciada por Michel Foucault, mas orientando suas indagações para o estudo do poder soberano e para a resposta às questões de por que o poder assumiu no Ocidente a forma de uma “economia”, ou seja, de um governo das pessoas e das coisas, e qual a importância do aparato cerimonial e litúrgico, o qual o autor se refere como “glória”, neste processo. Complementarmente a estas questões, Agamben (2004) analisa o espaço no qual a ordem jurídico-política pode ter valor,

discutindo como a violência é exercida como fato jurídico primordial. Especificamente no que diz respeito aos projetos de desenvolvimento, Agamben (2010) associa o que chama de "obsessão do desenvolvimento" a um projeto biopolítico de nação que:

> mancomuna, segundo modalidades e horizontes diversos, direita e esquerda, países capitalistas e países socialistas, unidos no projeto – em última análise vão, mas que se realizou parcialmente em todos os países industrializados – de produzir um povo uno e indiviso. (AGAMBEN, 2010, p. 174).

James Ferguson, de sua parte, ao analisar a implantação de projetos de desenvolvimento no Lesotho, África, afirma que tais projetos atuam como uma máquina antipolítica, visto que a maneira pela qual atuam lembram "o modelo de uma máquina 'antigravidade' das histórias de ficção científica, já que parecem suspender a 'política' até mesmo das operações políticas mais sensíveis com a rapidez de um clique" (FERGUSON, 2006, p. 170, tradução nossa). O autor destaca que as "falhas" são parte inerente dos projetos de desenvolvimento, sendo inevitáveis nesta lógica de intervenção. Segundo este autor, os técnicos que se colocam no papel de "politicamente neutros", se propõem a transformar

regiões dos países em que atuam de acordo com planos pré-determinados, tidos como dados, como se tudo o que houvesse a ser feito fosse implementar esses planos. No entanto, ao invés de reesculpir a sociedade a seu redor o que geralmente ocorre é a reformatação e a reapropriação do plano – e dos "recursos" – pelas pessoas e políticas locais.Especificamente, no caso dos planos de desenvolvimento voltados para o Lesotho, onde Ferguson baseou sua pesquisa, o autor afirma que, mesmo após os planos de descentralização política dos programas de desenvolvimento terem sido abandonados, os formuladores de planejamentos continuaram a insistir que a falha do projeto resultava de alguma falha do governo local em entender o plano, ou do esquema organizacional correto não ter sido encontrado. E, dessa forma, "necessitando construir seu papel como 'apolítico', eles continuaram a ver os governos locais como máquinas de entrega de serviços, e não como fatos políticos ou meios pelos quais algumas classes e interesses buscavam controlar o comportamento e as escolhas de outros." (FERGUSON, 2006, p. 167).

Para compreender as dinâmicas conflitivas em torno destes processos de desenvolvimento, parece pertinente considerar que a forma como os projetos são implementados

atua no sentido da realização de apropriações estatais das regiões nas quais são planejados, por meio de mecanismos burocráticos e ferramentas de gestão que incidem contundentemente sobre as relações sociais locais (incluídas aqui também as relações com os “seres outros que humanos”), transformando-as radicalmente. Isso implica, entre outros aspectos, na imposição de lógicas de gestão, de definição e de coexistência que, no encontro com as lógicas locais, atuam como destruidoras, ou, para usar o vocabulário perspectivista, predadoras, tal qual pode ser captado ao se considerar os conflitos ambientais deflagrados nestes contextos como conflitos cosmopolíticos (FLEURY, 2013).

Conforme vem sendo discutido, a ideia de desenvolvimento é um dispositivo político-econômico (RIBEIRO, 2005) que, para se viabilizar, inscreve seus efeitos em um tempo futuro (*perspectivas, transformar, futuro*, mas também *angústia* aparecem, assim, como termos mais frequentes a ele associado – ver Figura 2, acima).

Dessa forma, conforme demonstrou Ferguson (1990) para a política, mas não apenas, o dispositivo do desenvolvimento apresenta uma notável capacidade de suspender todas suas críticas: se a cidade está "afundando",

como afirma a imprensa local, seria porque o desenvolvimento não veio, e não porque não é capaz de cumprir aquilo que promete; se hoje empresários e trabalhadores têm prejuízos, tal qual reforçado no noticiário e reclamado por diversos setores sociais, é porque o projeto de desenvolvimento foi interrompido, e não porque tenha se esgotado no decorrer de mudanças de conjuntura.

Desta forma, a promessa permanece latente e os planejamentos, ainda que oscilem entre "otimismos" e "pessimismos" - termos que só dizem respeito a expectativas futuras, e não à análise dos acontecimentos -, continuam no cenário, de modo com que pode ser novamente agenciado como possibilidade real de um tempo que ainda não chegou. Como ocorre quando, após dois anos de prejuízos e retração econômica, a assinatura de um novo contrato a ser executado no Polo Naval de Rio Grande faz com que seja publicado em um dos principais jornais do estado que:

> Com a confirmação, o prefeito [de Rio Grande] se permite projetar um futuro mais positivo para o polo e para a cidade. No radar de potenciais boas notícias, está a vinda de uma empresa que fabrica encanamentos e canos especiais para as plataformas, a TNE. Com a ruptura do contrato entre Petrobras e QGI, o plano de

> investimento da empresa havia afundado, mas, agora, volta à tona. (SFREDO, 2015, destaques nossos).

Compreende-se, assim, como a promessa do desenvolvimento se renova, independentemente de quais os efeitos concretos que esse horizonte tem trazido para a cidade de Rio Grande. Esta situação se aproxima de maneira clara daquilo que Ferguson (1990) ressalta ao enfatizar queas críticas aos projetos de desenvolvimento,via de regra, concentram-se naquilo que os executores dos projetos realizaram ou deixaram de realizar, não colocando em xeque o que, de fato, implica a execução do mesmo. Mais do que isso, esse autor enfatiza como, na perspectiva dos formuladores dos projetos de desenvolvimento e de seus porta-vozes, são os locais destinatários destes projetos que devem se adaptar, ou se preparar, para recebê-los, e não o contrário.

De fato, se podemos observar este posicionamento quanto ao Polo de Rio Grande, este não é o único caso. Ao contrário, esta parece ser uma característica recorrente nos projetos de desenvolvimento em curso no país, como, por exemplo, foi afirmado por uma diretora do Ministério de Minas e Energia, ao se discutir os projetos hidrelétricos no país, que “no fim das contas, quando você faz a licitação de uma

hidrelétrica você tá licitando uma cidade, é mais ou menos assim.”(Trecho de entrevista: Diretora Ministério de Minas e Energia, Brasília, agosto/2011). Uma cidade, onde pessoas, construções, expectativas e projetos se entrecruzam e configuram, só pode se tornar objeto de uma licitação se não for considerada, com efeito, uma cidade, mas um espaço no mapa ou um substrato desterritorializado para o usufruto de bens de interesse. (FLEURY, 2013). No entanto, ao se observar a dinâmica recente em Rio Grande que a conduziu “da euforia ao vazio” e, contudo, no momento presente o discurso público ainda parece renovar as possibilidades de euforia, apoiando-se na retomada do projeto de desenvolvimento, é justamente a licitação de uma cidade que parece estar em curso. Interessa, portanto, compreender quais são de fato as promessas vinculadas a este ideário do desenvolvimento e, sobretudo, ir além de seus discursos, de forma a clarificar os seus efeitos no dia a dia da cidade e daqueles que nela vivem.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri et al.A justiça ambiental e a dinâmica das lutas socioambientais no Brasil – uma introdução. In: ACSELRAD, Henri et al. (org.).**Cidadania e justiça ambiental,** São Paulo: FASE, 2004. p. 9-20.

ACSERALD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSERALD, Henri (org.). **Conflitos ambientais no Brasil.** Rio de Janeiro: RelumeDumará; Fundação Heinrich Böll, 2004. p. 13-35.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer:** Estado de Exceção II. Trad. Iraci D. Poleti, São Paulo: Boitempo, 2004.

AGAMBEN, Giorgio. Introductory Note on the Concept of Democracy. **TheoryandEvent**, Vol.13(1), 2010.

AGAMBEN, Giorgio. ***O reino e a glória:*** uma genealogia teológica da economia e do governo: Homo sacer II. São Paulo: Boitempo, 2011.

BLASER, Mario. **Storytelling Globalization from de Chaco and Beyond.** Durham: Duke University Press. 2010.

BOLSTANSKI, Luc. **De la critique** – Précis de sociologie de l'émancipation. Paris, Éditions Gallimard, 2009. 294 p.

BRASIL. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. **PAC – Sobre o PAC.** Sítio eletrônico. Disponível em http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac, acesso em novembro de 2013.

CARDOSO, Adriana Lessa. Um lugar de resistência: processo de remoção dos moradores das Barraquinhas. In: **CaderNAU**, v. 4, n.1, Rio Grande: Editora da FURG. 2011. p. 95-103.

CARNEIRO, Maria José; BRAGA, Carolina. De “terra de trabalho” à “terra de proteção”: sobre as transformações no uso do solo e as disputas simbólicas na Mata Atlântica, Rio de Janeiro. **Anais do XI Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia**, Campinas, 2003.

CARVALHO, Isabel. C. M.; STEIL, Carlos. A.. A sacralização da natureza e a 'naturalização' do sagrado: aportes teóricos para a compreensão dos entrecruzamentos entre saúde, ecologia e espiritualidade. **Ambiente & Sociedade.** Campinas, v. 11, n.2, p. 289-305, 2008.

CARVALHO, Andréa Bento. **Polo Naval do Rio Grande: desafio à estruturação tecnoprodutiva do território.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande – FURG na Área de Concentração Análise Urbano Regional. 2011.

DE LA CADENA, Marisol. IndigenousCosmopolitics in the Andes: conceptual reflectionsbeyond "politics", **Cultural Anthropology,** v. 25, n. 2., p. 334-370, 2010.

DOMINGUES, Marcelo Vinicius de la Rocha; CARVALHO, Diogo Sá; CARVALHO, Andrea Bento. O Polo Naval e *Offshore* e o desenvolvimento regional na metade Sul do Rio Grande do Sul. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, V. 34, Número Especial, p. 933-954, 2013.

FERGUSON, James; LOHMANN, Larry.The Anti-Politics Machine: "development" and Bureaucratic Power in Lesotho. In: HAENN, Nora; WILK, Richard (ed.). **The environment in Anthropology** – A reader in ecology, culture and sustainable living.New York and London: New York University Press. 2006. P. 163-72.

FLEURY, Lorena C. **Conflito ambiental e cosmopolíticas na Amazônia brasileira:** a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte em perspectiva. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGS/UFRGS). 2013.

FEIJÓ, Flavio Tosi; MADONO, Danielle Trindade. Polo naval do Rio Grande: potencialidades, fragilidades e a questão da migração. **Textos para discussão FCE**, nº 2/ 2013. Disponível em http://www.ufrgs.br/fce/?page_id=5922, acesso em março/2013.

FLEURY, Lorena Cândido. **Cerrado para ser o quê?** Representações sociais e conflitos ambientais em torno do Parque Nacional das Emas, Goiás. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS). 2008.

GHIGLIONE, Rodolphe; MATALON, Benjamin. ***O inquérito:*** teoria e prática. Oeiras: Celta Editora, 1997. 335 p.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na Sociologia.** 5. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1997. 224 p.

MARTINS, Solismar Fraga. Morar e habitar em áreas portuárias na cidade de Rio Grande-RS, Brasil. **Revista Eletrónica de Geografia y CienciasSociales.** Universidad de Barcelona. ISSN: 1138-9788. Depósito Legal: B. 21.741-98. Vol. XIV, núm. 331 (30), 1 de agosto de 2010.

MOUFFE, CH. **En torno a lo político.** Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2011.

MULLER, Cristiano; MOROSO, Karla (orgs.). **Violações ao direito à cidade e à moradia decorrentes de megaprojetos de desenvolvimento no Rio Grande do Sul** – diagnóstico e perspectiva: o caso de Rio Grande. Centro de Direitos Econômicos e Sociais (CDES). Porto Alegre, 2013.

PAREDES, Adriana P.; ALMEIDA, Jalcione. Desenhos autônomos e cosmopolíticas nas concepções de desenvolvimento: uma perspectiva teórico-analítica para pensar os conflitos em torno da mineração no Peru. **Anais da X Reunião de Antropologia do Mercosul,** Cordoba, 2013.

RADOMSKY, Guilherme F. W. Desenvolvimento, pós-estruturalismo e pós- desenvolvimento: a crítica da modernidade a emergência de "modernidades" alternativas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais,** vol. 26, nº 75, fevereiro/2011.

SANTOS, Caio Floriano; ARAUJO, Claudionor Ferreira; MACHADO, Carlos Roberto da Silva. Rio Grande (RS): uma "zona de sacrifício". **Revista de Educação, Ciências e Matemática**, v. 3, n. 3. Set/dez, 2013. ISSN 2238-2380.

SANTOS, Caio Floriano; DORNELAS, Rafaela Silva. Distâncias e proximidades na lógica da Desigualdade Ambiental: as monoculturas de eucalipto em São Mateus e Conceição da Barra (ES) e a

modernização portuária e indústria naval em Rio Grande (RS). **Artigo apresentado no 39º Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu/MG, 2015.

SANTOS, Caio Floriano; MACHADO, Carlos RS. Conflitos Socioambientais no Extremo Sul do Brasil – debate a partir dos reflexos do polo naval de Rio Grande/RS.In: **XVI Congresso Brasileiro de Sociologia.** 2013..

STENGERS, Isabelle. **Cosmopolitiques I. Paris :Éditions la Découverte,** 2003 (1997). 254 p.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **A inconstância da alma selvagem** – e outros ensaios de antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2002. 552 p.

ZHOURI, Andréa, LASCHEFSKI, Klemens e PEREIRA, Doralice (orgs.). **A insustentável leveza da política ambiental.** Belo Horizonte: Ed.Autêntica, 2005. 287p.

Bibliografia das notícias de jornal:

BUBLITZ, Juliana. Polo Naval de Rio Grande vai da euforia ao vazio. **Zero Hora**, Porto Alegre, 21/02/2015.

CORREIO DO POVO: Manifestantes bloqueiam acesso ao polo naval de Rio Grande.**Correio do Povo**, Porto Alegre, 13/06/2013.

CALDAS, Cadu. Dois Polos Navais em realidades distintas no Rio Grande do Sul. **Zero Hora**, Porto Alegre, 28/07/2015.

G1 RS: mais de 500 operários serão demitidos em Rio Grande. **G1 RS**, 10/12/2015.

ISTO É DINHEIRO: Polo Naval de Rio Grande vive ressaca da Lava Jato. **Isto é dinheiro**,08/11/2015.

JORNAL DIA A DIA: 5.500 funcionários paralisam o estaleiro ECOVIX agravando a crise do polo naval de Rio Grande. **Jornal dia a dia**,22/10/2015.

SIMÕES, Eduardo. Dilma diz que não faltará trabalho ao setor naval do Brasil. **Reuters Brasil**, 08/11/2013.

SFREDO, Marta. Assinado contrato que garante plataformas em Rio Grande. **Zero Hora**, Porto Alegre, 26/11/2015.

SFREDO, Marta. Equipamentos para plataformas desembarcam em Rio Grande. **Zero Hora**, Porto Alegre, 18/11/2015.

ZIEBELL, Carmem. Protesto de Pescadores bloqueia BR-392 e tumultua trânsito. Agora, **O Jornal do Sul**. Rio Grande, 08/06/2012.

ZIEBELL, Carmem. 'Não faltarão contratos para a indústria naval no País', garante Dilma. Agora, **O Jornal do Sul**. Rio Grande, 07/12/2015.

PERSPECTIVAS DE ANÁLISE SOCIOAMBIENTAL: ENTRE OS PROJETOS DE "DESENVOLVIMENTO" E O COTIDIANO DA PESCA

Sérgio Botton Barcellos[29] e Raquel Hadrich Silva[30]

Resumo
No atual momento histórico e de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, o debate sobre planejamento urbano e dos planos diretores está presente em muitas capitais estaduais e regiões metropolitanas, em grande medida, devido às obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), desde o ano de 2007, quando foi criado. Diante disso, por meio desse artigo pretendemos apresentar duas perspectivas de pesquisa com relação a esses dois espaços e sobre transformações socioambientais. Uma delas é apresentada por meio da questão de pesquisa: como as obras do PAC estão promovendo alterações espaciais e socioambientais em Rio Grande – RS? A outra perspectiva de pesquisa trazida nesse artigo busca problematizar a vida cotidiana dos pescadores em São José do Norte, uma dimensão privilegiada da investigação sociológica para revelar que transformações têm esses processos de desenvolvimento gerado. O objetivo geral com a elaboração desse projeto é sistematizar e analisar, sob a perspectiva de Henri Lefebvre, a reconfiguração do espaço social no município de Rio Grande e apresentar um olhar sobre a questão da vida cotidiana de pescadores em São José do

---

29 Bolsista PNPD-CAPES e Docente no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPEL. Doutor pelo CPDA-UFRRJ. Correio eletrônico: sergiobbarcellos@hotmail.com
30 Mestranda em Sociologia no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPEL. Graduada em Oceanologia pela FURG. Correio eletrônico: raquelhadrich@gmail.com

Norte com a implantação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Palavras-chave: conflitos socioambientais; vivências; representação social; pescadores; Rio Grande; São José do Norte.

INTRODUÇÃO

O debate sobre o planejamento urbano no Brasil e a questão dos planos diretores ao longo do tempo, bem como a relação com a gestão das cidades se configuraram como expressões do ciclo capitalista em relação a questões políticas, econômicas e socioambientais[31]. No atual momento histórico e de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, o debate sobre planejamento urbano e dos planos diretores está presente em muitas capitais estaduais e regiões metropolitanas, em grande medida, devido às obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)[32], que foi implementado no ano de 2007, na segunda gestão do Presidente Lula – Partido dos

31 O termo "socioambiental" ao qual nos referimos está relacionado às formas de produção e reprodução social, econômica, política e cultural da sociedade em interação com os ecossistemas e biomas.

32 O PAC é um plano do governo federal que visa estimular o crescimento da economia brasileira, por meio do investimento em obras de infraestrutura (portos, rodovias, aeroportos, redes de esgoto, geração de energia, hidrovias, ferrovias, etc.) prevendo investimentos da ordem de 503,9 bilhões de reais até o ano de 2010. O capital utilizado no PAC é originário das seguintes fontes principais: recursos da União (orçamento do governo federal), capitais de investimentos de empresas estatais (exemplo: Petrobrás) e investimentos privados com estímulos de investimentos públicos e parcerias.

Trabalhadores (PT).

Sob essa perspectiva, cabe resgatar que o processo histórico de urbanização brasileiro apoiou-se em larga escala no processo de êxodo rural, estimulado por uma estrutura fundiária concentradora, tanto na cidade, como no meio rural, resultando na convergência da maioria da população para áreas e regiões consideradas desprestigiadas e com infraestrutura precária. Atualmente, mesmo com o Estatuto da Cidade, os Planos Diretores e a criação do Ministério das Cidades, bem como a aprovação da Política Nacional de Habitação - PNH, em 2004, com a implementação do PAC está ocorrendo a implantação de uma perspectiva de urbanidade que se impõe como um modelo a ser seguido.

A partir desse programa e dessas mudanças no contexto social urbano brasileiro, de maneira geral, foram realizados investimentos em obras de transportes, além do estímulo ao aquecimento da economia nesses espaços. Diante esse contexto, se faz necessário não apenas uma análise dos indicadores econômicos produzidos pelos referidos investimentos, mas também um estudo sobre os conflitos sociais e ambientais, bem como uma problematização sobre as relações de produção do espaço resultante destas relações e

percepções sociais.

Diante disso, registra-se que desde os anos 2000 ocorrem investimentos expressivos junto ao setor naval brasileiro. Atualmente foram constituídas políticas de revitalização da indústria naval no país que, posteriormente, passaram a integrar o PAC. O investimento e o aporte dado ao setor pelo governo federal geraram transformações significativas em questões sociais, ambientais e econômicas. No Rio Grande do Sul (RS), o município do Rio Grande está fazendo parte deste processo e tornou-se sede de grandes empresas construtoras de plataformas petrolíferas desde o ano de 2007, com a implantação do Polo Naval em seu Porto (IPEA, 2014). Cabe ressaltar que esse tipo de "projeto de desenvolvimento" sucedido no município é similar a processos anteriores ocorridos em Rio Grande nas décadas de 1960 e 1970.

Rio Grande, que é o município mais antigo do estado, atualmente é palco de diversos investimentos públicos e privados. A sua localização está na planície costeira do sul, tendo como limites ao norte, a cidade de Pelotas e a Laguna dos Patos; ao sul, Santa Vitória do Palmar; a leste, o Oceano Atlântico e o Canal do Rio Grande; e a oeste, Pelotas, Arroio

Grande e Lagoa Mirim. Atualmente, a cidade possui aproximadamente 200 mil habitantes (IBGE, 2010). Entretanto, esses empreendimentos geraram impactos junto ao conjunto do tecido urbano e social do município como um todo e, mais diretamente, nos bairros estabelecidos ao redor da área portuária. Quando a natureza é humanizada, quer dizer, como natureza produzida, ela faz parte das condições gerais dos modos de produção dos indivíduos. A violação de sua integridade por meio de grandes projetos de desenvolvimento, dependendo do modo como é realizada, por exemplo, pode desencadear a degradação ou a destruição das suas condições naturais de produção e reprodução em um modelo de sociedade, que passa a adotar formas contraditórias de desenvolvimento (ALTVATER, 2007).

As políticas de ampliação e modernização do complexo portuário do Rio Grande se estendem, na atualidade, para além do município litorâneo, sendo denominado como Polo Naval. Assim, a construção de uma unidade do Estaleiros do Brasil Ltda. (EBR) no município de São José do Norte faz parte deste fenômeno de reestruturação produtiva. O município de São José do Norte de 25.503 habitantes (IBGE, 2010) localiza-se, assim como Rio Grande, na margem do Estuário da Lagunaa

dos Patos, porém do outro lado do canal de desembocadura.

Assim, a ligação logística viável e de curta distância entre os municípios se dá por via hídrica. Tal localização geográfica influi em uma limitação logística que se configura como um fator central da não participação do município nos ciclos econômicos principais do município vizinho. Essa limitação, porém, se reconfigura com as recentes obras da Estrada RST 101 (trecho estadual da BR 101), antes conhecida como “Estrada do Inferno”. Com a pavimentação da Rodovia que liga São José do Norte à Capital do Estado do Rio Grande do Sul, o município passa a ser visto como estratégico para o crescimento econômico da Metade Sul do estado. A própria construção do Estaleiro EBR contou com o transporte de seus materiais pela rodovia.

Esse processo de reestruturação do polo naval e de investimentos na cidade e região a partir do PAC podem ser observados sob uma perspectiva de um processo histórico, dinâmico, disputado e permeado por conflitos entre os diversos atores que atuam no espaço social e nos conflitos socioambientais em Rio Grande e São José do Norte. Assim, considera-se que essa contradição ocorrente em meio ao processo de acumulação capitalista tende a transgredir o limite

das condições naturais em um ecossistema, como no caso do universo empírico dessa pesquisa no município de Rio Grande e em sua região portuária.

Diante disso, por meio desse artigo pretendemos apresentar duas perspectivas de pesquisa com relação a esses dois espaços e sobre transformações socioambientais. Uma delas é apresentada por meio da questão de pesquisa: como as obras do PAC estão promovendo alterações espaciais e socioambientais em Rio Grande – RS? A outra perspectiva de pesquisa trazida nesse artigo busca problematizar, na vida cotidiana dos pescadores artesanais em São José do Norte, uma dimensão privilegiada da investigação sociológica para revelar que transformações têm esses processos de desenvolvimento gerado.

O objetivo geral com a elaboração desse projeto é sistematizar e analisar, sob a perspectiva de Henri Lefebvre, a reconfiguração do espaço social no município de Rio Grande e apresentar um olhar sobre a questão da vida cotidiana de pescadores em São José do Norte com a implantação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Esse objetivo geral se desdobrará nos seguintes objetivos específicos: a) analisar algumas transformações socioambientais e as ações do

PAC que ocorrem nos últimos anos em Rio Grande e em São José do Norte; B) analisar os efeitos do conflito e as contradições referentes à questão da apropriação do espaço por parte dos atores que vivem nesses espaços que circunscrevem as obras do PAC, em relação à questão naval e à atividade pesqueira nesses municípios.

Os objetivos a serem trabalhados nesse artigo buscarão inter-relacionar-se com as múltiplas e possíveis sociabilidades, conflitos socioambientais e contradições diante das obras do PAC em Rio Grande e em São José do Norte. Em suma, a partir do olhar sobre esses dois municípios pretendemos problematizar diferentes situações/condições de produção e reprodução do tecido social em meio aos grandes empreendimentos propalados no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Para substanciar esse recorte de pesquisa, a discussão teórica sobre alguns conceitos e categorias terá o espaço nesses dois municípios enquanto lugares onde se manifestam as contradições da sociedade e os conflitos ambientais que envolvem os impactos locais da implementação dos chamados grandes projetos de desenvolvimento, ou como estão sendo chamados, megaempreendimentos (LEFEBVRE, 2001).

Como o espaço é produzido e apropriado por conflitos entre classes sociais em diferentes temporalidades, não podemos ficar restritos apenas na escala espacial, como a análise de conflitos ambientais que envolvem o processo de implementação de grandes empreendimentos em territórios tradicionalmente ocupados em meio a um contexto de desenvolvimento desigual. Desse modo, com a interpretação da dialética[33], Lefebvre (1995) elaborou um procedimento investigativo para a análise da realidade social que é denominado como método regressivo-progressivo, que remete à observação sobre três questões a serem desenvolvidas a seguir nesse projeto, que são: a descrição do visível, a análise regressiva [34]e a progressão genética[35]. Esse estudo será

---

33 A dialética entre o espaço concebido e o espaço vivido se conforma no instante em que as temporalidades e as espacialidades estão presentes na apropriação da cidade, o que pode ser visualizado, inclusive, nos espaços urbanos que resistem sobre a questão metropolitana. O cotidiano nos lugares leva à percepção sobre a atividade produtora e reprodutora na construção individual e coletiva dos seus moradores (LEFEBVRE, 1991).

34 Nesse momento da pesquisa, o pesquisador deve buscar a datação de cada relação social percebendo, assim, a coexistência de relações sociais de datas desiguais. Se no primeiro momento o pesquisador se ateve aos aspectos relativos ao espaço, este segundo momento serve à uma dedicação do pesquisador a ligar verticalmente essas relações do espaço horizontal ao seu determinado tempo vertical. Assim, nesse momento, o que antes parecia simultâneo e contemporâneo é remanescente de época específica.

35 Na terceira etapa do método busca-se o reencontro do presente, mas um presente elucidado, compreendido, explicado. Essa etapa permite ao

desenvolvido pela metodologia qualitativa e os procedimentos de pesquisa propostos serão: investigação exploratória, entrevistas semiestruturadas e análise documental.

Assim, questionamos esta ideia ilusória de que devemos nos sacrificar para fazer crescer o bolo para, então, repartir e usufruir. Será o mero crescimento econômico suficiente para atingir o desenvolvimento? Quais são os efeitos concretos deste processo? Quem se beneficia e quem se sacrifica? Esses são alguns questionamentos que norteiam uma investigação sociológica acerca dos conflitos ambientais, a partir de uma perspectiva que busca trazer à tona os elementos qualitativos da vida e das possíveis estratégias de resistência das pessoas em meio a esse processo dominante de desenvolvimento.

Dessa forma, ao longo desse artigo serão problematizados o marco teórico de Lefebvre e dos conflitos socioambientais nos contextos descritos a partir dos seguintes aspectos: O PAC e a configuração de outro tecido social em meio aos conflitos socioambientais; O desenvolvimento como

---

pesquisador compreender que as contradições do agora não se limitam às disputas de interesses de diferentes categorias sociais, mas as contradições são um produto essencialmente histórico. Consideramos que esta também é a etapa que impulsiona o pesquisador a pensar o possível, o que se pode projetar para o futuro a partir dessa elucidação. Assim, o método proposto por Lefebvre não se trata de um método histórico simples, pois inicia no presente, remonta ao passado para, então, indicar as possibilidades futuras.

ideologia e o impacto sobre a pesca artesanal em São José do Norte.

O PAC E A CONFIGURAÇÃO DE OUTRO TECIDO SOCIAL EM MEIO AOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

Em um tempo histórico mais recente no Brasil, em especial no período compreendido entre 1930 e 1970, o país constituiu-se em uma economia considerada moderna com base industrial e urbana, com forte êxodo rural, baseada em exportações de bens primários, e estendeu as regulações do Estado, como os mecanismos de controle, repressão e intervenção social, subjugadas em grande medida aos interesses norte-americanos e de parte do continente europeu[36]. Um conjunto de inter-relações entre uma agricultura de subsistência e um modelo de exportação primário, o sistema bancário formado no país, o financiamento estatal das indústrias privadas e o barateamento da reprodução da força de trabalho, devido ao "inchaço" das cidades, podem ser

36 Trechos dessa parte do projeto foram retirados de artigos publicados por um dos autores nas redes sociais, disponíveis para acesso em: http://www.adital.com.br/site/noticia_imp.asp?lang=PT&img=N&cod=72808

considerados os motores do processo de expansão capitalista no Brasil (OLIVEIRA, 2003).

O que pode ser entendido como o sistema de "proteção social" do Estado brasileiro é fortalecido no período da Ditadura Militar, tendo o autoritarismo como uma de suas principais marcas e a intervenção nos sindicatos, aumentando o grau de presença de empresas estatais e abertura ao capital estrangeiro. A partir desse processo, constituíram-se os setores industriais considerados modernos e uma perspectiva agrícola agroexportadora com grandes monoculturas produzidas em latifúndios.

Em um período histórico mais recente, com início no governo Sarney, reconfiguraram-se as formas de relação do Estado brasileiro junto ao sistema global capitalista, continuando com Collor e Itamar e logo em seguida no governo FHC, com a marca da reforma do aparelho de Estado em 1995[37]. Os desdobramentos gerais dessa política de ajuste

---

37 Conforme consta em Brasil (1995, p. 43), as mudanças por parte do Estado também teriam que ser "[...] relacionadas às formas de propriedade. Ainda que vulgarmente se considerem apenas duas formas, a propriedade estatal e a propriedade privada, existe no capitalismo contemporâneo uma terceira forma, intermediária, extremamente relevante: a propriedade pública não-estatal, constituída pelas organizações sem fins lucrativos, que não são propriedade de nenhum indivíduo ou grupo e estão orientadas diretamente para o atendimento do interesse público. O tipo de propriedade

fiscal ao sistema financeiro internacional e privatizações podem ser evidenciados pela inflação excessiva até 1993, a desigualdade social registrada em níveis extremos, o arrocho salarial, as crises econômicas constantes e o aumento exponencial da dívida externa[38].

Com o governo Lula e atualmente com a presidenta Dilma ocorreram mudanças que sinalizaram uma determinada reorganização financeira do Estado, com investimentos em infraestrutura (PAC), políticas de inclusão produtiva e educacional para as comunidades consideradas em situação de baixa renda e em condições de pobreza e uma incidência destacada do país na política internacional. A questão do mercado interno passou a ser fomentada pela exploração do pré-sal, pela construção civil e habitacional (sob alta especulação imobiliária), pelo setor de fabricação de máquinas e equipamentos, bem como pela produção de alimentos para o consumo interno. A reorganização financeira do Estado e da divisão internacional do trabalho pós-crise de 2008 no sistema capitalista globalizado auxiliaram na formação e reformulação de grupos econômicos, que redesenharam a acumulação de

---

mais indicado variará de acordo com o setor do aparelho do Estado."

38 Em 1994 o Brasil tinha uma dívida pública de aproximadamente US$ 38 bilhões; em 2002, essa dívida passou para cerca de US$ 850 bilhões.

capital no Brasil, tendo a sua reprodução e os seus negócios vinculados a um modelo de desenvolvimento gerenciado pelo Estado por meio das suas instituições e empresas estatais.

Celso Furtado (1992) entende o desenvolvimento como ideologia, cujas teorias são esquemas explicativos dos processos sociais em que a assimilação de novas técnicas e o consequente aumento de produtividade conduzem a melhoria do bem-estar de uma população com crescente homogeneização social. Como toda ideologia, esta é uma representação distorcida da realidade e, portanto, segundo Furtado (1992), este processo não se verifica como regra. O autor discorre que o crescimento econômico está longe de ser condição suficiente para que se produza o verdadeiro desenvolvimento e que, a rigor, o subdesenvolvimento é uma variante do desenvolvimento, é uma das formas que historicamente assumiu a difusão do progresso técnico.

Marcuse (1964) apresenta a identidade da técnica associada à dominação. Ao descortinar na sociedade industrial uma tendência totalitária que se baseia no controle social crescente, intermediado e cada vez mais aperfeiçoado pela técnica, este autor elucida que "hoje, a dominação se perpetua e se estende não apenas através da tecnologia, mas como

tecnologia, e esta garante a grande legitimação do crescente poder político que absorve todas as esferas da cultura" (MARCUSE, 1964, p. 154)”.

A tecnologia, como expressão mais forte dessa sociedade industrial moderna, tende a legitimar o poder político ao mesmo tempo em que se torna elemento de apropriação política. Racionalidades técnicas, segundo este autor, tornam-se racionalidades políticas, sendo que, por vezes, a primeira se sobrepõe à segunda. A técnica, nessa perspectiva, não está a serviço de uma objetividade política, mas constituirá a própria objetividade, a serviço de uns e em detrimento de outros.

Neste movimento de dominação via discurso de desenvolvimento, Martins (1996) concorda com Alistair Hennessy quando afirma que as sociedades latino-americanas ainda estão no estágio da fronteira. Para Martins (1996), essas sociedades ainda se encontram naquele estágio de sua história em que as relações sociais e políticas estão, de certo modo, marcadas pelo movimento de expansão demográfica sobre terras “não ocupadas” ou “insuficientemente” ocupadas. No Brasil, especialmente, a visão hegemônica considera esses territórios como “vazios demográficos” e este seria um

bloqueio ao crescimento econômico no país. Esta seria, portanto, a principal justificativa para a implementação nestes espaços de projetos que prometem o “desenvolvimento” dessas regiões.

Atualmente, mesmo com o Estatuto da Cidade, os Planos Diretores e a criação do Ministério das Cidades, bem como a aprovação da Política Nacional de Habitação - PNH, em 2004, observa-se que com o PAC está ocorrendo à implantação de um “modelo de urbanidade” que altera, e reconfigura as relações entre as classes e grupos sociais da e na cidade e destes com a natureza/meio ambiente pelo crescimento/desenvolvimento econômico. Tais alterações, desde os anos 2000, decorrem de investimentos expressivos junto ao setor naval brasileiro fornecidos pelo governo federal, que fizeram o Rio Grande do Sul (RS) e a região do município de Rio Grande se tornarem sede de grandes empresas de construção de plataformas petrolíferas com a implantação do Polo Naval (IPEA, 2014), e desde 2005 com a instalação do estaleiro QUIP/SA (hoje QGI). Os referidos empreendimentos e investimentos estão mudando a configuração das relações sociais e destas com a natureza na cidade e na região,

mantendo-se, no entanto, o modelo de desenvolvimento capitalista.

De acordo com Filippi (2014), no Balanço dos 4 anos do PAC (Plano de Aceleração do Crescimento)[39] nos anos de 2007- 2010 e do PAC 2 no RS, a maioria dos municípios gaúchos foi contemplada com, pelo menos, uma ação de algum eixo do programa. No estado, os documentos do referido estudo (FILIPPI, 2014) apontam empreendimentos em todos os eixos programados, que totalizam R$ 42,7 bilhões entre 2011 e 2014 (PAC 2). Um dos destaques foi o Eixo Transportes com investimentos da R$ 7,78 bilhões. O principal montante dos investimentos é a construção e ampliação de rodovias (cerca de R$ 5,2 bilhões). Aeroportos, portos, hidrovias, marinha mercante e abertura e melhoramento de estradas vicinais dividem o restante dos investimentos.

O município de Rio Grande, RS, desde 2007 está recebendo uma série de investimentos públicos do Governo Federal previstos no PAC relativos à logística do Porto, como o início na dragagem e a ampliação dos molhes da Barra que

39 O PAC possui seis eixos, a saber: Água e Luz para Todos; Transportes; Energia; Comunidade Cidadã; Minha Casa, Minha Vida; e Cidade Melhor. Cada um dos eixos comporta uma série de programas, que cobrem o conjunto de ações com investimentos iniciais públicos.

impactam, também, São José do Norte. Esses acontecimentos têm promovido à ampliação do Complexo Porto-Industrial e o interesse conjunto do setor público e privado pela instalação de novas empresas no polo naval. Geograficamente, esse processo ocorre na Metade Sul do RS, devido ao município de Rio Grande ter uma localização estratégica entre os países do MERCOSUL.

O Porto do Rio Grande[40] é o principal porto brasileiro da região Sul e representou em 2011 5,8% da movimentação portuária do país. A área geográfica de influência do Porto cobre, além do RS, o comércio de SC e o comércio exterior da Argentina e do Paraguai. A principal atividade do Porto é o transporte de "granéis sólidos". Os principais produtos (cargas) movimentados são: soja (em grão, farelo e óleo), fertilizantes, peças (cavacos) de madeira, trigo, celulose, fumo, frango congelado, maquinário agrícola (peças, tratores e

40 O site do Porto de Rio Grande (2015), ao historicizar a nomeação do município de Rio Grande, descreve que isso se deu pelo fato de que três séculos atrás, os navegantes que se dirigiam à Colônia do Sacramento relataram que o acesso a Laguna dos Patos parecia a "foz de um grande rio". O primeiro registro de transposição da Barra do Rio Grande é de 1737, quando foi construída a fortificação de madeira denominada de Forte Jesus Maria José. Em 1934, a União renovou o contrato de concessão portuária ao Estado do RS, pelo prazo de 60 anos, incluindo a manutenção de hidrovias do Estado. Rio Grande sedia ainda o 5º distrito naval, o 6º GAC e 6º BPM, as empresas de petróleo Ipiranga (Refinaria o marco inicial do refino de petróleo no Rio Grande do Sul.) e os Molhes da Barra.

colheitadeiras) e contêineres de transporte diversos. Com os investimentos no Porto de Rio Grande, estima-se que o PIB municipal entre 2000 e 2010 saltou de R$ 1.850.177 para R$ 7.737.855. Além disso, o Porto passou a operar 27,7 toneladas de produtos em 2012, aproximadamente, 14 toneladas a mais em relação às 13 toneladas que operava em 2000 (FILIPPI, 2014). Entretanto, cabe considerar que a questão socioambiental nessa região também se expressa de modo importante e como componente essencial na constituição desse espaço social, devido à localização do município junto ao Estuário da Laguna dos Patos e da Praia do Cassino, no Oceano Atlântico. Assim, a sua importância também em termos de biodiversidade está destacada ao mesmo tempo em que a expansão e reconfiguração urbana do tecido social criam tensões e (re)criam relações de conflito e contradições no que tange à capacidade-suporte ambiental desse ecossistema.

Esse contexto explica os altos investimentos do PAC para o setor energético. Especificamente no Estado do Rio Grande do Sul estão sendo executados 2.551 empreendimentos pelo PAC2, com um investimento total de R$ 26,31 bilhões no período compreendido entre 2011 e 2014 e R$ 6,29 bilhões pós 2014 (BRASIL, 2011).

Tabela 5 – Previsão de investimentos do PAC2 no Rio Grande do Sul (em R$ bilhões)

EIXOS	2011-2014	PÓS 2014	TOTAL
PAC CIDADE MELHOR	1.829,96	896,77	2.726,73
PAC COMUNIDADE CIDADÃ	226,71	-	226,71
PAC MINHA CASA, MINHA VIDA	5.074,52	227,43	5.301,95
PAC ÁGUA E LUZ PARA TODOS	831,31	255,49	1.086,80
PAC TRANSPORTES	6.432,43[24]	512,94	6.945,37
PAC ENERGIA	11.912,04[25]	4.398,29[26]	16.310,33
TOTAL	**26.306,97**	**6.290,92**	**32.597,89**

Fonte: (BRASIL, 2012a, p. 3).

Figura 1 - A Tabela montada por Chagas (2014) mostra a distribuição dos investimentos no Estado e a previsão de investimentos do PAC2 no Rio Grande do Sul (em R$ bilhões).

No aspecto socioambiental, vale destacar a problematização de Acselrad (2001, 2004), no qual ele descreveu que dois processos caracterizaram a territorialidade do capitalismo brasileiro, sendo que o primeiro diz respeito à concentração crescente do poder de controle dos recursos naturais por poucos atores e a acumulação capitalista fez uso efetivo de escalas cada vez mais amplas de produção, de avanços sobre novos espaços sociais para a exploração do trabalho e de especulação fundiária e imobiliária. O segundo processo na construção da territorialidade capitalista do Brasil foi a privatização do uso de espaços com recursos naturais de uso comum, mais especificamente do ar e das águas, com a reprodução de um modelo da sociedade capitalista moderna e com a aceleração da intensidade sobre a produção do trabalho

no ambiente (ACSELRAD, 2001). Os conflitos socioambientais têm em sua gérmen, de acordo com Zhouri; Laschefski (2010), as formas distintas de existência em que disputam o sentido do conceito de desenvolvimento, e demonstram a luta por autonomia de grupos, organizações e movimentos sociais que resistem aos modelos de sociedade impostos.

Demonstrativo disso é que em 1970, o Distrito Industrial foi construído sem a realização de um Estudo de Impacto Ambiental (EIA), já que naquela época não existia legislação sobre o Licenciamento Ambiental. Paradoxalmente, a Licença de Operação do Distrito Industrial do Rio Grande (DIRG) somente foi liberada em 2008 sendo o EIA elaborado pelo corpo técnico da Fundação Universidade Rio Grande (FURG)/Laboratório de Gerenciamento Costeiro. É neste contexto que o Distrito Industrial foi instalado sobre uma região de dunas, mariscais e banhados que foram progressivamente aterrados modificando o seu conteúdo paisagístico.

Sob essa perspectiva, o marco teórico de Lefebvre irá auxiliar no exercício analítico sobre a realidade atual, tendo como indicador a vida cotidiana na sociedade moderna. Assim,

leva-se em consideração que para o autor um espaço, como nesse município, pode conter as relações sociais, sendo o espaço, no caso do estudo de Lefebvre o urbano, historicamente construído como representação mental e a cidade como expressão material desta representação. Assim, torna-se apropriado captar como a reprodução das relações do capitalismo moderno são configuradas para a vida cotidiana em uma sociedade urbana.

A partir disso, o espaço da cidade é o lugar onde se manifestam as contradições da sociedade (LEFEBVRE, 2006). Para compreender as relações de tessitura e conflito no tecido social de Rio Grande e São José do Norte faz-se pertinente também compreender como os atores concebem esse espaço social, como eles se percebem diante de possíveis relações de conflito e rearranjo do tecido social e como os vivenciam.

Compreende-se que o homem age na natureza com o objetivo de atender as suas necessidades imediatas, modificando a suas formas de relação com a natureza e a sociedade. Mas, essas relações sociais não são homogêneas no tempo, tampouco no espaço, pois são também vinculadas à realidade contextual. Enfim, considera-se que os atores produzem e reproduzem as contradições e as particularidades

do real na construção do espaço social (LEFEBVRE, 1995). Portanto, o espaço social não é só uma condição e um produto, mas um meio para as relações conflitantes no interior do capitalismo ao longo da história.

O espaço é referente às contradições da realidade no sentido de ser um produto social, ou seja, o espaço se torna uma mercadoria abstraída (pelo uso da razão estética e das imagens enquanto força) no mundo, traduzida, muitas vezes, em diferenças e particularidades contextuais em meio a uma dialética espacial (LEFEBVRE, 1995). Para o autor, o homem é um ser que aciona o espaço para viver de acordo com as condições naturais e históricas específicas (LEFEBVRE, 2001).

Trata-se de uma definição de espaço (e de urbano) como sendo uma projeção da sociedade sobre um espaço, não apenas sobre o aspecto da vida social de cada lugar, mas também no plano da representação abstrata. A partir desse raciocínio Lefebvre (2006) refletiu que o espaço traduz um conjunto de diferenças, ou seja, é o lócus de coexistência da pluralidade e das simultaneidades de padrões, de maneiras de viver a vida urbana.

Fonseca (2015), por exemplo, apontou que Rio Grande,

em termos territoriais, tem um histórico de pressão e conflitos sobre o seu espaço. A região peninsular onde está localizado o DIRG apresenta ainda uma capacidade suporte, ou seja, um limite de ocupação industrial, devido à APA (Área de Proteção Ambiental) indicada no Plano Ambiental como áreas de marismas (ecossistemas costeiros úmidos intermareais). Assim, por exemplo, na área do DIRG há registros de conflitos territoriais entre a expansão das indústrias sobre áreas de proteção ambiental, além da expansão portuária que desloca as comunidades da Barra, Santa Teresa, Getúlio Vargas e Vila Mangueira. Feijó e Madono (2013) elencaram fatores responsáveis pelas questões e conflitos sociais decorrentes da inserção desse megaempreendimento em Rio Grande e região. Destacam, por exemplo, a deficitária participação do governo municipal à falta de infraestrutura para suportar a instalação do Polo Naval, assim como a falta de qualificação de mão de obra local, dificuldades de mobilidade e impactos ambientais. No entanto, entende-se que essa problemática extrapola o âmbito da gestão referente ao município e está intrinsicamente vinculada à macroestrutura politica e econômica do país e à própria dinâmica de produção das contradições características ao atual estágio do sistema capitalista no Brasil.

O DESENVOLVIMENTO COMO IDEOLOGIA E O IMPACTO SOBRE A PESCA ARTESANAL EM SÃO JOSÉ DO NORTE

Segundo Martins (1994), quando se fala em bloqueios ao desenvolvimento econômico do Brasil, é impossível não reconhecer a sugestão da precedência do econômico em relação a outras dimensões da vida social. Segundo o autor, esta preocupação deve ser desdobrada criticamente para que pudéssemos examinar a hipótese oposta e alternativa de que, no fim das contas, é a modalidade de crescimento econômico o que, na verdade, bloqueia o desenvolvimento social e político na sociedade brasileira.

Ainda sobre o estágio de fronteira apontado por José de Souza Martins, o autor aponta que a fronteira de modo algum se reduz e se resume à fronteira geográfica, mas é a fronteira de muitas e diferentes coisas. A fronteira é o lugar no qual o *outro* é degradado para, desse modo, viabilizar a existência de quem domina, subjuga e explora (MARTINS, 2014, p.11). Assim, fronteira também é o território considerado afastado que é invadido pelo processo de "desenvolvimento" culminando da degradação do *outro*.

Diegues (2000, p.25) mencionou que até recentemente o *outro* no Brasil era identificado apenas com o *índio*, havendo

pouca preocupação com outras formas de alteridade. O surgimento de outras identidades socioculturais é fato mais recente, tanto na antropologia como na ciência, quanto no auto reconhecimento dessas populações como portadoras de uma cultura e modo de vida diferenciado. Esse *auto reconhecimento* é frequentemente, uma *identidade construída* ou *reconstruída*, como resultado, em parte, de processos de contatos cada vez mais conflituosos com a sociedade urbano-industrial, e com as formulações político-ideológicas criadas por esta (Diegues, 2000, p.25).

Assim, o recente processo de *auto reconhecimento* dos diferentes *outros* como portadores de uma cultura e modo de vida próprios, em outras palavras, de uma identidade está associado aos processos de contato conflituosos com a sociedade urbano-industrial e sua ideologia, ou seja, é resultado dos processos que constituem os espaços de fronteira.

Sob essa perspectiva, considerar a vida cotidiana como um elemento central de análise é significativo na desconstrução da ideologia do desenvolvimento, pois, como bem problematizou Lefebvre (1991, p.135), a substituição dos fatos ditos "significantes" pela soma dos eventos cotidianos corresponde exatamente à substituição da aparência pela

realidade, uma operação importante para a ciência, tanto quanto é a substituição de elementos individuais pela totalidade. O francês ensina em sua obra que somente essa certeza de que se passa de aparências glamorosas para a essência salva as perspectivas ilusórias com as quais os indivíduos e grupos têm-se visto ao longo de suas histórias. Assim, Lefebvre (1991) acredita que se permite ver o início de uma ciência, ao invés de um ensaio medíocre acerca de antiquados disfarces. O interesse pela vida cotidiana, tratada a partir de uma perspectiva histórica, atravessa todo o pensamento de Lefebvre que defende uma sociologia e que busca entender a sociedade capitalista a partir das realidades marginais[41].

---

41 Assim, a análise da vida cotidiana como uma perspectiva teórico-metodológica busca substituir a aparência de que os avanços econômicos necessariamente significam desenvolvimento. Essa concepção ideológica é questionada trazendo à tona a essência do agora no território correspondente representado nos eventos cotidianos da vida dos homens e mulheres que habitam a região. Ou seja, busca-se desobscurecer a ideia de que investimentos econômicos maciços em grandes projetos são a imagem do desenvolvimento de uma região trazendo à tona os demais elementos que o acompanham como as transformações na vida cotidiana.

A Vida Cotidiana dos Pescadores da Vila Nova como revelação da imagem obscura do desenvolvimento em São José do Norte

A Zona Costeira tem sofrido nos últimos anos uma reestruturação produtiva que visa a sua inserção nos circuitos capitalistas e mercados globais. Sendo assim, seus espaços produtores de valor de uso pelos pescadores artesanais passam a ser produtores de valor de troca pela nova estrutura produtiva. Essa nova estrutura produtiva aparece através de um processo de modernização dos portos brasileiros com vistas não somente a servir de tráfego de embarcações, mas também de construção de navios e plataformas de petróleo. Esse processo conflitivo entre a atividade artesanal e a industrial tem transformado significativamente o espaço costeiro e torna-se latente a necessidade de discutir essas transformações do espaço a partir da construção do Polo Naval de Rio Grande.

Para Dos Santos (2013), a expansão da atividade portuária infere, particularmente, na(s) forma(s) de (re)produção do espaço geográfico, já que envolve a mobilização de um aparato técnico significativo e a implantação de outras formas de produção econômica, desloca um relevante contingente populacional e transforma as relações sociais locais, seja pelos novos sistemas técnicos e econômicos

alocados, seja pelos novos moradores, fixos e/ou temporários, que trazem suas leituras de mundo para estes espaços.

Para Acselrad & Da Silva (2011), os projetos desenvolvimentistas, neste caso a atividade portuária, alteram radicalmente espaços físicos regionais, seus respectivos ecossistemas terrestres e aquáticos, bem como as redes de relações sociais sobre as bases espaciais até então prevalecentes. Os autores indicam que esta alteração das relações sociais será tão mais relevante quanto mais às populações das áreas de implantação desses empreendimentos tiverem suas condições de existência e suas estratégias de trabalho associadas estreitamente ao ambiente físico e ao meio biótico locais. Assim, trabalho, terra e recursos naturais serão incorporados em formas sociais distintas das precedentes à medida que estes projetos intervenham no espaço.

As transformações sociais nos modos de trabalhar e de apropriar-se do espaço são acompanhadas de novas formas de apropriação dos recursos territorializados. A mudança no modo de apropriação dos recursos naturais exprime-se na privatização de bens livres ou na interdição de sua exploração. Inviabilizam-se as atividades associadas aos processos biológicos pela alteração de ecossistemas terrestres e aquáticos

que resultam, por exemplo, na perturbação da pesca tradicional por mudanças na ictiofauna[42] associadas às alterações dos níveis de oxigenação dos corpos d'água ou na interdição desta atividade tradicional em detrimento de grandes empreendimentos portuários.

O Polo Naval de Rio Grande no extremo sul do Rio Grande do Sul surgiu a partir de obras de modernização do Porto Novo, reestruturação do Porto Velho, ampliação do SuperPorto e construção de dois Estaleiros no município de Rio Grande. Atualmente, o complexo Polo Naval se estende para além do município através da construção de uma unidade do Estaleiros do Brasil Ltda. (EBR) no município de São José do Norte. O local escolhido para a implementação do empreendimento trata-se de um espaço tradicionalmente habitado por pescadores artesanais, os pescadores da comunidade Vila Nova. As famílias de pescadores que residiam no local sofreram deslocamento compulsório mediante o pagamento de indenizações pela empresa EBR.

A teoria do Espaço Social de Henri Lefebvre aponta em sua abordagem que a realidade social está atada ao espaço, ou seja, o espaço social é essencialmente um produto social.

42 Relativo ao conjunto das espécies de peixes que existem em uma região biogeográfica específica.

Assim, Lefebvre considerou o *espaço abstrato* como aquele espaço do capitalismo e do neocapitalismo no qual imperam as mercadorias, onde o *concebido* se impõe sobre o *vivido*, um espaço que tende a homogeneidade pelo peso da racionalidade instrumental em sua produção. Daí a importância do *cotidiano* no enfrentamento do *espaço abstrato*, no enfrentamento da imposição do *concebido* através da *rebelião do vivido*.

A implementação do Estaleiro EBR em São Jose do Norte tem modificado o espaço e consequentemente as relações sociais da vida cotidiana dos que habitam o espaço. A marca histórica do trabalho na cebola, pecuária e pesca artesanal tem sido modificada pela implementação do estaleiro. A Pesca Artesanal, que já sofria dificuldades anteriores, encontra cada vez mais entraves devido aos impactos socioambientais da atividade portuária. O deslocamento das 45 famílias da margem da Laguna dos Patos para a construção do empreendimento impede a utilização deste território estratégico para a reprodução social dos pescadores artesanais. A degradação do meio ambiente devido a essa atividade tem enfraquecido safras de espécies importantes para a manutenção destas famílias que dependem do pescado para comercialização e subsistência. Em muitos casos, os pescadores são obrigados a deixar o trabalho

da pesca, mesmo sem perspectivas de conseguir trabalhar em outras atividades.

Os moradores antigos da Vila Nova são pescadores artesanais profissionais que seguem os passos de gerações anteriores das quais obtiveram o saber-fazer do trabalho. As concepções em torno do significado do espaço que para a EBR se reduz a um espaço econômico passível de indenização, possui sentido distinto para os pescadores. Para eles, a exemplo do que aborda ZHOURI (2005), a Vila constitui a história de seus moradores, a garantia do acesso a pesqueiros produtivos, a tranquilidade da vida rural nas proximidades do urbano.

Os pescadores da Vila Nova possuíam uma relação íntima com o meio ambiente em que estavam inseridos. Viviam em relações de parentesco, amizade e camaradagem entre si. A atividade pesqueira depende dessas relações de proximidade e acesso à praia para manter suas atividades produtivas e reprodutivas, ou seja, são elementos constitutivos da comunidade enquanto tradicional.

A partir do deslocamento sofrido, os pescadores tiveram o *vivido* transformado, o cotidiano do trabalho na pesca artesanal depende do território agora ocupado pelo empreendimento. A degradação do meio ambiente, a perda de

pesqueiros importantes, de área de atracação de embarcações e de pontos de colocação de redes de pesca devido à implementação do empreendimento portuário, o Estaleiro EBR, tem dificultado a realização de safras de espécies importantes para a manutenção destas famílias que dependem do pescado para viver.

Além da dificuldade de seguir trabalhando na pesca, um dos entrevistados aponta as mudanças que afetam diretamente o modo de viver destes pescadores. Um modo de viver, segundo ele, calmo, livre e em uma paz que é uma maravilha. Assim, os impactos na vida cotidiana são provenientes, principalmente, do distanciamento dos pescadores de seu meio ambiente de trabalho e lazer (para os pescadores essas categorias não se opõem), a Laguna dos Patos.

Esse distanciamento pode ser evidenciado pela dificuldade de perceber as condições climáticas na nova moradia. Não sentir a direção acurada do vento devido às barreiras das construções vizinhas ou a impossibilidade de observação da água são fatores que distanciam o pescador da natureza, elemento chave para a sua reprodução social. As casas chaveadas, os portões gradeados, não ver o sol se pôr no horizonte nem as constelações, a ruptura entre o ambiente

familiar e o ambiente de trabalho que antes eram um só são algumas das transformações apontadas pelos pescadores artesanais. Um deles ainda afirma: “Tirar nós de lá é igual tirar peixe da água”. Apesar das dificuldades impostas, alguns pescadores enfrentam o espaço abstrato invadindo a área privada do empreendimento para ter acesso à Laguna dos Patos visando realizar a pesca. Reconhecemos que, neste caso, esta seria a rebelião do vivido enfrentando o concebido como apontado por Lefebvre.

O território do espaço da vida cotidiana dos moradores da Vila representa mais que um investimento financeiro, significa um elemento simbólico da própria história dos moradores. GERHARDT et al (2014), apontam que, utilizando o conceito de Acselrad, a “razão utilitária hegemônica” vê o ambiente lagunar por onde circulam navios e grandes embarcações da Laguna dos Patos como “uno e composto estritamente de recursos materiais, sem conteúdos socioculturais específicos e diferenciados”. Nesse mesmo sentido, a razão utilitária passa agora a ver a região costeira da laguna da mesma forma, sem levar em consideração os aspectos simbólicos tradicionalmente construídos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos que o PAC, ao mesmo tempo em que norteia os planos estratégicos de desenvolvimento conduzidos pelo Governo Federal é catalisador de um novo padrão exportador de especialização produtiva no Brasil, bem como, revisita sob uma nova roupagem os sinais da lógica da dependência, ao dar forma a uma contraditória composição entre autonomia nacional para o enfrentamento das desigualdades, com adequações ao sistema econômico mundial. Além disso, essas contradições, originadas nas disputas por um tipo de "projeto de nação", desenham as ações e prioridades de investimentos inscritos no Programa.

Estamos de acordo com Chagas (2014) quando ela observou que a acumulação do capital na região do Extremo Sul é alicerçada na dependência externa e na segregação social. Em todos os períodos é evidente a presença do capital exógeno à cidade, fruto de ordenações espaço-temporais sistêmicas atraídas fundamentalmente pelo porto existente e de intervenções estatais na economia local. Essas condições também são reproduzidas no último período econômico-produtivo analisado: a implementação do Polo Naval a partir dos investimentos do PAC.

Compreende-se que em Rio Grande os impactos dessas transformações no tecido social da cidade estão relacionados há um aumento do fluxo populacional durante o ano, influenciando desde o tráfego de carros alterando as condições de mobilidade no município; a especulação imobiliária com aluguéis e serviços com preços considerados abusivos; o impacto em bairros e vilas da cidade que vivem no entorno do polo naval com alteração das suas atividades de vida e a sua remoção para outros locais; aumento dos índices de violência física e simbólica, assédio moral e violência sexual nas regiões do entorno dos empreendimentos do PAC (CARDOSO, 2012). Além disso, há de se considerar a construção de diversos conjuntos habitacionais, a construção de *shoppings centers* e a alteração das condições arquitetônicas com reformas e revitalizações de prédios históricos.

Ao mesmo tempo, São José do Norte na atualidade também é impactada de forma direta neste processo. O município cuja economia até recentemente baseava-se da pesca e da agricultura, integra o polo naval a partir da construção do Estaleiro EBR em um território importante para a reprodução social dos pescadores artesanais da região. Assim, a implementação do empreendimento significou uma ruptura no

desenvolvimento desta atividade que encontra cada vez mais entraves.

A dificuldade de seguir trabalhando na pesca artesanal transforma vários aspectos da vida cotidiana deste grupo e, consequentemente, com a particularidade das relações sociais que envolvem esta atividade tradicional. Cabe destacar que esse trabalho tenta contribuir nos estudos acadêmicos e debates políticos na área dos conflitos socioambientais e na discussão das possíveis reflexões sobre o espaço e a representação social de Henri Lefebvre nos espaços sociais.

Referências Bibliográficas

ACSELRAD, H. (Org.) **Conflitos ambientais no Brasil.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

_____. Sentidos da Sustentabilidade Urbana. In: **A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas.** Henri Acselrad (org). Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

_____. & DA SILVA, M. G. Rearticulações sociais da terra e do trabalho em áreas de grandes projetos hidrelétricos na Amazônia - o caso de Tucuruí. Pp. 61-92 In: Zhouri, A. (Org.). **As Tensões do lugar hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental.** Belo Horizonte: EdUFMG, 2011

ALMEIDA, A. W. B. de**. Conhecimento tradicional e biodiversidade: normas vigentes e propostas.** 1. vol. Alfredo W.B. de Almeida. Manaus: Programa de Pós-Graduação da Universidade do Amazonas – UEA / Programa de Pós-Graduação em Sociedade e

Cultura da Amazônia / Fundação Ford / Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

ALTVATER, E. Existe um marxismo ecológico. En publicacion: **A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas.** Boron, Atilio A.; Amadeo, Javier; Gonzalez, Sabrina. 2007. BECKER, H.S. Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais. Trad.: Marco Estevão, Renato Aguiar. 4o ed. São Paulo: Hucitec, 1999. DEMO, P. Metodologia em Ciências Sociais. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

CARDOSO, A L. **A condição do trabalho feminino no Polo Naval do Rio Grande/RS**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande/FURG, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Ciências Humanas e da Informação, 2012.

CHAGAS, P. B. **Desenvolvimento e dependência no Brasil: reflexos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no município do Rio Grande (RS).** Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Administração/UFRGS. 2014.

DA ROSA, R. E. **Representações sociais e conflitos socioambientais: o caso do Polo Naval do Rio Grande.** Dissertação de Mestrado. PPGS/UFPEL, 2015 (no prelo).

DIEGUES, A. C. & ARRUDA, R.S.V. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil.** Ministério do Meio Ambiente, Brasília, 2000. 176p.

DIEGUES, A. C. **Povos e águas: inventário de áreas úmidas brasileiras.** SP: NUPAUB-USP, 2003.

DOS SANTOS, C.E.L. **"Análise da revitalização da indústria naval do Brasil a partir dos conceitos de território e espaço"**. XIV EGAL - Encuentro de Geógrafos de América Latina. Lima, Peru. 2013.

FURTADO, C. **Brasil: construção interrompida.** São Paulo, Editora Paz e Terra, 1992

FURTADO, C. **Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico – estrutural.** São Paulo: Editora Paz e Terra. 2000

GERHARDT, C.; LOPO, R. M. & SANTOS, C.F. Ideologia neodesenvolvimentista, “alternativas infernais” e “autoritarismos tolerantes”. In: ZHOURI, A. & VALENCIO, N. (Org.) **“Formas de matar, de morrer e de resistir: limites da resolução negociada de conflitos ambientais.”** Belo Horizonte, Editora UFMG. 2014 Pp. 345-385

FONSECA, S, F. Os Conflitos Socioambientais no Complexo Porto-Industrial de Rio Grande/RS. **Anais do VII SEUR e I Colóquio Internacional Sobre Educação do Campo e Ensino de Geografia** Eixo 4 – Paisagem Rural, Agroecologia e Sustentabilidade, 2015. p. 185-196.

IPEA. **Ressurgimento da indústria naval no Brasil: (2000-2013)** /editores: Carlos Alvares da Silva Campos Neto, Fabiano Mezadre Pompermayer. – Brasília: Ipea, 2014. FILIPPI, E. E. (Org.) Rio Grande do Sul 2000-2010/ - São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014. 100 p.

LEFEBVRE, H. **Critique of Everyday Life.** London, Verso. 1991. 283p.

LEFEBVRE, H., **A vida cotidiana no mundo moderna.** São Paulo, Ed. Ática,1991.

_____, **A produção do espaço.** Paris, Ed anthropos, 2006.

_____, **Lógica formal, lógica dialética.** Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 1995.

_____, **O direito à cidade.** São Paulo, Ed. Moraes, 2001.

LITTLE, P. **Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política** in A Difícil Sustentabilidade: Política Energética e Conflitos Ambientais. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

MACHADO, C.R.S.; SANTOS, C.F.; MASCARELLO, M.A.(Orgs). **Conflitos ambientais e urbanos: casos do extremo sul do Brasil.** Porto Alegre: Evangraf. 2015. 214p.

MARCUSE, H. **A ideologia da sociedade industrial.** Rio de Janeiro, Zahar, 4 Edição 1973. 237p.

MARTINS, J.S. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta.** São Paulo: Hucitec. 9 Edição. 1994

MARTINS, J.S. **O tempo da fronteira: retorno a controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira.** In: Tempo Social Rev. Sociol. USP: São Paulo. 1996

MARTINS, J.S. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano.** São Paulo, Editora Contexto. 2014 187p.

MARX, K. & ENGELS, F. **A ideologia alemã (I-Feuerbach).** São Paulo, Editora Hucitec, 1993.

SANTOS, C. F.; ARAÚJO, C. F.; PASSOS, Wagner V; MACHADO, Carlos RS. Conflitos no centro da Educação Ambiental. In: MACHADO, C. RS; SANTOS, C. F.; ARAÚJO, C. F.; PASSOS, W. V. (Orgs). **Conflitos ambientais e urbanos: debates, lutas e desafios.** Porto Alegre: Evangraf, 2013. p. 245 - 274. 25

SANTOS, C. F.; MACHADO, Carlos RS. Extremo Sul do Brasil: uma grande "zona de sacrifício" ou "paraíso de poluição". MACHADO, C. RS; SANTOS, C. F.; ARAÚJO, C. F.; PASSOS, W. V. (Orgs). **Conflitos ambientais e urbanos: debates, lutas e desafios.** Porto Alegre: Evangraf, 2013. p. 245 - 274.

SANTOS, M. **Território e sociedade.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

VAINER, C. B. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (Orgs.). **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos.** 2ª. ed. Petrópolis: Editora Vozes. 2000. p. 75-103.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D., **“A insustentável leveza da política ambiental”,** Belo Horizonte, Autentica. 2005

_____. (org.) **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.484 p.

DIREITO ADMINISTRATIVO AMBIENTAL: O CASO DA FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE/RS COMO "ZONA DE SACRIFÍCIO" FRENTE AO CICLO ECONÔMICO DA INDÚSTRIA *OFFSHORE* PARA O PRÉ-SAL BRASILEIRO

Clêncio Braz da Silva Filho[43] e Francisco Quintanilha Veras Neto[44]

Resumo
Este capítulo visa analisar o impacto ambiental do ciclo de (neo)desenvolvimento da indústria *offshore* de prospecção do petróleo do pré-sal brasileiro, na construção de plataformas petrolíferas e barcos de apoio no Município do Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil. Realiza um breve histórico dos influxos populacionais e dos ciclos de desenvolvimento que afetaram o contexto socioambiental regional na transição do século XIX para o XX, com intuito de, no contexto contemporâneo, descrever e analisar os dados da fiscalização ambiental municipal no período recente de implantação do Polo Naval de Rio Grande/RS. Relaciona a

[43] Licenciado em História (FURG), Mestre em Educação Ambiental (FURG), Bacharel em Direito (FURG), Mestre em Direito e Justiça Social (FURG), Membro do Grupo Transdisciplinar de Pesquisa Jurídica para Sustentabilidade (GTJUS/FURG). Advogado (OAB). clenciobraz@hotmail.com

[44] Bacharel em Direito (UFSC), Mestre em Direito (UFSC), Doutor em Direito das Relações Sociais (UFPR), Professor Associado da Faculdade de Direito e do Mestrado em Direito e Justiça Social (FURG) e Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental (FURG) Pós-Doutor (UFSC). quintasveras@gmail.com

consolidação do Polo Naval para o pré-sal brasileiro com o agravamento das condições socioambientais locais, demonstrando os impactos da implementação de um novo ciclo de desenvolvimento sem o devido planejamento público. Para tal, descreve as demandas e efeitos da aplicação do direito administrativo ambiental, oportunizando a análise e a problematização que envolve a efetiva fiscalização ambiental em uma "zona de sacrifício".
Palavras-chave: Município do Rio Grande/RS; Pré-Sal; Direito Administrativo; Fiscalização Ambiental; Justiça Social e Ambiental.

RIO GRANDE: MODELO DE CICLOS DE IMPACTO DE DESENVOLVIMENTO

O Município do Rio Grande[45] está localizado as margens da Lagoa dos Patos e do Oceano Atlântico, no Estado do Rio Grande do Sul[46], Brasil. É um importante porto

45 A escolha do Município do Rio Grande/RS guarda relação direta com o autor deste estudo, **Clêncio Braz da Silva Filho**; especialmente, por ter sido servidor público do Município do Rio Grande/RS, lotado na Secretaria Municipal do Meio Ambiente do Rio Grande/RS, local onde exerceu atividades administrativas na Unidade de Licenciamento Ambiental (2011-2012) e a chefia da Unidade de Fiscalização Ambiental (2013). Neste sentido, a narrativa é assentada em uma observação participante, em que a existência e trabalho do autor se confundem com o próprio objeto de pesquisa na lide cotidiana.

46 O Município do Rio Grande – RS está situado na porção média-sul da Planície Costeira do Rio Grande do Sul, entre os paralelos 31º47'02" e 32º39'45" de latitude sul e os meridianos 52º03'10" e 52º44'10" de longitude oeste. Sobre as origens do Município do Rio Grande, conferir QUEIROZ, Maria Luiza. **A Vila do Rio Grande de São Pedro**: 1737-1822. Rio Grande: Editora da FURG, 1987. Para história moderna, confira MARTINS, Solismar Fraga. **Cidade do Rio Grande**: industrialização e urbanidade (1873-1990). Rio Grande: Editora da FURG, 2006.

exportador, 5º lugar no PIB rio-grandense em 2013[47], e foi fundado no ano de 1737, pelo Brigadeiro José da Silva Paes para estabelecer a presença lusitana no extremo sul do Brasil (PIAZZA, 1988). Nessa "terra de ninguém", onde nada nasceria frente à desoladora força da natureza, o homem provou sua capacidade de alterar o meio ambiente contra todas as adversidades e forças da natureza. Escreveu o viajante francês Saint-Hilaire ao visitar Rio Grande em 1820: "Nada mais triste que a posição do Rio Grande, pois, de todos os lados, só se avistam areais, pântanos e água, em todos os arredores não há nada que possa recrear a vista, nem mesmo uma árvore" (ALVES, 1995, p. 6).

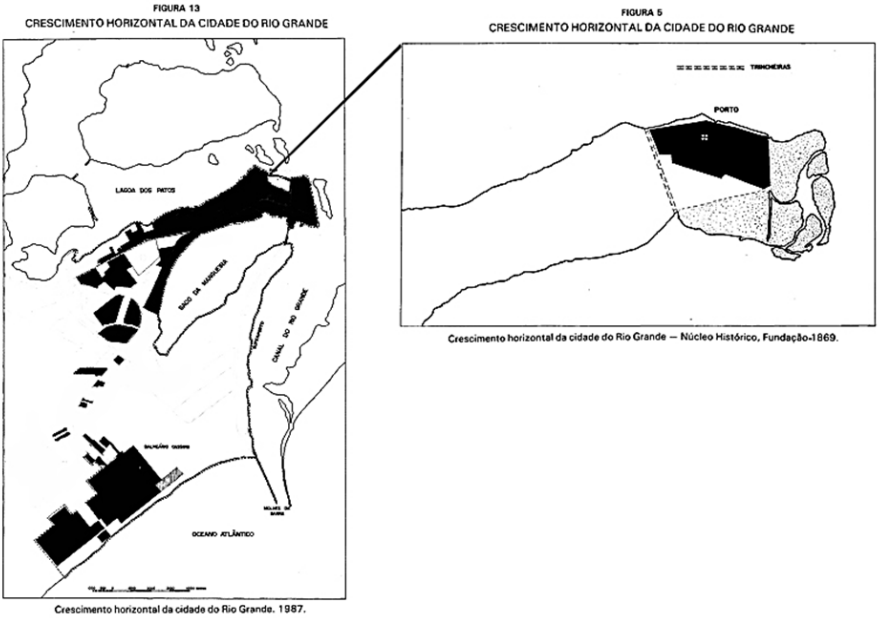
Contra todas as "profecias" dos inúmeros viajantes europeus que transitaram nessa areia hostil, em 1860 já contava com uma população aproximada de 20.000 habitantes; alcançando em 1980 o número de 146.114 habitantes (MARTINS, 2006). Em um interregno de 120 anos, a localidade do Rio Grande, esse amontoado de areia estéril cercado de água doce e salgada, descrito por Saint-Hilaire, alçou o aumento de 631% de crescimento populacional,

47 "(ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, FEE, 2017).

conjuntamente todas as consequências que definem a existência do homem no meio ambiente.

Ao analisar a História Ambiental dessa região sob o prisma da ocupação territorial ocorrida no período entre 1869 a 1987 – 118 anos, pouco mais de uma geração – onde o núcleo primitivo está marcado na cor branca no mapa a esquerda – pode-se ter a dimensão dos impactos da atividade humana no meio ambiente rio-grandino. Saint-Hilaire não poderia imaginar que este deserto de areia e pântanos – sem árvores ou qualquer outro recurso – se tornaria um potente núcleo industrial ao longo do século XIX e XX.

Figura 1 – Mapa comparativo do desenvolvimento territorial do Rio Grande/RS

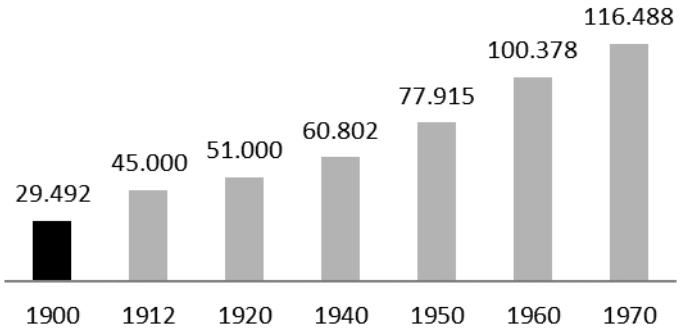


Fonte: Extraído de Salvatori (1989), adaptado pelo autor.

Evidentemente, a urbanização novecentista não se tratava de um desenvolvimento totalmente desorganizado no ambiente; por outro lado, a preocupação com os impactos no meio ambiente e das consequências dessa relação eram ainda incipientes. Certamente, o protagonismo estatal estava ligado à organização do espaço territorial para o bem estar humano e, especialmente, da atividade econômica, por ausência de legislação ambiental e problematização da questão ambiental

que pudesse ser conjecturada neste interregno. Martins (2006) bem demonstra as altas taxas de crescimento e de urbanização do espaço ocorridas em Rio Grande, na primeira metade do século XX:

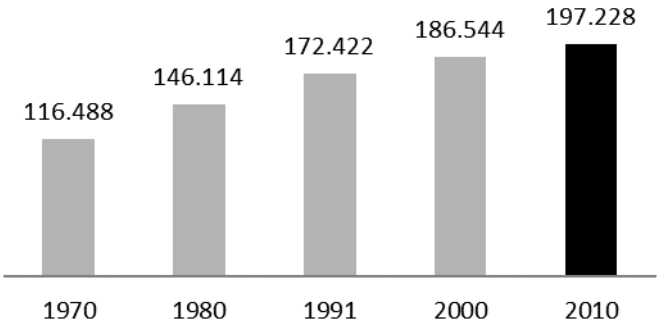
Figura 2 – Taxas de crescimento da população do Rio Grande/RS, primeira metade do século XX.



Fonte: Adaptado de Martins, 2006.

Tal cenário não iria se alterar nos anos posteriores, demonstrando o quanto a ação antrópica foi capaz de gerar no espaço horizontal do território ao longo do século XX. A população estimada para o Rio Grande em 2015 é 207.036 habitantes (DIÁRIO POPULAR, 2014).

Figura 3 - Taxas de crescimento da população do Rio Grande/RS, segunda metade do século XX.



Fonte: Adaptado de Município do Rio Grande. Plano de Saneamento Básico, 2014.

Esses grandes influxos populacionais estavam e estão intimamente conectados ao desenvolvimento das atividades comerciais e industriais que ciclicamente atingiram a região. O modelo cíclico tem se mostrado com sucesso para demonstrar os grandes movimentos de crescimento e empobrecimento do Rio Grande. Nesse contexto explicativo, a passagem do século XIX ao XX corresponde à transição do modelo capitalista comercial, assentado no legado pelos imigrantes europeus ligados ao comércio internacional portuário, para o período de industrialização da atividade econômica (MARTINS, 2006) e

de ocupação do espaço territorial urbano (SALVATORI *et al*., 1989). Recentemente, no fim do século XX, o Município do Rio Grande recebeu investimentos em modernização do seu parque industrial, que atraiu um conjunto de empresas ligadas à produção de fertilizantes. Nesse sentido:

> Com o aporte de grandes investimentos na modernização do Porto e do Distrito Industrial na cidade, houve um reaquecimento da economia do município do Rio Grande. Segundo Martins (2006), durante a década de 1970 e 1980, houve uma alteração na base produtiva do município com o inicio das indústrias de fertilizantes e incentivos nas indústrias pesqueiras existentes e implantação de novas. Já na década de 1990, conforme Correa (2009), o município vivenciou o fechamento de diversas indústrias pesqueiras como consequência da reestruturação do setor, ao mesmo tempo em que a indústria naval passou por um momento de estagnação (SOUZA, 2011)[48],

Seguido de um período de forte estagnação econômica, o século XXI trouxe ao município a reativação da indústria naval nacional e o início de um novo ciclo econômico (DOMINGUES, 2013), por meio de potentes financiamentos

48 MUNICÍPIO DO RIO GRANDE, PMSB, 2013, p. 31. Disponível em: http://www.riogrande.rs.gov.br/planosaneamento/arquivos/home/(2.1)_Relatorio_de_Caracterizacao_Municipal.pdf. Acesso em: 28 de agosto de 2014. p. 31.

púbicos de plataformas e embarcações de apoio voltadas à prospecção do petróleo do Pré-sal brasileiro (GERHARDT *et. al.*, 2013).

> Após a construção da P-53, iniciaram-se os projetos realizados pela empresa Quip para a construção de mais três plataformas, a P-55, P-58 e a P-63, totalizando um investimento de **US$ 7 bilhões**, conforme a Petrobras (2013). O Polo Naval apresenta também o Estaleiro Rio Grande I (ERG I) construído em 2009 e inaugurado oficialmente em 2010, com o Dique Seco, além dos Estaleiros Rio Grande II (ERG II) e III (ERG III). Nestes três estaleiros serão construídos, na próxima década, 8 cascos FPSO`s pela empresa Ecovix, com contrato de **US$ 4 bilhões**, todos financiados com recursos da Petrobras e também do BNDES.[49] [grifo do autor]

É nesse contexto geo-histórico que o Município do Rio Grande inaugurou uma longa e profícua tradição[50] de positivação legislativa ambiental, na tentativa de coadunar o desenvolvimento econômico com equilíbrio socioambiental. Todavia, somente ao final da década de 80 se encontravam reunidos os elementos de realidade que definiriam o

---

49 ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, SDECT, [s/d].

50 Entre as principais normas editadas estão a **LEI Nº 2.606, DE 22 DE MAIO DE 1972**, que institui o Código de Edificações; **LEI Nº 3.354, DE 26 DE MARÇO DE 1979**, que considera Área de Preservação Permanente as dunas fixas da praia do Cassino.

florescimento da legislação ambiental municipal, propriamente, moderna, a saber: a desorganização da ocupação territorial pela malha urbana gerando perda da qualidade de vida e degradação ambiental; o esgotamento econômico da pesca industrial e de outros setores remanescentes da industrialização do século XIX e, por fim, a instalação da indústria de fertilizantes, conhecidamente poluidora, proporcionou a luta simbólica (BOURDIEU, 2010; AZEVEDO, 2011) acerca da representação de desenvolvimento (OST, 1995). Nesse momento histórico, no qual se inclui a pressão internacional frente aos bens naturais brasileiros, vicejavam igualmente as primeiras legislações federais ambientais, gerando as condições de surgimento de leis e normativas municipais voltadas à singela tarefa de "proteção" do meio ambiente (SOLER, 2007).

A emergência do ciclo de (neo)desenvolvimento (GERHARDT *et. al.*, 2013), ligado ao Polo Naval para prospecção do petróleo do Pré-Sal brasileiro, recolocou Rio Grande no mapa dos conflitos ambientais (ACSERALD, 2004; MACHADO *et. al.*, 2015). O grande influxo populacional, que chegou a mais de 15.000 trabalhadores diretos e indiretos[51] e suas famílias, fez gerar impacto na infraestrutura de

51 ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, SDECT, [s/d].

saneamento, educacional, hospitalar, habitacional (CHAGAS e CARVALHO, 2015), na segurança pública, no transporte, na mobilidade urbana, nos preços dos alimentos e aluguéis, no choque cultural derivado da migração de trabalhadores (LOPO, 2015) entre outros aspectos que envolvem a qualidade de vida e a degradação ambiental sinérgica, nas quais se inserem os impactos ambientais externalizados desta nova cadeia produtiva de plataformas petrolíferas e embarcações de apoio.

Com base neste breve histórico, têm-se as bases materiais para, primeiro, poder-se analisar o estudo de caso do Rio Grande como modelo de uma "zona de sacrifício" (ACSERALD, 2004) e um "paraíso da poluição" (SANTOS e MACHADO, 2013), de maneira a demonstrar o mito do desenvolvimento sustentável (MONTIBELLER, 2001) e a injustiça ambiental (ACSELRAD e BEZERRA, 2009), através da emergência de conflitos ambientais e de danos ambientais distributivos (ALIER, 2007), anotados pelos dados da fiscalização ambiental. Tais danos oneraram e oneram a adminsitração pública e atingem em maior grau os hipossuficientes na forma de racismo ambiental (ACSELRAD e BEZERRA, 2009; ALIER, 2007). Em segundo, analisar como o advento deste novo ciclo gerou a possibilidade de

acesso a dados administrativos da fiscalização ambiental municipal na aplicação do direito ambiental; que pouco, ou quase nada, veem à tona nos estudos científicos jurídicos e socioambientais; o que, por vez, os lança a um vazio discursivo comum na Academia ordieiramente. Por último, possibilitando analisar de forma concreta os efeitos da legislação ambiental, especialmente, na possibilidade de modelar e fomentar estudos comparados.

O DIREITO ADMINISTRATIVO AMBIENTAL: A FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL EM UMA "ZONA DE SACRIFÍCIO"

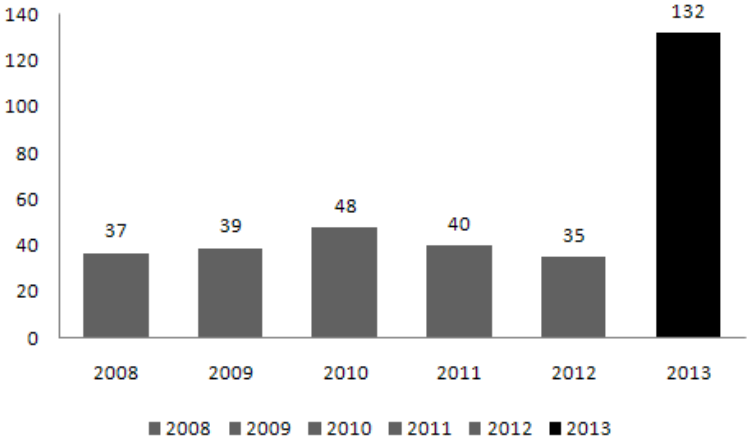
Como visto, é somente no limiar do século XXI que a legislação positiva "tocou o solo" da realidade socioambiental do Município do Rio Grande[52]. Dessa relação do direito entre as normas positivadas e a sua efetiva concretização, por meio do licenciamento e da fiscalização ambiental (MELLO, 2009), é que se pode ter em linha de conta a contribuição do direito para sua promessa constitucional de proteção do meio ambiente[53]. No centro dela, a recente figura do fiscal ambiental[54] e, mais recentemente, da Unidade de Fiscalização

52 MUNICÍPIO DO RIO GRANDE, LEI N° 5.793, 2003.
53 BRASIL, CFB, 1988, art. 225.
54 MUNICÍPIO DO RIO GRANDE, LEI N° LEI Nº 6.374, 2007.

Ambiental, criada em 20 de maio de 2013 pelo desmembramento da Unidade de Licenciamento Ambiental da Secretaria de Município do Meio Ambiente - SMMA. Entre os dados colhidos na atividade da Unidade de Fiscalização Ambiental, está um retrato bastante revelador no que tange à função do Estado – aqui investido na municipalidade – de "proteger" o meio ambiente frente ao poder do capital econômico, notadamente dos investimentos originários da emergência do Polo Naval na região. Convenientemente, cabe lembrar que o nascimento do licenciamento ambiental em Rio Grande deu-se no ano de 2008, concomitantemente ao novo ciclo naval iniciado em 2006, com a construção da plataforma P-53.

No conjunto de dados coletados junto à administração ambiental municipal, nota-se um alarmante cenário que insurge quando verificados os dados referentes às denúncias recebidas da população rio-grandina pela SMMA, desde 2008 até 2013. Estes dados são referentes às denúncias e reclamações derivadas aos conflitos ambientais gerados pelo desenvolvimento neste período recente. Tal cenário é passível de ser aferido pelo gráfico abaixo:

Figura 4 – Denúncias recebidas e registradas (série anual)



Fonte: Elaborado pelo autor.

É preciso anotar que no ano de 2013 houve um aumento de 377% nas denúncias recebidas e registradas em relação ao ano de 2012, excluídas aquelas relativas à "Operação Maré Alta", realizada no período de veraneio na orla do balneário da Praia do Cassino. Ao longo do ano de 2013, houve o aumento estimado e proporcional de 409% de denúncias recebidas e registradas pela Unidade de Fiscalização até 31/12/2013, conforme a Figura 4 supracitada. Ademais, nos arquivos da SMMA constava somente um relatório de fiscalização efetivamente atendida de todas as reclamações dos anos anteriores. As 132 denúncias registradas até 03/12/2013 equivaliam a 66% de todas as reclamações recebidas desde

2008, ano do início do licenciamento municipal, e 109% do acumulado até o momento dos três últimos anos, período de maior pressão das forças econômicas derivadas do Polo Naval.

Para aplacar este quadro preocupante, já previstos na lei de criação da SMMA no ano de 2003, surge *somente* em abril de 2007, pela Lei nº 6.374/2007, a figura do *fiscal ambiental*, criado na quantidade de dois para fiscalizar todas as atividades poluidoras do Município:

> ALTERA A REDAÇÃO DO ART 11, IX, DA LEI N° 5.820, DE 07/11/2003, CRIA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NO QUADRO DO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."
> O PREFEITO MUNICIPAL DO RIO GRANDE, Estado do Rio Grande do Sul, em exercício, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica em seu Art. 51, III,
> Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:
> Art. 1° Altera o Art. 11, IX da Lei n° 5.820, de 07/11/2003, que passa a vigorar com a seguinte redação:
> "Art.11.
> IX - CARGOS E EMPREGOS DA CLASSE DE AGENTES ASSESSORES TÉCNICOS - Categoria G - Arquiteto, Arquiteto Urbanista, Engenheiro, Engenheiro Agrônomo, Engenheiro Civil, Engenheiro Mecânico, Assistente Social,

> Biólogo, Perito em Avaliação, Geólogo, Bibliotecário, Consultor Jurídico, Técnico em Tributação, Técnico em Administração Pública, Contador, Economista, Assistente Social, Auditor Fiscal, Fiscal de Tributos Municipais, Coordenador Executivo de Expediente, Fiscal Ambiental." (NR)
> Art. 2º Fica criado no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo no Quadro do Serviço Público Municipal Centralizado, a que alude os Artigos 3º, I; Art. 6º, parágrafo único, X e Art. 11, IX, da Lei nº 5.820, na Secretaria Municipal do Meio Ambiente, o seguinte Cargo:
> QUANTIDADE 02
> NOMENCLATURA Fiscal Ambiental
> "CATEGORIA G"

Entre as inúmeras atribuições do cargo de fiscal ambiental no âmbito municipal descritos em lei estavam:

> ATRIBUIÇÕES DO CARGO
> NOME DO CARGO: FISCAL AMBIENTAL
> QUADRO: Estatutário
> SÍNTESE DOS DEVERES: Exercer a fiscalização específica nos termos da legislação ambiental municipal e demais legislação ambiental pertinente.
> EXEMPLO DE ATRIBUIÇÕES: Fornecer informações e emitir pareceres técnicos pertinentes aos processos de licenciamento; promover a fiscalização das atividades licenciadas ou em processo de licenciamento e desenvolver tarefas de controle e de monitoramento ambiental; promover a apuração de denúncias e

exercer a fiscalização sistemática do meio ambiente no município; trazer ao conhecimento do ente ou órgão responsável qualquer agressão ao meio ambiente, independentemente de denúncia; emitir laudos de vistoria, autos de constatação, notificação, embargos, ordens de suspensão de atividades, autos de infração e multas, em cumprimento da legislação ambiental municipal e demais legislação pertinente; promover a apreensão de equipamentos, materiais e produtos extraídos, produzidos, transportados, armazenados, instalados ou comercializados em desacordo com a legislação ambiental; executar perícias dentro de suas atribuições profissionais, realizar inspeções conjuntas com equipes técnicas de outras instituições ligadas a preservação e uso sustentável dos recursos naturais; exercer o poder de polícia ambiental e em especial aplicar as sanções administrativas previstas na legislação ambiental municipal, aplicando subsidiariamente a Lei Federal nº. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

a) Horário: Conforme regulamento

b) Outras: o exercício do cargo poderá exigir a eventual prestação de serviços à noite, aos domingos e feriados, bem como a prestação de serviços em todo o âmbito territorial do Município.

REQUISITOS PARA PROVIMENTO:

a) Instrução: Nível Superior

b) Habilitação funcional: Geólogo, Oceanógrafo, Ecólogo, Biólogo, Geógrafo,

> Engenheiro Agrônomo, Engenheiro Químico, Engenheiro Sanitarista, Engenheiros Ambiental, Engenheiro Florestal. Conhecimentos gerais sobre a organização administrativa e legislação ambiental municipal, estadual e federal.
> c) Idade: mínimo de dezoito anos
> RECRUTAMENTO: Na forma da Lei.

Frente à crescente necessidade de licenciamento e fiscalização – visto a relação estabelecida entre os dois pela lei municipal, ambas as atividades incumbidas aos fiscais ambientais – foram somados aos dois cargos existentes a partir de 2007, cinco cargos no ano de 2009[55], um cargo no ano de 2011[56], três cargos no ano de 2011[57]. Atualmente, o montante encontra-se em nove fiscais ambientais, todavia, existem 11 vagas no quadro da administração. São esses indivíduos que, sob constante pressão, impuseram o capital cultural (BOURDIEU, 2010) técnico e específico das ciências ambientais entre os interesses do capital econômico e a ação política dos gestores e, por fim, o atendimento das demandas ambientais da própria sociedade.

---

55 MUNICÍPIO DO RIO GRANDE, LEI Nº 6728, 2009.
56 MUNICÍPIO DO RIO GRANDE, LEI N° 7.000, 2011.
57 MUNICÍPIO DO RIO GRANDE, LEI N° 7.122, 2011.

A subnotificação, a *cifra oculta do dano ambiental*, na formalização das reclamações e denúncias dos crescentes conflitos ambientais é fruto da prática corrente em matéria legislativa em todas as esferas. Trata-se do reflexo da engenhosa ideia de que a lei por si só resolve as questões socioambientais pendentes frente aos princípios constitucionais, estratégia vil de capitalização das questões ambientais pelos agentes políticos. Há nos órgãos ambientais um potente estresse organizacional sobre os servidores públicos, derivado da imensa, interminável e ininterrupta quantidade de trabalho administrativo e "de rua" a ser realizado. A baixa remuneração aferida, os parcos ou inexistentes recursos materiais, técnicos e tecnológicos, bem como a opressiva responsabilidade legal pelos atos administrativos realizados fronte ao Poder Judiciário e ao Ministério Público, por fim, o alto grau de insalubridade e periculosidade na fiscalização ambiental – não aferidas pelos servidores municipais da SMMA do Rio Grande. Esses aspectos práticos da vida pública dos servidores públicos, que serviria de exemplo a qualquer esfera de governo, geram um grau de estresse de difícil comparação. No âmbito municipal, a aprovação da LEI N° 7.463, DE 18 DE SETEMBRO DE 2013,

que “Institui Gratificação de Licenciamento Ambiental (GLA) e dá outras providências.”; dispôs a remuneração dos licenciadores em patamares mais compatíveis com sua responsabilidade pública e socioambiental, todavia incluiu outros profissionais além dos fiscais ambientais. Mais recentemente, a Lei Nº 7.720/2014[58], promoveu a elevação da remuneração dos fiscais ambientais por meio de produtividade àqueles que se dedicam exclusivamente à atividade fiscalizatória, excluído o licenciamento.

Nesse momento, da consubstanciação desses dados, a Unidade de Fiscalização da Secretaria de Município do Meio Ambiente, ano de 2013, contava com um gerente[59] e um fiscal ambiental[60] responsável pela fiscalização ambiental de todo o

---

58 MUNICÍPIO DO RIO GRANDE, LEI Nº 7.720, 2014

59 Atos administrativos e atividades típicas do Gerente da Unidade de Fiscalização: análises técnicas, administrativas e legais dos pareceres, relatórios de situação, relatório de vistoria, autos de embargo, autos de interdição, autos de infração, emissão de boletos bancários, despachos, notificações, ofícios e minuta de decisões em processos de fiscalização ambiental, redação de minuta de legislação ambiental municipal, entre outros procedimentos administrativos de fiscalização externos às dependências da Secretaria, a exemplo das notificações, intimações, embargo, interdições, vistorias.

60 Atos administrativos e atividades típicas referentes ao efetivo exercício da função de fiscal ambiental da Unidade de Fiscalização: atendimentos telefônicos e presenciais, abertura e movimentação de protocolos digitais, realização de vistorias, realização de procedimentos de fiscalização diurna e noturna, emissão de Notificações, Autos de Infração e Autos de Interdição,

Município, derivado de decisão recente de desmembramento da Unidade de Licenciamento e Fiscalização, em 20 de maio de 2013. Nessas condições humanas e materiais durante cinco dias da semana (30 horas por semana), realizavam dois dias de saídas externas diurnas por semana e, eventualmente, saídas noturnas para fiscalização da poluição sonora e funcionamento de estabelecimentos. Ademais, realizavam expediente nas dependências da SMMA (atendimento ao público/serviços administrativo) três dias por semana para consubstanciação das

---

elaboração de relatórios, auxílio na interpretação e análise de processos, auxílio/orientação de procedimentos de outras Unidades. Entre as atividades e empreendimentos fiscalizados estão, entre outras: empreendimentos funcionando sem a devida licença ambiental; empreendimentos com licença e funcionando fora da regularidade; invasões e aterramentos em área de interesse ambiental, incluindo Áreas de Preservação Permanente nas margens do Município; criação de animais de grande porte dentro do perímetro urbano; poda ou supressão de árvores exóticas no passeio público, árvores nativas em propriedades privadas e espécies imunes a corte; lançamento de efluentes domésticos e industriais no passeio público ou em áreas impróprias; poluição atmosférica derivada de chaminés de empreendimentos; poluição de produtos químicos e tóxicos no perímetro urbano e rural; poluição sonora derivada do funcionamento de empreendimentos, especialmente, das atividades noturnas; fauna protegida por legislação especial; depósitos e transportes de resíduos sólidos Classe II A (orgânicos) e Classe II B (inertes), encontrados entre estes resíduos perigosos Classe I e resíduos da saúde; grandes áreas comerciais em implantação ou em funcionamento; cemitérios implantados pela municipalidade; plantios de espécies arbóreas e recomposição de áreas derivadas de acompanhamento de Termos de Ajuste de Conduta estabelecidos pelo Ministério Público, assim como, de Projetos de Recuperação de Área Degradada (PRAD); condomínios e loteamentos instalados e em instalação no município.

ações em procedimentos e processos administrativos de fiscalização ambiental.

Nesse compasso, a Unidade de Fiscalização Ambiental, no ano de 2013, emitiu 38 relatórios de vistoria e, aproximadamente, 43 relatórios no total (incluído os de vistoria) *somente* para atender solicitações do Ministério Público Federal e Estadual, especialmente, referente à norma penal em branco heterogênea dos artigos 60 e 54 da Lei 9.605/1998. Incluídas nessas solicitações, as fiscalizações noturnas para averiguação de poluição sonora. Contabiliza-se, assim, uma fiscalização com relatório de vistoria *somente* ao Ministério Público a cada 4,8 dias úteis, entre 01/01/2013 e 03/12/2013, e uma fiscalização com relatório de vistoria ao Ministério Público a cada 2,5 dias de fiscalização externa (duas vezes por semana), entre 01/01/2013 e 03/12/2013. Aqui reside outra questão fundamental para um aporte transformador da realidade pela atividade fiscalizatória administrativa, o órgão ministerial a partir dos seus próprios pressupostos de defesa do meio ambiente impõe sua agenda ao órgão administrativo municipal. Elegendo e etiquetando aqueles que deveriam ser fiscalizados, neste período empresas de lava-jatos, impedindo a realização de uma política de fiscalização própria que, por

exemplo, enfrente os grandes poluidores, os mais ricos. A ausência de fiscalização sobre esses “eleitos” pelo Ministério Público promove uma intimidação, tal intimidação é velada frente à denunciação na Ação Civil Pública, fazendo da administração municipal verdadeiramente um órgão auxiliar do Ministério Público. Todavia, tal contexto de adversidades não impediu que as denúncias e reclamações diretamente informadas pela população ao órgão ambiental responsável pela proteção do meio ambiente cumprisse seu desígnio, neste recente interregno, possíveis de serem verificadas no quadro abaixo:

Tabela 1 - Denúncias efetivamente atendidas entre 07/05/2013 e 03/12/2013, (equivalente a 211 dias e 150 dias úteis)

Atendidas	116
Pendente de vistoria	16
Total	132

Fonte: Elaborado pelo Autor.

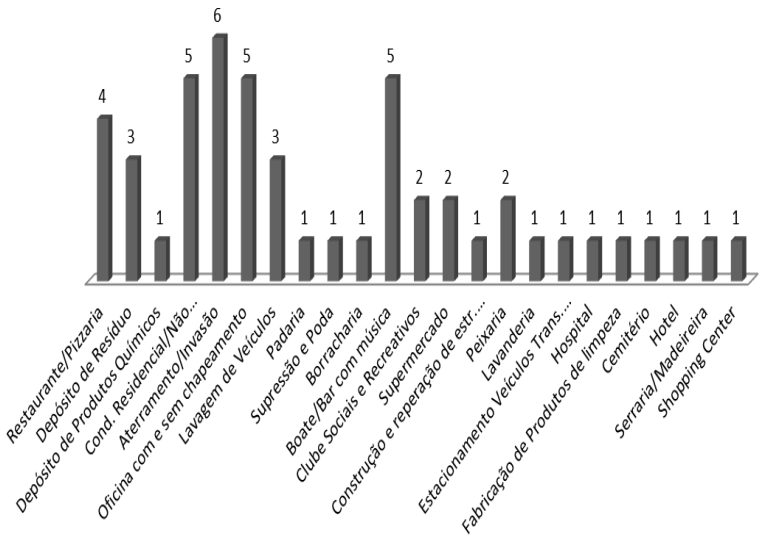
Tais dados contabilizam no total das ações da Unidade de Fiscalização Ambiental em 0,77 fiscalizações de denúncias atendidas por dia útil entre 07/05/2013 e 03/12/2013. Ademais, 1,93 fiscalizações de denúncias por dia de fiscalização externa (duas vezes por semana) entre 07/05/2013 e 03/12/2013. Sintetizado da seguinte forma: uma fiscalização externa *com*

relatório de vistoria a cada 3 horas e 10 minutos nos dias de saída entre 07/05/2013 e 03/12/2013.

Sob tal quantidade expressiva de denúncias e seu registro administrativo por meio de relatório de vistoria, pode-se observar que indistintamente as mais variadas atividades e ramos econômicos se omitem da basilar legislação ambiental que impõe o seu devido licenciamento, plasmado no art. 8º da Lei Municipal nº 6365/2007[61]. Certamente, conhecedores das limitações do Estado em fiscalizar e aplicar a norma, apostavam na "irresponsabilidade organizada" (MORATO e PILATI, 2011) das atividades estatais para consecução do lucro sem o dever de proteção do ambiente. Tal constatação pode ser observada pelo seguinte recorte temporal de algumas atividades:

61 MUNICÍPIO DO RIO GRANDE, LEI Nº 6.365, 2014.

Figura 5 - Notificações e/ou Autos de Infração por atividade em descumprimento ao art. 8º da Lei 6365/2007, de março a novembro de 2013.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Por tal contexto de infrações contínuas das normas ambientais que, somente em até dezembro de 2013, a Unidade de Fiscalização Ambiental emitiu 164 relatórios de vistoria entre 07/05/2013 e 03/12/2013 derivados de denúncias, reclamações, pedidos de informação para processos criminais e civis movidos pelo Ministério Público Estadual e Federal, de processos administrativos de licenciamento da própria SMMA e de fiscalizações espontâneas da Unidade de Fiscalização em

locais conhecidamente problemáticos ambientalmente. Nesse contexto, lavrou-se 70 notificações por irregularidades em empreendimentos entre 07/05/2013 e 03/12/2013, nove autos de infração ambientais entre 07/05/2013 e 27/09/2013 e, por fim, duas interdições realizadas em estabelecimento em desconformidade com a legislação ambiental, entre 07/05/2013 e 27/09/2013. Ademais, a Unidade de Fiscalização, eventualmente, prestou apoio a ações desenvolvidas pela Unidade de Arborização Urbana e pela fiscalização do Código de Posturas e da fiscalização da Secretaria Especial do Cassino (balneário). Por outras vezes, provendo-se do apoio dado pela PATRAM (Patrulhamento Ambiental da Brigada Militar) devido à periculosidade das ações fiscalizatórias.

É preciso anotar, a tempo, que apesar de adensar as atividades fiscalizatórias, houve efetivamente a preocupação de não demandar as exauridas capacidades técnicas, recursos materiais e humanos da Unidade de Licenciamento, produzindo um efeito cíclico. Tal efeito cíclico inicia-se com as demandas do Ministério Público, que visando atividades de baixo impacto ambiental – como os empreendimentos de lava-jato ocorrido nesse período – encaminha solicitação de averiguação ao órgão ambiental municipal e a polícia judiciária ambiental. O órgão

municipal, por seu turno, fiscaliza, notifica e/ou autua e oficia ao Ministério Público com as informações técnicas a respeito da necessidade de licenciamento e/ou irregularidade ocorrida. O notificado-autuado ao chegar na Unidade de Licenciamento recebe dela os documentos, alvarás e laudos necessários à regularização da atividade. Após, dirige-se à Unidade de Fiscalização e solicita prazo para regularização e suspensão temporária do processo administrativo de fiscalização. Ao se deparar com os montantes financeiros que envolvem tais estudos e documentos técnicos, compreende o notificado-autuado, as barreiras burocráticas a serem suportadas por um pequeno empreendimento. Chegando à audiência junto ao Ministério Público, realiza uma transação penal e ou termo de ajuste de conduta; solicitando, igualmente, frente a este prazo para realização do devido licenciamento. Evidentemente, além de não transformar a realidade de degradação ambiental, visto o baixo impacto das atividades elegidas, cria a ilusão da prestação protetiva. Por fim, tais pequenos empreendedores, incapazes de realizar o licenciamento frente aos altos custos financeiros para a consecução dos documentos solicitados, realimentam novamente o efeito cíclico por meio das novas demandas do Ministério Público sobre sua regularização. Este

ciclo exaure os recursos do órgão municipal, sem que com isso consiga enfrentar as grandes questões ambientais locais.

O quadro é mais preocupante quando são analisados os 132 processos administrativos de fiscalização que foram revisados, analisados, classificados e catalogados com relatório, despacho ou minuta de decisão entre 23/05/2013 e 03/12/2013; derivados de todos os Autos de Infração expedidos pela SMMA desde ano de 2008, ano de início do licenciamento municipal. Somente em 2013 o número de reclamações e denúncia recebidas nesse ano já correspondia ao número total de processos administrativos de fiscalização ambiental desde 2008. Neste montante foram contabilizados também aqueles nulos, por serem lavrados em desacordo com a legislação vigente. Nesse contexto próprio dos processos administrativos ambientais encontram-se a ausência da cobrança de multas não pagas desde 2008, ofícios de citação, despachos interlocutórios, solicitação de relatórios, projetos de recuperação de área degradada, decisões de recursos administrativos de autos de infração, exclusão de dívidas de multas ambientais de processos já arquivados, inscrição de multas ambientais não pagas na dívida ativa do Município, entre outros inúmeros procedimentos, dos quais se destacam a gestão e a aplicação de

procedimentos próprios em relação aos atos administrativos de interdição de empreendimentos e embargo de obras, anteriormente realizados por outras secretarias. Nesse sentido, cabe anotar que no ano de 2013 foi realizada a primeira interdição/embargo pela administração municipal ambiental desde sua criação.

Deste conjunto, revelaram-se as seguintes cifras: 0,96 processos revisados e analisados, concluídos por dia útil entre 23/05/2013 e 03/12/2013; 1,61 processos analisados e concluídos por dia de expediente interno administrativo nas dependências da SMMA entre 23/05/2013 e 03/12/2013, concomitante com atendimento à população, aos consultores ambientais e aos empreendedores. Além disso, obteu-se um processo analisado e concluído a cada 4 horas e 10 minutos, nos dias de expediente nas dependências da SMMA entre 23/05/2013 e 03/12/2013, concomitante com atendimento à população, consultores ambientais e aos empreendedores.

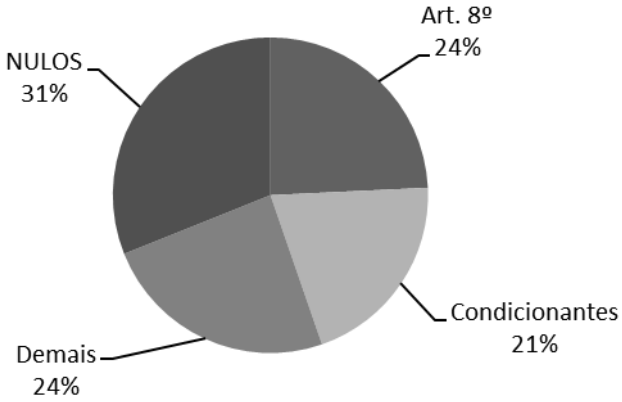
Da análise e revisão legal, realizadas no aludido período, desses atos administrativos e processos, surgiram dados preocupantes acerca da eficiência da legislação ambiental municipal em promover uma justiça ambiental através do seu instrumento primeiro de controle das atividades

poluidoras e potencialmente poluidoras, o licenciamento ambiental descrito assim no art. 8º da Lei Municipal 6365/2007:

> Art. 8º A localização, construção, instalação, ampliação, modificação e funcionamento de atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas **efetiva ou potencialmente poluidoras e/ou incômodas e/ou ambientalmente impactantes**, bem como de empreendimentos capazes de, sob qualquer forma, causar impacto ou degradação ambiental, dependerão de **prévio licenciamento do Órgão Ambiental Municipal**, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis.
> § 1º – Além de empreendimentos ou atividades que causem, efetiva ou potencialmente, impactos ambientais, dependerão de licenciamento todos os empreendimentos ou atividades que causem, efetiva ou potencialmente, **impactos de vizinhança**.
> § 2º – Caberá ao Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – **COMDEMA** – fixar os critérios básicos segundo os quais serão exigidos Estudos de Impacto Ambiental – **EIA/RIMA** –, Relatório de Impacto Ambiental – RIA – ou Estudo de Impacto de Vizinhança e respectivo Relatório de Impacto de Vizinhança – EIV/RIVI – respeitadas as legislações federal e estadual sobre a questão. **[grifado pelo autor]**

Entre maio de 2008 e novembro de 2013 foram emitidos 132 autos de infração anotados nos talonários dos fiscais ambientais, dentre eles, 91 autos de infração ambiental foram considerados válidos e aplicados conforme a legislação vigente. Desses 34 foram por infringir o art. 8º da Lei 6365/2007, referente à necessidade obrigatória do licenciamento ambiental para sua localização, instalação e funcionamento, e 27 por não cumprimento de condicionantes e restrições ambientais das licenças emitidas. Tais dados podem ser expostos da seguinte forma:

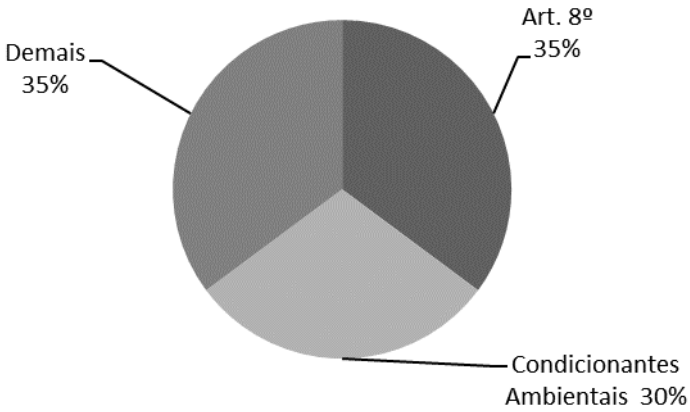
Figura 6 – Autos de Infração Ambiental lavrados entre 2008 e 2013.



Fonte: Elaborado pelo autor.

A alta quantidade de autos de infração inválidos está relacionada a dois aspectos. O primeiro deles é que o cargo de fiscal ambiental não é de formação jurídica; e sim, ocupada nesse período por ecólogos, biólogos e um engenheiro químico. Tal fato, não necessariamente é um empecilho à correta aplicação da norma, todavia, aqui reside um segundo aspecto, o alto grau de complexidade da norma ambiental municipal, especialmente no que se refere ao enquadramento da infração e à quantificação da sanção cabível a cada caso. Quando analisados somente os autos de infração considerados válidos observa-se um quadro mais preocupante.

Figura 7 – Autos de Infração Ambiental válidos, lavrados entre 2008 a 2013.



Fonte: Elaborado pelo autor.

É necessário anotar que o entendimento utilizado pela fiscalização ambiental municipal no ano de 2013 era o mesmo assentado pela esfera da jurisdição cível nos casos de dano, que decidiu repetidas oportunidades a respeito da aplicação da teoria do risco integral. Nesse sentido, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, o qual serve de aresto informativo ao direito administrativo ambiental, informa:

> DIREITO CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA. DANO AMBIENTAL. A responsabilidade por dano ambiental é objetiva e pautada no risco integral, não se admitindo a aplicação de excludentes de responsabilidade. Conforme a previsão do art. 14, § 1º, da Lei n. 6.938/1981, recepcionado pelo art. 225, §§ 2º e 3º, da CF, **a responsabilidade por dano ambiental, fundamentada na teoria do risco integral, pressupõe a existência de uma atividade que implique riscos para a saúde e para o meio ambiente, impondo-se ao empreendedor a obrigação de prevenir tais riscos (princípio da prevenção) e de internalizá-los em seu processo produtivo (princípio do poluidor-pagador)**. Pressupõe, ainda, o dano ou risco de dano e o nexo de causalidade entre a atividade e o resultado, efetivo ou potencial, não cabendo invocar a aplicação de excludentes de responsabilidade. Precedente citado: Resp. 1.114.398-PR, DJe 16/2/2012 (REPETITIVO). Resp.

> 1.346.430-PR, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, julgado em 18/10/2012. **[grifado].**

Em síntese, é possível verificar dois pontos fundamentais: a) os empreendedores não realizam o licenciamento ambiental obrigatório para a localização, instalação e operação de suas atividades; b) quando submetidos ao licenciamento cogente a sua atividade, não cumprem as condições e restrições nela dispostos pelo órgão ambiental municipal como prerrogativa do seu direito de licença. Em verdade, o custo financeiro derivados das multas e taxas de licenciamento é absorvido pelo funcionamento irregular da atividade e dos recursos normativos (capital jurídico) e políticos (capital social) capazes de procrastinar a decisão sancionatória. Dessa forma, os agentes do campo econômico compreendem que é mais vantajoso e célere para os seus fins – o lucro – descumprir a norma do que cumpri-la, visto a incapacidade do Estado em prover o efetivo controle das mesmas. Evidentemente, os grandes influxos de capitais e pessoas criavam uma atmosfera febril pelo lucro, em que era mais vantajoso apostar na ilegalidade do que superar as barreiras burocráticas do licenciamento ambiental.

Visto o desenvolvimento de um novo ciclo de desenvolvimento em Rio Grande promovido pelo advento do Polo Naval, que ora dá sinais de enfraquecimento frente às imbricações com a Operação Lava-Jato de combate à corrupção, pode-se analisar como a pressão estrutural do capital econômico de uma atividade de grande impacto ambiental e potencializadora de realização de lucros gerou sobre a cidade e, especialmente, sobre a administração ambiental, uma potente demanda, distribuindo, por outro lado, danos ambientais que se prolongarão no tempo. Nesse sentido, é necessário retornar ao argumento primitivo da proposta de uma justiça ambiental transformadora (SILVA FILHO, 2012). Argumento de que a crise ambiental instalada pelo capitalismo absorve os benefícios, principalmente econômico-financeiros, da transformação da natureza; e, por outro lado, distribuem os danos ambientais desta transformação de forma desigual para o restante da população, especialmente os hipossuficientes que deveriam ser defendidos pelo Estado. Por tal, têm-se um quadro de desigualdade agravada, pois afeta exponencialmente mais aqueles que não detêm recursos financeiros e técnicos e nem mecanicismos associativos e políticos para lutarem contra as forças do capital. Capital este que encontra nas lutas

próprias do campo jurídico e da burocracia estatal os espaços, brechas, falésias necessárias para progressão da degradação ambiental, mesmo que realizada dentro das normas e sanções estabelecidas pelo direito ambiental positivado (BOURDIEU, 2010).

A respeito da desorganização e ineficácia da municipalidade em cumprir sua missão de, pelo menos, proteger o meio ambiente se levantaria o argumento recorrente da escassez de recursos financeiros. No entanto, uma verificação nas previsões orçamentárias e nos valores arrecadados entre multas e licenciamentos ambientais municipais põe tal tese por terra.

Tabela 2 - Balanço Orçamentário da SMMA – Fiscalização e Licenciamento[62]

	Previsão orçamentária	Arrecadado no ano	Saldo
Multas por dano ao Meio Ambiente			
2011	18.900,00	61.897,81	+42.997,81
2012	35.664,10	**127.629,26**	+91.965,16
2013	97.944,39	**112.884,46**	+14.940,07
2014 (até agosto)	109.929,12	4.233,40	- 105.695,72

62 MUNICÍPIO DO RIO GRANDE. **Balanços e relatórios**. Disponível em: http://www.riogrande.rs.gov.br/pagina/index.php/portal-transparencia+a6bc6,,balancos-e-relatorios.html. Acesso em: 08/05/2015.

Taxa de Licenciamento Ambiental			
2011	44.100,00	195.141,69	+151.041,69
2012	43.589,46	**286.240,38**	+242.650,92
2013	119.709,81	241.818,23	+122.108,42
2014 (até agosto)	119.357,80	51.812,62	- 67.545,18

Fonte: Elaborado pelo autor.

É visível que não faltam recursos financeiros para efetivação do direito positivo por meio do licenciamento e da fiscalização. Tais números podem ser melhor analisados da seguinte forma:

- Total arrecadado em Licenciamento e Fiscalização 2011 = R$ 257.039,50; efetivamente gasto pela SMMA no ano = R$ 172.394,04.
- Total arrecadado em Licenciamento e Fiscalização 2012 = R$ 413.869,64; efetivamente gasto pela SMMA no ano = R$ 397.274,36, somado repasse do PROGRAMA SANEAMENTO BÁSICO URBANO = R$ 119.719,78.
- Total arrecadado em Licenciamento e Fiscalização 2013 = R$ 354.702,69; efetivamente gasto pela SMMA no ano = R$ 711.329,06, somando o repasse da REVITALIZAÇÃO DA ORLA DO SACO DA MANGUEIRA

= R$ 267.677,66 e do PROGRAMA SANEAMENTO BÁSICO URBANO = R$ 291.907,36 (TOTAL DE RECURSO DE PROJETOS = R$ 559.585,02). Dessa forma, um GASTO SEM O RECURSO DOS PROJETOS = R$ 151.744,04 e um VALOR ARRECADADO SOMENTE COM MULTAS = R$ 112.884,46.

É possível observar que nos anos de 2011 a 2013 a SMMA tem arrecadado para os cofres públicos e destinado ao Fundo Municipal do Meio Ambiente mais do que o seu orçamento em taxas de licenciamento e multas ambientais. Ademais, recebendo vultosos aportes do Governo Federal para aplicação em outros projetos específicos de saneamento ambiental, ou seja, apesar de deter recursos orçamentários e arrecadar valor superior ao mesmo, não realiza com efetividade sua função púbica como gestora das atividades de impacto local. Tudo leva a crer que não faltam recursos para que o poder estatal cumpra sua missão constitucional de proteção ao meio ambiente.

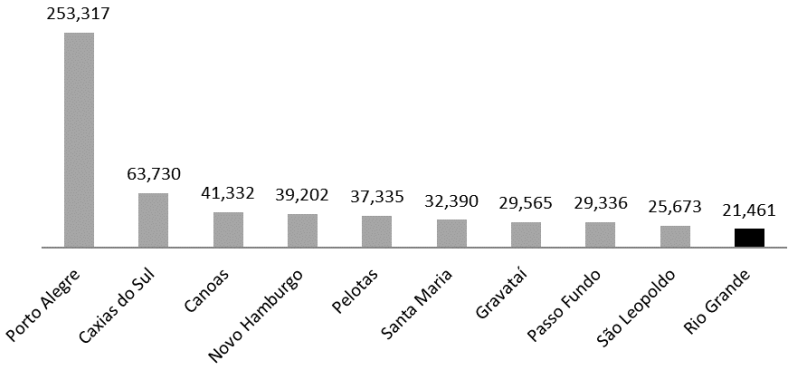
Outrossim, a inércia estatal se agrava quando contabilizados os dados referentes ao licenciamento das atividades poluidoras e potencialmente poluidoras[63]. Entre

63 MUNICÍPIO DO RIO GRANDE, SISLAM, [s/d].

27/06/2012 a 31/12/2013 foram emitidas 63 licenças ambientais – ou seja, 0,16 licenças dia – e entre 01/01/2013 a 27/08/2014, outras 81 licenças – ou seja, 0,13 licenças dias. O resultado é catastrófico para aqueles ambientalistas que apostaram na judicialização das lutas ambientais. O Estado sequer emite de forma satisfatória o documento básico da relação entre o direito privado – do direito de *si* para com os outros – e o direito público – o direito de *todos* – para a sustentabilidade socioambiental.

É imaginável considerar o universo deste problema, em cumprir a mais basilar norma ambiental para o funcionamento de um empreendimento, observando a existência de pessoas jurídicas no Município do Rio Grande no montante de 21.541, conforme figura abaixo:

Figura 8 – Pessoas Jurídicas ativas no Município do Rio Grande em 2014.



Fonte: Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação.[64]

É fundamental apontar o paradoxo temporal incrustado na relação entre o direito-dever do Estado "proteger" o meio ambiente do dano efetivamente causado pelo poluidor ao meio ambiente. Enquanto este último possui efeito direto e prologando no tempo; o primeiro possui efeito indireto e tardio na sua regulamentação e resolução. A duração das respostas do direito administrativo aos danos ambientais é intempestiva, pois enquanto o direito mergulha nos seus conflitos internos de

64 INSTITUTO BRASILEIRO DE PLANEJAMENTO E TRIBUTAÇÃO. **Empresômetro**. Disponível em http://www.empresometro.com.br/Site/EstatisticasPdf?ambito=rs&tipo=Todas&informacao=QuantidadePorCidade. Acesso em: 15/11/2015.

disputa pelo “direito de dizer o direito” (BOURDIEU, 2002), o dano ambiental causado potencializa-se no tempo.

Considerações Finais

A História Ambiental do Município de Rio Grande/RS narra o impacto na natureza dos ciclos econômicos e, consequentemente, dos influxos populacionais sobre o meio ambiente alicerçados no modelo de desenvolvimento e no estilo de vida capitalista. Frente ao advento do Polo Naval e a correta aferição dos dados da fiscalização e do licenciamento ambiental pode-se demonstrar parte da *cifra oculta do dano ambiental*. Primeiro, a subnotificação das denúncias e reclamações realizada pela população. Segundo, historicamente, o baixo grau de atendimento destas demandas, gerando, simbolicamente, a crença na incapacidade do Estado em solucionar os conflitos ambientais. Terceiro, a tensão laboral dos servidores públicos e as ingerências políticas, jurídicas e econômicas sobre a fiscalização e o licenciamento ambiental municipal, com seus parcos recursos humanos e materiais, especialmente no auge de um ciclo de (neo)desenvolvimento. Quarto, a indiscriminada desobediência aos ditames legais do licenciamento ambiental pelo capital

econômico e a busca indiscriminada pelo lucro imediato, apostando na ineficiência do Estado em regular tais situações. Quinto, a dificuldade jurídico-administrativa do órgão público na aplicação das sanções cabíveis e resolução dos processos administrativos de fiscalização ambiental, derivada da ausência de competências e dos seus próprios conflitos internos. Sexto, a existência de recursos orçamentários e financeiros capazes de realizar a consecução dos princípios constitucionais de "proteção" do meio ambiente. Sétimo, a ineficiência da administração pública em lograr êxito na emissão das licenças ambientais como documento legal basilar da relação do capital econômico com o meio ambiente. Oitavo, a existência de uma imensa parcela de empresas que operam à margem deste procedimento regulatório. Nono, a demonstração do período de (neo)desenvolvimento do Município do Rio Grande/RS como uma "zona de sacrifício" e um "paraíso de poluição" frente ao ciclo econômico da indústria offshore para o Pré-Sal brasileiro.

Trata-se de um cenário trágico para aqueles que apostaram no Estado como regulador dos conflitos ambientais e depuseram as práticas de intervenção direta nas lutas ambientais. *Uma geração enganada ambientalmente*. É imprescindível para aqueles que desejam a justiça ambiental

transformadora (SILVA FILHO, 2012), e no mínimo, a correta aplicação do direito ambiental constitucionalizado, que o direito positivo "toque o solo" por meio do Estado, especificamente no microcosmo municipal pelo seu órgão ambiental de licenciamento e fiscalização de forma concreta. O caso de Rio Grande demonstra o quanto o desenvolvimento desfreado pode causar danos distributivos sobre uma região e população, que apesar de ter ultrapassado diversos "ciclos de crescimento" ao longo da sua história não é capaz de enfrentar as forças do capital econômico. O Município de Rio Grande é, assim, exemplo de uma "zona de sacrifício", que alimenta a indústria naval *offshore* do petróleo do pré-sal com a degradação do seu meio ambiente. Danos distributivos que ficarão incrustrados no solo mesmo após o fim deste ciclo.

Já escrevi em outro lugar (SILVA FILHO, 2012) que é preciso fomentar uma educação ambiental dos próprios agentes, uma mudança de *habitus*, para que o resultado das lides que envolvam o meio ambiente traga, com tintas fortes, aquilo que se espera de uma sociedade que respeite o vínculo-limite entre o homem e a natureza (OST, 1995). Não há dúvida que se trata de um jogo de potentes interesses, em que os dominantes não irão declinar de suas posições e visões do

direito (SIEYÈS, 1789). Não haverá alteração na estrutura do campo jurídico, do direito administrativo ambiental municipal nele contido, sem que as massas de despossuídos de toda sorte de direitos e de natureza conscientize, através de sua luta simbólica e material, aqueles que operam o direito. De modo que os faça compreender de que o espaço em que os homens vivem é também sua natureza, rompendo com um conceito de justiça que insiste transcender a realidade. A lição crítica do etnógrafo de Latour ao adentrar o Conselho de Estado francês (*Conseil d'État)*, sustentado sob pilares dóricos e dando a impressão de flutuar sobre a *urbe* parisiense, esclarece essa posição de forma exemplar:

> Embora seja verdade que o Conselho é um pilar do Estado, ainda é improvável, por razões que têm a ver com a mecânica simples e resistência dos materiais, que poderia ancorar-se no vazio desse jeito! Assim, ao contrário do pintor, vamos procurar para multiplicar os laços que, apesar de sua fragilidade e insignificância, forma enredos e multiplica os elos fracos de modo a explicar a solidez do edifício. Quanto a este monumento em si, ao invés de tratá-lo como um fragmento do templo neoclássico misteriosamente flutuando acima de um cidadão perplexo, nosso objetivo é restaurar a ele sua materialidade, suas cores, suas texturas e sua opulência,

> mas também sua fragilidade e, talvez, a sua relevância, e por que não? - sua utilidade. A imagem irá perder algum do seu esplendor solene e majestoso de isolamento, mas vai ganhar a vascularização e inúmeras conexões que permitem uma instituição respirar (LATOUR, 2010, p. 5). [tradução do autor].

A História Ambiental, esta representação do híbrido de homem e meio ambiente, dá provas de que estamos muito distantes das promessas do direito. As mudanças, a justiça ambiental transformadora, só são possíveis com a internalização de um *habitus* transformador. O agente que inunda o campo jurídico com tal representação de mundo é o fiscal ambiental e o corpo técnico do licenciamento ambiental; agentes capazes de lutar contra os interesses do capital plasmados na atividade econômica, na gestão pública e no próprio direito ambiental, por meio do seu capital cultural específico advindo das ciências ambientais. Por fim, cabe anotar que o Estado possui um duplo papel conexo referente à questão ambiental: a implementação do direito ambiental na forma do licenciamento e fiscalização ambiental e o controle dos danos gerados pelo capital econômico. Aparentemente, falhou nos dois sentidos no Município do Rio Grande.

Referências Bibliográficas

ACSELRAD, MELLO, Cecília Campello do A.; BEZERRA, Gustavo das Neves Bezerra. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ACSERALD, Henri. Apresentação: de “botas foras” e “zonas de sacrifício” – um panorama dos conflitos ambientais no Estado do Rio de Janeiro. In ACSERALD, Henri (Org.). **Conflito social e meio ambiente no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004, p. 07-18.

ALIER, Juan Martínez. **O ecologismo dos pobres**: conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto, 2007.

ALVES, Francisco das Neves. **Visões do Rio Grande**: a cidade sob o prisma europeu no século XIX. Rio Grande: Universidade do Rio Grande, 1995.

AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. **A força do direito e a violência das formas jurídicas**. Rev. Sociol. Polit. [online]. 2011, vol.19, n. 40.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CHAGAS, Priscilla Borgonhoni; CARVALHO, Cristina Amélia. Os reflexos das contradições do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na questão habitacional na cidade do Rio Grande. In: MACHADO, Carlos RS; SANTOS, Caio Floriano dos; MASCARELLO, Marcela de Avellar. (Orgs.) **Conflitos Ambientais e Urbanos**: casos do extremo sul do Brasil. Porto Alegre: Evangraf, 2015, p. 55-70.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: a história entre incertezas e inquietude. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA DE 1988**. “Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”

DIÁRIO POPULAR. **Crescimento populacional de Pelotas é menor que o de Rio Grande**: taxa do município segundo estimativa do IBGE é de 0,25%, enquanto na cidade vizinha é de 0,4%; dados embasam índices de repasses de verbas federais. Disponível em: http://www.diariopopular.com.br/index.php?n_sistema=3056&id_noticia=ODgyOTQ=&id_area=Mg==. Acesso em: 28 de agosto de 2014.

DOMINGUES, Marcelo Vinicius de La Rocha; CARVALHO, Diogo Sá; CARVALHO, Andréa Bento. O polo naval e offshore e o desenvolvimento regional na metade sul do Rio Grande do Sul. In: **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 34, Número Especial, p. 933-954, 2013.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia (SDECT). **Proposta de Arranjo Produtivo Local**: “Polo Naval e offshore de Rio Grande e seu entorno”. Disponível em: http://www.agdi.rs.gov.br/upload/1372964246_APL%20Polo%20Naval%20e%20Offshore%20de%20Rio%20Grande%20e%20Entorno.pdf. Acesso em: 07 de maio de 2015.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA – FEE. **PIB Municipal**: Série Histórica 2010-2013. Disponível em: http://www.fee.rs.gov.br/indicadores/pib-rs/municipal/serie-historica/. Acesso em: 07 de maio de 2015.

GERHARDT, Cleyton; LOPO, Rafael Martins; SANTOS, Caio Floriano dos. Polo naval do Rio Grande: ideologia neodesenvolvimentista, "alternativas infernais" e "autoritarismos tolerantes". In: **Formas de matar, de morrer e de resistir**: Limites da resolução negociada de conflitos ambientais. ZHOURI, Andréa; VALENCIO, Norma (Orgs.). Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE PLANEJAMENTO E TRIBUTAÇÃO. **Empresômetro**. Disponível em http://www.empresometro.com.br/Site/EstatisticasPdf?ambito=rs&tipo=Todas&informacao=QuantidadePorCidade. Acesso em: 27/08/2014.

LATOUR, Bruno. **The Making of Law**: An Ethnography of the Conseild'Etat. Cambridge: Polity Press, 2010.

LOPO, Rafael Martins. Do macro-discurso de pujança ao choque cultural: alguns dos impactos do Polo Naval na cidade de Rio Grande. In: MACHADO, Carlos RS; SANTOS, Caio Floriano dos; MASCARELLO, Marcela de Avellar. (Orgs.) **Conflitos Ambientais e Urbanos**: casos do extremo sul do Brasil. Porto Alegre: Evangraf, 2015, p. 71-90.

MACHADO, Carlos RS; SANTOS, Caio Floriano dos; LEMOS, Cíntia Osório; OLIVEIRA, Juliana Pires de. Observatório dos Conflitos do Extremo Sul do Brasil – debate sobre a zona de sacrifício e os conflitos ambientais urbanos. In: MACHADO, Carlos RS; SANTOS, Caio Floriano dos; MASCARELLO, Marcela de Avellar. (Orgs.) **Conflitos Ambientais e Urbanos**: casos do extremo sul do Brasil. Porto Alegre: Evangraf, 2015, p. 13-24.

MARTINS, Solismar Fraga. **Cidade do Rio Grande**: industrialização e urbanidade (1873-1990). Rio Grande: Editora da FURG, 2006.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 26. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2009.

MONTIBELLER F, G. **O mito do desenvolvimento sustentável**: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias. Florianópolis: EdUFSC, 2001.

MORATO, José Rubens; PILATI, Luciana Cardoso. Crise Ambiental, Sociedade de Risco e Estado de Direito do Meio Ambiente. In: MORATO, José Rubens (coord.); PILATI, Luciana Cardoso. **Direito Ambiental Simplificado**. São Paulo: Saraiva: 2011.

MUNICÍPIO DO RIO GRANDE. **Balanços e relatórios**. Disponível em: http://www.riogrande.rs.gov.br/pagina/index.php/portal-transparencia+a6bc6,,balancos-e-relatorios.html. Acesso em: 08/05/2015.

MUNICÍPIO DO RIO GRANDE. **LEI N° 5.793, DE 28 DE JULHO DE 2003**. "Dispõe sobre o desmembramento da Supervisão do Meio Ambiente da Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Meio Ambiente – SMAPMA e cria a Secretaria Municipal de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal do Rio Grande e dá outras providências". Disponível em: http://177.101.222.2:8080/TLNET/consulta/download/6208. Acesso em: 28 de agosto de 2014.

MUNICÍPIO DO RIO GRANDE. **LEI N° 7.000, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2011**. "Cria cargo no quadro de provimento efetivo da lei nº 5.820, de 07 de novembro de 2003." Disponível em:

http://177.101.222.2:8080/TLNET/consulta/download/10366. Acesso em: 28 de agosto de 2014.

MUNICÍPIO DO RIO GRANDE. **LEI N° 7.122, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2011**. “Cria cargos no quadro de provimento efetivo da lei nº 5.820, de 07 de novembro de 2003.” Disponível em: http://177.101.222.2:8080/TLNET/consulta/download/10497. Acesso em: 28 de agosto de 2014.

MUNICÍPIO DO RIO GRANDE. **LEI Nº 6.365, 21 DE MARÇO DE 2007**. “Dispõe sobre o Licenciamento Ambiental e as sanções administrativas pelo seu descumprimento no Município do Rio Grande e dá outras providências”. Disponível em: http://177.101.222.2:8080/TLNET/consulta/download/6761. Acesso em: 28 de agosto de 2014.

MUNICÍPIO DO RIO GRANDE. **LEI Nº 6.374, DE 11 DE ABRIL DE 2007**. “Altera a redação do art. 11, IX, da lei n° 5.820, de 07/11/2003, cria cargo de provimento efetivo no quadro do serviço público municipal e dá outras providências.” Disponível em: http://177.101.222.2:8080/TLNET/consulta/download/6770. Acesso em: 28 de agosto de 2014.

MUNICÍPIO DO RIO GRANDE. **LEI Nº 6728, DE 09 DE JULHO DE 2009**. "Cria cargos no quadro de provimento efetivo da lei nº 5820, de 07 de novembro de 2003." Disponível em: http://177.101.222.2:8080/TLNET/consulta/download/10040. Acesso em: 28 de agosto de 2014.

MUNICÍPIO DO RIO GRANDE. **LEI Nº 7.720 DE 23 DE SETEMBRO DE 2014**. “Institui a Gratificação Fiscal de Produtividade – GFP, e dá outras providências.” Disponível

em: http://177.101.222.2:8080/TLNET/consulta/download/11143. Acesso em 28 de agosto de 2015.

MUNICÍPIO DO RIO GRANDE. **Plano Municipal de Saneamento Básico**. Disponível em: http://www.riogrande.rs.gov.br/planosaneamento/arquivos/home/(2.1)_Relatorio_de_Caracterizacao_Municipal.pdf. Acesso em: 28 de agosto de 2014.

MUNICÍPIO DO RIO GRANDE. **SISLAM**– SISTEMA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL. Disponível em: http://www.riogrande.sislam.com.br. Acesso em: 27 de agosto de 2014.

OST, François. **A natureza a margem da lei**: ecologia à prova do direito. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

PIAZZA, Walter F. **O Brigadeiro José da Silva Paes**: estruturador do Brasil meridional. Editora da UFSC, 1988.

QUEIROZ, Maria Luiza. **A Vila do Rio Grande de São Pedro**: 1737-1822. Rio Grande: Editora da FURG, 1987.

SALVATORI, Elena; HABIAGA, Lydia Angélica; THORMANN, Maria do Carmo. Crescimento Horizontal da cidade do Rio Grande. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 51, n. 1, p. 27-71, 1989.

SANTOS, Caio Floriano; MACHADO, Carlos RS. Conflitos Socioambientais no extremo sul do Brasil: uma grande “zona de sacrifício” ou “paraíso de poluição”. In: MACHADO, Carlos RS; SANTOS, Caio Floriano; ARAÚJO, Claudionor F.; PASSOS, Wagner V. (Orgs.). **Conflitos Ambientais e Urbanos**: debates, lutas e desafios. Porto Alegre: Evangraf, 2013. p. 181-204.

SIEYÈS, Emmanuel Joseph. **Qu'est-ce que leTiers-État?** 3. ed. Paris: M.A.G. du-Plessis, 1789.

SILVA FILHO, Clêncio Braz da Silva. **Educação Ambiental Transformadora e Bacharelismo**: uma leitura a partir de Pierre Bourdieu. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental) - Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande. Rio Grande / RS. 2012.

SOLER, Antonio C. P. [et. al.]. Notas preliminares sobre a Lei Orgânica Municipal e a eficácia das leis ambientais locais em Rio Grande – RS. In: **JURIS**, Rio Grande, nº 12; p. 53-69, 2006-2007.

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: REFLEXÕES DESDE O OBSERVATÓRIO DO EXTREMO SUL DO BRASIL E ESTE DO URUGUAI[65]

Prof. Dr. Carlos RS Machado
(FURG/IE/PPGEA)
carlosmachado2004furg@gmail.com

Resumo
O trabalho apresenta uma reflexão das possibilidades subversivas da relação dos conflitos ambientais com a educação ambiental a partir da teoria dos resíduos e dos momentos de Henri Lefebvre. Os resíduos seriam aspectos ou elementos não capturados pelo poder, pelo sistema e por seus programadores via estruturas estatais, das empresas e de seus planejadores por meio de políticas e ações em educação ambiental que emergem no momento dos conflitos socioambientais. Na primeira parte, apresentamos a região e o mapeamento dos conflitos urbanos e ambientais que realizamos no extremo sul do Brasil (2011-2014) e na região este do Uruguai num estudo de pós-doutorado realizado no primeiro semestre de 2015, os quais foram links de pesquisas e reflexões críticas que realizamos. Em seguida, discorremos sobre os pressupostos teóricos que embasam nossas reflexões relacionando os momentos dos conflitos ambientais e urbanos como indicadores da desigualdade que viceja na região fazendo relação ao processo educativo. A partir disso,

---

65 Este trabalho foi apresentado no Encontro de geografia (EGAL), Cuba, abril de 2015, com o título: O OBSERVATÓRIO DOS CONFLITOS AMBIENTAIS NO EXTREMO SUL DO BRASIL E NO ESTE DO URUGUAY: MAPEAMENTO, CONFLITOS E EDUCAÇÃO AMBIENTAL, revisto e atualizado para esta publicação em 2016 e 2017.

vinculamos tais desigualdades (e a realidade) aos conflitos como momentos de percepção/identificação de resíduos subversivos potenciais à educação para a justiça ambiental e às lutas socioambientais que se desenvolvem na região. Ao final, as considerações sobre o apresentado.

Palavra chave: Observatório, conflitos ambientais, teoria dos resíduos

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta uma reflexão desde um lugar[66] e perspectivas que tem orientado ações acadêmicas e pesquisas desenvolvidas pelo autor e seus colaboradores no Observatório[67], publicizadas em artigos e livros na última década (2005-2015) (MACHADO, et. Alli, 2013; 2015; MACHADO e MORAES, 2014; MACHADO et. Alli, 2014; SANTOS, et. Alli, 2015) com vista a produzir contribuições à utopia de uma sociedade menos injusta e desigual da que estamos imersos: a capitalista. Partimos do mapeamento dos conflitos urbanos e ambientais que realizamos entre 2011 e 2015 em 11 cidades/municípios do extremo sul do Brasil (ver mapa: 1 e 2 e quadro 1 dos conflitos) e este do Uruguai;

---

66 O trabalho é de responsabilidade do autor, mas não seria possível sem a ação, as pesquisas e as reflexões críticas que orientandos/as e companheiros/as realizam na/desde a glocalidade concreta no extremo sul do Brasil (e agora, este do Uruguay). Faço apropriação do termo/conceito de Arturo Escobar (2005).

67 http://observatoriodosconflitosrs.blogspot.com.br/, acesso 27 out. 2014; https://www.facebook.com/observaconflitosRS/, acesso 2 jan. 2016.

pesquisas da configuração da desigualdade ambiental existente na região e teses e dissertações de mestrado em educação ambiental, produzidas na Universidade Federal do Rio Grande (no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental (www.furg.br; www.educacaoambiental.furg.br).

Em decorrência disso, fomos levados (eu e orientandos) em determinado momento a vincular a educação ambiental a temas como desigualdade ambiental, conflito ambiental e injustiça ambiental. Isso, fez com que ampliasse nosso incômodo com o predomínio na produção acadêmica no PPGEA (Educação ambiental, FURG,) e nas revistas ligadas ao mesmo (de sua responsabilidade)[68], de discursos de harmonia, de busca do equilíbrio perdido entre humanos e natureza, da ênfase na conscientização das gerações futuras e cuidado do meio ambiente, da busca do diálogo sem conflito (MACHADO e MACHADO, 2017), etc. por parte daqueles que sabem e tem a autorização para falar em nome do meio ambiente (PUCCINELLI e MACHADO, 2015). Mas, ao mesmo tempo nos provocaram a realizar a crítica desta produção (DIAS, 2014) naquilo que estamos denominando educação para a

68 Ver revistas: http://www.seer.furg.br/remea (Revista do Mestrado em Educação Ambiental); http://www.seer.furg.br/ambeduc (Revista Educação e Ambiente). <Acesso 28.01.2015>.

justiça ambiental *(*SANTOS, GONÇALVES e MACHADO, 2015; MACHADO, 2017a e b).

Portanto, concluí/mos que o pensar e o pesquisar tendo a utopia de outra sociedade, pós-capitalista ou socialista no século XXI, numa perspectiva de superação das raízes produtoras e de sustentação da desigualdade ambiental (RODRIGUES, 2017) configurada na região, deveria considerar, como hipóteses, de seu ponto de partida que:

(1) a emergência dos conflitos socioambientais decorrente de movimentos sociais em contra os projetos extrativistas ou neo-extrativistas ou megaempreendimentos em desenvolvimento por governos de neoliberais e "progressistas" na última década na América Latina estão a colocaram a natureza no centro dos mesmos e da emergência de novos atores/grupos/coletivos (MACHADO, 2015);

(2) a configuração da desigualdade ambiental realmente existente na região de nosso estudo (que se traduziria na apropriação desigual da riqueza, das terras e territórios, e de que os espaços de poder tendem a beneficiar ou são geridos em aliança com os grupos sociais que mais se beneficiam da referida desigualdade) é parte fundamental a ser considerada nas pesquisas em ciências sociais e humanas.

Para sustentar tais pontos de partida, em seu valor de uso possibilitador à produção de contribuições às pesquisas e ações acadêmicas, apoiamo-nos na teoria dos momentos e dos resíduos de Henri Lefebvre[69] e autores do campo da sociologia, da economia e do urbanismo. Disso, afirmamos que **se** o sistema capitalista **se** produz e **se** reproduz em todos os espaços e relações entre os humanos e destes com a natureza e o pensamento (inclusive sobre estas relações e seus conteúdos), sua problematização/crítica deverá considerá-lo em sua totalidade; e, portanto, em nosso caso, desde o lugar e papel do referido tema (a EA em estudo e/ou da luta social – a demanda nos conflitos) em sua relação com a totalidade do sistema que busca se perpetuar sustentavelmente. Isto é o que argumenta Ana Ester Ceceña (2004; 2015) sobre os *hegemons* (estrategistas norte-americanos) na manutenção de seu domínio mundial via produção e reprodução - 24 horas por dia – de práticas e ações consumistas e concorrenciais nas relações entre as pessoas, nos processos educativos e na e desde a gestão empresarial nas escolas, nas universidades, nos espaços

69 http://henrilefebvre.blogspot.com.br/, blog de Colóquio que ajudei a organizar, em Pelotas, com o companheiro William Soto, <Acesso 20.01.2015>.

e instituições públicas, etc. (HERMAN, CHOMSKY, 2003) às quais estão a nos levar ao colapso ecológico planetário.

Portanto, eles – os agentes do sistema – uma estratégia de perpetuação colonial (de *colonialidad del ser, del saber e del poder*, QUIJANO, 2014) de manutenção e continuidade da desigualdade ambiental, da injustiça social e política, da exploração e destruição da natureza e das pessoas de forma permanente e sem fim. Então, não serão estratégias parciais, pontuais ou locais que superarão tal configuração instituída. No entanto, cada um destes conflitos e lutas no momento em que ocorrerem, desde o confronto de desigualdades materiais concretas nas relações sociais entre os atores sociais com os discursos e ações justificadores do existente como normal, surge um momento de ruptura da unanimidade e do consenso produzido pelos *hegemons*.

Neste momento, os envolvidos no conflito vislumbram mais de uma possibilidade à verdade pregada pelos dominantes. Para isso, o cotidiano e os processos educativos, que são por onde parte àquela hegemonia colonial para se produzir e reproduzir na atualidade (LEFEBVRE, 1973, MACHADO e MORAES, 2014). Isto deveria ser consideradas nas pesquisas críticas! Isto porque, se as relações sociais

instituídas como dominantes entre os humanos e a natureza produzem e re-produzem a desigual apropriação, uso e significação da riqueza, das terras e dos “espaços de poder” instituídos uma educação que fosse alternativa somente poderia, em nossa perspectiva, ser uma educação para a justiça ambiental.

Na **primeira** parte apresentamos a região e o mapeamento dos conflitos urbanos e ambientais (de 2011-2015) realizados no extremo sul do Brasil e alguns ocorridos na região este do Uruguai; e disso, contribuições aos estudos e pesquisas dos/nos fundamentos à educação para a justiça ambiental, e, indicações de nosso/s ponto/s de partida político/s-teórico/s. Na **segunda**, apresento a teoria dos momentos e dos resíduos com vistas em verificar sua utilidade às reflexões no campo da educação e das lutas ambientais. E, **por último,** indicações de como estamos caminhando na atualidade, com relação à educação ambiental e aos conflitos socioambientais, desde alguns exemplos de estudos de caso em pesquisas (SANTOS, 2016; ARAÚJO, 2016; OLIVEIRA, 2016; MORAES, 2016; RIBEIRO, 2016; COSTA, 2017; FERNANDEZ, 2017) e à reflexão global que apresentarei ao final.

1. O lugar e ponto de partida das pesquisas da/sobre a desigualdade ambiental

1.1 A *região do extremo sul do Brasil e este do Uruguai*[70]

Desde a constituição do observatório dos conflitos do extremo sul do Brasil (2011) o tema do conflito e sua relação com a educação ambiental e as políticas vêm sendo discutidas e estudadas em sua abrangência territorial e temática. Na sustentação da constituição do Observatório, partimos das contribuições de Henri Acselrad e da Rede Brasileira de Justiça Ambiental[71], do Observatório dos Conflitos Urbanos do Rio de Janeiro[72] e do Observatório dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais (GESTA, Andréa Zhouri e equipe)[73], e das pesquisas sobre a configuração da desigualdade na região relacionada à desigual apropriação e uso da riqueza, dos territórios e dos

---

70 Parte do capítulo se apoiou no artigo **EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UM OLHAR A PARTIR DO OBSERVATÓRIO DOS CONFLITOS DO EXTREMO SUL DO BRASIL de autoria de** Carlos RS Machado; Caio Floriano dos Santos; Cintia Osório Lemos; André Luiz Barbosa; Juliana Pires; Cleiton Oliveira; Vinicius Puccineli; Bruno Moraes; Eron Rodrigues; Leila Salles, EDEA (set. 2014, na FURG).

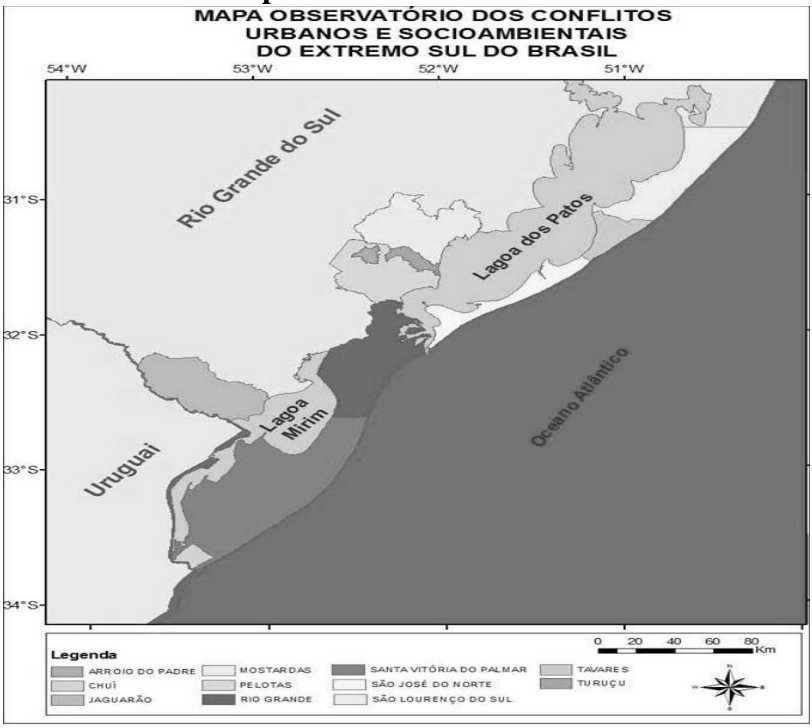
71http://www.justicaambiental.org.br/_justicaambiental/pagina.php?id=497, acesso 27 out. 2014.

72http://www.observaconflitosrio.ippur.ufrj.br/ippur/liquid2010/home.php, acesso 27 out. 2014.

73 http://gestaprod.lcc.ufmg.br/, acesso 27 out. 2014.

espaços de poder por parte dos diferentes grupos/classes/setores sociais. Representamos a região no mapa[74]:

Mapa 1: O extremo sul do Brasil



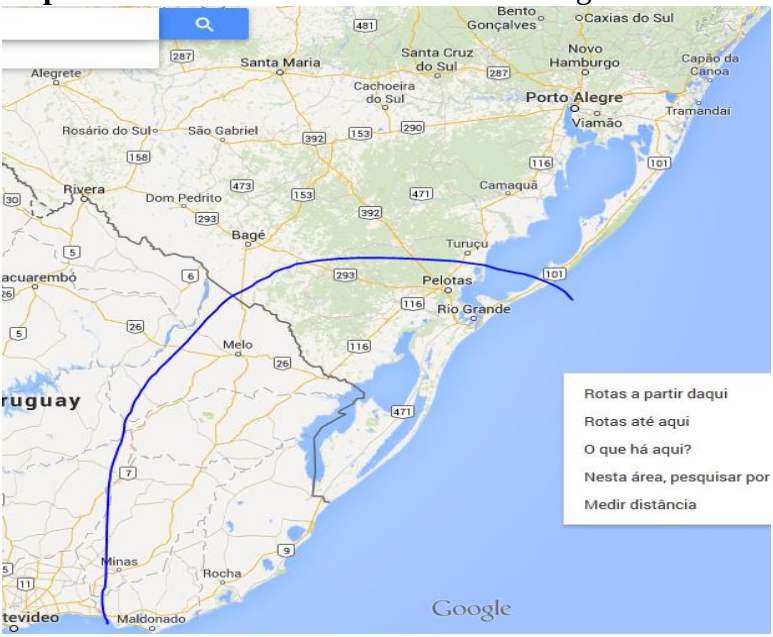
Como se pode notar, a área abrange municípios do extremo sul do Brasil, na faixa litorânea que vai de Mostardas e

74 Mapa elaborado por Marcela Mascarello, in **Conflitos Ambientais e urbanos: casos do extremo sul do Brasil,** Edigraf: Porto Alegre, 2015 (Volume 2).

Tavares até o Chuí (no Brasil), avançando até Maldonado (Punta del Este), passando por Rocha (no Uruguay); no entorno da Lagoa dos Patos (São Jose do Norte, São Lourenço, Pelotas, Rio Grande) e da Lagoa Mirim (Santa Vitória do Palmar) mas também Rocha na parte do país vizinho. E, ainda, os municípios de Turuçu, Arroio do Padre e Jaguarão no Brasil.[75] No mapa abaixo, marcado por um risco, as duas áreas de abrangência do Observatório (no Brasil e Uruguai):

75 O financiamento da pesquisa pelo CNPQ (Edital Universal 2014-2017) e o estágio de seis meses no Uruguai num pós-doutorado possibilitou a ampliação da região de abrangência do Observatório bem como de pesquisas e intercambio com pesquisadores da Universidad de la República.

Mapa 2: Extremo sul do Brasil e este do Uruguai



A ampliação do Observatório para a região de Rocha e Maldonado (Uruguai) articulou-se ao estudo das mobilizações em contraposição à instalação de uma mineradora (Aratirí, em Valentines e Cerro Chato, marcada pelo símbolo) e de um porto de Águas Profundas no litoral de Rocha[76].

Dos estudos realizados no primeiro semestre de 2015 (MACHADO, 2015 a, MACHADO e VARELA, 2015)

76 Ver site: http://www.observatorio-minero-del-uruguay.com/, acesso 23 julho 2014.

diríamos a partir de Maristela Svampa (2013) que tal projeto de mineração e porto com vistas ao "desenvolvimento" proposto pelo governo José Mujica (Frente Ampla) insere-se no contexto do Consenso das *Commodities.* E que tal consenso, por motivações liberais e neoliberais, enfim, de mercado, também tem sido realizada por governos de esquerda ou "progressistas", como é o caso de Brasil e do Uruguai; e está a colocar a América Latina de "volta" na condição de produtora de bens primários ao mercado mundial (como no período em que nossos países eram colônias européias). Em relação ao campo de nossos estudos acadêmicos, tais atividades, seja a mineração ou o porto, afirmam protegerem o ambiente, desenvolverem uma gestão ambiental e/ou de educação ambiental para a sustentabilidade, beneficiando as pessoas e o ambiente e isso foi problematizado nos estudos que realizamos.[77]

---

77 "No Zamin trabalhamos para minimizar nosso impacto ambiental e proteger o meio ambiente [...]. Alcançar um equilíbrio sustentável com o meio ambiente natural é um aspecto central de nosso negócio [...]. Como prova do compromisso da Zamin com a gestão ambiental responsável, em 2011, produziu a maior Avaliação de Impacto Ambiental da história do Uruguai. [...] o EIA levou à descoberta de uma nova espécie de planta no campo uruguaio. [...] incluiu uma análise detalhada dos padrões de ondas na costa uruguaia [...] [e] trabalha em PARCERIA com as comunidades locais para definir formas de contribuir para o desenvolvimento sustentável". http://www.zamin.com/index.php/en/responsibility/the-environment, acesso

No entanto, a região de nossos estudos e mapeamento dos conflitos é parte de uma estratégia de maior escopo por parte dos pensadores do sistema, pois como podemos ver no mapa 3, a mesma se inseriu no chamado projeto IIRSA (2000-2010) e, agora, faz parte do COSIPLAN[78] visando construir infraestrutura para escoamento da "produção" como dizem os discursos hegemônicos. Isto porque, se o macro projeto orientador de tais perspectivas, o IIRSA, foi elaborado na época de Bush pai, nos anos de 2000 e com validade por 10 anos, agora, no contexto dos governos "progressistas", foi atualizado com os mesmos objetivos. E serve de orientação aos

---

23 jul.2014; e no site da empresa, em Uruguay: "**La gestión ambiental de Aratirí podrá producir mejoras en los ecosistemas.** [...] La valoración económica de los principales impactos ambientales y las mitigaciones y compensaciones previstas muestra que el proyecto podrá incrementar el valor de los servicios y funciones que los ecosistemas ofrecen a la vida humana en las zonas donde se inserta", e "Lejos de provocar daños, el Proyecto Aratirí propone asignar inversión y gestión ambiental hasta alcanzar mejoras en la calidad del ambiente". https://www.aratiri.com.uy, acesso 23 jul. 2014.

78 **"**La Iniciativa para la Integración de la Infraestructura Regional Suramericana (IIRSA) es el Foro Técnico para temas relacionados con la planificación de la integración física regional suramericana del Consejo Suramericano de Infraestructura y Planeamiento (COSIPLAN) de la Unión de Naciones Suramericanas (UNASUR)", http://www.iirsa.org/Page/Detail?menuItemId=27, <Acesso 31.12.2015.> .

governos e estrategistas das empresas na justificação de seus projetos.[79]

Mapa 3: IIRSA e Cosiplan na região

Fonte: http://www.geopolitica.ws/article/territorialidad-de-la-dominacion-iirsa/, <acesso 29.01.2015>. Na seta branca a área de abrangência do Observatório.

79 http://www.odebrechtonline.com.br/materias/00601-00700/673/, A Odebrecht, por exemplo, justifica através do IIRSA as obras de ligação do Atlântico ao Pacifico que passava por cima de uma reserva ambiental e na qual grupos humanos (indígenas) viviam sem contato com os brancos (ano de 2006).

Portanto, disso diria que os empreendimentos em desenvolvimento (ou gestação) nesta região são parte de uma estratégia maior e mais global do/no sistema-mundo atual, ou seja, relacionam-se à efetivação de infraestrutura e de meios ao escoamento de matérias primas, energia, minérios, etc. aos centros do poder mundial atual (Europa, EUA, China, etc.) e, que os governos "progressistas" utilizam-se das mesmas acreditando "levar vantagem", mas que na realidade e ao final, estão perpetuando o capitalismo que no passado lutaram contra.[80]

O mapeamento dos conflitos e os dados da desigualdade na região de estudo da parte brasileira, ver quadros adiante, se confrontam com o apregoado nos discursos hegemônicos do "funcionamento normal" do sistema realmente existente, e, portanto, são discursos dos agentes da ordem e/ou daqueles que

---

80 "Después de la caída del muro de Berlín, en el norte, el centro se ha movido a la derecha, mientras en el sur, la izquierda se ha movido al centro. En tanto no tiene suficiente fuerza para cambiar el juego, la izquierda proclama en voz alta sus ideales, pero ajusta calladamente su conducta" (CORONIL, 2007). No Brasil os grupos políticos de "esquerda" a frente da gestão de países como Brasil e Uruguai criticam o poder dominante mundial, mas suas políticas de desenvolvimento se baseiam na exploração da natureza e da expulsão de indígenas, camponeses, ribeirinhos e comunidades pobres para mega-empreendimentos (Brasil); ou da autorização de áreas do país à mineração ou ao porto no litoral, ou ainda, de privatização de áreas litorâneas aos ricos (no Uruguay) (MACHADO, 2015a; MACHADO e VARELA, 2015).

atraem empresas e as financiam para um desenvolvimento "para todos" que nunca chega (PUCCINELLI e MACHADO, 2016; SANTOS, MASCARELLO, FREITAS, PUCCINELLI e MACHADO, 2016; COSTA e MACHADO, 2015; ROIG e MACHADO).

Neste momento conflitivo se pode questionar a paz e a harmonia dos discursos de consenso dominante, pois há contradição com a materialidade nas relações sociais que vivem àqueles que levantam e vão para o espaço público lutar! Em decorrência podemos afirmar que a região brasileira é conflitiva por se contradizerem os discursos dominantes de paz e harmonia com os conflitos (quadro 1), os quais explicitam perspectivas/interesses diferentes em confronto; ao decorrerem de necessidades, injustiças, desigualdades[81] e de que as demandas dos que se manifestam são a face visível de um momento de ruptura e, portanto de emergência de um resíduo subversivo ao *devir* superador das condições de injustiça vividas por um dos lados dos envolvidos no respectivo conflito.

81 Ver quadro 2. Na região dominam setores do agronegócio seja de pecuaristas, arrozeiros, plantadores de soja e de *pinus* e os espaços de poder (prefeituras, Universidades, Porto, etc.) que tendem, apesar de ocupadas por partidos que se afirmam de esquerda, a se subordinarem ao mercado, empresas e poderosos.

Ou não! Mas, isso sempre dependerá em cada momento e caso dos atores envolvidos, de suas forças e do contexto.

1.2 *Os conflitos e a desigualdade na região*

Os conflitos e as desigualdades se articulam! Os primeiros são, para nós, indicadores da existência da segunda nas relações entre humanos e destes com a natureza; e servem à crítica dos discursos hegemônicos de consenso/união de todos em defesa da natureza ou do meio ambiente como se a mesma estivesse separada dos humanos.[82] Na tabela 1, mostramos que ao longo dos últimos quatro anos (2011-2014) inúmeros conflitos ocorreram na região, e nas cidades de nossos estudos na região do extremo sul do Brasil.

Quadro 1: conflitos do extremo sul do Brasil

82 Vinicius Puccinelli e Carlos RS Machado (2016) mostram que o uso de termos como sistema, ecossistema, natureza, etc. em artigos de EA justifica que uns (os que sabem como funciona a natureza) digam, ensinem, se autorizem a falar em nome da natureza/meio ambiente.

Tabela: Conflitos mapeados pelo Observatório dos Conflitos do Extremo Sul do Brasil, anos de 2011, 2012, 2013 e 2014.

Categoria	Publicizações e Conflitos/ Município	Rio Grande	Pelotas	SJN	SLS	SVP	Canguçu	Mostardas	Arroio do Padre	Capão do Leão	Tavares	Total
Luta dos Trabalhadores Saúde	Publicização	212	70	-	7	3	-	-	-	-	-	292
	Conflito	60	32	-	1	2	-	-	-	-	-	95
	Publicização	12	1	-	-	-	-	-	-	-	-	13
	Conflito	6	1	-	-	-	-	-	-	-	-	7
Meio Ambiente Pesca	Publicização	17	1	1	-	-	-	-	-	-	-	19
	Conflito	8	1	1	-	-	-	1	-	-	-	11
	Publicização	38	2	9	-	1	-	1	-	-	-	51
	Conflito	11	2	4	-	1	-	-	-	-	-	18
Educação	Publicização	11	8	-	-	-	-	-	-	-	-	19
	Conflito	6	5	-	-	-	-	-	-	-	-	11
Problemas Urbanos Moradia	Publicização	54	9	4	-	-	-	-	-	1	-	68
	Conflito	23	9	3	-	-	-	-	-	1	-	36
	Publicização	61	8	-	-	-	-	-	-	-	-	69
	Conflito	28	4	-	-	-	-	-	-	-	-	32
Travessia RG X SJN Gestão	Publicização	30	-	1	-	-	-	-	-	-	-	31
	Conflito	3	-	1	-	-	-	-	-	-	-	4
	Publicização	10	2	2	-	1	-	-	-	1	-	16
	Conflito	7	2	1	-	1	-	-	-	1	-	12
Agricultura	Publicização	1	1	-	1	-	-	-	-	-	-	3
	Conflito	1	1	-	1	-	-	-	-	-	-	3
Mobilidade Urbana Porto	Publicização	44	10	-	-	-	2	-	2	-	-	58
	Conflito	10	6	-	-	-	2	-	1	-	-	19
	Publicização	4		-	-	-	-	-	-	-	-	4
	Conflito	4		-	-	-	-	-	-	-	-	4
Trabalho Escravo	Publicização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3
	Conflito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2
Mortandade de Animais	Publicização	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
	Conflito	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1

Fonte: Observatório dos Conflitos do Extremo Sul do Brasil. Organizado por Cíntia Lemos. Set. 2015, MPU.

Os conflitos seriam a face visível (ou indicadores) da existência de desigualdade social e ambiental na região; e do ponto de vista acadêmico nos utilizamos dos temas (demandas) e da identificação dos atores (demandantes e demandados) em cada um destes conflitos e de seus desdobramentos como links aos estudos que realizamos. Em nosso caso, no entanto, são relacionados aos estudos que realizamos e à identificação da relação desigual configurada da apropriação desigual da renda (quadro 2, CHAGAS, 2014), e assim, como resíduos

subversivos neste/deste fazer/pesquisar/refletir que sendo explicitados e publicizados podem ser utilizados pelos “debaixo” em suas lutas:

Quadro 2: desigualdade na apropriação da renda no Brasil e região

ANEXO C – Porcentagem da Renda apropriada por Faixas da População - Brasil, Rio Grande do Sul e Rio Grande (anos 1991, 2000 e 2010)

	% da renda apropriada pelos 20% mais pobres			% da renda apropriada pelos 40% mais pobres			% da renda apropriada pelos 60% mais pobres			% da renda apropriada pelos 80% mais pobres			% da renda apropriada pelos 10% mais ricos			% da renda apropriada pelos 20% mais ricos		
Referência/Ano	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Brasil	1,92	1,84	2,41	6,72	6,85	8,59	15,7	15,9	19,23	32,79	32,44	36,6	51,14	51,94	48,93	67,21	67,56	63,4
Rio Grande do Sul	2,63	2,78	3,57	8,65	9,19	11,22	18,95	19,6	22,96	37,16	37,47	41,28	46,5	46,63	43,9	62,84	62,53	58,72
Rio Grande	3,35	2,98	3,75	10,66	9,79	11,56	22,3	21,03	23,83	41,63	39,7	43,32	41,83	44,11	40,66	58,37	60,3	56,68

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2013).

Podemos perceber que é explícita a desigual apropriação de renda no Brasil entre os 10% (48,93 %) mais ricos em relação aos 80% mais pobres (36,6% em 2010). É verdade, que para estes 80%, conforme os dados da tabela houve uma apropriação mais desigual nos anos 1990-2000 (que era de 32,79 reduzindo para 32, 44) no auge do neoliberalismo

de Fernando Henrique Cardoso. Neste período, os mais ricos ampliaram sua participação na apropriação da renda (de 51, 14 para 51, 94%); e de que, entre 2000-2010 durante os governos Lula tal apropriação diminuiu. No entanto, de forma insignificante, se comparar com a desigualdade absurda existente no Brasil (e na região) desde longo tempo, e isso sem alterar a estrutura socioeconômica desigual, e muito menos realizar-se qualquer questionamento mais de fundo sobre a questão, ou do desenvolvimento de políticas e ações de *empoderamento* das classes e grupos populares na superação mais radical de tais condições de desigualdade e injustiça.

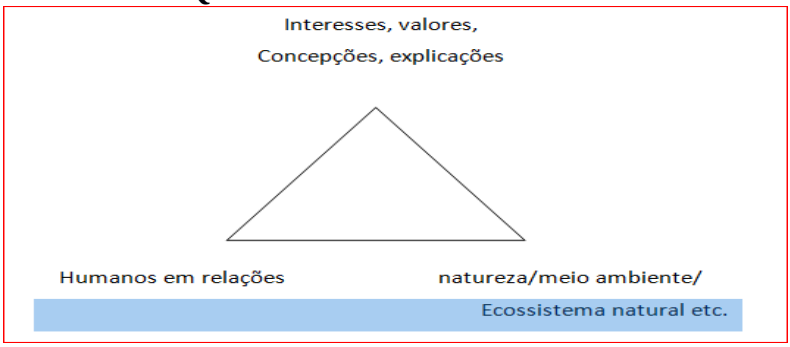
2. Os Conflitos e o momento de ruptura como processo educativo

2.1 *O ponto de partida teórico*

As partes anteriores, a descrição e localização da região de nossos estudos, bem como dos dados da desigualdade na apropriação da renda e os conflitos que mapeamos servem de pano de fundo ao desenvolvimento desta parte. Partimos do pressuposto teórico de que a natureza está no centro das relações sociais (SWYNGEDOUW, 2009, p.99; 2011); e do dito por Bourdieu (2007) de que a “realidade é relacional” ou

que o “real é relacional”. Sendo assim, diria ser necessário incluir nesta relação – não somente as relações sociais (entre os humanos), mas destes com a natureza e deste meu pensar/conceber/teorizar como terceiro nestas relações (MACHADO, et. Alli, 2011).

Quadro 3: Trialética relacional



Fonte: *o autor, a partir de Lefebvre (1961)*

Nesta perspectiva, a natureza é transformada, apropriada e significada, etc., pelos humanos em suas relações contraditórias e conflituosas através da e na história da humanidade num processo de tri-evolução (da relação entre as classes, grupos, etc. entre si; e com a natureza e; do produzido destas relações (inclusive as próprias relações, o conhecimento, as cidades, etc. (MACHADO, et. alli. 2008) como concebido.

Um segundo aspecto é de que na/da compreensão do real ou da realidade existe uma desigualdade ambiental (neste

momento e espaço no qual vivemos e concebemos este escrito e reflexão), que tem que ser inserida e articula no conteúdo da interpretação e reflexão. Questão já desenvolvida nas partes anteriores, como sendo de injustiça ambiental:

> o mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a carga maior dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos raciais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginais e vulneráveis. (ACSELRAD, MELLO E BEZERRA, 2009, p.41)

Argumentamos, em outro trabalho (MACHADO e LEITE, 2014) que se desenvolve na sociedade um processo de produção da unanimidade e da hegemonia de diferentes modos e formas, em particular a mídia e a propaganda na manutenção destas relações sociais desiguais. Neste, argumentamos que ocorreu uma ruptura desta hegemonia no 2º turno das eleições nacionais no Brasil em 2014 onde se explicitou a existência explicita de (2) dois grandes projetos e pontos de vista em relação ao futuro do país. E de que tal conflito foi um

momento/s ou uma possibilidade de ruptura da hegemonia (MACHADO e LEITE, 2014)[83].

As revoluções sociais e políticas, nesta perspectiva, decorreriam de inúmeros momentos de ruptura cotidianos e parciais que se articularam a processos sociais e paradigmáticos (paradigma emergente de Boaventura de Sousa Santos, 1991) mais amplos em alternativa ao existente (SANTOS, 1996; CASANOVA, 2007; QUIJANO, 2014; LANDER, 2000). Tal *insight* reflexivo possibilitou um estudo de maior amplitude apresentado por mim e Bruno Moraes no IV EICS, Pelotas, RS, Brasil em novembro de 2014[84] (no IV EICS, 2014, em GT sobre as contribuições de Henri Lefebvre), dando continuidade a reflexão sobre a teoria dos momentos (MACHADO, 2011).

Assim, os momentos conflitivos ao surgirem em decorrência das contradições entre as relações sociais e materiais (apropriação desigual da riqueza decorrente da

---

83 Agora, em 2017, um novo contexto do conflito. Dilma ao ser eleita, conforme o contexto já referido, indica para seu ministro da Fazenda pessoa finada aos banqueiros (ex-Bradesco) e suas políticas macroeconômicas vão em sentido das proposições neoliberal. Assim, além dos eleitores também parte dos movimentos sociais que a apoiaram no segundo turno se retiraram de seu apoio, e ficou mais fácil depois sua derrubada pelas classes dominantes em inícios de 2016.

84http://www2.ufpel.edu.br/ifisp/ppgs/eics/gts/gt28-resumos-selecionados.pdf. ver Anais, acesso 28.01.2015.

transformação da natureza física e de recursos naturais em coisas, bens, riqueza pelos diferentes atores e grupos, classes e setores socais) e simbólicas evidenciam resíduos potenciais. Tais resíduos poderiam contribuir para ampliar a ruptura da hegemonia – portanto, do processo harmônico e sem conflitos de produção e reprodução das relações sociais dominantes na sociedade em que vivemos (capitalista). Dessa forma, os resíduos seriam estas brechas, rupturas, *insights*, vislumbres e possibilidades de outro devir, diferente e antagônico à sustentabilidade e durabilidade do sistema dominante, no caso de nossa região, o capitalismo.

2.2 *O educativo dos momentos conflitivos*

As atividades acadêmicas, as pesquisas e os estudos me levaram à reflexão a partir do dito por Pierre Bourdieu (2001) de que "todas as proposições que essa ciência [a sociologia] enuncia podem e devem aplicar-se ao sujeito que faz a ciência" (p.4) e de que "a crítica epistemológica não se dá sem uma crítica social" (BOURDIEU, 2001, p.7) os quais seria parte de "uma dimensão de qualquer tipo de luta de classes: classes etárias, classes sexuais ou classes sociais" (BOURDIEU, 2001, p.11). Sendoi assim, o campo acadêmico é "um campo de luta

como qualquer outro", e se há alguma verdade "é que a verdade é um resultado de lutas" (BOURDIEU, 2001, p.25).

Na sociedade capitalista atual, que é onde vivemos, e nos processos educativos hegemônicos se professa no cotidiano, mas também através da imprensa e dos pensadores da ordem (conforme Bourdieu, 2001) ser o conflito como algo ruim, negativo e que deve ser evitado, reprimido ou corrigido. O conflito cria um bloqueio à produção simbólica da unanimidade, da concordância ou da aceitabilidade do existente ou de um único ponto de vista sobre o tema ou conteúdo do próprio conflito. O conflito e a divergência "desestabiliza" a autoridade instituída neste espaço expresso na pessoa do/a professor/a.

Isto porque, pensamos em primeiro lugar desde mim mesmo, ou seja, o que escrevo é o que penso, defendo e em como me posiciono no mundo e diante das coisas e como me relaciono com o outro/a, com a política, o ambiente natural e os demais seres vivos. Mas, este pensar – enquanto constelação de momentos – não tem uma "essência" em mim (o autor individual), pois o que penso/pensamos e vivo/vivemos é decorrente das relações sociais que mantenho com outros/as,

em e com/nas diferentes naturezas deste/neste relacionar-me (educativa, acadêmico, pessoal e afetivo, profissional, etc.).[85]

Portanto, do discutido até agora, como síntese, diria que, os conflitos seriam indicadores de que existe ou ocorre uma injustiça ou desigualdade na qual determinado grupo ou ator social vem para a rua demonstrar sua não concordância com tal situação ou realidade – através da demanda. Tal momento conflitivo seria uma ruptura momentânea da hegemonia que, pode avançar para um ou outro sentido. A potencialização de tal momento como subversivo à injustiça e à desigualdade decorreria da possibilidade de articulá-lo ao vivido cotidiano deste/neste processo educativo ao explicitar-se a existência de divergências e perspectivas diferentes vinculadas a interesses e materialidades concretas em torno das demandas em foco.

2.3 *O momento cotidiano e os resíduos*

85 Machado (2008) argumentou a partir de Marx a possibilidade da existência de *três naturezas* que se relacionam e se desenvolvem através dos tempos e espaços diversos e diversificados: a natureza primeira, a natureza humana que transforma a primeira e produz nesta relação através do trabalho e de sua ação outras naturezas (coisas, produtos, pensamentos, etc., inclusive as próprias relações e explicações para cada uma destas e/ou suas relações).

Kanishka Goonewardena (2012) busca “revivir el espíritu revolucionário” e “recuperar o sentido del animal político radical e anti-filosófico” desse autor, para destacar que é impossível pensar a obra de Lefebvre sem considerar seu programa específico: “cambiar a ciudad para cambiar el mundo”; “sobre todo su compromiso comun marxismo humanista e anarquista[86], severamente crítico con las tendencias economicistas e burocráticas [...]” e “firmemente orientado hacia la revolución”(GOONEWARDENA, 2012, p.3).

A “revolución del espacio urbano y de la vida cotidiana” e, por tanto, de que “la revolución subyace en la vida cotidiana” (Ídem, 2012, p.7) seria a contribuição mais original de Lefebvre, conclui ele. Isto pelo fato de que “cambiar el mundo es sobre todo cambiar el modo en el que cotidianamente se vive la vida real” (Lefebvre, 2002, p.35, in GOONEWARDENA, 2012, p.7).

> A vida cotidiana está profundamente relacionada com todas as atividades, as engloba com todas as suas diferenças e conflitos; é seu ponto de encontro, seu vínculo, seu ponto comum. É na vida cotidiana donde toma forma e se configura

86 Pela “autogestão” (p.3) ou por “um comunismo anarquista” (p.4, GOONEWARDENA, 2012).

> a soma total que fazem do ser humano – a cada ser humano – um todo. Nela se expressa e se realiza todas essas relações que põem em jogo a totalidade do real, ainda que de maneira sempre parcial e incompleta [...]. (LEFEBVRE, 1991, p.97, in GOONEWARDENA, 2012, p.8)

No entanto, se por um lado, ocorre a "colonização da vida cotidiana por parte do capital e do Estado" através da "sociedade burocrática de consumo controlado"; por outro, contraditoriamente, sendo o cotidiano um "depósito de atividades residuais" (Idem, 2012, p.9) pode-se constituir também num terreno de luta contra o capitalismo.

Mas, para tanto, Lefebvre (1986, p.41-42) o **devir** é central (LEFEBEVRE, 1986,) visto que, "a realidade social é marcada por contradições e que somente pode ser entendida por meio da compreensão dessas contradições"; de que a "solução [da contradição] carrega nela o germe de uma nova contradição"; ou ainda que "a contraditória natureza da vida não é imaginada, mas real". Para Henri Lefebvre "a figura dialética fundamental [...] pode ser compreendida como a contradição entre o pensamento social e a ação social, suplementada pelo terceiro fator do ato criativo e poético" (SCHMIDT, 2012). No entanto, nos alerta Remi Hess:

> Henri Lefebvre no propone interpretar el mundo, sino más bien transformarlo, aquí y ahora, inscribiendo al mismo tiempo nuestra acción en un movimiento regressivo-progressivo; regresivo porque se inscribe en la continuidad de la Comuna y las demás revoluciones; progresivo, por anticipador e inventivo, a la manera del *Principio Esperanza* de Ernest Bloch. (HESS, 2012, p.14)

Segundo Remi Hess, a autogestão e o fim do Estado sempre esteve presente na/da reflexão de Lefebvre: "desde o começo, Lefebvre lia Marx e Lênin como pensadores anarquistas! Vê em Lênin a um autor que quer a auto-dissolução do Estado!" (Idem, p.19). Se bem que, "defende o Partido como instrumento político, ao mesmo tempo, e no mesmo **momento,** afirma que o dirigente do Partido não tem legitimidade, mais além da política" (Idem, p.19). Isto porque, "o homem é feito de diferentes momentos, !e cada momento tem uma lógica que lhes é própria! Y ele explora o momento do amor, do descanso, da justiça, do jogo, da filosofia!" (Idem, p.20). E, também do momento da política, da revolução, do

cotidiano, da cidade, do espaço e da relação destes com a/s natureza/s[87].

Disso no núcleo do conflito estariam - os resíduos – que é de onde deveríamos partir "para pensar el mundo" (HESS, 2012, p.21). Tal perspectiva romântica rompería "con el espíritu del sistema – como algo que nos permite pensar la totalidad, pero en una perspectiva de construcción de otro mundo, un mundo que hay que hacer advenir" (p.21). No entanto, para isso "o que conta não é uma totalidade ideológica ou teórica", mas sim, "a totalidade concreta do possível, o qual exige em primeiro lugar a negação" da realidade instituída/configurada, e para o qual os resíduos poderiam indicar uma "virtualidade" possível de um novo devir.

2.4 *Os resíduos e suas possibilidades ao educativo*

William Soto (2014)[88] utiliza o debate dos resíduos à reflexão sobre a obra de José de Souza Martins, e diz serem

87 "El gran acontecimiento nuevo, esencial, en el **momento** presente es, pues, el poder sobre la naturaleza", (…) "ele que propõem o problema central, problema de todos os problemas, em relação com o qual todos os demais problemas são colocados, se situam, se organizam, se sistematizam. Temos enormes meios a nossa disposição, que fazemos? Como fazer para que o *poder* (dos homens sobre a natureza) se converta em algo mais que um meio: uma substancia um poderio compartido, onde cada um possa participar mais, e de outra maneira, que através dos sonhos e da imaginação? (LEFEBVRE, 2012, p.61)".

“elementos que escapam do domínio dos sistemas de poder, estes são incapazes de dominá-los, e nesses resíduos por um lado, se encontram as possibilidades da transformação social” (p.1). Tal tema aparece diretamente relacionado à “produção e reprodução das relações sociais” e ao “projeto intelectual de Lefebvre [que] busca recuperar um Marx histórico, residual, com uma obra inacabada (...) um Marx humano e inconcluso” (p.10). Portanto, problematiza o marxismo como sistema instituído e justificador do estabelecido e destaca que é/seria “nos resíduos e no virtual que estão às necessidades radicais” (p.12).

Nesta perspectiva, diz Soto que para Lefebvre, “o proletariado é para Marx, um resíduo que se encontra ao mesmo tempo, dentro e fora dela, e que se torna impossível ao sistema desfazer-se dela, apesar de suas tentativas” (SOTO, 2014, p.13). Isto porque o sistema (todos os sistemas, sejam sociais, políticos, filosóficos, os ecossistemas, etc.) ao se constituírem “expulsa um resíduo” (LEFEBVRE, 1967, p.68-69), pois estes podem desagregar, propiciar uma brecha e/ou uma ruptura ao não subsumir-se ao referido sistema.

---

88 http://www2.ufpel.edu.br/ifisp/ppgs/eics/gts/gt28-s.pdf, <acesso 29.01.2014>.

Diz Lefebvre que “cada atividade que se autonomiza tende a constituir-se em sistema, em ‘mundo’”, mas ao mesmo tempo “indica um ‘resíduo’” (1967, p.68). No mesmo sentido diz William Soto que “Cada sistema deixa um resíduo, que lhe resiste e que lhe escapa. É a partir destes resíduos que ele enxerga a possibilidade de resistência” (p.12); e Lefebvre que “a diversidade dos resíduos e seu caráter residual só tem sentido nos e pelos sistemas a que tentam absorvê-los” (1967, p.374).

Enfim, seria destes resíduos que “a *poièsis*, isto é, as potencialidades da criação”, e, portanto, à “produção de obras” (LEFEBVRE, 1983), por parte dos humanos em suas relações com a natureza, os demais seres vivos e o pensamento sobre isto tudo no vivido poderia avançar em oportunidades à superação do sistema dominante/hegemônico.

> La primacía del saber, o sea de lo concebido sobre lo vivido, se expresa por una singular sobrestimación de la lógica, del discurso, de la representación en general. Y, mediante la manifestación logística, valiéndose de los medios de comunicación masiva, de las palabras, de las imágenes, de las representaciones...Todos los *medios* se emplean para expulsar al individuo, junto con las diferencias, aplastando las protestas. (LEFEBVRE, 1983, p.213).

Se de um lado, o Estado e o sistema vigente – através de seus programadores dentro e fora dos espaços estatais – promovem a centralização ou a descentralização, etc.; por outro, em cada um dos espaços das relações sociais e destas com a natureza e o pensamento se pode identificar um irredutível, não captado pelo sistema, um resíduo em potencial. Disso argumenta: "Promover um resíduo, mostrar sua essência (e seu caráter essencial) contra o poder que o oprime e o patenteia tentando oprimi-lo, é uma revolta. Reunir os resíduos é um pensamento revolucionário, um pensamento-ação" (LEFEBVRE, 1967, p.376).

Tal teoria (ou perspectiva) pode ser útil ao compor "a ideia de que nada é eterno, de que nada é completamente durável", não apenas do ponto de vista temporal, mas também por que os resíduos "roem, destroem por dentro, fazem explodir os sistemas que querem absolvê-los". Cabe novamente ressaltar que, para isso, a *poièsis* que deles "se apoderam, deve revelar-se criadora de objetos, de atos e, mais geralmente, de situações" (idem, 1967, p.377) por parte daqueles que aí vivendo produzem-nas como obra sua e contra o sistema iníquo, opressor e explorador de outros humanos, da natureza e de outros seres vivos. Para tanto, diríamos serem os

resíduos “meios” para se criar uma vida, criar momento de vida, de vivido enquanto obra humana, e neste sentido, “reunir os resíduos, erguê-los contra os sistemas e as formas adquiridas, tirar deles novas formas, é o grande desafio” (LEFEBVRE, 1967, p.378, 1967).

Considerações finais

Na primeira parte *apresentei* o lugar/região na qual e desde a qual realizo pesquisas e desenvolvo ações cidadãs na Universidade e no Observatório dos Conflitos urbanos e ambientais no extremo sul do Brasil e este do Uruguai. Depois, também apresentei dados e informações sobre os conflitos que mapeamos e da desigualdade na apropriação de renda no Brasil e na região. Depois, apresentei autores e referenciais para sustentar a reflexão de que o conflito é um momento de ruptura da hegemonia dominante do sistema vigente que ao mesmo tempo indica a existência de desigualdade e/ou injustiça. Além disso, sustentou-se que no momento do conflito e, portanto, da explicitação do desigual e do contraditório da materialidade das relações sociais (na apropriação da riqueza, da terra e dos territórios e do uso dos espaços de poder pelos poderosos)

emergiria um resíduo no momento do processo conflitivo que se poderia utilizar, com os "debaixo" (os desiguais e/ou injustiçados), à produção de uma educação para a justiça ambiental.

Portanto, apresentamos uma reflexão sobre as possibilidades de utilização dos resíduos e momentos conflitivos decorrentes dos materiais empíricos que estamos mapeando no extremo sul do Brasil e no Este do Uruguai na superação da desigualdade ambiental que viceja na região e parte de uma utopia de maior escopo – a superação do capitalismo e a produção como obra humana subversiva a um mundo menos injusto e desigual, de destruição ambiental e humana no/do sistema vigente e seus beneficiários.

No relacionado à utopia, diríamos com Jacques Ranciére que a "história do comunismo ou a história da emancipação, [é][89] sobretudo [...] a história dos **momentos** comunistas" somente poderiam ser "momentos de dissolução e de quebra dos poderes do Estado e da influência dos partidos instituídos" (RANCIERE, 2010, p.173) e que "um momento não é somente um ponto que se desvanece no tempo":

> o comunismo é concebido como a tradição criadora ao redor de uma quantidade de

89 Inclusão nossa.

> **momentos,** famosos e obscuros, quando os simples trabalhadores e homens e mulheres comuns deram provas de sua capacidade para lutar por seus direitos e o direito de todos ou para dirigir empresas, fábricas, administrações, exércitos, escolas, etc. coletivizando o poder da igualdade de qualquer um com qualquer outro e com todos. Se existe algo que deve ser reconstruído como o nome de comunismo, é uma forma temporalidade que singulariza a conexão daqueles momentos. (RANCIÈRE, 2012, p.174).

Portanto, a utopia e a emancipação relacionam-se aos momentos conflitivos que partem ou ser articulam a movimentos anti-sistêmicos, que caso sejam potencializados, podem contribuir à superação do sistema de dominação, injustiça e exploração. Neste processo é possível produzirmos (cada um de nós envolvidos nesta utopia – individual e coletiva) cotidianamente nossa obra através da autogestão dos produtores associados (MARX, Programa de Gotha).

Diríamos então, em **primeiro lugar** que, de um lado, enquanto <u>concebido</u> a partir do que desenvolvemos no Observatório, via mapeamento das demandas através dos conflitos e de que as mesmas apontam e anunciam o outro, o diverso e o divergente, e, portanto, a existência de interesses divergentes e antagônicos que se explicitam/vem à tona em

determinados momentos tem conseqüências fundamentais aos processos educativos e à educação ambiental. De outro, a base ou ponto de partida da reflexão é o social (e o vivido), tanto do que aqui está a escrever quando da emergência dos conflitos (e dos que nele estão envolvidos). Isto porque, as demandas expressas através dos conflitos decorrem de necessidades e de problemas concretos (desigualdades). Neste sentido, o conflito é mais do que a interpretação hegemônica busca circunscrever aos limites de seu sistema e de seus interesses e/ou das possibilidades do Estado/governo em resolvê-las. Mas, também, as perspectivas ditas revolucionárias que idealizam as classes, seus interesses e demandas desde seu próprio estrato social ou de teorias e realidades de outros países (idealismo) nas motivações dos mesmos quando dos conflitos, e não de que isso ocorre em decorrência de problemas concretos ou das condições de vida e de trabalho daqueles que estão a se manifestar (no vivido). Sua expectativa é de solução do problema ou da injustiça que estão vivendo/sofrendo, e não questões para, além disso. Ir além disso, exige uma pedagogia e de uma ação educativa, desde uma teoria da ação dos oprimidos, conforme Paulo Freire (MACHADO e MACHADO, 2017). Portanto, o sentido das demandas em seu

caráter de conservador, liberal ou revolucionário dependerá do desenrolar ou desdobramento na solução da demanda explicitada através do conflito e, a qual dependerá de cada caso concreto e das próprias lutas dos atores em suas relações.

Portanto, se os conservadores pressupõem desde seus discursos e ações a existência de uma ordem, um sistema, um normal e uma verdade, valores e perspectivas de sustentabilidade e durabilidade de seu modo de vida tradicional, de um passado a ser resgatado, etc., o conflito e a des/ordem não lhes convém e deve ser combatidos. Já para os liberais, e mesmo os neoliberais, os conflitos podem ser oportunidades de mudanças, de transformações que ampliem a competição, o empreendedorismo da/na sociedade de mercado em todos os espaços e que os processos educativos e de educação ambiental hegemônicos contribuem para sua produção e reprodução. Mas, é evidente que dentro de certos limites, desde que não ameaçam o/s próprio/s sistema/s[90]. Noutro sentido, para àqueles/as criticas da injustiça e da desigualdade existente, sejam revolucionários, socialistas,

90 "Tanto a dissensão quanto as informações inconvenientes são mantidas dentro de limites e nas margens, de forma que, enquanto sua presença mostra que o sistema não é monolítico, elas não são grandes o suficiente para interferir de maneira indevida nos domínios da agenda oficial" (p.12, Herman e Chomski, 2003).

comunistas, democratas radicais, libertários, auto-gestionários, cidadãos, etc., enfim todos/as àqueles/àquelas que tenham como utopia a produção e criação de outra sociedade diferente da atual, não podem partir ou ter como pressupostos os mesmos dos liberais ou conservadores (verdades, ordem, sistema). Mas, por outro lado, suas divergências pontuais (entre estes iguais e diferentes, Freire, em MACHADO e MACHADO, 2017), políticas, teóricas, etc. não podem impedir a unidade na luta contra as causas das injustiças, da desigualdade, da opressão, da exploração, etc. E, neste caminhar em luta e desde a luta podemos no processo aprender, apreender, e enriquecê-la (a luta e a nós mesmos) com a experiência dos/das outros/as lutadores/as que caminham conosco no momento conflitivo contra àqueles que nos dominam e exploram.

BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, Claudionor Ferreira, **As perspectivas da educação ambiental no Brasil a partir das teses defendidas no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande**. Tese de Doutorado PPGEA:FURG/Rio Grande, 2016. <http://www.educacaoambiental.furg.br/index.php/doutorado/teses/81-deze/974-claudionor-ferreira-ara%C3%BAjo.html>, accesso 10.11.2017.

BOURDIEU, Pierre. **Lições de Aula**, 2ª Ed.São Paulo: Ática, 2001 [1ª 1982, Minuit, França].

CASTRO, Alvaro Javier Fernandez. **A contrução da infância Wayúu vítima em Guajira (Colômbia): o discurso colonial que justifica o extrativismo.** Dissertação de Mestrado PPGEA/FURG: Rio Grande, 2017. <http://www.educacaoambiental.furg.br/index.php/mestrado/disserta%C3%A7%C3%B5es/86-dezessete/1011-alvaro-javier-fernandez-castro.html>, acesso 10.11.2017.

CECEÑA, Ana Esther. **Estrategias de construcción de una hegemonía sin límites.** *En libro: Hegemonias y emancipaciones en el siglo XXI.* Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2004. p. 224. <http://www.geopolitica.ws/document/la-dominacion-de-espectro-completo-sobre-america/>, Acesso 31.12.2015.

CHAGAS, Priscilla Borgonhoni. **DESENVOLVIMENTO E DEPENDÊNCIA NO BRASIL: reflexos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no município do Rio Grande (RS) Priscilla Borgonhoni Chagas,** Tese defendida na UFRGS:PPGAdministração, 2014.

CHOMSKY, Noam. **A Manipulação do público - Política e Poder econômico no uso da mídia.** São Paulo: Editora Futura, 2003. [obra é de 1988].

CORONIL, Fernando. **El estado de América Latina y sus Estados. Siete piezas para un rompecabezas por armar en tiempos de izquierda**. Nueva Sociedade, n.210, julio-agosto de 2007, p.203-215. <Acesso 29.01.2015>.

COSTA, Rodrigo G. e MACHADO, Carlos RS. O *Saneamento Básico em São José do Norte (RS) e o polo naval: utopias, lei e discurso em conflito.* , in **Conflitos Ambientais e urbanos: casos do extremo sul do Brasil**, Edigraf: POA, 2015 (V. 2).

DIAS, Eugênia Antunes, **Desculpe o transtorno, estamos em obras para melhor servi-lo! A Educação Ambiental no contexto da**

apropriação privada da natureza no licenciamento ambiental. Tese de Doutorado, Rio Grande:PPGEA, 2014. < http://www.educacaoambiental.furg.br/index.php/doutorado/teses/72-teses-2014/748-eug%C3%AAnia-antunes-dias.html>, acesso 10.11.2017.

ESCOBAR, Arturo Escobar. *O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento?*. In: LANDER, Edgardo (org.) **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires, Argentina: CLACSO, Colección Sur Sur, 2005. p.133-168. <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Escobar.rtf> acesso, 2005).

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. Colonialismo interno (uma redefinição). In. BORON, ATÍLIO et. Alli. **A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas. Buenos Aires**: CLACSO, 2007. <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/campus/marxispt/cap.19.doc>, acesso março 2015.

GOONEWARDENA, Kanishka. Henri Lefebvre y la revolución de la vida cotidiana, la ciudad y el Estado, **Urban**, [S.l.], n. 02, p. 25-39, oct. 2011. <http://polired.upm.es/index.php/urban/article/view/1488>. Acceso: 10 nov. 2017

HERMAN, Edward; CHOMSKY, Noam. **A manipulação do Público – política e poder econômico no uso da mídia.** São Paulo: FUTURA, 2003.

LANDER, Edgardo (comp.). La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Julio de 2000. p. 246. Disponible <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/mignolo.rtf>, Acesso 29.01.2015.

LEFEBVRE, Henri. **A produção e a re-produção das relações sociais de produção**. SCORPIÃO: Portugal, 1973.

LEFEBVRE, Henri. **Introducción al marxismo,** Eudeba, Buenos Aires, 1961 [2008].

LEFEBVRE, Henri. **La presencia y la Ausencia. Contribución a la teoría de las representaciones**. México: EFE, 1983.

LEFEBVRE, Henri. **Metafilosofia, São Paulo:** Paz e terra, 1967. Escrito entre 1963-64.

MACHADO, Carlos RS [at.all]. *As três Naturezas e as Naturezas das Três.* In: **A cidade sustentável e o desenvolvimento humano na América Latina: temas e pesquisas.** FURG; Rio Grande, 2012.

MACHADO, Carlos RS [et al...] (org.). **Conflitos ambientais e urbanos – debates, lutas e desafios**. Porto Alegre: Evangraf, 2013. 280 p.

MACHADO, Carlos RS e LEITE, Ivonaldo. **Ruptura da hegemonia**: o 2º turno eleições Brasil. in: <http://ongcea.eco.br/?p=41219>, acesso 10.11.2017.

MACHADO, Carlos RS. *Giroecoterritorial e conflictos sociombientales: reflexiones teóricas para el estúdio de las mobilizaciones en contra Aratirí y el Puerto de Águas Profundas (Rocha).* In: **III Congreso Uruguayo de Sociología**, Montevideo, Facultad de Ciencias Sociales Universidad de la República, 2015. v. 3. p. 1-9.

MACHADO, Carlos RS. Momentos da obra de Henri Lefebvre: uma apresentação. **REMEA** [revista do mestrado em educação ambiental]. FURG;Rio Grande, 2010.

MACHADO, Carlos RS; MACHADO, Tainara Fernandes. *O lobo (o opressor) em pele de cordeiro entre nós (os desiguais e diferentes): Os conflitos em Paulo Freire como contribuição aos processos educativos e produtivos*. **REMEA (Revista do Mestrado em Educação Ambiental)**, FURG/Rio Grande, edição especial Paulo Freire, <https://www.seer.furg.br/remea>. <acesso março 2017>.

MACHADO, Carlos RS; MORAES, Bruno, "O conflito como momento de ruptura da hegemonia: reflexões e contribuições a partir

de Henri Lefebvre", IV EICS: Espaços Públicos, Identidade e Diferenças, 19 nov. 2014, Universidade Federal do Pelotas (Brasil);

MACHADO, Carlos RS; SANTOS, Caio F.; MASCARELLO, Marcela de Avellar (org.). **Conflitos Ambientais e urbanos – casos do extremo sul do Brasil**. Porto Alegre: EVANGRAF, 2015.

MACHADO, Carlos RS; SANTOS, Caio Floriano; LEMOS, Cintia Osório; BARBOSA, André Luiz; PIRES, Juliana; OLIVEIRA, Cleiton; PUCCINELI, Vinicius MOARES, Bruno; RODRIGUES, Eron; SALLES, Leila. EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UM OLHAR À PARTIR DO OBSERVATÓRIO DOS CONFLITOS DO EXTREMO SUL DO BRASIL. In: **ANAIS do V EDEA** (Encontros e Diálogos em Educação Ambiental), FURG/PPGEA, set. de 2014..

MACHADO, Carlos RS; Varela, LYLIETH, *El proceso educativo en los/de los conflictos sócio-ambientais: la emergencia de los atores socio ambientales en Uruguay*. In: **Reunión de Antropología del Mercosur (RAM),** Montevideo. 2015. v. 1. p. 1-18.

MORAES, Bruno Emilio. **Reflexões por uma educação ambiental desde baixo : o cotidiano das comunidades utópicas.** Dissertação de Mestrado PPGEA/FURG: Rio Grande, 2016. < http://www.educacaoambiental.furg.br/index.php/mestrado/disserta%C3%A7%C3%B5es/79-dez/977-bruno-emilio-moraes.html>, acesso 10.11.2017.

OLIVEIRA, Cleiton Luiz Freitas de, **No meio do caminho tinha uma escola: a injustiça ambiental decorrente da duplicação da BR-392 (Pelotas - Rio Grande, RS).** Dissertação de mestrado, Rio Grande: PPGEA, 2016.

PUCCINELLI, Vinicius; MACHADO, Carlos. *Entre lembranças e esquecidos estão as relações que constituem o território do TAIM-RS: reflexões sobre conflitos, injustiça e desigualdade ambiental*. in **Conflitos Ambientais e urbanos: casos do extremo sul do Brasil**, Edigraf: POA, 2015 (V. 2).

QUIJANO, Aníbal, **Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder;**

selección a cargo de Danilo Assis Clímaco; con prólogo de Danilo Assis Clímaco. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2014, <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20140424014720/Cuestionesyhorizontes.pdf>, acesso 02 jan. 2016.

RANCIERE, Jacques,*?Comunistas sem comunismo?,* in. BADIOU, Alan [et.al.]. **Sobre la idea del comunismo.** 1ª Ed. Buenos Aires: Paidós, 2010 [compilado por Analía Hounie].

RIBEIRO, Ana Lourdes da Silva.**Educação ambiental e pertencimento: o caso da zona rural II, São Luís/MA**. Dissertação Mestrado PPGEA/FURG:Rio Grande, 2016. <http://www.educacaoambiental.furg.br/index.php/mestrado/dissertações/79-dez/930-ana-lourdes-da-silva-ribeiro.html>, acesso 10.11.2017.

RODRIGUES, Eron da Silva, **O mito justificador da injustiça ambiental no extremo sul do Brasil: introdução ao estudo dos primeiros 100 anos da cidade do Rio Grande.** Dissertação de mestrado, Rio Grande: PPGEA, 2017. < http://www.educacaoambiental.furg.br/index.php/mestrado/dissertações/86-dezessete/1018-eron-da-silva-rodrigues.html>, acesso 10.11.2017.

ROIG, Danúbio A.; MACHADO, Carlos RS. *A gestão dos conflitos socioambientais em São Jose do Norte (RS): contradições entre discursos e ação política no bem estar da população*, in **Conflitos Ambientais e urbanos: casos do extremo sul do Brasil**, Edigraf: POA, 2015 (V. 2).

SALLES, Leila. **Mulheres, Educação Ambiental e as lutas por justiça ambiental na Baixada Fluminense (RJ).** Dissertação de mestrado PPGEA/FURG: Rio Grande, 2017. <http://www.educacaoambiental.furg.br/index.php/mestrado/dissertações/86-dezessete/1042-leila-salles-da-costa.html>, acesso 10.11.2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências.* Porto: Afrontamento, 1999 [11ª edição].

<http://www.boaventuradesousasantos.pt/pages/pt/capitulos-de-livros.php>, acesso 10.11.2017.

SANTOS, Caio Floriano dos; GONÇALVES, Leonardo Dorneles; MACHADO, Carlos RS, "*EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA JUSTIÇA AMBIENTAL: DANDO MAIS UNS PASSOS"*, in: Revista **REMEA**, in *http://www.seerfurg.br/remea/article/view/5016*, acesso set. 2015.

SANTOS, Caio Floriano, **O porto e a desigualdade ambiental em Rio Grande (RS/Brasil): a educação ambiental na gestão "empresarial dos riscos sociais" e "social do território".** Tese de Doutorado PPGEA/FURG: Rio Grande, 2016. http://www.educacaoambiental.furg.br/index.php/doutorado/teses/81-deze/929-caio-floriano-dos-santos.html, acesso 10.11.2017.

SANTOS, Caio Floriano; PUCCINELI, Vinicius; OLIVEIRA, Cleiton; MASCARELLO, Marcela; MACHADO, Carlos RS. *São José do Norte (RS): meio ambiente como mercadoria*, **GEOGRAFARES,** Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES Julho - Dezembro, 2016 Nº 22 - Volume II <http://www.publicacoes.ufes.br/geografares/article/viewFile/11991/10857>, acesso 10.11.2017.

SCHMID, Chistian, *A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional***,** in. **GEOUSP, espaço e tempo**, São Paulo, n.32, PP.89-109, 2012. Tradução Marta Inez Medeiros Marques e Marcelo Barreto

SWYNGEDOUW, Eric. *¡La naturaleza no existe! La sostenibilidad como* síntoma de una planificación despolitizada, in **URBAN**, 2011, <http://www2.aq.upm.es/Departamentos/Urbanismo/institucional/numero-ns/ns01-2011>/, Acesso jan. 2016.

SWYNGEDOUW, Eric. *A cidade como um híbrido: natureza, sociedade e urbanização*, In. ACSELRAD, Henri. **A duração das cidades**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

PARTE 3

AS EXPERIÊNCIAS QUE EMERGEM DO URUGUAY

CONFLICTOS AMBIENTALES EN URUGUAY: BASES PARA UNA DISCUSIÓN

Carlos Santos[91]

RESUMEN: En las últimas décadas se han procesado en Uruguay transformaciones productivas de carácter histórico, asociadas con la intensificación de la producción agrícola, la expansión de la frontera de cultivos forestales y el aumento de la inversión en el sector inmobiliario-turístico. Ello ha desencadenado una serie de conflictos latentes, con un fuerte componente ambiental pero sin lograr una visibilidad como conflictos de carácter nacional. Esto ha sucedido en un momento de consolidación de un fuerte movimiento de crítica al modelo de desarrollo impulsado por los gobiernos progresistas, tomando de manera icónica una propuesta de explotación de mineral de hierro a cielo abierto. Este artículo pretende aportar claves de análisis sobre esos conflictos latentes, partiendo de una propuesta de periodización de los conflictos ambientales en Uruguay y de una visión resumida del proceso de 'enverdecimiento' de la sociedad y el Estado.
Palabras clave: conflictos latentes, enverdecimiento, Uruguay, desarrollo

ABSTRACT

91 Docente del Servicio Central de Extensión y Actividades en el Medio y del Departamento de Trabajo Social de la Facultad de Ciencias Sociales (Universidad de la República). Candidato a investigador del Sistema Nacional de Investigadores (Agencia Nacional de Investigación e Innovación). Antropólogo (FHCE-UdelaR), Magíster y Doctorando en Ciencias Sociales (IDES-UNGS – Argentina). Correo electrónico:

In recent years, Uruguay have been processed historical productive transformations, associated with the intensification of agricultural production, expanding the frontier of forest and increased investment in tourism. This has generated a series of latent conflicts, with a strong environmental component, but without achieving visibility as conflicts of national character. This has happened at a time of consolidation of a strong critical movement to the development model promoted by the progressive governments, taking iconically a proposed iron mining exploitation. This article aims to provide key analyzes of these latent conflicts, based on a proposal of periodization of environmental conflicts in Uruguay and a summary of the process of 'greening' of society and the state.
Key words: latent conflicts, greening, Uruguay, development

Una periodización de los conflictos ambientales en Uruguay

Como punto de entrada al presente artículo creemos oportuno iniciar con un intento de periodización de los conflictos sociales de base ambiental desarrollados en el país. Si bien puede ser discutible que exista una estricta linealidad entre los conflictos de la década del 80 con los actuales, entendemos necesario dar algunos lineamientos que permitan historizar este proceso en la sociedad uruguaya, antes de entrar de lleno en el foco del artículo. Para ello proponemos las siguientes etapas: a) Los conflictos de crítica al crecimiento económico, b) los conflictos locales de rechazo a la contaminación, c) la eclosión del ecologismo popular y d) los

conflictos de crítica al desarrollo entendido como neo-extractivismo. Repasaremos brevemente estas etapas.

- *Los conflictos de crítica al crecimiento económico*

La historia reciente del Uruguay tiene una serie de conflictos sociales de base ambiental que no siempre son reconocidos como tales o recuperados por el propio movimiento ambientalista a la hora de plantear sus puntos de partidas.

Quizás uno de los casos emblemáticos y de trascendencia no sólo nacional sino también regional e internacional fue el movimiento de defensa de los Bañados del Este, en plena dictadura militar (1973-1985). El momento de mayor expresión de este movimiento, a comienzo de la década del 80, estuvo relacionado con el cuestionamiento a obras de infraestructura productiva –para el riego de la producción arrocera- llevados adelante por el propio gobierno militar en una zona de alto valor ambiental. Paradójicamente, el propio gobierno militar había promovido la inclusión incluido a los Bañados del Este en la Convención Ramsar de Naciones Unidas para la protección de humedales, lo que había desembocado además en la declaración de la región como una

Reserva de Biósfera de UNESCO. La construcción de esta obra ingenieril (el canal Andreoni, que permitió el drenaje de parte de la superficie de los bañados, o en términos de la época "recuperar una importante superficie para la producción) le valió al Estado uruguayo su inclusión en el Registro de Montreaux, una suerte de lista negra de los países con incumplimientos a los compromisos auto-asumidos ante la convención RAMSAR. Esta situación se mantiene hasta el día de hoy y requiere como acción del Estado uruguayo la inclusión de una superficie equivalente a la dañada bajo el régimen de protección[92].

- *Los conflictos locales de rechazo a la contaminación*

92 "A fines de la dictadura militar (en 1984) el Estado uruguayo incluyó los Bañados del Este como sitio a ser contemplado dentro del Convenio. Sin embargo, también como herencia de la dictadura, se permitió "la existencia de áreas de humedales intervenidas y abocadas a agricultura bajo riego (arroz)", lo que hizo que en 1990 la Conferencia de las Partes del Convenio de Ramsar pusiera en marcha este Registro de Montreux y los Bañados del Este de Uruguay quedaran incluidos en él. La "intervención" que el gobierno militar permitió sobre los Bañados del Este, afectó a una casi la cuarta parte del sitio Ramsar (o sea, unas 100.000 hectáreas del sitio total de 400.000). Para salir del Registro de Montreux, el Estado uruguayo debe incluir sitios por una superficie equivalente a esas 100.000 hectáreas. La importancia del Registro de Montreaux no tiene que ver solamente con una cuestión de "imagen" del Estado: quienes están en este registro ven estrictamente limitada su aspiración a la postulación de fondos internacionales para la conservación de estos sitios" (Santos, 2011, 54).

A fines de la década del 80 y comienzos de los 90 se produjo una importante movilización popular en una región de la capital del país, donde vecinos protestaban por niveles de contaminación que generaba en su entorno una fábrica de Cemento.

Por su parte, a comienzos de la década del 90 emergió un importante conflicto en el centro-norte del país, en el Departamento de Tacuarembó, ante la inminente instalación de una central nuclear para la producción de energía. La organización de pobladores locales en ese momento desencadenó un movimiento de repercusión nacional, en un contexto internacional muy sensibilizado por los impactos de esa forma de producción de energía. La protesta determinó la aprobación de una ley –actualmente vigente- que prohíbe la generación de energía a partir de centrales nucleares en todo el territorio nacional. En el mismo período se ubican otra serie de conflictos locales por contaminación o afectación de la salud: denuncias sobre impactos de la instalación de cables de alta tensión, por la instalación de centrales térmicas de producción de energía o de curtiembres en Montevideo, por contaminación de cursos de agua en departamentos como Canelones o San José, y en Cerro Largo –zona fronteriza con Brasil- se

registraron movilizaciones y acciones ciudadanas en denuncia de la lluvia ácida, asociada a la Central Térmica de Candiota, en el sur del vecino país. (Santandreu & Gudynas, 1998). En términos de avance en el grado de organización de la sociedad civil en torno a la temática ambiental, fue en los primeros años de la década del noventa cuando surgieron una gran cantidad de organizaciones no gubernamentales, que comenzaron a nuclearse en la Red Uruguaya de ONG Ambientalistas (que reúne a una amplia mayoría de estas organizaciones).

- *La eclosión del ecologismo popular*

A comienzos del siglo XXI podemos identificar como uno de los temas centrales de la conflictividad social de base ambiental a una serie de manifestaciones de rechazo a la aprobación de semillas transgénicas, sobre todo entre los años 2001 y 2003.

Por ese entonces comienza a gestarse un movimiento que defenderá el derecho humano al agua y que podemos entender como la primera expresión organizada de un ecologismo popular (Martínez Alier, 2005) ya que nucleó además de ambientalistas propiamente dichos a pobladores locales de zonas afectadas por la privatización del servicio

público de agua y a el sindicato de trabajadores de la empresa estatal de agua potable y saneamiento (Santos et al. 2006).

El año 2004 vio la emergencia de uno de los conflictos ambientales de más largo aliento en Uruguay y de mayor trascendencia política y social: el conflicto desatado por la instalación de una fábrica de celulosa sobre el río Uruguay que generó una incipiente resistencia local pero que cobró dimensiones imprevistas al transformarse en un conflicto bi-nacional, enfrentando a los Estados de Argentina y Uruguay. Sin dudas esta fue una de las claves para la reducción de la clave ambiental del conflicto a una clave nacionalista, que acabó por minar las débiles posibilidades de movilización local, sobre todo con la novedad que representó la llegada de la izquierda al gobierno, desde 2005, con el triunfo electoral del Frente Amplio (Reboratti & Palermo, 2007).

- *Los conflictos de crítica al desarrollo entendido como 'neo-extractivismo'*[93].

93 Tomamos aquí la consigna de 'neo-extractivismo' del discurso de las propias organizaciones. Para aplicar analíticamente preferimos utilizar el concepto de 'neodesarrollismo' para dar cuenta de las rupturas y continuidades de los gobiernos progresistas (del Frente Amplio, 2005-2010 y 2010-2015) con relación a los gobiernos neoliberales. (Santos, et al. 2013).

A comienzos de 2010, comienza a procesarse la organización de personas afectadas directamente por la exploración minera en su región, en particular para la minería de hierro. Esta organización desencadenó vínculos con otros colectivos y abrió la puerta a una serie de movilizaciones de corte ambiental que han sido las de mayor alcance en la historia del país.

El alineamiento del gobierno en pos de la concreción del emprendimiento minero (extracción de mineral de hierro a cielo abierto) le ha dado a la movilización una particular complejidad, ya que además de diversos actores sociales implicados se cruzan intereses partidarios (de sectores de la derecha y la izquierda extrafrenteamplista, en su defensa y del Frente Amplio en su detracción).

En esa confluencia de organizaciones, se han procesado dos modelos organizativos bien diferentes. Por un lado, está la Asamblea Nacional Permanente, un espacio amplio, diverso y horizontal que reúne a diferentes actores y procesa las movilizaciones nacionales de protesta (tomando como ejemplo organizativo las asambleas ambientalistas anti-mineras de Argentina). Por otro lado, se ecuentra el MOVUS (Movimiento por un Uruguay Sustentable), que tiene un repertorio de acción

del tipo ONG (acciones públicas, y difusión en prensa y redes sociales, antes que en movilización directa). Por otro lado, el MOVUS ha derivado en una acción que recupera la histórica herramienta del campo popular en la lucha contra el neoliberalismo –la recolección de firmas para realizar un plebiscito- en pos de la prohibición de la actividad minera en el país.

En estos movimientos confluyen diferentes agrupamientos de personas y de organizaciones:

a) Los habitantes de localidades de la costa que se verán afectadas por las obras portuarias para la extracción del mineral. Son instancias como el Cabildo de Valizas, la Comisión Fomento de La Esmeralda, los Vecinos Autoconvocados de La Paloma, organizaciones de pescadores y muchos intelectuales orgánicos del conservacionismo (biólogos y ecólogos militantes por la defensa de la costa). En general puede caracterizarse como un movimiento de propietarios y en la terminología de los análisis del ambientalismo es una suerte de movimiento NIMBY (Not-In-My-BackYard, No-En-Mi-Patio-Trasero).

b) Los productores rurales de la zona afectada. En general son productores de corte familiar, propietarios, de entre

300 y 500 hectáreas en promedio. Su reclamo se canaliza como la defensa de una forma de vida, apegada al trabajo de la tierra y la vida en el campo, pero claramente también hay una defensa de la propiedad privada de la tierra para el sustento (y enriquecimiento) propio.

c) Organizaciones del campo popular vinculadas a la lucha por la tierra, entre ellas organizaciones históricas de asalariados rurales (como la Unión de Trabajadores Azucareros de Artigas, UTAA) y también de grupos de apoyo a ocupaciones de tierra.

d) ONG ambientalistas. Hay una amplia gama de ellas, de las más locales hasta las más nacionales, la mayoría con vínculos a organizaciones ambientalistas globales. Muchas de ellas vienen del proceso de la movilización contra la planta de celulosa sobre el río Uruguay, por ende debilitadas y deslegitimadas. (A esto se debe agregar que la crisis en los países centrales ha generado una retracción de la cooperación financiera de la cual mucha de estas organizaciones obtienen su sustento, por lo que su capacidad de producción está reducida y el “nuevo” proceso extractivo -megaminería- se convierte en un atractivo nuevo argumento para la captación de fondos).

e) Organizaciones sociales de extracción urbana con una fuerte impronta de izquierda antisistémica, entre ellos sindicatos de base u organizaciones de derechos humanos.

f) Militantes individuales, comunicadores, militantes políticos y sindicales, intelectuales orgánicos y toda una serie de individuos agrupados en conjunto a estos cinco grandes grupos y en la mayor parte de los casos ocupando roles de representación, comunicación y movilización que los agrupamientos mencionados anteriormente muchas veces no cumplen.

Una de las estrategias desarrolladas por integrantes de esta articulación ha sido la promoción de consultas departamentales de carácter vinculante (plebiscitos) contra la minería, a partir de la recolección de firmas. Se trata de medidas novedosas, de las cuáles los antecedentes conocidos tienen que ver con los inicios de la década anterior (años 2001, 2002 y 2003) con iniciativas vinculadas a declarar "departamentos libres de transgénicos" a partir de resoluciones de las Juntas Departamentales. Se llevó adelante en Colonia y tuvo un resultado positivo, pero ningún efecto concreto. Luego de 2005 se llevaría adelante una iniciativa similar en Treinta y Tres pero sin éxito.

Otros dos grandes emprendimientos (un puerto de Aguas Profundas en la costa atlántica del país, Departamento de Rocha y una planta regasificadora de Gas Licuado de Petróleo para la generación de electricidad) directamente asociados con el proyecto minero –la vía de salida del producto y su fuente energética, respectivamente- han ampliado el ámbito de resistencia de estas agrupaciones. No sólo se rechaza el proyecto minero, sino las obras de infraestructura que el estado propone en relación directa con ellas.

Uno de los objetivos comunes de este movimiento diverso y disperso ha sido la organización de marchas *En defensa de la tierra, el agua y los bienes naturales*, de las cuáles se han concretado 7 ediciones sobre Montevideo, con la presencia de organizaciones y manifestantes de todo el país. Sin duda este ha sido uno de los elementos que ha dado mayor visibilidad al movimiento en estos años recientes (Elizalde et al., 2013).

Ambientalización de la política y la sociedad

Al tiempo que la sociedad uruguaya fue procesando estos conflictos sociales de base ambiental, se fueron dando una serie de modificaciones en la institucionalidad del Estado,

incorporando paulatinamente un lugar para “el ambiente”. Al igual que en el resto de los países de América del Sur, la legislación de protección ambiental en Uruguay es posterior a la década del setenta. Al influjo de la Conferencia de Naciones Unidas de 1972 -que tendría su continuidad en el Informe Bruntland-, surgieron una serie de grupos y organizaciones conservacionistas -casi todos reuniendo a científicos y aficionados- y se establecieron las primeras medidas políticas de preservación. Por ejemplo, en esos primeros años de la década del setenta se creó el Instituto Nacional para la Preservación del Medio Ambiente (Pierri, 2002), primera institución estatal para el ambiente, que en realidad no tuvo mayor incidencia en la definición de políticas públicas. Los prolegómenos de la Cumbre de la Tierra en Río de Janeiro (1992) desencadenaron una gran cantidad de medidas de legislación ambiental -como la legislación de Evaluación de Impacto Ambiental- y la propia creación de un ministerio que, entre otras atribuciones, tenía a su cargo la ejecución de las políticas ambientales: el Ministerio de Vivienda, Ordenamiento Territorial y Medio Ambiente (MVOTMA) en cuya órbita se creaba una Dirección Nacional de Medio Ambiente y una

Comisión Técnica Asesora (COTAMA) de carácter consultivo, espacios que aún hoy mantienen estas atribuciones.

Es muy interesante el análisis que realiza Pierri sobre los objetivos subyacentes a la implementación de una legislación de Evaluación de Impacto Ambiental en el contexto histórico de la década del noventa, entendiendo que "fue fundamentalmente un paso dado por el Estado para reforzar sus funciones hegemónicas de legitimación y control social para procesar la aprobación de proyectos con eventuales impactos ambientales negativos. Y esto quizás como reacción a los conflictos que habían empezado a cuestionar diferentes iniciativas en esos años, previendo que podrían multiplicarse y agravarse, una vez que crecía la preocupación social por el tema y la cantidad de organizaciones ambientalistas con una actitud vigilante y crítica" (Pierri, 2002: 24).

El proceso de consolidación de las políticas ambientales, o de "enverdecimiento" del Estado y la sociedad uruguaya ha sido analizado críticamente por Renfrew (2006) quien sostiene que "respondiendo a tratados y convenios internacionales [el Estado] ha construido un andamiaje legal orientado al medio ambiente que ha facilitado la emergencia del ambientalismo como categoría de pensamiento y

movimiento político. Desde los noventa se impulsó un proyecto de reorientación de la identidad nacional alrededor del eslogan, "Uruguay Natural", con propaganda turística refiriendo al país como un "refugio verde", un "paraíso de agua dulce" y un "milagro natural". (...) La crisis económica de 2002 puso en tela de juicio el proyecto del "nuevo Uruguay", hasta la victoria del Frente Amplio en 2004, que basó parte de su campaña en el resurgimiento de una identidad nacionalista y modernista, en busca de la soberanía y de la integración regional. La campaña de marketing de "Uruguay Natural" se mantuvo de todas maneras, transformada en una versión "progresista" y "eco-amigable" de izquierda. Los discursos de sustentabilidad atraviesan el espectro político, y su carácter y definición vaga y abierta significa que puede ser utilizada como una herramienta maleable de la gobernabilidad y de la auto-promoción. ¿Quién, después de todo, puede estar en "contra" de la sustentabilidad?" (Renfrew, 2006: 82).

Si tratamos de reconstruir las dinámicas de relación entre el Estado y diferentes actores sociales en torno a la cuestión ambiental, se pueden plantear dos procesos claramente diferentes, que se ven reflejados en dos grandes grupos de producciones académicas.

Un primer momento está pautado por el origen de organizaciones ambientales de corte conservacionista, vinculado directamente con el surgimiento de las primeras normativas estrictamente ambientales de los años noventa. En este caso se trataría de un ambientalismo reduccionista, preocupado por la conservación de la naturaleza y la promoción de una educación ambiental que no cuestiona el modelo de desarrollo y consumo. Esta etapa además está caracterizada por una relación de fuerte dependencia del Estado. En algunos casos, los autores plantean incluso una sociedad civil ambientalista (ecologista stricto sensu) creada por el Estado. Por otra parte este Estado habría sido "enverdecido" al impulso de la promoción internacional de instituciones internacionales y fondos de cooperación específicos sobre cuestiones ambientales (Pierri, 2002).

Otro grupo de trabajos, anclados en la segunda mitad de los noventa y con proyección en los primeros años de este siglo, plantean la aparición de organizaciones afines a lo que podríamos calificar ambientalismo popular, o más gráficamente, a organizaciones de base o redes nacionales que incluyen la perspectiva de clase en su análisis y su acción

política acerca de lo que comienzan a denominarse conflictos ambientales (Santos, 2006).

Como hemos planteado, en clave más analítica también el trabajo de Renfrew plantea que el "enverdecimiento" del Estado y la sociedad uruguaya va muy poco más allá del discurso, y de fondo no habría un cuestionamiento a las causas estructurales de tales conflictos ambientales (salvo por grupos de afectados o de algunos casos puntuales de organizaciones que integran otras visiones además de la ambiental, p.e. organizaciones barriales, sindicatos, organizaciones de mujeres, Renfrew, 2006).

Conflictos latentes: producción y conservación

Hay una característica común a los trabajos que reseñábamos, pero también comunes a los momentos que introducidos en la propuesta de periodización de la conflictividad ambiental en Uruguay: salvo excepciones el foco principal está puesto en realidades urbanas o cobra visibilidad por los emergentes urbanos de las problemáticas. Trataremos de abordar a continuación algunos ejemplos de un tipo de conflictos silenciosos, en los cuáles la disputa entre conservación y producción se vive cotidianamente y que –a

nuestro entender- están originados en el proceso que David Harvey ha propuesto denominar "acumulación por desposesión"[94] (Harvey, 2007).

Podemos decir que hay una historia de conflictos ambientales 'latentes', que no cobran esta público ni magnitud que logre trascender la escena local, salvo contadísimas excepciones. Precisamente, a partir de esas excepciones y del trabajo sostenido en el tiempo de diferentes equipos universitarios, es que podemos reunir algunos elementos en relación a las tensiones entre conservación y producción, en particular en contextos de implementación de áreas protegidas, donde estos conflictos latentes emergen en los procesos de planificación y gestión territorial ante la intervención de

94 El acceso al agua y al aire sin contaminación, la posibilidad de que los servicios ambientales (polinización, el cumplimiento del ciclo reproductivo de peces y abejas, en este caso) se lleven a cabo son factores críticos, y aunque nadie se apropie directamente de ellos, si podemos dar cuenta de procesos de acumulación por desposesión, como los caracteriza Harvey. Dentro de estos procesos se encuentra "La reciente depredación de los bienes ambientales globales (tierra, aire, agua) y la proliferación de la degradación ambiental, que impide cualquier cosa menos los modos capital-intensivos de producción agrícola, han resultado de la total transformación de la naturaleza en mercancía" (Harvey, 2007: 114). No es otra cosa que la expansión de la idea de la acumulación originaria planteada por Marx para el avance del capital sobre la propiedad de la tierra en una nueva fase, de expansión sobre la biodiversidad, el aire o el conocimiento (bienes comunes sobre los que no había avanzado la acumulación primigenia).

terceros (en general, el Estado nacional a través de su autoridad ambiental).

Estableciendo algunos agrupamientos entre este tipo de conflictos latentes podemos encontrar algunos en la región costera atlántica, vinculados a la presión urbanística del desarrollo turístico, otros en el litoral sobre el río Uruguay vinculados a la intensificación de la producción agrícola y otros en el norte del país vinculados al avance de la producción forestal. En los últimos meses se ha comenzado a procesar un nuevo tipo de conflictos, vinculado a lo que algunos llaman el avance de la frontera energética, a partir de la instalación de parques eólicos. En todos los casos podemos decir que la dimensión ambiental es uno más de los elementos en juego y que lo que predomina es la preocupación por la viabilidad de un tipo particular de forma de vida, que parte de un tipo de relación con la naturaleza (pescadores ribereños en las zonas de costa, apicultores y productores agropecuarios familiares en las zonas rurales). Repasaremos algunos detalles de estos conflictos latentes.

-Los conflictos costeros por la presión urbanística del turismo: Cabo Polonio

En los últimos años se han procesado una serie de discusiones que –como planteábamos anteriormente- quizás no reúnan todos los elementos para ser considerados conflictos ambientales, pero sí muestras posiciones enfrentadas en torno a la tensión producción/conservación. En la región costera, a partir del avance de la presión urbanística producto del desarrollo turístico esto ha sido evidente en dos lagunas costera (Laguna de Rocha y Laguna de Garzón) y en el Parque Nacional Cabo Polonio.

Uno de los casos emblemáticos de área protegida costera es el Parque Nacional de Cabo Polonio, sobre la costa atlántica en el departamento de Rocha. La conflictividad y la fragmentación social han sido características centrales del proceso de ingreso de esta área al Sistema Nacional de Áreas Protegidas, a pesar de contar con un carácter de reserva ambiental desde la década del 60. (Chouhy, 2012). "La población de base, de origen en la zona, con trayectorias familiares que en general alternaban zafralmente la vida y trabajo rural y la vida en la costa, alberga desde entonces pobladores permanentes y temporarios en el contexto del creciente interés por cambios de vida urbana hacia espacios de

naturaleza escasamente intervenida" (Santos & Chouhy, 2014: 3).

Como decíamos anteriormente, en este caso el conflicto latente se hace emergente durante el proceso de planificación en torno a la definición de un Plan de Manejo para el área protegida. Allí se hace evidente "el descontento de los colectivos de pobladores –tanto permanentes como temporarios– con respecto al desarrollo del proceso de trabajo institucional; a medidas impositivas aplicadas por la Intendencia de Rocha; a la incertidumbre que se instala con respecto al futuro y viabilidad del pueblo constituido por sucesivas ocupaciones de hecho en terrenos públicos y privados. (…) Los discursos ponen de relieve la construcción social del lugar; la historia de la pesca y lobería y la población asociada, la artesanía como medular en la consolidación turística, la cultura bohemia, intelectual, espiritual de poloneses de origen citadino, etc. Los sujetos locales se apropian del concepto de patrimonio y este pasa a englobar relaciones sociales y estilos culturales, ranchos, cachimbas, velas, arte, magia. Sin embargo las autoridades del momento pujan por la categoría de Parque Nacional, que finalmente se fija (Chouhy, 2012).

La definición de la categoría de área protegida ha venido acompaña de propuestas del orden de re-ubicar a la población permanente, promoviendo una serie de demoliciones de construcciones existentes sin intervenir sobre el actual uso turístico del área, sino que interviene en pos de una orientación "que permita captar turismo de un perfil socio-económico más alto" (Chouhy, 2013).

- *Los conflictos del litoral por la intensificación de la agricultura: Farrapos.*

En los últimos años se ha conocido públicamente una serie de casos de denuncias de poblaciones y escuelas rurales afectadas por la mala aplicación de agrotóxicos en el litoral del país, sobre todo en los departamentos de Río Negro y Paysandú. Estos casos han estado directamente vinculados con el aumento en la intensificación de la producción agrícola que se ha procesado desde la primera década del siglo pasado.

En particular, en el caso del Parque Nacional Esteros de Farrapos e Islas del Río Uruguay se trata de un humedal con islas fluviales que se ubica en ambas márgenes del Río Uruguay. Su extensión abarca desde la ciudad de Concepción (en la margen argentina), mientras que a la altura de la

localidad de San Javier el humedal cruza a la margen uruguaya, extendiéndose en ambas márgenes hasta la altura de la ciudad de Fray Bentos (donde está localizada la planta de celulosa de UPM/Botnia, que ha generado el conocido conflicto internacional con Argentina).

La mayor parte de los habitantes de las dos localidades próximas al área (San Javier al norte y Nuevo Berlín al Sur) alternan entre sus actividades entre la pesca, apicultura y caza, de forma complementaria y estacional. La temporada de mayor concentración de la actividad de pesca se da entre los meses de abril a octubre, mientras que la apícola se concentra entre los meses de noviembre a marzo. La caza se realiza a lo largo de todo el año. Sólo en Nuevo Berlín, actualmente unas 300 familias alternan entre estas actividades, lo que les otorga un carácter fundamental para la reproducción social.

Particularmente en la zona que tiene como epicentro la localidad de San Javier y se extiende en la zona norte del Estero, la actividad que se realiza primordialmente es la cría de ganado, que podemos clasificar en dos modalidades de acuerdo al régimen de tenencia de la tierra: un grupo está integrado por quienes poseen establecimientos rurales en la zona y que utilizan el Estero como zona de pastoreo, mientras que el otro

está conformado por ganaderos sin tierra, que realizan otras actividades (asalariados rurales, empleados) y complementan sus ingresos con la cría de ganado. La situación de estos productores ganaderos sin tierra es una consecuencia directa del aumento en el precio de la tierra (en este caso, del arrendamiento) debido al proceso de concentración conducido por la intensificación de los cultivos de soja y forestales. En el predio de Esteros de Farrapos existe un número aproximado de 3.000 cabezas de ganado vacuno, en las condiciones descriptas.

La intensificación de la producción agrícola y su impacto en el precio de la tierra (tanto en la venta como en el arrendamiento) ha tenido una incidencia directa en las formas de subsistencia de estos amplios sectores de las localidades de Nuevo Berlín y San Javier, al tiempo que ha implicado profundos cambios en el mundo del trabajo rural.

La intensificación de la producción agrícola y su impacto en el precio de la tierra (tanto en la venta como en el arrendamiento) ha tenido una incidencia directa en las formas de subsistencia de estos amplios sectores de la población de San Javier y Nuevo Berlín, al tiempo que ha implicado profundos cambios en el mundo del trabajo rural. A nivel interno del departamento de Río Negro, el proceso de

consolidación de este modelo productivo condujo a la concentración de la propiedad de la tierra y al desplazamiento de los pequeños productores agropecuarios (en general, de carácter familiar, algunos propietarios otros arrendatarios) desde el medio rural a las pequeñas ciudades.

La principal transformación productiva de Río Negro con la instalación del agronegocio (Hernández, 2009) ha sido la transnacionalización de la producción agrícola con la emergencia de empresas que compran tierras (en el caso de la forestación) o las arriendan (en el caso de la soja) en grandes extensiones.

Al mismo tiempo, esta intensificación de la producción agrícola ha generado un aumento en el uso de agrotóxicos, lo que ha tenido su consecuente impacto ambiental, precisamente en relación a las actividades que realizan estos sectores, básicamente en lo que tiene que ver con la pesca y la apicultura (incluimos en esta amplia denominación no sólo la producción de miel con destino a la comercialización, sino a la captura de enjambres, tarea que podría colocarse en el inicio de la cadena productiva de la apicultora, con la recolección de enjambres silvestres para destinarlos a la producción).

El estudio de una organización no gubernamental[95] detectó "la presencia de residuos de plaguicidas altamente tóxicos en peces de valor comercial y consumidos a nivel local" (Vida Silvestre, 2010; 6) como tarariras, bagres, sábalos y bogas. Con respecto a la agricultura, el estudio constató que "los insecticidas utilizados en los sistemas agrícolas estudiados, tiene un elevado impacto sobre la apicultura, generando entre otras cosas, una clara disminución de la producción de miel" (Vida Silvestre, 2010; 6). En lo que respecta a los momentos en que se registraron mortandades masiva de peces y abejas, el estudio permitió constatar "altas concentraciones" de plaguicidas, así como en "suelos productivos tiempo después de su aplicación (hasta 3 años en suelos de uso forestal y un año después en suelo de uso sojero) y su presencia en suelos de ambientes naturales, incluyendo el área protegida" (Vida Silvestre, 2010; 6).

95 La organización conservacionista Vida Silvestre llevó adelante un proyecto con financiamiento de la UICN (Unión Internacional para la Conservación de la Naturaleza) e involucró a equipos de investigadores de las Facultad de Química y Ciencias de la Universidad de la República y del Instituto Nacional de Investigaciones Agropecuarias (INIA). Los análisis de las muestras fueron realizados en laboratorios de Alemania, en virtud de la dificultad de encontrar técnicas de medición ajustadas en laboratorios de la región.

En el caso de los pescadores, hay una percepción directa del aumento de las mortandades de peces. Sin embargo no es directa la asociación -o por lo menos, no lo era hasta la presentación del estudio sobre impactos de los agrotóxicos en la región- entre estos fenómenos y la intensificación de la producción agrícola.

Por ello, seguramente, el conflicto entre actividades como la pesca o la apicultura y el agronegocio ha tenido hasta ahora mucho de silencioso, y sólo recientemente se ha hecho público.

Los actores locales han vivido desde adentro los diferentes efectos de la intensificación de la agricultura en la zona. Primero por el aumento en el precio de la tierra y el desplazamiento de productores rurales (ya sea arrendatarios o pequeños propietarios), sustituidos por empresas transnacionales, alguna de ellas identificables -como las forestales, que señalan sus campos con carteles e incluso tienen fundaciones de vínculo con las comunidades- y otras muy difusas, como las del agronegocio.

Una de las primeras dificultades las vivieron los apicultores. Por su sistema productivo, se puede decir que su producción es trashumante: las colmenas se mueven y se

ubican en diferentes lugares. Por lo general, los apicultores no son dueños de la tierra, por lo que dependen de conocimiento previo o vínculos de confianza para acceder a los lugares dónde colocar sus colmenas. En el caso de la forestación, este vínculo se ha institucionalizado al punto de tener que pagar un arrendamiento (por colmena) para poder acceder al derecho de colocar las colmenas dentro de las plantaciones forestales.

Aquí reside uno de los motivos principales al hecho de porqué los apicultores en general no han hecho públicas las denuncias de mortandad de abejas que se vienen registrando desde que se ha intensificado el uso de agrotóxicos en la zona, a través de las fumigaciones para la agricultura (básicamente, para la soja, sobre todo y en niveles nunca antes conocidos, desde el 2003). Los apicultores se ven enfrentados al dilema de no denunciar la mortandad de abejas para no se expulsados del lugar donde les han permitido instalar sus colmenas o perder el lugar donde se encuentran por un reclamo de justicia productiva, antes que ambiental. Aquí juega mucho la relación entre los apicultores y los responsables de los campos o aún de los propietarios que arriendan para la soja (y a quienes indirectamente perjudicarían, al realizar la denuncia).

En el caso de los pescadores, hay una percepción directa del aumento de las mortandades de peces. Sin embargo no es directa la asociación -o por lo menos, no lo era hasta la presentación del estudio sobre impactos de los agrotóxicos en la región- entre estos fenómenos y la intensificación de la producción agrícola.

Pero, ¿hasta dónde este es un conflicto redistributivo ambiental? ¿Podemos hablar aquí de demandas de justicia ambiental o estamos ante un conflicto "productivo"? Más allá de los argumentos en juego, es claro que hay un grupo de actores (básicamente pescadores y apicultores, con fundamentos a partir de su vínculo con una organización ambientalista) que colocan este conflicto en términos de redistribución de la contaminación poniendo en cuestión los impactos de la utilización incontrolada de agrotóxicos.

- Los conflictos del norte por el avance de la producción forestal: Paso Centurión.

El avance de los sistemas de producción forestal en Uruguay ha sido una de las constantes desde la década del 2000. Esto ha generado una serie de cambios estructurales en la composición de la sociedad rural, asociado también a los

efectos del corrimiento de la frontera agrícola. Entre otras cosas, los datos generales del censo agropecuario de 2011 demuestran una disminución en 12.000 explotaciones agropecuarias de menor tamaño, asociadas con la producción familiar. El desplazamiento de pequeños propietarios y arrendatarios rurales –consencuencia de esta expansión- tiene como correlato un fuerte proceso de concentración y extranjerización de la tierra (Gautreau, 2014).

Paso Centurión es un caserío rural del Departamento del Cerro Largo, en el límite con Brasil, por medio del río Yaguarón. Hay aproximadamente unas 40 familias habitando el núcleo poblado y también una población rural dispersa en la zona circundante, vinculada directamente con las principales actividades productivas de la zona: la producción ganadera de pequeña y mediana escala, en general basada en la recría, eslabón primario en la cadena productiva. La localidad presenta una fuerte depresión económica y limitaciones en los servicios públicos y comunicaciones. El lugar es un relicto de mata atlántica, lo que significa un particular interés para el sistema de áreas protegidas de Uruguay, ya que es un espacio en el que se presentan registros únicos de flora y fauna para todo el territorio nacional. Por este motivo, en el año 2007 Paso

Centurión y la vecina región de Sierra de Ríos fueron declaradas Reserva Departamental en 2007 (Junta Departamental, Decreto 24/07). Desde el año 2009, por su parte, está presentada la propuesta de ingreso al sistema nacional. La zona, al igual que la mayor parte del territorio ubicado al norte del país, ha sido protagonista del avance de los cultivos forestales. Es así que en el año 2010 parte de la población local se organizó para manifestar su preocupación por el aumento de la superficie forestada y su impacto sobre el precio de la tierra y la viabilidad de las explotaciones agropecuarias familiares, lo que desencadenó que en 2011 la Junta Departamental de Cerro Largo dictara una medida cautelar que prohíbe –desde ese entonces- cualquier innovación en el uso del suelo en el área. El antecedente fue particularmente trascendente ya que permitió la puesta en práctica de una herramienta contenida en la Ley de Ordenamiento Territorial vigente desde 2009. En 2013 una empresa propietaria de amplias extensiones de tierra en la zona de influencia de la Reserva Departamental impulsó ante la Junta Departamental una solicitud de retirar la medida cautelar, pretendiendo se aprobara una propuesta propia de forestación

con pinos. Dicha solicitud no tuvo éxito fundamentalmente debido a la presión de actores sociales locales.

Discusiones finales: conflictos, estado y poder

A lo largo de este artículo hemos repasado la evolución histórica de los conflictos ambientales, la manera en que sociedad y Estado se fueron ambientalizando y –por último- un repaso a una serie de conflictos ‘latentes’, conflictos que no llegan a ser tales y en los cuáles lo propiamente ambiental es un elemento más, una dimensión más, entre otras que incluyen el plano socioeconómico y político en un mismo nivel de importancia.

Es hora entonces de plantear algunas reflexiones sobre este recorrido.

Una de ellas tiene que ver con el hecho de que a pesar de un aumento sostenido en la visibilidad y capacidad de convocatoria de algunos conflictos ambientales que podríamos llamar “de alcance nacional”, hay otros que no llegan a constituirse como tales, que responden a ese proceso que Harvey propone entender como acumulación por disposesión y en el cual están en juego de manera imbricada las condiciones sociales de subsistencia de poblaciones subalternas, su

capacidad de expresión política y un tipo de relacionamiento con el ambiente muy diferente al que se proyecta de la mano de la expansión de la lógica capitalista de producción sobre los bienes de la naturaleza.

Sobre este punto y señalando el carácter de la intervención estatal, también podemos realizar algunas reflexiones. La primera de ellas tiene que ver con el hecho de que accedemos a estos conflictos, aún en su carácter latente, a partir de una intención de planificación, gestión u ordenamiento territorial que parte del Estado. Podríamos reconocer entonces, inicialmente, una capacidad desencadenante o al menos visibilizante de esos procesos de desigualdad, que tienen su dimensión ambiental. Dicho esto, debemos señalar también que tales intervenciones estatales no son neutrales, sino que arrastran consigo –por acción u omisión- intereses opuestos a los que expresan esta poblaciones locales. Por acción, por ejemplo, en el caso de los conflictos costeros, donde interviene directamente en la promoción de un modelo turístico que le permita ampliar su capacidad de recaudación impositiva. Por omisión, en el caso de los conflictos por intensificación de la agricultura en el litoral del país, donde el estado es el gran ausente en la fiscalización de la

gran cantidad de normativa existente para la correcta aplicación y control de agrotóxicos. En los casos asociados a la Forestación tenemos toda una novedad para Uruguay: una intervención del nivel departamental de gobierno que –a partir de la Ley de Ordenamiento Territorial de 2009- tiene mayores potestades sobre su territorio de influencia que el propio gobierno nacional, lo que no sólo aumenta su capacidad de incidencia sino su exposición ante la presión de los actores locales que reclaman por sus condiciones de vida. Obviamente que esta es una situación en proceso y es de esperar que los actores de peso económico también traten de incidir, ya sea por la vía local o por la vía nacional, para que se concrete la posibilidad de la utilización productiva del área. De hecho, uno de los reiterados anuncios del gobierno nacional ha sido que en este departamento –Cerro Largo- se concretará la instalación de la tercera fábrica de celulosa del país, lo que sin dudas generará un nuevo empuje de la frontera forestal sobre estos territorios.

En términos de la acción política, lo paradojal de este momento de visibilidad del movimiento ambientalista y de la generación de ámbitos de coordinación multisectorial en plataformas de acción común, es que este propio movimiento, con su dinámica colabora –sin proponérselo- a mantener en un

segundo plano a estos conflictos latentes, en los cuales sigue operando la acumulación por desposesión y desde donde muchos de los actores rechazan el calificativo de 'ambiental' para identificar su proceso de resistencia.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Chouhy, Magdalena. 2013. Cabo Polonio, área protegida: conservacionismo en diálogo con cosmovisiones salvajes. En Anuario de Antropología Social y Cultural 2013. Montevideo. FHCE-NORDAN.

Chouhy, Magdalena. 2012. Cabo Polonio: representaciones sociales en diálogo en un área protegida. Monografía de grado. Mimeo. Licenciatura en Ciencias Antropológicas; Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. Montevideo. UDELAR.

Chouy, Magdalena & **Santos**, Carlos. 2014. Los enclaves del 'Uruguay Natural' en los márgenes del neodesarrollismo. Ponencia presentada en el I Congreso Latinoamericano de Conflictos Ambientales. Buenos Aires. UNGS.

Chouhy, M. **Grattarola,** F. **Garay,** A. **Gaucher,** L. **Perazza,** G. **Bergós,** L. & **Santos,** C. 2014**.** Disputas silenciosas: Conservación y producción en Paso Centurión, Uruguay. Ponencia presentada en el I Congreso Latinoamericano de Conflictos Ambientales. Buenos Aires. UNGS.

Elizalde, L. **Menéndez,** M. & **Sosa,** M.N. 2013. Cronología del conflicto minero en Contrapunto Nro 2. Bienes comunes. Saqueo y resistencias. Montevideo. Extensión Universitaria.

Harvey, David. 2007. El nuevo imperialismo. Madrid. Akal.

Gautreau, Pierre. 2014. Forestación, territorio y ambiente. 25 años de silvicultura trasnacional en Uruguay, Brasil y Argentina. Montevideo. Trilce.

Hernández, Valeria. 2009. La ruralidad globalizada y el paradigma del agronegocio en las pampas gringas. In: Gras & Hernández (coord.) La Argentina rural. De la agricultura familiar a los agronegocios. Buenos Aires. Biblos.

Martínez Alier, Joan. 2005. El ecologismo de los pobres. Barcelona. Icaria-Antrazyt-FLACSO.

Pierri, Naína. 2002. Análisis crítico del instrumento de Evaluación de Impacto Ambiental y su aplicación en Uruguay. Tesis del Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Mimeo. Curitiba. Universidad Federal de Paraná.

Reboratti, Carlos & **Palermo**, Vicente (Comps.). 2007. Del otro lado del río. Ambientalismo y política entre uruguayos y argentinos. Buenos Aires. Edhasa.

Renfrew, Daniel. 2006. "Uruguay; políticas ambientales, agua y sociedad". En Santos, Valdomir, Iglesias & Renfrew. Aguas en movimiento. La resistencia a la privatización del agua en Uruguay. Montevideo. De la Canilla.

Santandreu, Alain & **Gudynas**, Eduardo. 1998. Ciudadanía en movimiento. Participación y conflictos ambientales. Montevideo. TRILCE-CLAES-FESUR.

Santos, Carlos. 2011. ¿Qué protegen las áreas protegidas? Conservación, producción, Estado y sociedad. Montevideo. TRILCE.

Santos, Carlos. 2006. "Los conflictos sociales en torno al agua". En Santos, Valdomir, Iglesias & Renfrew. Aguas en movimiento. La resistencia a la privatización del agua en Uruguay. Montevideo. De la Canilla.

Santos, C. **Narbondo**, I. **Oyhantçabal,** G. & **Gutiérrez**, R. 2013. Seis tesis urgentes sobre el neodesarrollismo en Uruguay. En Contrapunto Nº2. Montevideo. Extensión Universitaria.

Santos, C. **Valdomir**, S. **Renfrew**, D. & **Iglesias**, V. 2006. Aguas en movimiento. La resistencia a la privatización del agua en Uruguay. Montevideo. De la Canilla.

Vida Silvestre. 2010. Plaguicidas en la cuenca del Parque Nacional Esteros de Farrapos e Islas del Río Uruguay. Resumen Ejecutivo. Vida Silvestre. Montevideo.

TENSIONES Y CONFLICTOS AMBIENTALES EN LA REGIÓN ESTE DE URUGUAY: PASADO, PRESENTE Y FUTURO

Angel Manuel Segura[1], Federico Perez[2] y Nicolas Esteban Frank Gabin[2,3]
1- Modelización y análisis de recursos naturales- CURE, Rocha
2- Licenciatura en Gestión Ambiental- CURE, Rocha
3-Programa integral Trabajo y Producción Laguna Merín - SCEAM

Resumen
Las tensiones ambientales las podemos definir como el balance entre las fuerzas que se ejercen a la interna del sistema ecológico y social. En algunos casos, las tensiones generan una respuesta por parte de alguno de los involucrados y se expresan mediante un conflicto. Bajo la hipótesis de que los beneficios generados por la apropiación de los bienes naturales y los costos asociados a la pérdida de calidad ambiental se distribuyen de forma asimétrica entre los diferentes involucrados, se predice una tendencia al incremento en los conflictos ambientales. Este trabajo pretende aportar una descripción general con ejemplos de tensiones y conflictos en la zona Este del Uruguay, en el departamento de Rocha. De esta manera se visibilizan algunos de los contrastes entre las formas de uso y apropiación de los espacios naturales y se brinda una descripción de los aspectos más relevantes en materia socio-ambiental. Se presentan ejemplos concretos de tensiones y conflictos ya desarrollados (complejo arrocero), actuales (agronegocio) y potenciales (minería a cielo abierto y puerto aguas profundas) identificando su alcance espacial y temporal. Se desprende que las tensiones y los conflictos son corrientes y muchas veces son invisibilizados o tomados como algo "natural", pero generalmente existen fuertes diferencias entre los beneficiados y los perjudicados por la apropiación y uso de los

recursos naturales. Este capítulo no pretende ser una revisión exhaustiva de las tensiones o conflictos ambientales documentados en la región, pero si sugerir una forma de observar los fenómenos ambientales-económicos y sociales de la zona. En este sentido, la reciente génesis de un observatorio de conflictos ambientales en la zona se presenta como una herramienta relevante para visibilizar y aportar información, discutir y tomar acciones sobre las tensiones y conflictos ambientales de la zona con una mirada amplia y diversa.

Introducción

El departamento de Rocha está situado sobre la costa Atlántica, al Este de Uruguay (Figura 1). Es un departamento fronterizo con Brasil y posee un enorme patrimonio natural y cultural. En su relieve se encuentran sierras y lomadas cristalinas, y un área importante de llanuras con escasa pendiente que da lugar a un sistema de bañados naturales y un sistema de dunas costero que alberga un monte psamófilo, típico de esta zona. Presenta un cinturón de lagunas costeras salobres con una enorme diversidad de aves, peces, crustáceos y otros organismos. Estas singularidades ambientales han sido reconocidas en diversos esfuerzos enfocados a la conservación en tratados nacionales (ej. Sistema Nacional de Áreas protegidas; SNAP) e internacionales (ej. Convención de

RAMSAR) que apuntan a la conservación de la diversidad biológica y cultural (Menafra y col. 2006).

La población del departamento de Rocha (68.000 personas) vive concentrada en las ciudades (94 % de población urbana[96]). La estructura productiva económica del departamento está fuertemente vinculada a las actividades basadas en recursos naturales, con la creciente presencia de la agroindustria. En particular, las principales especializaciones del departamento son la ganadería, la cadena arrocera y el turismo. La agricultura en Rocha sigue la tendencia observada para el resto del país en los años recientes. Los alimentos que genera son para la exportación, mediante la aplicación de modelos y paquetes tecnológicos que apuntan a escalas crecientes y mayor utilización de insumos, que han conducido a una intensificación de la producción[97]. Estas nuevas modalidades de producción son más agresivas con el ambiente y sus efectos ecosistémicos y sociales se pueden visualizar en diversos indiciadores (Clerici y col. 2004). El incremento de las formas de producción basadas en paquetes tecnológicos e intensificación del uso del suelo y una creciente primarización de la economía llevan a un avance sobre los espacios naturales,

96 Censo 2011 - ttp://www5.ine.gub.uy/censos2011/index.html
97 Paolino 2009

y una pérdida de la calidad ambiental en general. En este marco de intensificación de la producción, se plantea la hipótesis de que los beneficios generados por la apropiación de los bienes naturales y los costos asociados a la pérdida de calidad ambiental se distribuyen de forma asimétrica entre los diferentes involucrados. Esta hipótesis se ha planteado en el marco de la llamada justicia ambiental (Acselrad y col 2004, Berger, 2012). Según la hipótesis, es esperable que se incrementen la frecuencia e intensidad de los conflictos ambientales. En este sentido, estamos avanzando en la construcción de un observatorio de la región Este de Uruguay, en colaboración con el observatorio del extremo Sur de Brasil, que permita visibilizar y discutir sobre los problemas y conflictos ambientales de la región en el marco de la justicia ambiental.

Este capítulo pretende generar una descripción general de la zona Este de Uruguay y presentar tres ejemplos concretos de tensiones y conflictos ambientales que podemos esquemáticamente asignar a tensiones y conflictos ya desarrollados (pasado), en desarrollo (presente) y potenciales (futuro). Los casos escogidos son representativos de la zona y se basan en la descripción de la producción arrocera, la

expansión del agronegocio sojero y la propuesta de megaminería metalífera a cielo abierto junto con la instalación de un puerto de aguas profundas en la costa. Esta presentación no pretende ser una revisión exhaustiva de las tensiones y conflictos ambientales documentados para la región, pero si comenzar a explorar y sugerir una forma de observar los fenómenos ambientales, económicos y sociales de la zona.

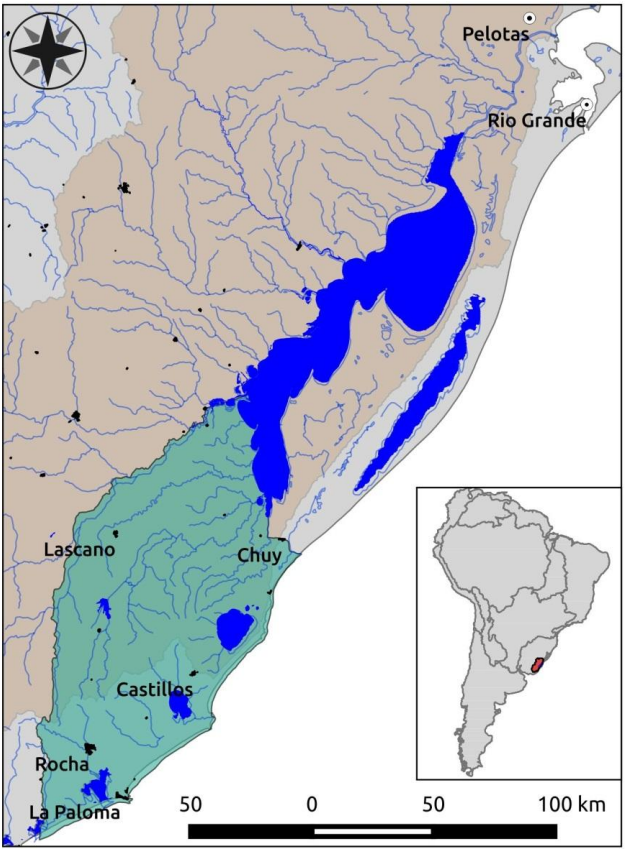


Figura 1.- Región este de Uruguay donde se destacan el departamento de Rocha (color verde), partes de la cuenca Laguna Merín – Canal São Gonçalo (color salmón), y los principales cursos y espejos de agua (color azul). En el recuadro se muestran las principales cuencas hidrográficas Sudamericanas y se resalta en Rojo la cuenca Merín - São Gonçalo. Elaboración propia en base a datos obtenidos de GeoSUR[98], IBGE[99], Agesic[100] y CRSU[101].

98 Portal GeoSUR: Los créditos de las capas de Hidrografía y Cuencas corresponden al "Mapa digital elaborado por el Programa GeoSUR en colaboración con la Corporación Andina de Fomento y la Secretaría IIRSA" 2004 y lagunas Merín y Mangueira a Terra – i (Centro Internacional para la Agricultura Tropical – CIAT).

Complejo arrocero

En la producción primaria departamental destaca la producción de arroz. El arroz en el país se produce en 170.000 ha de las cuales 31.000 están en el departamento de Rocha (18 % del total). Éstas se encuentran en la zona Norte del departamento, vinculadas al sistema de planicies contiguo a la Laguna Merín (Figura 2). El número de productores en toda la cuenca arrocera ha disminuido desde las zafras de la década de los '90 con un quiebre en el 2000 y una tendencia a mantenerse estable en los últimos años en el entorno de 500[102]. Sin embargo, la producción de arroz y la superficie cultivada presentan un aumento exponencial, con una tendencia en las últimas ocho zafras a la estabilización y una asíntota estimada de ~200.000 ha (Figura 3). Según datos de la Asociación de cultivadores de arroz (ACA) – 70 % se siembra en tierra arrendada, 30 % son propietarios. Las tendencias en la superficie cultivada, la producción y el número de productores

---

99 Instituto Brasilero de Geografía y Estadìstica – Capa de puntos ciudades de Brasil.

100 Agencia para el Desarrollo del Gobierno de Gestión Electrónica y la Sociedad de la Información y del Conocimiento – Uruguay. Dto de Rocha, y Localidades de Uruguay.

101 Carta de Reconocimiento de Suelos de Uruguay. Espejos de agua adicionales.

102 Datos de la ACA + MGAP DIEA Encuesta arrocera

sugieren una concentración en el número de productores de arroz en la zona[103]. Este escenario se registra en el marco de una disminución del precio relativo del arroz respecto a otros costos como el precio del combustible Diesel o la mano de obra (Salgado 2014). Es esperable que el aumento en los costos fijos perjudique más fuertemente al pequeño productor que a los grandes productores, fomentando la tendencia de pérdida de productores de pequeña escala. El negocio arrocero ha vivido mejores coyunturas en el pasado pero en la actualidad los márgenes se han reducido considerablemente, aunque el rendimiento por há (8 ton/há) ha alcanzado niveles comparables a los más altos del mundo (Estados Unidos) en base al desarrollo conjunto de variedades nacionales donde participan el Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria (INIA), los productores y los industriales arroceros. Sin embargo, estudios sectoriales estiman que no existe margen para mejoras adicionales en la productividad104 y por lo tanto la rentabilidad general presenta una tendencia a disminuir.

La mano de obra ocupada directamente en el arroz se ubicó en la zafra 2013-2014 en 3.204 trabajadores. En los últimos años ha aumentado el número de há por trabajador

103 http://www.aca.com.uy/datos-estadisticos
104 Anuario OPYPA –MGAP 2014

hasta un valor de 50 há/trabajador en 2013-2014 mientras que en la zafra 1997-1998 era 38 há/trabajador105. El aumento sostenido de la productividad del trabajo y el área sembrada ha hecho que la población trabajadora se mantenga relativamente estable a lo largo de los años (Piñeiro, 2001). El componente del costo de cultivo que ha experimentado mayores incrementos en los últimos cuatro años es la mano de obra, la que aumentó un 60 % en dólares. Sin embargo, la situación de los empleados dista de ser favorable (ver abajo). El combustible se incrementó un 12 % en dólares en el mismo período, mientras que la energía eléctrica se incrementó 25 % en dólares. En un escenario en que el número de pequeños productores (menos de 200 há) ocupa a un 48% del total, el aumento relativo de los costos les genera mayores dificultades y en algunos casos se registran problemas de endeudamiento relevantes.

La marcada orientación del complejo arrocero uruguayo a la exportación condiciona la subsistencia de las unidades productivas a la competencia mercantil sujeta a los precios internacionales. Esto contribuye a comprender tanto las estrategias de estos agentes económicos -trascendiendo

105 Anuario Estadístico Agropecuario DIEA - MGAP

explicaciones subjetivistas o moralistas- y las diversas formas en la que el Estado contribuye a viabilizar el sector. Los productores de arroz, al igual que otros exportadores, reciben un reintegro por parte del gobierno de 3% de los impuestos indirectos sobre el valor exportado. Este subsidio es de menor cuantía que en otras partes del mundo, pero representa un aporte del gobierno y los contribuyentes a mantener esta actividad. Otra vía de aporte indirecto son los aportes del Estado a las familias de asalariados del arroz (canastas, servicios de salud), que sin este subsidio, estarían por debajo de los requerimientos nutricionales mínimos según lo estimado por la “Línea de indigencia”.(Frank y col. 2013).

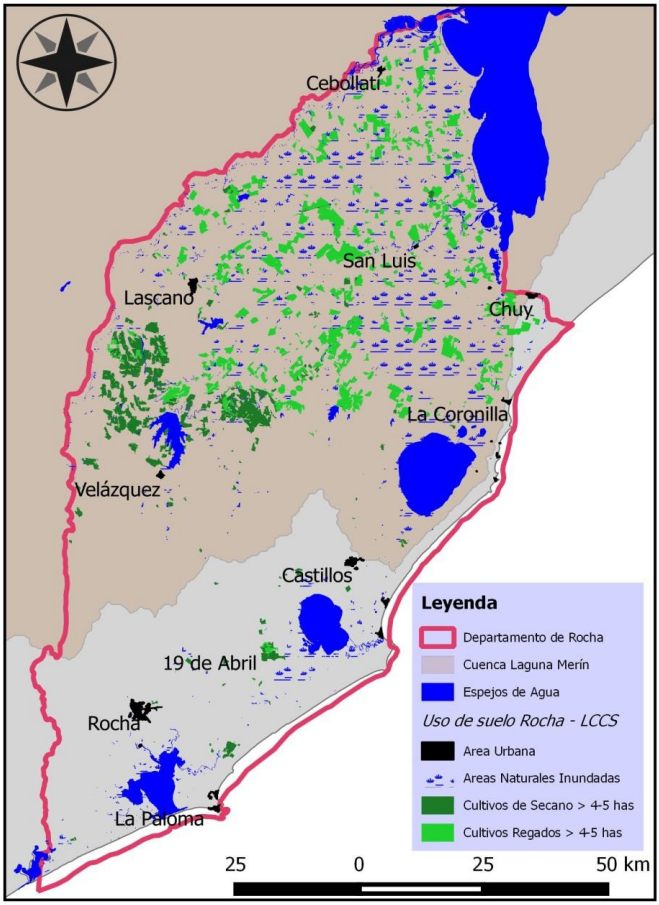


Figura 2.- Principales actividades agrícolas de Rocha para el año 2011 mayores de 5 Has. diferenciadas entre cultivos bajo riego (Arroz) y de secano (cultivos de verano e invierno como Soja, Trigo, Maíz, Sorgo, entre otros). *Fuente*: Elaboración propia en base a la cobertura del suelo del Uruguay[106] y otras fuentes de cartografía de base citadas en la Figura 1.

106 MVOTMA - DINOT (2015). Atlas de cobertura del suelo del Uruguay. Cobertura del suelo y detección de cambios 2000 - 2011 Land Cover Classification System (LCCS).

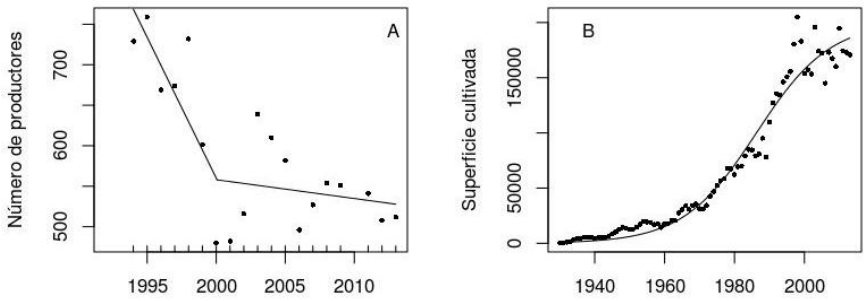


Figura 3.- A) *Evolución temporal del número de productores de arroz por zafra con una caida hacia el año 2000 y una tendencia a la estabilización.* ***B)*** *Superficie cultivada de arroz con un incremento marcado en los años '80 y una tendencia a la estabilización. Nótese la diferencia de escala en los años entre ambos paneles. Fuente: elaboración propia en base a datos de Asociación de Cultivadores de Arroz.*

Históricamente las condiciones de trabajo vida y salud de los asalariados del sector ha sido crítica, generando diferentes conflictos e intervenciones del Estado. Yamandú Gonzales Sierra (1994) identifica en el año 1932 la primer "huelga moderna" en el agro uruguayo precisamente en el sector arrocero. Posteriormente "Se registran intentos organizativos y conflictos en 1954, en 1956, en 1957. En el último caso se produce una huelga seguida de una fuerte represión sindical que hace que el sindicato deje de existir hasta 1963 cuando se produce un nuevo intento de organización, que fructifica en 1964 con la fundación del SUPA" (Frank y col. 2013: 44) por lo que esta conflictividad

acompaña la evolución histórica de la producción arrocera nacional. Dentro de ella es claramente identificable la asimetría de poder entre los sectores en disputa y la acción del Estado para dirimir el conflicto. "A los intentos de organización de los trabajadores para presentar plataformas reivindicativas y mejoras de sus condiciones han sucedido olas de persecución sindical que han desarticulado dichos intentos. Esta persecución sindical a lo largo de la historia en algunos casos ha contado con la anuencia por acción o por omisión de parte del Estado uruguayo" (Frank y col. 2013). Analizando los contenidos de esas reivindicaciones es posible apreciar que no se trata de conflictos estrictamente salariales, sino que se movilizan también frente a las penosas situaciones de vivienda, alimentación, transporte, servicios básicos y otros aspectos que hacen a las condiciones de vida de los trabajadores que residían en las empresas, poniendo en cuestión la viabilidad de estos territorios como espacios para la vida. Esto llevó al Estado a la creación de la ley arrocera N°9991 de 1940 (anterior al "Estatuto del Trabajador Rural"[107]). Analizar su articulado y lo elemental de los pisos mínimos que establece -al igual que con

107http://www.giro-prevencionistas.com.uy/pdf/agropecuaria/Ley%209.991%20Productores%20de%20Arroz.pdf

el actualmente vigente Decreto 321/009- da cuenta de la dura situación sobre la que se está interviniendo. El trabajo de Frank y col. (2013) identifica que aunque han existido avances en varios puestos de trabajo, muchas de esas dificultades persisten en la actualidad dentro y fuera de las empresas. Esto constituye un elemento paradojal del complejo, dado el peso creciente del salario en los costos totales anteriormente mencionado, lo que deja entrever que las causas de estas contradicciones se remontan a elementos estructurales del modelo productivo y no a coyunturas puntuales que se solucionan con pequeños cambios.

El arroz se promociona como un cultivo amigable con el ambiente, pero los efectos de la plantación de arroz son extensivos e intensivos en varios ecosistemas de la región y sus efectos en la salud humana poco evaluados. Este es un aspecto altamente significativo para analizar los conflictos ambientales, dado que articula la conflictividad interna de las empresas en relación a las consecuencias de su actividad sobre el ambiente y la salud de los trabajadores que la realizan, así como en la relación a la salud del resto de los habitantes de los territorios arroceros. Un aspecto es el vinculado a la consecuencia en la salud del uso de agrotóxicos que incluyen herbicidas,

fungicidas e insecticidas los más utilizados en la producción arrocera" (Frank y otros. 2013:38). Este aspecto será analizado con mayor detalle en el apartado siguiente, dado que tiene puntos en común con las prácticas agrícolas que se promueven actualmente. Cabe aquí señalar como especificidad del sector que han habido mejoras con el uso de tecnologías de localización satelital para las fumigaciones aéreas, suprimiendo el puesto de trabajo de 'banderilla', que indicaba al avión el lugar donde fumigar y por lo tanto recibía el agroquímico directamente. Sin embargo, no han existido cambios para la tarea del 'aguador'108 encargado del manejo de los canales para riego, y que tiene alta exposición a las sustancias tóxicas, pues su tarea se realiza a pie en el agua109. Otro ejemplo es el vinculado al polvillo emanado por la industrialización del arroz110. El mismo está asociado a diferentes patologías del

---

108Video sobre el aguador CSEAM, https://www.youtube.com/watch?v=ThN8uIjoTpY

109 G.E.S.T.A. (2012). Cartilla para trabajadores y trabajadoras del arroz: Riesgos, prevención y reglamentaciones sobre salud en el trabajo. Montevideo: CSEAM.

110 "El polvillo al que están expuestos los trabajadores del procesamiento de granos en general es complejo, contiene restos del grano, su cáscara, malezas y pólenes que contaminan la planta, hongos y sus esporas (dependiendo del grado de frescura del grano), esporas o micro partículas contaminadas por roedores, pesticidas que se utilizaron en el cultivo, sílice del suelo y otros polvos orgánicos e inorgánicos presentes en el suelo (Becklake, 2007)." (Frank y otros, 2013:191)

sistema respiratorio, y en particular en el caso del arroz a enfermedades como la asbestosis o el "Rice Miller's Syndrome" (Frank y col. 1973:193). Esto ha originado una serie de conflictos de distinta intensidad tanto en la interna de las empresas, así como entre los molinos y las poblaciones circundantes, de los cuales el caso más emblemático en Uruguay se dio en la ciudad de Tacuarembó, concluyendo en el traslado de la planta de Saman para otra locación más alejada (Ciganda y col. 2010).

Otra clase de impactos ambientales está vinculado a la alteración del ciclo hidrológico. La producción de arroz en el Uruguay implica generar canales artificiales para controlar el flujo de agua y regar la plantación que requiere un período de inundación completa. La fracción mayor de agua proviene de ríos y arroyos (68 %) y el resto de agua embalsada en represas (32 %). En el 95 % de los casos se utiliza bombeo eléctrico. Tanto mediante embalses o por extracción directa, el uso del agua para el riego en el Arroz es mayor al 99% del agua total utilizada en la cuenca de la Laguna Merín, frente a otros usos marginales en volumen como el abastecimiento de agua potable a poblaciones, industria y otro riego, entre otros, en ningún caso superando el 0,5% (Fonsalia 2014). La alteración

de los regímenes hidrológicos, la desecación de los bañados y el uso masivo de agua dulce representan los impactos ecosistémicos más evidentes. A fines de los años '70 en el periodo de facto, se permitió una modificación que afectó 100.000 ha., casi un cuarto de la zona protegida por la convención internacional RAMSAR para la protección de los bañados del este (Figura 4; Santos 2014). Esta alteración incrementó el numero de canales de drenaje que desembocan en el canal Andreoni y finalmente son vertidos al Océano Atlántico a la altura del balneario La Coronilla. Esta alteración tuvo dos impactos marcados en los ecosistemas y el turismo de la zona. Los impactos en la biodiversidad y las comunidades biológicas de la playa de la Coronilla son significativos y están bien caracterizados y estudiados a lo largo del tiempo (Defeo & Lercari 2006). Estos incluyen cambios en la composición de especies, abundancias relativas y en atributos individuales de los organismos que viven asociados a la arena o en la zona de rompiente. Por ejemplo, por efecto de la descarga, el tatucito (*Emerita brasiliensis*) presenta variaciones en la talla máxima o la edad de madurez y la almeja amarilla, utilizada como alimento de seres humanos y carnada presenta una elevada

mortalidad por los efectos de los agrotóxicos que se vuelcan a la playa por el canal (Sauco y col. 2013).

El incremento en la descarga y los efectos sobre la playa generó un efecto inmediato sobre actividades tradicionales de la zona, como la pesca artesanal de almeja amarilla o el turismo de Playa en la Coronilla. Este último caso es paradigmático, pues La Coronilla era el balneario estrella de la costa Atlántica en las décadas de los sesenta y setenta, caracterizado por la belleza de sus playas y con un desarrollo hotelero destacado en la zona, pero perdió rápidamente estas características. El Plan de Regulación Hídrica de los Bañados de Rocha111 plantea que "los bañados recuperen un funcionamiento más similar a las condiciones naturales (sic), previo a las obras de drenaje artificial". Si bien la ley está redactada desde 2001, no se ha avanzado en ese tema mostrando un interés diferencial en cuanto a la resolución de conflictos por parte de los gobiernos de turno. Estos conflictos están instaurados y son visibles en la prensa de alcance nacional y regional112. Por ejemplo, Paola Ferrari integrante

---

111
112

de la Comisión de Turismo del balneario La Coronilla lo plantea claramente en una entrevista radial “Sí, la verdad es que esta es un cuenca muy grande donde hay muchos factores, donde hay muchos intereses. Están el sector turístico; el sector arrocero … hay bastantes intereses y algunos contrapuestos...”. A la interna gubernamental también se observa asimetría respecto a las prioridades, que se pueden visualizar con la decisión de establecer un Área Marina Protegida cuyo límite exterior (pero no incluido en) es el canal Andreoni. De esta forma se establece un Área Marina protegida, donde los efectos del canal son conspicuos. En este caso los organismos encargados de la protección ambiental están limitados en su accionar por decisiones de carácter económico-productivo.

Agronegocio y cambios actuales en la producción agropecuaria

Los cultivos de oleaginosos han experimentado un dinamismo superior al de la agricultura mundial en las últimas décadas. Gran parte de ese dinamismo se explica por la demanda creciente de China con una expansión del área cultivada en América del Sur. América del Sur participa con un

60 % de la oferta exportable mundial. En Uruguay el proceso ha sido similar y Rocha no es la excepción, registrando un notorio avance de cultivos intensivos de perfil exportador con inversión y dependencia en la tecnología extranjera. Posteriormente se verifica una tendencia al crecimiento en superficie de los cultivos de organismos genéticamente modificados, principalmente soja transgénica y al uso de los llamados "paquetes tecnológicos" así como un avance de la forestación. Como fruto de esta dinámica se han verificado cambios drásticos en la estructura de precios relativos de factores de producción. La inversión en tierras creciente ha provocado un aumento muy importante en su precio absoluto y relativo a otros factores (el valor de la tierra se multiplicó por 8 desde el 2000). La participación de la soja en las exportaciones totales de bienes era 0.5% en el año 2000 y pasó a ser 16 % del total en el año 2014 donde se transformó en el principal rubro de exportación del país[113]. Este incremento viene asociado a importantes impactos en las formas de producción pues las nuevas tecnologías y las escalas de producción no necesariamente son adecuadas para el ambiente en su conjunto y en general tienden a aumentar las desigualdades sociales.

113 Uruguay XXI – Oleaginosos 2013.

Ver Oyhantçabal y Narbondo (2008) para una revisión crítica del agronegocio y sus impactos en las zonas donde mas ha crecido en Uruguay.

Este tipo de producción acentúa la primarización de la economía y la dependencia en los precios internacionales de las materias primas. A diferencia de Argentina, Brasil o Paraguay, que generan productos derivados (pellets, aceites de soja o harinas), agregando un proceso de industrialización, Uruguay exporta los granos. Las plantaciones son manejadas por grupos de inversión de estos países de la región y al mismo tiempo Uruguay importa los productos derivados producidos en Argentina[114]. Es necesario observar quiénes son los actores en este proceso. La evolución de las plantaciones de soja es explicada por la variable precio internacional y por una coyuntura en Argentina (retenciones a las exportaciones) que impulsó la migración de capitales hacia Uruguay. En este sentido, los impactos ambientales de esta plantación quedan en Uruguay y los beneficios económicos directos son apropiados por capitales extranjeros. Esto es aun más grave en un contexto

114 En el año 2014 se ampliaron las capacidades de procesamiento de una empresa uruguaya (COUSA) para la generación de aceites en pos de la industrialización primaria de esta oleaginosa. Pero los volumenes manejados son igualmente menores.

de extranjerización y concentración de la tierra, donde por ejemplo en el año agrícola 2012-2013 el 5.4% de los productores concentraba el 72.6% de la superficie plantada. Los efectos ambientales, sociales y económicos de las plantaciones de este tipo de monocultivos son más claros en la región del litoral Oeste de Uruguay, donde las plantaciones están implementadas desde hace más tiempo (Santos, 2014; Oyhantçabal & Narbondo 2008).

Entre los efectos ambientales más claros de la aplicación de estos paquetes tecnológicos están la contaminación de los cuerpos de agua con herbicidas y otras sustancias químicas (Di Marzio 2010), así como la eutrofización de los mismos y la consiguiente proliferación de floraciones algales nocivas. El aumento exponencial de la importación de plaguicidas y otras sutancias tóxicas en Uruguay está íntimamente relacionado con la superficie de soja plantada (Datos de DIEA-DGSA en [115]). Otro de los principales problemas asociado a las plantaciones de soja es que incrementa la erosión de los suelos si el laboreo no se intercala con rotaciones adecuadas (Clerici y col. 2004). A estos efectos nocivos debe agregarse al avance del área plantada que

115 http://www.redes.org.uy/wp-content/uploads/2012/07/Impactos-del-cultivo-de-soja-en-Uruguay.pdf

sustituye la pradera natural y al aumento de la presión ganadera en los sitios relegados a este fin. La tendencia en Uruguay al incremento de las importaciones de sustancias químicas utilizadas como insecticidas, plaguicidas y fertilizantes es clara (Datos de DIEA-DGSA en [116]) y según las previsiones oficiales, se pretende incrementar la carga y la cantidad de producción a nivel de país. Estos cambios no han sido acompañados por una planificación ambiental estratégica seria, y su profundización traerá aparejada el incremento de las desigualdades sociales y ambientales.

Los efectos del incremento del área utilizada para actividades agropecuarias (agricultura y forestación) en los servicios ecosistémicos ha sido analizado de forma detallada para la cuenca de la Laguna de Rocha (Nin 2013). Los servicios más perjudicados por el aumento de estas actividades son el control de la eutrofización, es decir el control de la carga de nutrientes en el agua, el control de la erosión y la prevención de la invasión de especies exóticas invasoras. Si la expansión se incrementara hasta los límites teóricos máximos, los efectos negativos en estos servicios serían de entre el -10% y -30% (Nin 2013). En la Laguna de Rocha, ingresada

116 http://www.redes.org.uy/wp-content/uploads/2012/07/Impactos-del-cultivo-de-soja-en-Uruguay.pdf

recientemente al Sistema Nacional de Áreas Protegidas, se detectó la presencia de un insecticida en los sedimentos, lo que alerta sobre el impacto creciente de las actividades antrópicas en este sistema protegido (Nardo, 2011).

Como medidas desde el gobierno, a partir del 2013 se exige a los propietarios o tenedores la presentación de un plan de uso y manejo de suelo para productores de más de 100 ha. que apunta a mitigar o disminuir la erosión hídrica de los suelos (OPYPA 2014). Esta exigencia es saludable y apunta a disminuir la erosión y el aporte de sustancias a los cuerpos de agua pero no considera otros impactos ambientales y de salud asociados a estas prácticas del agronegocio. En un escenario de incremento de esta forma de producción que se basa en aplicaciones de plaguicidas poco selectivos y de alta toxicidad supone un riesgo ambiental importante. Además, el uso indebido en la aplicación de estos plaguicidas y la falta de control suponen que el riesgo de incrementar la producción acarrearía problemáticas ambientales mayores.

Un problema de salud recurrente asociado a este tipo de cultivos está asociado a la intoxicación por el contacto con agroquímicos tóxicos (Taran y col. 2013). Los resultados de una investigación de alcance nacional realizada por el Centro

de Información y Asesoramiento Toxicológico (CIAT) de la Facultad de Medicina-UdelaR, muestran que la patología vinculada a los plaguicidas constituye una consulta frecuente y que el grupo químico asociado a las fosfonoglicinas es muy frecuente y está relacionado al empleo del herbicida Glifosato. En particular, Rocha presenta en este estudio una alta incidencia de intoxicaciones por ingesta accidental o contacto con herbicidas. Por su parte, la predominancia de las consultas por intoxicaciones laborales se explican porque son agudas y evidencia las condiciones riesgosas para los trabajadores (Taran y col. 2013) y la falencia en las medidas para la protección de su salud. Las autoras plantean que "El desconocimiento por parte del trabajador del producto que está utilizando plantea una situación de gran vulnerabilidad y la necesidad de capacitación en este sector". Estos casos de intoxicación aguda son un extremo, pero los casos crónicos, o sea de baja exposición por períodos prolongados son en general subrepresentados, pero presentan efectos en la salud relevantes. De hecho el informe concluye que "Las intoxicaciones por plaguicidas agrícolas y veterinarios representan una patología frecuente en nuestro país, y constituye un problema de salud pública". Este aspecto del "paquete sojero" debe ser

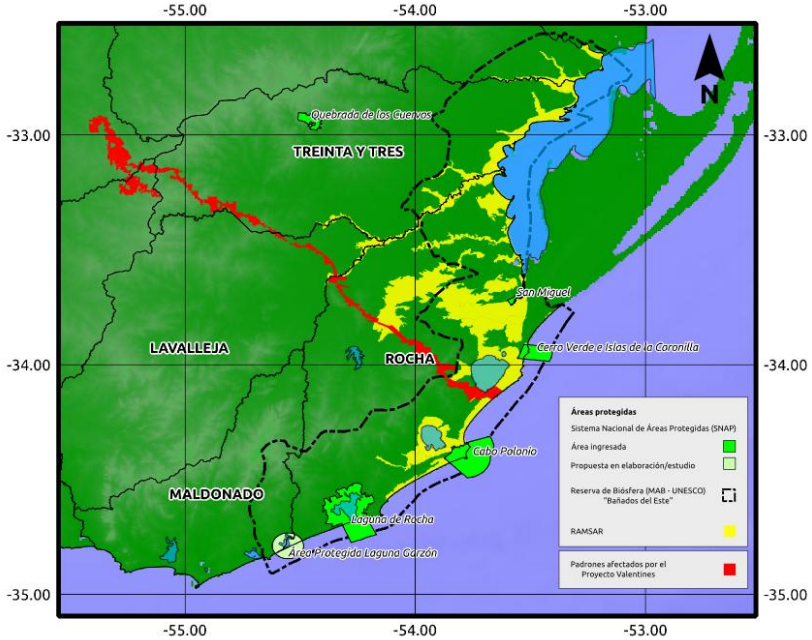
explícitamente considerado para definir las políticas agropecuarias pues los costos sociales y económicos asociados a estas enfermedades no son contemplados en los cálculos de los rendimientos e ingresos y son financiados por el conjunto de la sociedad.

Mineria a cielo abierto y puerto de aguas profundas

Entre los diferentes tipos de producción extractivista y con menor desarrollo de productos y valor agregado, se encuentra la minería metalífera a cielo abierto. En el marco de una burbuja especulativa por los precios del hierro, una compañía "Junior" de origen Indio presentó en el año 2011 un proyecto para la extracción a cielo abierto de hierro en el centro de Uruguay, en la zona de Valentines y Cerro Chato (Figura 4). Contra este proyecto se generó una gran movilización social ambientalista sin precedentes en Uruguay, que se opuso categóricamente a dicho proyecto, generando información, debates y opinión pública (Bacchetta y Segura 2013; Bacchetta 2015). Ambiental y socialmente el proyecto nunca fue viable, pero actualmente el mismo no tiene siquiera sustento económico. Sin embargo, el pedido de padrones y los derechos sobre los terrenos sigue en pie, perjudicando a

productores rurales y con la amenaza permanente de resurgir si cambia la relación de precios del metal. Ante este escenario, generar información de calidad y discusiones con buen nivel es crítico para pensar el desarrollo de la región ante este u otros proyectos de carácter similar.

Figura 4.- Padrones afectados al Proyecto Valentines y áreas de preservación ambiental nacionales e internacionales en la región Este de Uruguay. *Fuente*: Guzmán López



La minería a cielo abierto se puede definir como aquella que emplea grandes cantidades de energía, agua y espacio

físico. En Uruguay, la recientemente creada Ley de minería de gran porte (19.126[117]) establece como tal aquella que ocupa una superficie superior a 400 ha o genera una inversión o exportaciones por grandes montos (~90: de Dólares Americanos). La explotación a cielo abierto trae aparejados enormes impactos en los ecosistemas en los que se implanta esta actividad, con remoción de suelos, generación de polvo, ruidos y gases de efecto de invernadero (Donadio, 2009). El proyecto presentado en Uruguay combina tres componentes: a) El distrito minero, b) el mineroducto y c) una terminal portuaria, cada uno con numerosos impactos negativos significativos y en gran parte irreversibles. En esta sección nos enfocaremos en la terminal portuaria y sus efectos en la zona costera como ejemplo de los perjuicios que podría generar esta actividad en una zona de alta riqueza natural.

El análisis se basa en la información oficial entregada por la empresa Aratirí en el Estudio de Impacto Ambiental (EIA) presentado a la secretaría encargada de analizar y decidir las autorizaciones ambientales de los proyectos productivos en Uruguay. La Dirección Nacional de Medio Ambiente (DINAMA) que depende del Ministerio de Ordenamiento

117 http://archivo.presidencia.gub.uy/sci/leyes/2013/09/miem_945.pdf

Territorial y Medio Ambiente (MVOTMA) rechazó el primer informe presentado por la empresa pues la información presentada no tenía la calidad suficiente para evaluar el impacto de la actividad. De la información presentada, se desprendía que la mayoría de los impactos negativos (86%) tienen una significancia media a muy alta y casi la mitad (46%) de los impactos negativos son irreversibles o irreparables. La explotación minera generaría un impacto en las actividades productivas agropecuarias, la pesca artesanal local y el turismo. Además, se prevé que en la zona portuaria se registre erosión de la zona costera, con afectación paisajística y pérdida de viviendas costeras. En cuanto a los efectos en la infraestructura, la empresa prevé modificación y deterioro de infraestructura vial y deficiencias en los sistemas de salud, educación y recolección de residuos generados por la migración de trabajadores foráneos a las diferentes zonas en la etapa de construcción. Además de los múltiples impactos negativos es posible que la empresa no genere un incremento neto de los empleos, pues las pérdidas de empleos por desplazamiento de actividades productivas que ya existen en las distintas zonas podrían llegar a ser incluso mayores que la generación de nuevos empleos propuestos por la empresa. Este

punto es evidente en la zona portuaria, donde los empleos generados por la empresa se estiman en 120 personas y donde los empleos relacionados a actividades turísticas son numerosos. En lo que respecta a la responsabilidad social de la empresa, no se incluyen en el análisis las Recomendaciones y Protocolos Internacionales sobre la Evaluación de Impactos Sociales (Leticia D' Ambrosio com. Pers.) y la empresa ha tenido una relación conflictiva con los productores y vecinos en todas las zonas donde planea instalarse. Esta relación conflictiva fue dura y ha divido al pueblo en la zona del distrito minero, pero también fue particularmente tensa en la zona de Punta del Diablo próxima al Área Protegida de Cerro Verde. Un ejemplo de esta relación fue el recibimiento del gerente de la empresa con mascaras de calaveras[118] por parte de la comunidad organizada. Un detalle importante que refleja el maltrato de la empresa hacia los pobladores y la asimetría de poderes fue la visita de la gerenta de relaciones sociales, sin previo aviso y acompañada de dos "choferes" a la puerta de la casa particular de una de las vecinas que organizaba a los vecinos en su lucha contra Aratiri. Este tipo de presiones no pueden ser aceptadas y demuestran además la ineficacia del

118 http://www.elobservador.com.uy/protestas-caretas-contra-aratiri-n204518

Estado para proteger a los ciudadanos de las grandes empresas o corporaciones.

El EIA presentado por la empresa no considera en ningún punto información referente a la cantidad de especies prioritarias para el Sistema Nacional de Áreas Protegidas (SNAP) y propone como positivos ciertos impactos basados en opiniones personales, sin datos científicos que las sustenten. Varios de estos comentarios se pueden leer en extenso en la página del observatorio minero del Uruguay[119], en los informes técnicos generados y en el libro recientemente editado sobre minería en Uruguay (Bacchetta 2015). Más aun, en el informe de EIA entregado en segunda ocasión a la DINAMA, la empresa reconoce una serie de impactos negativos muy severos en la zona costera que incluyen i) el vertido al mar de sustancias sumamente tóxicas, ii) la introducción de especies exóticas en el agua de lastre, iii) erosión de playas, iv) riesgo de afectación de Ballena Franca Autral e impactos en las Áreas Naturales protegidas (Figura 4) entre las más nocivas y significativas sobre el medio natural.

Además, se identifican impactos en las actividades productivas como la pesca artesanal, interferencias con el

119 http://www.observatorio-minero-del-uruguay.com/

turismo mediante la ruptura de la construcción de una imagen natural, y mencionan la prostitución y tráfico infantil como posibles impactos sociales de la implantación de un puerto en la zona. Estos impactos son tomados textuales de la Evaluacion de Impacto Ambiental entregada por la empresa a la DINAMA (Anexo ELB N4- Impactos en el turismo).

Se registrarán efectos nocivos a varios componentes (ambiente, salud, económico) de ocurrir el vertido de exceso de agua proveniente de la represa de agua bruta al Océano Atlántico. Los resultados presentados por la empresa indican que los niveles de arsénico, níquel y zinc en el agua descargada serán varios ordenes de magnitud (100-1000 veces) mayores que los niveles que hay en el medio actualmente. El arsénico es extremadamente tóxico para la salud humana y su ingestión en pequeñas cantidades puede causar efectos crónicos por su acumulación en el organismo. Los peces y crustáceos son los organismos que más concentran y acumulan estas sustancias en sus tejidos con efectos de disrupción endócrina entre otros. Este impacto afectaría el consumo normal de los productos derivados de la pesca artesanal de la zona que actualmente se comercializan (langostino y cazón) y afectar la salud y el estilo de vida de los pobladores locales.

A pesar de los nefastos impactos identificados para la zona, desde diversas tiendas se sigue promoviendo el eufemismo de minería de gran porte ambientalmente responsable, lo cual en vistas de la experiencia internacional y las afirmaciones vertidas en el EIA por la empresa no son compatibles. En lo que respecta a la terminal portuaria, desde la propia comisión interministerial (CIPAP[120]) creada por Presidencia de la República, en sus informes técnicos evaluaron como netamente desfavorable la implantación de un puerto de aguas profundas para la biodiversidad y para la actividad turística de la zona.

No han sido esgrimidos los motivos que llevaron al gobierno a optar por un proyecto extractivista, con pocos aspectos positivos reales pero con potenciales impactos en las actividades y ecosistemas locales de gran relevancia. El camino trazado por el poder ejecutivo, que mostró una estrecha asociación con una empresa privada con escasa experiencia en estos temas, intentó generar una propuesta inviable y con impactos negativos en varios ejes, desde los aspectos sociales y productivos hasta económicos. Los movimientos sociales organizados y su recolección de información y la exposición de

120 visitada 12/2015

este tema fueron cruciales para lograr la detención de estos mega-proyectos que fueron criticados desde diversos ámbitos técnicos y ciudadanos (Bacchetta y Segura 2013, Bacchetta 2015).

En este caso, la asimetría entre la empresa y los ciudadanos potencialmente afectados es patente. Los primeros con contacto fluido y canales de negociación directos con representantes de Presidencia de la República, incluido el Presidente y los últimos sin estas facilidades y tildados rápidamente de ambientalistas radicales. Es evidente la asimetría a la hora de generar opinión pública, por las facilidades de la empresa de contratar espacios en los medios masivos de comunicación e incluso de dejar a los políticos que supuestamente deben defender los intereses del conjunto de la sociedad como voceros. Esto queda manifiesto en el EIA cuando la empresa CIFRA responde textualmente a la pregunta[121]

> "¿Cuál es la estrategia más apropiada para "vender" el proyecto Aratirí a los locales?": y las respuestas apuntan al secretismo, "Informar solo lo necesario a las personas que necesitan saber, en lugar de comunicar

121 Anexo N.2 ELB Socio EIA Aratiri entregado a DINAMA. Versión 2.

masivamente mensajes", "No involucrarse en discusiones con grupos opositores..."

Y de forma llamativa le proponen directamente a la empresa "*Dejar que las autoridades públicas "jueguen su papel" y vendan el proyecto porque las autoridades tienen la legitimidad que les otorga su cargo y sobre todo la legitimidad que les da "no ser parte del proyecto"*(sic). Este tipo de actitudes no son deseables ni fomentan una discusión saludable sobre los proyectos de desarrollo que como sociedad tenemos el derecho de elegir. Además, ubican a los políticos representantes del estado como voceros y defensores de una empresa anacional y dudosa reputación en lugar de defender y generar las condiciones adecuadas para una discusión seria e informada. Es destacable que el movimiento social organizado y anclado en análisis rigurosos de la información disponible[122] logró en su accionar poner un freno a este proyecto nefasto para el país.

Conclusiones y perspectivas

Las asimetrías en el poder y el reparto desigual de los beneficios y costos ambientales de las actividades humanas se

122http://www.elobservador.com.uy/aratiri-tiene-su-frente-los-ambientalistas-ilustrados-n274540

registran históricamente en la zona. Las tecnologías y formas de producción que se están implementando sugieren que estas asimetrías se incrementarán en el futuro. Particularmente, la región este de Uruguay es una zona caracterizada por su grado de naturalidad y el número de ecosistemas relevantes para la conservación y donde el avance del modelo extractivista de producción presentan efectos nocivos visibles en el corto y mediano plazo. Los agentes promotores de este modelo productivo tienen fácil acceso a los gobernantes y medios de comunicación que reproducen un mensaje de crecimiento equiparado a bienestar. Sin embargo, el crecimiento sin organización, no implica desarrollo ni repartición equitativa. Ante esta realidad, la organización social y el acceso a información de calidad son insumos relevantes que permitirán hacer frente al avance de estas formas de uso y abuso de los ecosistemas que incrementan la desigualdad socio-ambiental. En este sentido, la consolidación de un observatorio de conflictos ambientales se presenta como una herramienta de visibilización, discusión y acción que apunte a fomentar y generar redes de trabajo en esta temática para superar esta situación. Las preguntas fundamentales deben girar en torno a

¿cual es el modelo que queremos? y ¿cómo decidimos ese modelo como sociedad?

Agradecimientos

A Guzmán López por ceder generosamente los mapas de la zona costera y los padrones afectados por el proyecto minero.

Bibliografía

Acselrad, H. Pádua, A.; Herculano, S. (eds.) (2004), **Justiça ambiental e cidadania.** Rio de Janeiro: Relumé Dumara.

Bacchetta, V.L. y Segura, A.M. 2013. Resistencia social al modelo extractivista en Uruguay. En **Conflitos ambientais e urbanos – debates, lutas e desafios** / organizadores: Machado, CSR, Dos Santos CF, Ferreira Araújo C, Dos Passos W.V. ISBN 978-85-7727-517-5 http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2015/04/Conflitos-Urbanos-e-Ambientais_debates_lutas-e-desafios.pdf

Bacchetta, V. 2015. Aratirí y otras aventuras. **Las soberanías cuestionadas.** *286 pg. doble clic editoras.*

Berger, M. 2012. Justicia ambiental en América Latina. Inteligencia colectiva y creatividad institucional contra la desposesión de derechos . **e-cadernos ces** [Online], 17 | 2012, acceso 22 Enero 2016 URL : http://eces.revues.org/1128 ; DOI : 10.4000/eces.1128

Ciganda, et al (2010).Monitoreo de la Salud Respiratoria en Escolares de la ciudad de Tacuarembó. **Presentación de resultados en formato ppt**. Dirección General de la Salud, Dirección Departamental de Salud de Tacuarembó, División Salud Ambiental y Ocupacional, Ministerio de Salud Pública. Disponible en:

Clérici, C., Baethgen, W. García-Préchac, F. y Hill, M. 2004. Estimación del Impacto de la Soja sobre Erosión y C Orgánico en Suelos Agrícolas del Uruguay . **Revista Cangüe** No. 26. Acceso electronico Enero 2016 en

Donadio, E. 2009. **Ecólogos y mega-minería, reflexiones sobre por qué y cómo involucrarse en el conflicto minero-ambiental.**Ecología Austral 19:247-254.

Fonsalía A. 2014. **El Complejo Agroindustrial Arrocero de la Cuenca de la Laguna Merín y el Rol de los Trabajadores Asalariados** . Tesis de grado en Geografía. Facultad de Ciencias-UdelaR. Montevideo-Uruguay.

Frank, N. y 10 autores, 2013. **Los trabajadores arroceros de la Laguna Merin:** análisis de su situación de salud. Informe de Proyecto. CSIC-UdelaR. Proyectos de investigación e innovación orientados a la inclusión social.

González Sierra, Y. 1994. **Los olvidados de la tierra:** vida, organización y luchas de los sindicatos rurales del Uruguay. Fundación Friedrich Ebert Uruguay, 292 pág.

Menafra R Rodríguez-Gallego L Scarabino F & D Conde (eds) 2006 **Bases para la conservación y el manejo de la costa uruguaya**. Vida Silvestre Uruguay, Montevideo.

Nardo, D., Evia, G., Castiglioni, E., Egaña, E., Galietta, G., Laporta, M. y Núñez Chichet, M. E. 2015. **Determinación de Glifosato mediante inmunoensayo enzimático (ELISA) en el Paisaje Protegido Laguna de Rocha y su entorno**, Uruguay. INNOTEC, 10 (64 - 70) - ISSN 1688-3691

Nin, 2013. **Mapeo de servicios ecosistemicos en la cuenca de la Laguna de Rocha como un insumo para la planificación territorial** . Tesis de maestría en Ciencias Ambientales . Facultad de Ciencias-UdelaR, Montevideo-Uruguay.

Oyhantçabal, G. y Narbondo, I. 2008. **Radiografía del agronegocio sojero**. Descripción de los principales actores y los impactos socio-

económicos en Uruguay. ISBN: 978-9974-7885-8-9. www.redes.org.uy/wp-content/uploads/2009/08/Agronegocio-Sojero-web2.pdf

Piñeiro D.E. 2001. Los trabajadores rurales en un mundo que cambia: El caso de Uruguay. **Agrociencia.** (2001) Vol.V N° 1 pág. 68-75.

Salgado, L. 2014. Arroz: situación y perspectivas. **Anuario Oficina de Programación y Política Agropecuaria (*Opypa*)**. http://www.mgap.gub.uy/OpypaPublicaciones/ANUARIOS/Anuario2014/pdf/analisis/Salgado%20-%20arroz%20situacion%20y%20perspectiva.pdf

Santos, C. 2014. Naturalismos y acumulación por desposesión: Paradojas del desarrollo sustentable . **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 20, n. 41, p. 331-356, jan./jun.

Sauco, S., Gomez, J., Barboza, F.R., Lercari, D. y Defeo , O. 2013. Modified whole effluent toxicity test to assess and decouple wastewater effects from environmental gradients . **PLoS ONE 8(6)**: e66285. doi:10.1371/journal.pone.0066285

Taran, L., Ortega, C., Laborde, A. 2013. **Intoxicaciones por plaguicidas agricolas y veterinarios en el Uruguay** . Acceso en línea Enero 2016.

“CENTRALISMO EN PERCEPCIÓN Y RESPUESTAS A PROBLEMAS AMBIENTALES EN COMUNIDADES DE URUGUAY”[123]

Diego Thompson[124]

Assistant Professor,
Department of Sociology, Mississippi State University

Resumen
Luego de la crisis financiera que afectara a Uruguay en 2001-2002, el país comenzó un proceso de crecimiento económico principalmente en los sectores agrícola, ganadero, y forestal (entre otros). Los cambios en el desarrollo económico del país han creado nuevos desafíos medioambientales para comunidades en distintas zonas del país. Distintos aspectos socioeconómicos, políticos, y culturales, han influenciado como los problemas ambientales son percibidos, estableciendo así distintos niveles de importancia sobre las consecuencias de los problemas, los lugares geográficos (o comunidades) donde son ‘públicamente reconocidos’ por actores claves, y los recursos que se movilizan para responder a los mismos. Pensando en distintas regiones y comunidades de Uruguay, este capítulo explora algunos aspectos críticos sobre la percepción y

[123] Algunos pasajes de este artículo fueron publicados en: Thompson, Diego. 2018. “Media, Decentralization, and Assemblage Responses to Water Quality Deterioration in Uruguay.” En Agri-environmental Governance as an Assemblage: Multiplicity, Power, and Transformation. Pp. 145-160. Editores: Jérémie Forney, Chris Rosin, y Hugh Campbell. New York, U.S.: Routledge, Taylor & Francis Group (‘all rights reserved’). Reproducidos en este artículo con permiso de Taylor & Francis Group por medio de PLSclear.

[124] E-mail: dthompson@soc.msstate.edu

respuestas a problemas ambientales a nivel local. Con el análisis teórico y los casos brevemente analizados en este capítulo, se pretende aportar a la reflexión pública y/o futuros estudios académicos al respecto que puedan profundizar aún más en estos temas y contribuir a una mejor justicia ambiental en el país.

Desarrollo, Expansión Económica Reciente, e Impacto Ambiental

A partir del año 2003, luego de la crisis financiera que afectara a Uruguay en 2001-2002, comenzó un proceso de gran crecimiento económico nacional impulsado por el aumento de inversión extranjera directa, acompañada por proyectos de desarrollo de gran envergadura principalmente en el sector agrícola, ganadero, y forestal y de industrialización de celulosa. Los cambios en el desarrollo económico del país promovidos por gobiernos recientes se han focalizado principalmente en la agricultura e industrias extractivas que han tenido gran impacto en el medioambiente y en comunidades del país. Los modelos productivos y de desarrollo recientemente promovidos a nivel nacional y regional se han caracterizado por políticas de incentivo estatal a instituciones privadas y extranjeras para la inversión directa en el país. Modelos recientemente impulsados por varios gobiernos latinoamericanos se pueden enmarcar dentro de lo que Bresser-Pereira (2007; 2009; 2012) describe como “nuevo desarrollismo.” Durante las dos primeras décadas

del siglo veintiuno, gobiernos latinoamericanos -de derecha e izquierda- han implementado el nuevo desarrollismo como una alternativa a los viejos paradigmas económicos establecidos durante los años 1980s y 1990s, basado en el Consenso de Washington (Bresser-Pereira 2007; 2009; 2012). Las políticas económicas recientemente implementadas en Uruguay, han generado múltiples mejoras sociales y económicas, pero con gran impacto ecológico a nivel local en distintas zonas del país. Los nuevos paradigmas de desarrollo macroeconómico con énfasis en promover la inversión extranjera directa principalmente en el rubro agroexportador del país, no se ha distanciado significativamente de algunas críticas recibidas por grupos ambientalistas como consecuencia de las políticas neoliberales aplicadas y promovidas en décadas anteriores. En Uruguay, algunos de los proyectos económicos recientemente promovidos y declarados de "prioridad nacional" se han basado en la intensificación de la explotación de los recursos naturales con impactos ambientales significativos en distintas comunidades del país. La producción de soja, pulpa de madera para hacer papel, y la extracción de minerales han sido algunos de los principales rubros recientemente promovidos por el Estado y sus principales instituciones. Se pueden encontrar

ciertos paralelismos entre estos cambios desarrollistas ocurridos recientemente con lo que la escuela de “desarrollo de dependencia” describía hace ya varias décadas haciendo referencia al desarrollo latinoamericano y sus consecuencias a nivel local. Algunos de estos nuevos enfoques de desarrollo se han centrado en la “modernización” y “alcanzar” a países desarrollados en base a la explotación de recursos naturales y primarios, con gran impacto ambiental y muchas veces sin “derramar” beneficios económicos a nivel local o comunitario. Consecuentemente, el reciente crecimiento económico y el desarrollo del país durante el presente siglo ha despertado nuevos debates sobre como distintos actores sociales y comunidades perciben y responden a distintos problemas ambientales. En este sentido, es muy importante analizar como los problemas ambientales afectan y son percibidos de manera desigual por comunidades en territorios específicos y explorar en que comunidades existen o no, respuestas nacionales, regionales, y/o locales, que muchas veces pueden ignorar capacidades comunitarias o incluir un manejo no sustentable de los recursos disponibles (Dunlap 2010; Urry 2010; Ashwill, Flora, y Flora 2011, Eriksen et al. 2011).

Los cambios productivos ocurridos en el país a partir del 2003, se pueden dividir en tres grandes regiones que han concentrado conflictos sociales vinculados a posibles consecuencias negativas (incluyendo problemas ambientales): Suroeste (desde Fray Bentos, incluyendo Nueva Palmira y su zona de influencia, hasta Conchillas); Centrosur (Montevideo y su área metropolitana); y Sureste y Este (cuenca de la laguna de Rocha y las áreas adyacentes, incluyendo La Paloma) (Tejera 2014). Comunidades de estas distintas regiones han sido impactadas de manera diferente principalmente por el crecimiento de la producción forestal, sojera, y ganadera, entre otras. Las transformaciones recientes han creado nuevas tensiones, vínculos, y dinámicas entre distintos actores que influyen como los cambios en el ambiente son percibidos así como las eventuales respuestas a nivel local o de comunidad. Pensando en algunas particularidades de estas regiones y en algunas de sus comunidades, este capítulo pretende analizar algunos aspectos críticos sobre la percepción y respuestas a problemas ambientales a nivel local, que puedan servir para futuros debates e investigaciones sobre estos temas en el país.

Percepción de Problemas Ambientales a Nivel Local

Los estudios sociales sobre las causas de como los cambios ambientales (‘socioculturalmente construidos’) son percibidos por distintas comunidades han tenido históricamente un rol muy importante dentro de los estudios sobre la interacción humana con el ambiente (Lockie 2004). Los orígenes en la percepción de cambios ambientales que son vistos como negativos y/o ‘problemas’ a nivel local, transcienden -muchas veces- los límites geográficos y sociales de la comunidad, entendida como un sistema social en una ubicación geográfica específica, donde la población local satisface sus inquietudes y necesidades a través de organizaciones e instituciones (Flora y Flora 2013).

Los desafíos para los estudios comunitarios y ambientales en tiempos modernos no son nuevos ya que los límites imaginarios de las comunidades con el resto de la sociedad y otros territorios en tiempos contemporáneos se han visto cada vez más difusos debido al aumento de vínculos (reales o virtuales) con distintas realidades geográficamente distantes. Los vínculos sociales o el ‘*capital social*’ de la comunidad pueden ser clasificados en vínculos internos (*bonding social capital*) y/o vínculos con actores externos (*bridging social capital*) (Flora y Flora 2013). La percepción

que la comunidad tiene de sí misma y de su entorno natural responde tanto a vínculos sociales internos como a externos (Flora y Flora 2013). De esta manera los recursos a los que las comunidades acceden (como información sobre el ambiente) y utilizan, dependen en gran medida de las características del capital social o vínculos tanto internos como externos (Putnam 1993; Portes 1998; Putnam 2000; Putnam y Feldstein 2003).

Las comunidades son fuertemente influenciadas por vínculos externos (*bridging social capital*) a las mismas, haciendo que sucesos o aconteceres sociales, políticos, culturales, económicos, y/o ambientales, ocurridos en otros lugares, tengan una gran trascendencia y afecten el devenir de la propia comunidad. La percepción de cambios ambientales a nivel local, no está ajena a la naturaleza de los vínculos externos de las comunidades, que conforman a la sociedad de masas, con un rol muy importante de los medios de comunicación masivos. Para entender mejor lo que sucede a nivel local es fundamental explorar las relaciones entre la sociedad de masas y/o actores externos y la comunidad local (Lyon y Driskell 2012; Flora y Flora 2013).

Para entender la importancia social que los problemas ambientales adquieren, es importante analizar de cerca cuales

son los procesos y vínculos sociales, económicos, políticos, y culturales, que hacen que ciertos condiciones ambientales sean percibidas como un riesgo y que puedan representar un estado de crisis para ciertas comunidades y no para otras (Hannigan 2014; Thompson 2014). Estos procesos y vínculos externos son dinámicos y toman múltiples formas en el relacionamiento que existe entre actores locales con actores externos y/o ajenos a la comunidad. El concepto de comunidad y sus intereses, rituales, tradiciones y culturas con relación a problemas ambientales muchas veces transciende los límites geográficos (Muniz y O'Guinn 2001) y responde a las relaciones y procesos sociales, económicos, culturales, y políticos con distintos actores, muchas veces externos o ajenos a la comunidad (Thompson 2014).

En Uruguay, distintos actores de la sociedad civil, gubernamentales, y del sector privado, influyen en como los problemas ambientales son percibidos a nivel local. Los medios de comunicación masivos de alcance nacional y la transmisión de información sobre las condiciones del ambiente en distintas partes del territorio uruguayo, tienen una gran influencia en la construcción social de problemas ambientales y sus posibles riesgos en algunas comunidades del país. Los

medios de comunicación masivos reflejan e influyen como distintos actores piensan y se manifiestan sobre distintos temas como la ciencia y el riesgo vinculado a cambios ambientales (Ching 2010; Dolnicar y Hurlimann 2010; Boyd y Paveglio 2014). Los medios de comunicación masivos muchas veces transmiten o responden a intereses económicos, políticos, y/culturales sobre determinadas comunidades, teniendo un papel crítico en la importancia que los problemas ambientales adquieren y en las comunidades (seleccionadas) que los mismos ocurren (Howe 2009). La información transmitida por medios de comunicación no solo influye como los problemas ambientales son percibidos a nivel local, sino que también juega un rol crítico en la selección social y geográfica (de comunidades) en donde los problemas ambientales ocurren. La cobertura mediática sobre algunos problemas ambientales puede exponer así la naturaleza de los vínculos externos (*bridging social capital*) de ciertas comunidades, facilitando información por parte de actores externos interesados, y construyendo mapas socialmente imaginarios de las comunidades que enfrentan problemas ambientales así como de la importancia de los mismos como parte del acontecer y agenda local, regional, y/o nacional.

La percepción social de problemas ambientales tiene un rol muy importante en posibles respuestas a los mismos. Literatura sobre cambio climático y resiliencia comunitaria destaca que la percepción local de vulnerabilidad y riesgos asociados al medioambiente pueden motivar movilizaciones sociales colectivas que generen o faciliten recursos para mitigar posibles impactos negativos a nivel local (Adger 2003; Tompkins y Adger 2004; Ensor y Berger 2009). Cuando otros tipos de cambios estructurales en la economía, infraestructura, educación, y/o política de las comunidades son localmente percibidos como negativos, también pueden provocar descontento y movilización colectiva para resolver problemas ambientales, entre otros (Thompson 2014). Cambios repentinos y extremos como los desastres naturales también pueden provocar reacciones sociales colectivas a nivel local para hacer frente a las posibles consecuencias negativas de esos cambios (Aldrich 2010; Stofferahn 2012).

La movilización social colectiva a nivel local puede hacer los cambios ambientales más visibles y promover cambios estructurales para el mejoramiento de las comunidades y promover mayor participación por parte de distintos actores locales (Brecher, Costello y Smith 2009; Thompson 2014). Por

lo tanto, es fundamental estudiar cuales son los factores que influyen la percepción de problemas ambientales y la movilización social colectiva, especialmente en comunidades que se encuentran bajo transformaciones significativas y posibles riesgos (Wright y Boudet 2012).

Los vínculos externos entre comunidades y distintos actores regionales o nacionales pueden ayudar a entender la génesis de la percepción de problemas ambientales y la movilización social colectiva (Wright y Boudet 2012). Los vínculos externos de las comunidades (*bridging social capital*) y el rol de los medios de comunicación masivos, no solo influyen en la percepción local sobre posibles problemas ambientales, sino que también establecen distintos niveles de importancia sobre las consecuencias de los problemas, los lugares geográficos (o comunidades) donde son experimentados, y los recursos que pueden ser movilizados por comunidades para responder a los mismos.

Descentralización, Comunidades, y Respuestas a Problemas Ambientales

Durante las últimas décadas, la inclusión e importancia de actores locales en el manejo de recursos naturales y en la respuesta a desafíos ambientales, ha ganado gran protagonismo

internacional dentro de las ciencias sociales, naturales, y de desarrollo (entre otras). La inclusión y empoderamiento de comunidades para desarrollar respuestas a problemas ambientales territoriales prioriza la participación activa de actores locales y múltiples puntos de vista para identificar problemas, prioridades, y recursos locales para elaborar soluciones (Gates 1999; Head 2007).

Literatura sobre manejo de recursos naturales (Tompkins y Adger 2004; Bardsley y Rogers 2011), teoría de los bienes comunes (Armitage 2008; Berkes 2008), y resiliencia y adaptación de comunidades (Adger, Lorenzoni, y O'Brien 2009; Ensor y Berger 2009), destaca cómo los vínculos externos de comunidades, por medio de la gobernanza multinivel (*multi-level governance*) descentralizada o gobernanza en red (*network governance*), incluyendo actores locales, regionales, nacionales e internacionales, pueden facilitar la transferencia y flujo de recursos usados para adaptaciones locales a problemas ambientales. La adaptación de comunidades a problemas ambientales se puede definir como la movilización (o el uso) de los recursos localmente disponibles para reducir y/o adaptarse a los cambios y riesgos ambientales (Wilson 2012). Estudios de distintas regiones del

planeta, señalan que las adaptaciones a cambios ambientales por parte de las comunidades, pueden ser sustentables y tener éxito cuando incluyen la participación a través de la toma de decisiones locales para movilizar los recursos localmente disponibles y satisfacer las prioridades locales, pero también teniendo en cuenta el contexto regional y los vínculos de la comunidad con actores externos (Adger 2003; Adger et al. 2009; Ensor y Berger 2009; Ashwill et al. 2011). Si bien una extensa literatura destaca como la participación local y la gobernanza descentralizada puede facilitar respuestas basadas en las necesidades de cada comunidad (Adger 2003; Tompkins y Adger 2004; Armitage 2008; Adger et al. 2009; Ensor y Berger 2009; Ashwill et al. 2011), la gobernanza descentralizada para el monitoreo y manejo de recursos naturales toma singulares características a nivel local dependiendo de cada región y territorio.

Al igual que en varios países de América Latina, en los últimos años los gobiernos uruguayos han tratado de cambiar sus enfoques centralistas hacia la participación más activa de actores locales en una nueva organización gubernamental de sistemas administrativos, territoriales, y políticos (Piñeiro 2004; De Barbieri y Zurbriggen 2011; Zurbriggen 2011). Estos

nuevos enfoques, programas, leyes, y acciones de descentralización por parte del gobierno central, contemplan a las comunidades como unidades críticas en los cambios ocurridos en territorios específicos (Piñeiro 2004). Estos nuevos enfoques de descentralización pretenden involucrar activamente a las comunidades en la planificación territorial y regional del país (De Barbieri y Zurbriggen 2011; Berdegué et al. 2012), con un gran potencial para desarrollar mejores respuestas locales a los cambios ambientales a través del empoderamiento comunitario. Empoderamiento de comunidades implica que la comunidad (gobernantes, grupos locales, y residentes), en lugar de las instituciones gubernamentales departamentales o nacionales, tome decisiones sobre sus recursos y ponga en práctica lo que se decida a nivel local (International Association for Public Participation (IAPP) 2007). El empoderamiento de actores locales por medio de la descentralización implica la toma de decisiones en manos de la población local. El empoderamiento de comunidades se plantea como alternativa al centralismo histórico de actores claves y es crucial para la movilización de recursos localmente disponibles que puedan ser útiles para responder a problemas ambientales.

En Uruguay, la dependencia histórica que las comunidades aún tienen con las Intendencias y con el gobierno nacional centralizado en Montevideo, representa un gran desafío para que las comunidades puedan decidir sobre los recursos localmente disponibles (Thompson 2015). Las comunidades del interior del país aún dependen financieramente de instituciones departamentales y/o nacionales. Muchas veces las instituciones gubernamentales operan bajo paradigmas centralistas, siendo reacias a delegar autoridad a las comunidades, ya que no están seguras como serán administrados los recursos públicos que se reciben a nivel local (Head 2007). La dependencia financiera de comunidades del interior del país es crítica. La misma no limita la participación local en la toma de decisiones en nuevos espacios de participación descentralizada (como los Municipios y Mesas de Desarrollo Rural), pero puede limitar los recursos localmente disponibles y la eventual planificación a futuro para responder a problemas ambientales (Thompson 2014; 2015).

En Uruguay, gran parte de las comunidades del interior del país también depende de instituciones regionales o nacionales (Organismos Sanitarios del Estado (OSE), Dirección Nacional de Medio Ambiente (DINAMA),

Ministerio de Ganadería, Agricultura, y Pesca (MGAP), etc.) para el monitoreo y acceso a información científica sobre los recursos naturales, que contribuyen a la percepción que la comunidad local tiene sobre el ambiente. La dependencia de comunidades con actores gubernamentales y la comunidad científica sobre la situación de recursos naturales puede limitar la legitimación (externa) por parte de actores claves en la identificación de problemas ambientales que son localmente observados (Thompson 2014; 2015). La falta de conocimiento e información científica a nivel local también puede limitar acceso a recursos tecnológicos para el monitoreo ambiental y/o posibles respuestas a nivel local. La dependencia financiera, de conocimiento científico, y tecnológico de comunidades del interior del país, se ve agravada cuando existe dependencia política y las decisiones sobre las comunidades son tomadas por actores externos y/o ajenos a la comunidad (Thompson 2014; 2015), muchas veces en Montevideo. La dependencia política de comunidades con gobiernos departamentales o nacionales centralistas puede determinar la naturaleza de los proyectos de desarrollo a nivel local (que pueden ser localmente resistidos) y socavar intentos de empoderamiento

en el monitoreo y manejo de los recursos naturales (Thompson 2014; 2015).

Centralismo y Dependencia en Percepción y Respuestas: el Caso del "Problema del Agua"

En Uruguay, los problemas ambientales a nivel local, principalmente atribuidos al cambio climático y a la expansión e intensificación agropecuaria y forestal, han adquirido mayor visibilidad pública en años recientes. Uno de los principales problemas ambientales que recientemente ha adquirido un papel importante y ha sido públicamente discutido, es el deterioro de la calidad del agua en distintas cuencas del país, principalmente debido al exceso de nutrientes y la utilización de agroquímicos. "El problema del agua" ha ganado un gran protagonismo al punto de ser calificado por diversas autoridades gubernamentales como un gran problema y desafío ambiental a nivel nacional. La construcción social de este problema ambiental, ya de carácter nacional, se ha visto principalmente influida por distintos actores y la cobertura mediática por parte de medios de comunicación principalmente de Montevideo, donde vive casi la mitad de la población del país. Aunque diversos problemas vinculados al deterioro de la calidad del agua ya habían sido observados por más de una

década en distintas comunidades del interior del país, los debates científicos, sociales, y políticos sobre las condiciones ambientales actuales, han tomado una importante repercusión nacional en los últimos años.

Durante el 2015, el tema de la calidad del agua dulce y como afecta a distintas comunidades, se trasformó en un debate de alcance nacional con una gran cobertura mediática por parte de distintos medios de prensa sobre las distintas visiones existentes con relación a las condiciones en que se encuentran distintas cuencas y el agua potable. El debate sobre la calidad del agua potable y los posibles riesgos que pueden existir por floraciones algales de cianobacterias potencialmente tóxicas en cuerpos de agua, ha despertado un debate sin precedentes sobre las condiciones ambientales en las que se encuentran diversos ecosistemas como consecuencia de la expansión económica y productiva durante este siglo. La amplia cobertura mediática y el alcance nacional que ocupa actualmente este tema, tomó un fuerte impulso como consecuencia de ciertos problemas identificados principalmente en comunidades de las zonas Centrosur y Sureste/Este, de gran interés para diversos actores del sector privado, gubernamental, y de la sociedad civil del país. Cabe preguntarse entonces: ¿Qué factores han

influenciado para que la calidad del agua se transforme en un problema ambiental ‘visible’ de carácter nacional y muchas veces local? ¿Cuáles son los factores que influyen para que este problema (públicamente discutido por distintos actores) sea calificado de relevancia para algunas comunidades pero no para otras? ¿Qué características del capital social de las comunidades afectadas han influenciado para que los problemas vinculados al agua y las posibles respuestas hayan trascendido a las propias comunidades? ¿Qué pasa con comunidades que enfrentan problemas vinculados al agua (u otros problemas ambientales) pero no adquieren notoria visibilidad pública?

A continuación, se comparan y describen algunos casos recientes sobre problemas ambientales relacionados a la calidad del agua (dulce y salada) en el Suroeste, Centrosur, y Sureste/Este del país, que han tenido distinta repercusión mediática y atención pública a nivel nacional -y por ende local. Con estos casos de estudio exploratorios se intenta analizar los distintos aspectos teóricos planteados en este artículo sobre el rol que pueden tener ciertos actores claves en la percepción y respuesta a problemas ambientales. Con el análisis de estos casos, se pretende aportar a la reflexión publica y/o futuros

estudios sobre la percepción o identificación de problemas ambientales y respuestas a nivel local, teniendo en cuenta que son necesarias futuras investigaciones al respecto que puedan profundizar aún más estos problemas y aportar a una mejor justicia ambiental en el país.

Suroeste: Nueva Palmira y Dolores

Desde hace varios años, comunidades del Suroeste del país ya observaban un gran deterioro de la calidad del agua en las cuencas de los ríos Uruguay, Negro, y San Salvador (entre otros), localmente atribuidos a problemas o falta de saneamiento, y la intensificación agrícola, ganadera, y forestal reciente (Thompson 2014). En los años 2011 y 2012, algunas de esas comunidades, como la localidad portuaria de ***Nueva Palmira*** (Colonia), llegaron a tener importantes movilizaciones sociales a nivel local que impulsaron algunas respuestas por parte de la comunidad y el gobierno departamental y nacional para hacer frente al deterioro de la calidad del aire y del agua como consecuencia de la intensificación en las operativas del puerto[125] de esa comunidad. La movilización local hizo más

[125] El segundo puerto más importante del país, después de Montevideo.

visible algunos problemas ambientales como el deterioro de la calidad del agua en el río Uruguay y el arroyo Higueritas. Como resultado de estas movilizaciones y la creación del Grupo de Trabajo por Nueva Palmira (GTNP (organización civil)) en 2011, se desarrolló el Plan de Ordenamiento Territorial de Nueva Palmira (el primero de Colonia), que incluyo algunas respuestas a los problemas ambientales planteados por actores locales (Thompson 2014; 2015). Esas movilizaciones y las inquietudes locales con relación a las condiciones ambientales observadas por la comunidad, tuvieron una escasa y efímera repercusión en los principales medios de prensa capitalinos y poca atención por parte de las principales instituciones gubernamentales. La falta de atención y repuesta por parte de algunas instituciones estatales, motivó a que diversos actores locales recolectaran información científica sobre los problemas ambientales localmente observados y así legitimar sus reclamos frente a las autoridades gubernamentales encargadas del control ambiental. Un miembro del GTNP señalaba:

> *"Cuando vamos a Montevideo a ver a los gobernantes o instituciones del gobierno para hacer frente a los problemas de la comunidad, tenemos que mostrarles información y datos, de lo contrario, nos*

ignoran o nos rechazan." (Nueva Palmira, 20 de Diciembre, 2012)

Las principales coberturas mediáticas sobre los reclamos efectuados por los vecinos de la comunidad, se realizaron cuando el principal acceso al puerto local fue bloqueado por manifestantes locales, que ponía en riesgo aspectos económicos de las empresas involucradas y del Estado. En ese entonces, las principales noticias nacionales sobre los problemas ambientales de Nueva Palmira se focalizaron el las características sociales ("conflictivas") de la comunidad y la oposición local a los proyectos desarrollados en el puerto, pero con mínima mención a los problemas ambientales localmente observados. En pleno crecimiento de la economía del país, Nueva Palmira era generalmente descripta por actores gubernamentales como un polo de desarrollo nacional. La imagen pública de Nueva Palmira como una comunidad 'en auge' era reproducida por los principales medios de comunicación, provocando un gran malestar en la población local. Uno de los miembros del GTNP e historiador local señalaba:

"El sentimiento común entre los ciudadanos locales es que el gobierno nacional ayuda a las empresas agrícolas y relacionadas con el puerto pero no a los

> *residentes de esta comunidad (...) Cuando escuchamos a las autoridades nacionales en las noticias, diciendo que nuestra comunidad es un centro de desarrollo regional, nos enojamos porque esto no es cómo la gente lo percibe aquí."* (Nueva Palmira, 20 de Febrero, 2013)

Las inquietudes de los pobladores locales de Nueva Palmira sobre las condiciones ambientales (entre otros problemas localmente identificados) quedaron rezagados o en desconocimiento para gran parte de la población del país. Los problemas ambientales de Nueva Palmira, al igual que otras comunidades del interior del país, han sido muchas veces relegados por la cobertura mediática y la atención pública de actores sociales y gubernamentales que actúan de manera centralista y responden a presiones e intereses políticos en comunidades específicas. En Nueva Palmira varios entrevistados manifestaron que los problemas ambientales de esta comunidad eran ignorados por los políticos de Montevideo por no tener "*gran peso político o representantes locales de renombre*" en el gobierno (Notas de Campo, Diciembre 2012). Durante la última década, la cobertura mediática sobre los problemas ambientales en la zona Suroeste del país y las consecuentes movilizaciones locales han sido opacadas por conflictos sociales y posibles riesgos ambientales (de carácter

transnacional) de grandes emprendimientos en la zona, como las plantas de celulosa de las empresas UPM (ex-Botnia) en Fray Bentos (Río Negro) y Montes del Plata en Conchillas (Colonia).

A escasos kilómetros de Nueva Palmira, en ***Dolores*** (Soriano), los problemas con relación a la calidad del agua del río San Salvador y sus afluentes, ya habían sido identificados y discutidos por distintos actores locales a finales de los 1990s, antes que comenzara la gran expansión agrícola más reciente con consecuencias ambientales claramente visibles para la población local (Thompson 2014). Los viejos reclamos y debates locales sobre la calidad del agua del río San Salvador y pozos de aguas de uso doméstico, se focalizaron principalmente en los problemas que podían existir con el saneamiento local. Durante los últimos años la presencia de algas en los cursos de agua se trasformó en un problema notoriamente visible a nivel local. Una ecologista local comentaba:

> *"Hoy en día, usted no ve un flujo o curso de agua sin algas y tremenda contaminación."* (Dolores, 6 de Diciembre, 2012)

En esta comunidad, tanto los viejos como los nuevos reclamos de actores y grupos locales sobre la calidad del agua

no se hicieron públicamente visibles (a nivel local) y no tuvieron trascendencia a nivel nacional hasta el 2015. El 7 de Junio del 2015, durante el consejo de ministros nacionales realizado en esta localidad, distintos actores locales se movilizaron colectivamente para manifestar sus inquietudes en una carta entregada a la ministra del Ministerio de Vivienda Ordenamiento Territorial y Medio Ambiente (MVOTMA) de se entonces, reclamando el derecho a saber si el agua potable producía problemas de salud (Rojas 2015). En Dolores, la movilización colectiva y los reclamos locales sobre información científica a el gobierno nacional, con relación a la calidad del agua, recién se hicieron visiblemente públicos (a nivel local y nacional) por los medios de prensa capitalinos, luego de que algunos problemas con relación a la calidad del agua en localidades del Centrosur y el Sureste del país se hicieran públicos y tuvieran una gran repercusión mediática a nivel nacional.

Centrosur y Sureste/Este: La Paloma, Cuenca del Río Santa Lucía, y Laguna del Sauce

La cobertura mediática y la construcción social de problemas ambientales en las zonas Centrosur y Sureste/Este del país, adquieren singulares características, especialmente si

tenemos en cuenta la importancia que tienen algunas comunidades de estas regiones tanto para los pobladores de Montevideo como del resto del país. El Sureste y Este del país tienen la particularidad cultural de ser una región predilecta de recreación y para vacacionar para parte de la población nacional (en especial de Montevideo) y turistas del exterior. La composición social y demográfica de algunas comunidades del Centrosur y Sureste/Este del país, hace que algunas comunidades de estas zonas tengan fuertes lazos con actores (principalmente de Montevideo) que no viven en las localidades pero que tienen un gran interés o vínculos para con las mismas. En muchos casos los vínculos externos de estas comunidades hace que los reclamos locales sobre los problemas ambientales se tornen (rápidamente) en temas públicamente visibles o discutidos a nivel local, regional, y nacional. A continuación se describen algunos de estos casos.

En 2012, pobladores de ***La Paloma*** (Rocha) manifestaban su preocupación por la situación de la calidad del agua (de mar) en la zona de La Aguada como consecuencia del dragado y obras de ampliación en el puerto de esta comunidad. A los problemas de la calidad del agua observados a nivel local también se le sumaron otras preocupaciones que transcendieron

a los intereses y preocupaciones de pobladores locales. En 2013, varias personas se movilizaron colectivamente para protestar por los posibles riesgos que representaba el pasaje de camiones con madera hacia el puerto, para luego ser transportados a UPM (Fray Bentos). Estas movilizaciones y las protestas de distintas organizaciones sociales en contra de algunos proyectos de desarrollo en la zona, derivó en un conflicto sociopolítico entre distintos actores locales, departamentales, y nacionales, con una gran cobertura mediática por parte de los medios de prensa capitalinos y medios de comunicación social (Facebook, Twitter, etc.). La movilización social sobre los problemas ambientales (y de seguridad) que representaba el tránsito de madera hacia el puerto y la ampliación del mismo, fue encabezada por importantes actores locales tales como el Alcalde y empresarios turísticos, pero con gran apoyo de población local, "flotante" (que visita o habita temporalmente en esta localidad), e incluso personas que se manifestaron como miembros de organizaciones sociales de la capital del país. La composición social de La Paloma tiene la particularidad de que muchos de sus residentes provienen de otros departamentos y otros países, por encima del promedio nacional e incluso de

Montevideo (Abrahan et al. 2014). Esto hace que la comunidad tenga fuerte vínculos externos. En 2013, el conjunto social que se movilizó e hizo público los problemas ambientales observados en La Paloma, transcendió a la población local, involucrando así distintos actores de otros lugares que se sentían vinculados a esta comunidad, haciendo que las manifestaciones sociales fueran cubiertas por medios de prensa capitalinos y se transformara así en noticia de nivel nacional. A las preocupaciones sociales ya planteadas por parte de actores vinculados a La Paloma sobre posibles problemas ambientales, también se le sumaron las posibles consecuencias negativas de la instalación de un megaproyecto de minería a cielo abierto y un puerto de aguas profundas en la región Este del país. Diversos actores han cuestionado la sustentabilidad de estos emprendimientos. La eventual construcción de un puerto de aguas profundas en Rocha y sus posibles consecuencias ambientales ha generado múltiples debates públicos y una cobertura mediática por parte de medios de prensa capitalinos, transformándose así en un tema controversial y de gran interés nacional.

Desde el año 2013, diversos actores gubernamentales (OSE, DINAMA, MGAP, etc.) se han manifestado

preocupados por la calidad del agua del ***Río Santa Lucía***. En los causes de agua de la cuenca del Santa Lucía, se encuentran altos niveles de concentración de fósforo. El abastecimiento de agua potable de Montevideo y comunidades aledañas se basa principalmente en los recursos de la cuenca de este río. El 'problema del agua' del río Santa Lucía ha sido extensamente cubierto por los principales medios de comunicación del país, especialmente los medios de prensa de Montevideo, principal ciudad afectada por este problema. Las preocupaciones despertadas con relación a la calidad del agua de la cuenca del río Santa Lucía, derivaron en la movilización de diversos actores locales, incluyendo Alcaldes, empresarios, y grupos ambientalistas vinculados a las distintas comunidades y zonas afectadas. Consecuentemente, distintos organismos gubernamentales han desarrollados múltiples medidas para revertir la actual situación de contaminación y minimizar los posibles riesgos a futuro en esta cuenca, aunque la efectividad de estas medidas aún se encuentra bajo debate por parte de distintos actores de la comunidad científica, actores políticos, y grupos de la sociedad civil.

Entre Marzo y Mayo de 2015, pobladores del departamento de Maldonado se quejaban de la calidad del agua

potable, extraída de la ***Laguna del Sauce***. Esta laguna abastece de agua aproximadamente a 130.000 habitantes durante gran parte del año y 400.000 residentes y turistas durante los meses de verano. Al igual que lo que se ha observado en la cuenca del río Santa Lucía y en otras partes del país, cambios naturales y antropogénicos han provocado que esta laguna presente una excesiva cantidad de nutrientes y presencia de agroquímicos que deterioran la calidad del agua antes de ser potabilizada. La identificación de cambios en la calidad del agua se debió principalmente a las quejas por parte de consumidores de agua potable. Al igual que lo ocurrido con los problemas del agua en la cuenca del río Santa Lucía, este caso tuvo una gran repercusión mediática a nivel nacional con una gran respuesta por parte distintas instituciones gubernamentales, pero especialmente por parte de OSE. Dada la importancia cultural, política, y económica que esta región del país tiene como uno de los principales destinos turísticos del país y la región, era de esperarse que la cobertura mediática sobre este problema y las respuestas por parte del Estado no tardaran en ocurrir. Al igual que en los 'problemas del agua' detectados e identificados en el río Santa Lucía, sería interesante saber si estos problemas ambientales ya habían sido anteriormente observados en los

causes de agua por parte de comunidades locales, pero sin ser observados en el agua potable consumida tanto por pobladores locales como por turistas o visitantes.

Conclusiones, Desafíos, y Consideraciones Para Comunidades del Este

Los problemas ambientales vinculados a la calidad del agua descriptos para la zona Suroeste (Nueva Palmira y Dolores) se caracterizan por la escaza repercusión que éstos han tenido por parte de los principales medios de prensa (capitalinos) y por no transformarse en temas de interés como parte de la agenda de 'grandes temas ambientales' del país. Si bien en ambas comunidades existían actores locales que trabajaban en denunciar y mejorar temas vinculados a la calidad del agua, en ambos casos los vínculos externos de estas comunidades con actores claves de intereses y/o vínculos con las comunidades, no facilitaron una mayor cobertura mediática y un involucramiento activo por parte de instituciones nacionales que trabajan con relación a la calidad del agua u otros problemas ambientales localmente importantes, como el deterioro de la calidad del aire debido a los silos ubicados en zonas urbanas (Thompson 2014; 2015). Cabe señalar que muchos de los problemas vinculados con la aparición de algas

en el agua, actualmente visible en distintas zonas del país, ya se venían observando en ambas comunidades desde hace ya varios años, ya que ambas comunidades se encuentran en una región agrícola de gran interés productivo, la cual constituyó el foco de atracción para la expansión agrícola de principios de siglo, iniciada por inversores y productores argentinos. En Dolores, muchos de los reclamos históricos realizados por algunos grupos ambientalistas de la zona no tuvieron transcendencia hasta que el 'problema del agua' se volvió un tema importante para actores gubernamentales y medios de prensa capitalinos debido a la repercusión que tuvieron los problemas observados en comunidades del Centrosur y Sureste del país, de gran interés (económico, cultural, y político) para actores de la sociedad civil, empresarios, e instituciones gubernamentales de Montevideo.

Los problemas descriptos para las zonas Centrosur y Sureste, incluyendo La Paloma, y comunidades que dependen de la cuenca del río Santa Lucía, y la Laguna del Sauce, sirven como ejemplos de como los problemas ambientales a nivel local se pueden volver de interés no solo para las comunidades afectadas sino también para actores 'externos' pero con fuerte vínculos y/o intereses en las mismas. Los problemas

ambientales detectados en estos tres casos se volvieron parte de la ‘agenda ambiental nacional’ con una gran cobertura mediática y en redes sociales, y con gran atención por parte de importantes actores gubernamentales (DINAMA, MGAP, OSE, etc.) que respondieron rápidamente a muchas de las demandas locales. Fuertes vínculos externos de las comunidades afectadas e intereses de actores principalmente ubicados en la capital del país, facilitaron que los problemas sobre la calidad del agua en las comunidades afectadas llamara la atención de los principales medios de prensa capitalinos e hiciera más visibles estos problemas tanto a nivel local como en otras comunidades del país (como los reclamos realizados en Dolores en Junio del 2015).

Aunque los riesgos y/o efectos negativos de cambios ambientales (repentinos y lentos (como los producidos por el cambio climático)) son muchas veces percibidos a nivel local, la falta de atención por parte de actores externos y la cobertura mediática (especialmente por parte de medios de prensa capitalinos) puede influir negativamente en la legitimación de los reclamos ambientales locales y especialmente en la negociación y/o reclamo local de recursos a instituciones gubernamentales de nivel nacional (Thompson 2014; 2015). La

construcción y legitimación social de problemas ambientales localmente observados puede verse significativamente influenciada por las relaciones sociales y vínculos de cada comunidad pero también por el centralismo histórico que existe en Uruguay. El centralismo de ciertos actores privados, estatales, y civiles, marcado por intereses (culturales, económicos, y/o políticos) puede influir en la identificación y legitimación de problemas ambientales en ciertas comunidades e ignorar u omitir problemas ambientales en otras que quizás son percibidas como 'de poco interés.' Esto puede ser crítico ya que muchas veces las comunidades más afectadas por problemas ambientales están constituidas por sectores socioeconómicos bajos y con pocos recursos, perpetuando de esta manera la desigualdad existente entre comunidades, no solo para hacer frente a los problemas ambientales sino para la legitimación de los mismos dentro y fuera de la comunidad.

Las características sociales de las comunidades que hacen a la construcción e identificación de problemas ambientales a nivel local, no son iguales en todas las comunidades a lo largo y ancho del territorio nacional. Cabe preguntarse entonces, cuales son los factores e intereses económicos, políticos, y/o culturales que hacen que algunos

problemas ambientales observados o identificados a nivel local, tengan mayor repercusión regional o nacional que otros, y consecuentemente mayor atención por parte de instituciones gubernamentales con recursos apropiados para resolver estos problemas. La dependencia histórica que existe entre las comunidades del interior del país con instituciones departamentales y nacionales, influye negativamente en la detección de los problemas ambientales y en las posibles soluciones a nivel local. Los nuevos esfuerzos de descentralización estatal y por parte de la Universidad de la República (UdelaR) tienen un gran potencial no solo en la identificación de problemas ambientales sino también en la fiscalización y control ambiental por parte de las comunidades. Algunas instituciones gubernamentales centralizadas en Montevideo, tales como la DINAMA y el MGAP, también han promovido el control ambiental 'individual' a nivel local, pero la burocracia estatal aun centralizada, la falta de recursos, y barreras socioculturales a nivel local pueden influenciar negativamente para que esto ocurra (Thompson 2014).

En la región Sureste y Este, el rol del turismo como fenómeno sociocultural y económico, tiene un rol crítico en los intereses que se plantean sobre ciertas comunidades,

considerando al ambiente natural como un aspecto clave. Dada la diversidad social, económica, y cultural, de esta región, es fundamental contemplar las distintas realidades existentes no solo de comunidades que son (o pueden ser) foco de atracción turística, sino también de comunidades que están siendo fuertemente impactadas por otros rubros productivos con fuerte impacto ambiental a nivel local. El Centro Universitario Regional Este (CURE) de la UdelaR tiene un rol muy importante tanto en la detección y seguimiento de problemas ambientales observados por comunidades así como en la búsqueda de respuestas adaptativas a nivel local. Para esto, es necesario que el foco de atención se centre en las comunidades más vulnerables de esta región. Muchas comunidades no tienen los vínculos y/o recursos suficientes para hacer visibles y legítimos los reclamos ambientales a nivel local, para que los mismos trasciendan a la comunidad y faciliten así la transferencia de recursos (aun centralizados en unas pocas instituciones estatales) científicos y tecnológicos para el monitoreo y control ambiental. Las comunidades del Este del país que no son públicamente visibles o 'de interés' para actores centralistas y/o claves en resolver problemas

ambientales deben recibir una importante atención por parte de la comunidad científica.

La coordinación de distintos actores locales, regionales, y nacionales en el monitoreo de cambios ambientales a nivel local se puede dar a través del empoderamiento local, pero con trasferencia de recursos por parte del Estado central a las comunidades más afectadas. El empoderamiento para el manejo de los recursos naturales por parte de la comunidad conlleva cambios culturales y sociales a largo plazo, no solo por parte de instituciones centralistas sino también por parte de la población local. También es necesaria la transferencia de recursos humanos y culturales por parte de instituciones gubernamentales y científicas que permitan una mayor conciencia ecológica y de cambios ambientales a nivel local y que transformen a las comunidades en 'dueñas' y 'responsables' de sus recursos naturales.

Este artículo pretende proporcionar información que sirva para el debate público y científico sobre los temas aquí analizados, y quizás como antecedente de futuras investigaciones sobre como percepciones y respuestas sociales a los problemas ambientales en distintas comunidades de nuestro país, son influenciadas por distintos actores. Futuras

investigaciones de esta naturaleza podrían explorar profundamente cómo la cobertura de medios de comunicación y la retórica usada por algunos actores gubernamentales, influyen en percepciones locales sobre temas ambientales y las respuestas en comunidades del Este así como de otras regiones del Uruguay. Otras investigaciones futuras sobre comunidades y problemas ambientales, también se pueden focalizar en explorar profundamente los factores políticos, económicos, y culturales que influyen en actitudes centralistas por parte de distintos actores con un rol muy importante en la justicia ambiental y social del país.

Referencias

Abrahan, Manuela, Florencia Beder, Gustavo Cánepa, y Sebastián Goinheix. 2014. "La Paloma y Nueva Palmira: Trayectoria Histórica y Datos Socioeconómicos Actuales." Pp. 95-110 en *Nuevos Desafíos y Respuestas de los Actores Sobre el Desarrollo Local, La Paloma y Nueva Palmira Frente a Propuestas de Inversión*. Altaïr Magri, Manuela Abrahan y Leticia Ogues, Coordinadoras. *Interdisciplinarias*. Espacio Interdisciplinario. Universidad de la República. Uruguay.

Adger, Neil W. 2003. "Social Capital, Collective Action, and Adaptation to Climate Change." *Economic Geography* 79 (4): 387-404.

Adger, Neil W., Irene Lorenzoni, y Karen L. O'Brien. 2009. *Adapting to Climate Change. Thresholds, Values, and Governance*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.

Aldrich, Daniel P. 2010. “Fixing Recovery: Social Capital in Post-Crisis Resilience.” Forthcoming in Journal of Homeland Security. Descargado el 20 de Noviembre, 2013 (http://works.bepress.com/cgi/viewcontent.cgi?article=1006&context=daniel_aldrich).

Armitage, Derek. 2008. “Governance and the Commons in a Multi-level World.” *International Journal of the Commons* (2): 7-32.

Ashwill, Maximillian, Cornelia Flora, y Jan Flora. 2011. *The Adaptation Coalition Toolkit, Building Community Resilience to the Social Dimensions of Climate Change*. Social Development Unit Latin America Caribbean Region. Washington, DC: The World Bank. (http://www.preventionweb.net/files/25378_adaptationcoalitiontoolkitbuildingc.pdf).

Bardsley, Douglas K. y Geoffrey P. Rogers. 2011. “Prioritizing Engagement for Sustainable Adaptation to Climate Change: An Example from Natural Resource Management in South Australia.” *Society and Natural Resources* 24 1-17.

Berdegué, Julio A., Anthony Bebbington, Javier Escobal, Arilson Favareto, M. Ignacia Fernández, Pablo Ospina, Helle Munk Ravnborg, Francisco Aguirre, Manuel Chiriboga, IIeana Gómez, Ligia Gómez, Félix Modrego, Susan Paulson, Eduardo Ramírez, Alexander Schetjman, y Carolina Trivelli. 2012. “Territorios en Movimiento: Dinámicas Territoriales Rurales en América Latina.” *Documento de Trabajo #11*. Programa de Dinámicas Territoriales Rurales. Descargado el 15 de Agosto, 2012 (http://www.rimisp.org/proyectos/index_portada_noticia.php?id_proyecto=180).

Berkes, Fikret. 2008. “Commons in a Multi-level World.” *International Journal of the Commons* 1 (2): 1-6.

Boyd, D. Amanda y Travis B. Paveglio. 2014. “Front Page or “Buried” Beneath the fold? Media Coverage of Carbon Capture and Storage.” *Public Understanding of Science* 23(4):411-427.

Brecher, Jeremy, Tim Costello, y Brendan Smith. 2009. “Globalization and Social Movements.” Pp. 298-316 en *Globalization: The Transformation of Social Worlds*. Stainley Eitzen y Maxine B. Zinn. Belmont, CA: Wadsworth Cengage Learning.

Bresser-Pereira, Luis C. 2007. “Estado y Mercado en el Nuevo Desarrollismo.” *Nueva Sociedad* 210. Julio-Agosto 2007, ISSN: 0251-3552.

------. 2009. “From Old to New Developmentalism in Latin America.” Unpublished manuscript to be published in Ocampo, Jose Antonio (ed.). Handbook of Latin America Economics, London: Oxford University Press.

------. 2012. “Summing up Structuralist Development Macroeconomics and New Developmentalism.” *Challenge* 55 (5): 59-78.

Ching, Leong. 2010. “Eliminating ‘yuck’: A Simple Exposition of Media and Social Change in Water Reuse Policies.” *Water Resources Development* 26(1):111-124.

De Barbieri, María y Cristina Zurbriggen. 2011. *Acción Colectiva, Gobierno y Territorio: experiencias Cono Sur*. Montevideo, Uruguay: FLACSO.

Dolnicar, Sara y Anna Hurlimann. 2010. “Water Alternatives - Who and What Influences Public Acceptance?” *Journal of Public Affairs* 11(1): 49-59.

Dunlap, Riley E. 2010. “Climate Change and Rural Sociology: Broadening the Research Agenda”. *Rural Sociology* 75 (1): 17-27.

Ensor, Jonathan y Rachel Berger (eds). 2009. *Understanding Climate Change Adaptation, Lessons from Community Based Approaches*. Rugby, United Kingdom: Practical Action Publishing.

Eriksen, Siri, Paulina Aldunce, Chandra S. Bahinipati, Rafael D’Almeida Martins, John I. Molefe, Charles Nhemachena, Karen O’Brien, Felix Olorunfemi, Jacob Park, Linda Sygma, y Kirsten Ulsrud. 2011. “When Not Every Response to Climate Change is a

Good One: Identifying Principles for Sustainable Adaptation." *Climate and Development* 3:7-20.

Flora, Cornelia B. y Jan L. Flora. 2013. *Rural Communities: Legacy and change*. 4th ed. Boulder, CO: Westview Press.

Gates, Christopher. 1999. "Community Governance." *Futures* 31: 519-25.

Hannigan, John. 2014. *Environmental Sociology*. 3rd edition. NY: Routledge, Taylor and Francis Group.

Head, Brian W. 2007. "Community Engagement: Participation on Whose Terms?" *Australian Journal of Political Science* 42(3): 441-54.

Howe, Peter D. 2009. "Newsworthy spaces: The semantic geographies of local news." *Aether* 4:43-61.

International Association for Public Participation (IAPP). 2007. "IAP2, Public Participation Spectrum." Descargado el 14 de Octubre, 2013 (http://www.iap2.org/associations/4748/files/IAP2%20Spectrum_vertical.pdf).

Lockie, Stewart. 2004. "Social Nature: the Environmental Challenge to the Main Stream Social Theory." Pp.-26-42 en *Controversies in Environmental Sociology*, Rob White (ed.). Cambridge: Cambridge University Press.

Lyon, Larry y Robyn Driskell. 2012. *The Community in Urban Society*. Long Grove, IL: Waveland Press.

Muniz, Albert M. (Jr.) y Thomas C. O'Guinn. 2001. "Brand Community." *Journal of Consumer Research* 27(4): 412-432.

Piñeiro, Diego E. 2004. "Movimientos Sociales, Gobernanza Ambiental y Desarrollo Territorial Rural." RIMISP. Agosto de 2004. Descargado el 12 de Agosto, 2012 (http://www.rimisp.org/FCKeditor/UserFiles/File/documentos/docs/pdf/0534-005165-pineirodocumento1rimisp.pdf).

Portes, Alejandro. 1998. “Social Capital: It’s Origins and Applications in Modern Sociology.” *Annual Review of Sociology* 24:1-24.

Putnam, Robert D. 1993. *Making Democracy Work. Civic Traditions in Modern Italy*. Princeton, New Jersey: Princeton University.

------. 2000. *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community*. New York: Simon and Schuster.

Putnam, Robert. D. y Lewis Feldstein. 2003. *Better Together: Restoring the American Community*. New York: Simon & Schuster.

Rojas, Daniel. 2015. “Vecinos de Dolores al Gobierno: Contaminación está Trayendo Cáncer.” *Diario El País*, 7 de Junio, 2015. Descargado el 23 de Diciembre, 2015. (http://www.elpais.com.uy/informacion/vecinos-dolores-gobierno-contaminacion-trayendo.html)

Stofferahn, Curtis W. 2012. “Community Capitals and Disaster Recovery: Northwood ND Recovers from an EF 4 Tornado.” *Community Development* 1(18).

Tejera, Rafael. 2014. “Regiones de Concentración de Tensiones Desde La Recuperación Económica (2003-2013).” Pp. 85-92 en Nuevos Desafíos y Respuestas de los Actores Sobre el Desarrollo Local, La Paloma y Nueva Palmira Frente a Propuestas de Inversión. Altaïr Magri, Manuela Abrahan y Leticia Ogues Coordinadoras. *Interdisciplinarias*. Espacio Interdisciplinario. Universidad de la República. Uruguay.

Thompson, Diego. 2014. “Environmental Stresses and Community Responses in Four Communities of Southwestern Uruguay.” Doctoral Dissertation, Iowa State University. Copyright ProQuest, UMI Dissertations Publishing 2014: (http://search.proquest.com/docview/1659795213)

------. 2015. “Community Adaptations to Environmental Challenges under Decentralized Governance in Southwestern Uruguay.” *Journal of Rural Studies*, 43: 71-82.

Tompkins, Emma. L. y Neil W. Adger. 2004. “Does Adaptive Management of Natural Resources Enhance Resilience to Climate Change?” *Ecology and Society* 9 (2): 10.

Urry, John. 2010. “Sociology and climate change.” Pp. 84-100 en *Special Issue: Sociological Review Monograph Series: Nature, Society and Environmental Crisis*, editado por Bob Carter and Nickie Charles. doi: 10.1111/j.1467-954X.2010.01887.x. Descargado el 2 de Noviembre, 2011 (http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/sore.2009.57.issue-s2/issuetoc).

Wilson, Geoff A. 2012. *Community Resilience and Environmental Transitions*. NY: Routledge.

Wright, Rachel A. y Hilary S. Boudet. 2012. “To Act or Not to Act: Context, Capability, and Community Response to Environmental Risk.” *American Journal of Sociology* 118 (3): 728-77.

Zurbriggen, Cristina. 2011. “Gobernanza: una Mirada desde América Latina.” *Perfiles Latinoamericanos* (38): 39-64.

EL PALPITAR DE URUGUAY: MUJERES Y CONFLICTO AMBIENTAL

Lucía Delbene-Lezama & Lylieth Varela
Centro Latino Americano de Ecología Social, CLAES.
Montevideo, Uruguay
lucia@ambiental.net; lylieth@ambiental.net

Introducción

Uruguay, un país con vocación agropecuaria pretende insertarse a la minería a cielo abierto a gran escala con el proyecto Valentines. A partir de esto, aproximadamente desde el año 2008 inicia un conflicto ambiental derivado de la propuesta de extraer hierro en un gran proyecto minero. Dicho megaproyecto se ajusta claramente al tipo extractivista, tal como lo define Gudynas (2015). Es decir, un proyecto es extractivista cuando se cumplen tres variables simultáneamente: gran volumen o intensidad de extracción, el 50% se exporta y son productos sin procesar (materias primas).

Los actores que intervienen en este conflicto son múltiples. Gobierno, empresa, academia, productores rurales, pescadores, sociedad civil urbana y rural que, con sus

percepciones, valoraciones, interpretaciones y estrategias mantienen vigente esta disputa.

El objetivo de este artículo es destacar el rol que juegan las mujeres opositoras a proyectos de carácter extractivista que generan conflictos ambientales.

Para esto, analizamos el papel desarrollado por un grupo de mujeres que se organizaron en oposición al proyecto minero. La agrupación denominada “Otras voces por la Tierra” y conformada por mujeres que habitan Cerro Chato y Valentines, localidades donde se pretende ubicar el complejo minero, será nuestro marco de referencia. Detallaremos sus procesos de organización y resistencia, sus estrategias de visibilización desde la mirada femenina, que pretende proyectar lo que sienten y viven un grupo de personas, habitantes del Uruguay profundo, desapercibido hacia el Uruguay más visible, el urbano. También analizaremos parte de los argumentos utilizados en sus discursos desde el marco teórico ecofeminista haciendo hincapié en las ventajas que éste puede brindar en la realidad latinoamericana a la hora de enfrentarse a emprendimientos extractivistas.

A partir de testimonios recabados de una tesis de maestría en conflictos ambientales y estudios del programa de

“Género, ecología y sustentabilidad” del Centro Latino Americano de Ecología Social (CLAES) se ilustraran estos procesos.

Contexto del país.

Uruguay presenta una serie de condiciones particulares que lo diferencia en muchos sentidos de los demás países del continente. Si bien es cierto, la presencia de una minería de pequeño y mediano porte que incluye sobre todo extracciones para la construcción, calizas, mármoles, y piedras semi-preciosas (ágatas y amatistas). Y encontramos también explotaciones acotadas de oro (ubicado en el departamento de Rivera, al noreste del país[126]). Uruguay nunca tuvo un sector minero de gran importancia, como por ejemplo el que existe en los países andinos o en los países vecinos (Argentina y Brasil).

En cambio, el país cuenta con una producción agropecuaria importante, con buen éxito en su inserción internacional, que en varios casos ha generado cadenas agroindustriales propias como por ejemplo la industria cárnica, láctea y manufactura del cuero. A su vez, en los últimos años se

126 “Cinturón Isla Cristalina” con sus respectivos distritos mineros de extracción de oro (San Gregorio y Zapucay). http://spanish.orosur.ca/explorations/isla_cristalina_belt/san_gregorio/

ha sumado el sector forestal. Los principales productos exportados son carne vacuna, soja en diferentes modalidades, arroz y lácteos (figura 1). De todos modos, el sector manufacturero es muy importante dentro de la economía nacional, y en la composición del producto bruto interno es aproximadamente el doble del provisto desde la agropecuaria (más informaciones en INE, 2015). Es así que el rubro en el sector minero a gran escala es una novedad que rompe con lo conocido.

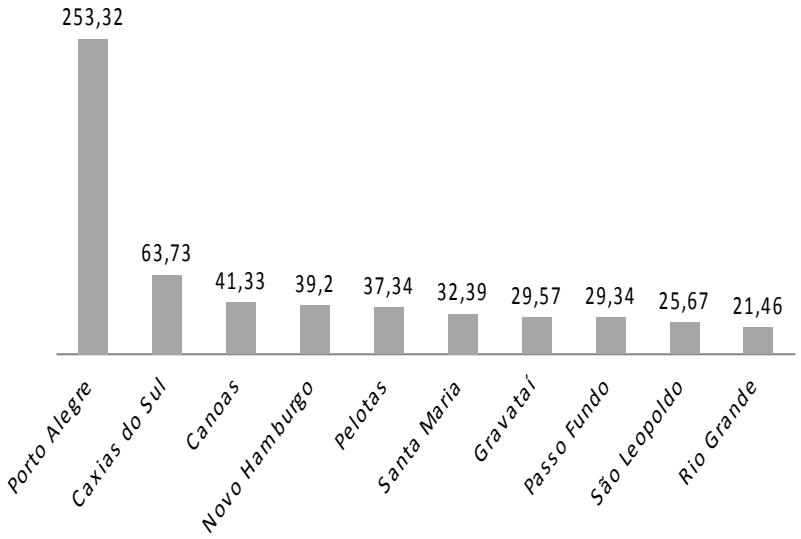


Figura 1. Principales productos exportados por el Uruguay en el año 2014. Modificado de Uruguay XXI (2014).

Contexto del proyecto minero

El único proyecto megaminero considerado en Uruguay está basado en la explotación de hierro. Éste en sus inicios fue promovido por la compañía Zamin Ferrous, con capitales, la mayoría, de la India, por medio de una subsidiaria en Uruguay denominada Minera Aratirí. Se lo denomina 'proyecto Valentines', en referencia a la localidad de implantación. Actualmente la empresa Zamin Ferrous explora la posibilidad de vender su proyecto a otra empresa de origen indio: Aurum Ventures[127] .

Zamin Ferrous comenzó a realizar tareas de prospección y evaluación por lo menos desde 2007, en el primer gobierno de Tabaré Vázquez. En los inicios del gobierno de José "Pepe" Mujica, el proyecto cobró visibilidad a nivel nacional, tanto por las actividades de exploración en la localidad de Valentines, como por anuncios desde el Ministerio de Industria, Energía y Minería (MIEM), y su vinculación a un puerto de aguas profundas.

---

127 Noticia que referencia el aparente cambio hacia Aurum Ventures http://www.elpais.com.uy/informacion/aratiri-cambio-manos-aurum-ventures.html

El proyecto Valentines comienza así, con el objetivo de explotar un yacimiento de hierro ya conocido en los relevamientos geológicos nacionales. Hasta ese momento, este depósito había sido calificado como no viable comercialmente dado la baja concentración del mineral; sin embargo, dada la coyuntura global de incremento de los precios de las materias primas en general, y del hierro en particular (Figura 2), y la sostenida demanda de China, esta empresa minera lo consideró viable en su momento[128].

128 Para algunos analistas del conflicto supone inviable extraer hierro ante el decrecimiento actual de su precio. El precio del hierro bajo notablemente de U$S 187 en el 2011 a menos de U$S 50 a noviembre del 2015, más información en http://www.indexmundi.com/es/precios-de-mercado/?mercancia=mineral-de-hierro&meses=360.

Figura 2. Variación del precio del hierro en la última década; diciembre 2005-noviembre 2015 (Index Mundi, 2015).

El área total que será afectada por el proyecto propuesto por Zamin Ferrous comprende cinco departamentos (Durazno, Florida, Lavalleja, Treinta y Tres y Rocha) de los diecinueve que tiene Uruguay, con una superficie aproximada de 15.500 ha. El distrito minero tendría cinco grandes canteras mineras, las escombreras asociadas, represamientos de agua, y una planta de beneficiamiento (procesamiento primario). Se contempla la construcción de un mineraloducto desde el emplazamiento minero a la costa oceánica, un puerto marino

para la carga del mineral (de gran calado), y una fuente de energía eléctrica[129].

La catástrofe ocurrida en noviembre de 2015 en Brasil con el proyecto Germano de la compañía Samarco (emprendimiento conjunto entre Vale S.A. y BHP Billiton)[130], considerada como el mayor desastre ambiental de la historia de Brasil, ha generado una nueva alerta en la población uruguaya.

Las similitudes que presenta el proyecto Germano con el proyecto Valentines[131] han brindado más argumentos a las organizaciones sociales uruguayas para oponerse. Si comparamos estos dos emprendimientos, el primero es un yacimiento de hierro con bajo tenor, pero casi el doble más rico que Valentines. De acuerdo, con Bacchetta (2015) "El embalse de Aratirí cubriría un área diez veces mayor que el de Samarco,

---

129 En este momento se contempla reducir las dimensiones del proyecto, sin embargo esto no es información oficial. http://www.busqueda.com.uy/mailing/notas/1802/aratiri/ La descripción detallada del proyecto propuesto por la empresa, los estudios de impacto ambiental, y otras informaciones complementarias se encuentran en: www.aratiri.com.uy

130 Para ampliar sobre lo ocurrido en Brasil ver: http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2015/11/barragem-de-rejeitos-se-rompe-em-distrito-de-mariana.html

131 Por ejemplo el tenor del concentrado del yacimiento: Germano (67,5%), Aratirí (65%); Ciclo de vida del proyecto: 15 años para ambos. Para ampliar esta información ver en: http://www.observatorio-minero-del-uruguay.com/2015/11/odiosas-comparaciones/

con el doble de capacidad, porque en Valentines no hay elevaciones montañosas que le den mayor profundidad al embalse, y la cantidad de relaves de Aratirí sería mayor por ser un yacimiento más pobre".

Esta es una evidencia más que refuerza la percepción del riesgo. Si una catástrofe como la ocurrida, en Brasil, a cargo de una compañía en manos de las dos más grandes empresas mineras de extracción de hierro del mundo (Vale S.A y BHP Billiton), pudo ocurrir, esto enciende las alarmas en territorio uruguayo con un proyecto en manos de una empresa considerada "junior" sin experiencia, ni antecedentes en la extracción de minerales[132].

Un conflicto ambiental local que se vuelve nacional.

En el año 2007 la empresa Zamin Ferrous con su filial Aratirí hace presencia en las localidades de Cerro Chato y Valentines. La primera localidad consta de una población de 3277 habitantes (INE, 2011) y comparte su administración política entre tres departamentos, ya que se ubica en los límites

132 Tres empresas manejan prácticamente 85% de la industria de hierro a nivel mundial: Río Tinto, BHP y Vale. Más información en: http://www.ultimasnoticias.com.uy/Edicion-UN/articulos/prints-2011nov18/act09.html

de Florida, Durazno y Treinta y Tres. Valentines, con una población de 178 habitantes (INE, 2011) comparte administración entre los departamentos de Florida y Treinta y Tres. Ambos pueblos son de tradición rural, mayoritariamente dedicada a la ganadería extensiva.

Los primeros contactos de la empresa con la comunidad se llevan a cabo a través de prospecciones y exploraciones en las zonas rurales. Si bien es cierto, que no era novedad la existencia de yacimientos de hierro, si tuvo un impacto la llegada de una empresa extranjera con la firme intención de extraerlo.

Muchos productores rurales abrieron sus terrenos para la exploración de los yacimientos sin tener mucho conocimiento tanto de los procedimientos técnicos como legales[133]. Mientras se llevaban a cabo estas actividades, algunos productores encontraron que sus terrenos se encontraban pedidos para actividades mineras. Lo que genera severas limitantes para el productor, ya que implica que éste no

133 Es importante mencionar que la Dirección de Medio Ambiente del MVOTMA (Ministerio de Vivienda, Ordenamiento Territorial Y Medio Ambiente) multó a la empresa en noviembre de 2010 por estar realizando prospecciones sin autorizaciones ambientales.

puede solicitar préstamos para actividades agropecuarias o vender sus terrenos.

Un incidente en la propiedad de una productora rural puso en alerta a otros productores, debido al manejo inadecuado de la maquinaria, el suelo se deterioró con consecuencias que afectaron la actividad productiva y su bien inmueble.

Ya para este momento una disputa que involucraba a una productora rural y la empresa toma dimensiones mayores, se amplía y llega a una escala pública, involucrando a otras personas de la zona; confrontando a productores rurales afectados, otros en riesgo, gente del casco urbano con empresarios, personas y jerarcas del gobierno a favor del proyecto. Es así como, se enfrentan otras percepciones, posturas, intereses y valoraciones.

Según diferentes autores, este punto es importante debido a que estas variables son claves para la definición de los conflictos ambientales. Según la definición de Sabatini (1997), se reconocen y distinguen conflictos ambientales "en torno a la distribución de las denominadas 'externalidades' o 'efectos externos' derivados de cambios en los usos del suelo, es decir, de nuevas actividades que se desarrollan en un lugar", y

conflictos socioambientales, los cuales son “disputas causadas por el acceso y control de los recursos del medio ambiente, especialmente la tierra, pero también de las aguas, los minerales u otros”.

Otra interpretación sobre los conflictos ambientales describe a los conflictos ecológicos como distributivos, entendidos como los “patrones sociales, espaciales y temporales de acceso a los beneficios obtenibles de los recursos naturales y los servicios proporcionados por el ambiente como un sistema de soporte de vida” (Martínez Alier, 2010) y en ocasiones con distintos “lenguajes de valoración” (Martínez Alier, 2004).

Desde otra perspectiva, Santandreu y Gudynas (1998) definen al conflicto ambiental como “un tipo particular de conflicto social donde la temática en disputa se refiere a aspectos ambientales”, y éstos se refieren a “la calidad de vida de las personas o las condiciones del ambiente”. El conflicto ambiental cumple con los siguientes atributos: es un proceso; no es estático y posee un desarrollo temporal, con modificaciones y cambios, se desarrolla en el ámbito de lo público, involucra acciones colectivas, en donde son grupos de personas las que desarrollan las disputas (con lo cual son

distinguidos de disputas personales o de personas con instituciones o grupos). Resulta de diferentes valores, percepciones o significados que los actores otorgan a acciones, circunstancias que afectan, o pueden afectar el ambiente. Expresa una dinámica de oposición, controversia, disputa o protesta entre esos actores, y finalmente hay un reconocimiento de los actores en oposición del conflicto, más allá de que se consideren legítimos o atendibles, o no, sus reclamos.

En el marco de estas definiciones podemos situar el conflicto generado por el proyecto Valentines como dentro de la categoría de lo ambiental. Según un productor de la zona, esta disputa que surge desde hace casi ocho años en las localidades de Cerro Chato y Valentines, tiene una característica particular debido a que surge el impulso desde lo rural y se traslada hacia la capital tomando mucha más fuerza y resonancia:

> "En el Uruguay movimientos masivos no hubieron (sic) , cuando las papeleras, eran marchas de veinte personas, y acá hubo un movimiento y creo que lo bueno que tuvo que ya no eran los grupos urbanos, vamos a decir militancia, si no que era algo ya nacional porque salían los productores rurales y por primera vez en el Uruguay un movimiento de reivindicar cualquier cosa no surge de las ciudades como siempre, de

> militantes si no que surge del territorio del interior, con una impronta rural muy importante…”[134]

Sumado a esto, la identidad como productores rurales y a la vez ambientalistas confluyen en un mismo marco. Si bien es cierto que no todos los que se encuentran dentro de un conflicto ambiental se reconocen a sí mismos como ambientalistas, en este caso sí hay esa esencia de la defensa ambiental para algunas de sus integrantes.

> “Por ejemplo dicen sí, los ambientalistas, nosotros sí defendemos el medio ambiente, por supuesto, pero somos productores, somos productores rurales, trabajamos la tierra y lo que siempre, y también decimos que es muy importante, que nosotros vivimos en el predio”[135]

O como en el caso que indica Folchi (2001) que estos conflictos “no enfrentan –necesariamente- a un actor ambientalmente “malo” (el que daña o depreda) y a otro ambientalmente “bueno” (el que es afectado y defiende el ambiente), tampoco enfrentan exclusivamente a pobres contra ricos, ni a poderosos contra débiles” por lo cual concluye que los conflictos “no se plantean por la defensa del ambiente sino

---

134 Entrevista realizada por Lylieth Varela a *Productor rural,* 2 de julio de 2015, Cerro Chato.

135 Entrevista realizada por Lylieth Varela a *Productora rural 1,* 21 de abril de 2015, Cerro Chato

por la consecución de ciertos intereses sobre éste". A continuación se puede leer otra postura en los testimonios:

> "Sí, lo que tenían era un sentido de pertenencia y lo que no estaba acostumbrado ni dispuesto era que viniera alguien a trillar, la primera reacción es una defensa de la dignidad, ni siquiera es una defensa del ambiente, es ¿vos quién sos para venir a sacarme de este lugar?"[136]

En este conflicto ambiental, tanto los productores rurales afectados con las exploraciones iniciadas por la empresa Aratirí como personas preocupadas por las posibles consecuencias entraron en contraposición con los diferentes actores a favor del proyecto. Es decir con los representantes tanto del gobierno, que promovían este emprendimiento; personas que veían un beneficio económico por la apertura de nuevos empleos, incremento comercial; y con los empresarios y trabajadores de la minera.

Como resultado, surge una organización de personas bajo el nombre "Productores rurales de la ruta 7", agrupación mixta que vincula a hombres y mujeres dispuestos a enfrentar este proyecto minero que llegaba a su territorio. Dentro de esta organización surge "Otras voces por la Tierra", colectivo

136 Entrevista realizada por Lylieth Varela a *Comunicadora*, 21 de mayo de 2015, Montevideo.

femenino conformado por algunas mujeres de Cerro Chato y Valentines. Las características administrativas de Cerro Chato y Valentines, al estar divididos en tres y dos departamentos, pudieron ser variables que jugaron a favor en la consolidación identidad y al arraigo. En el imaginario colectivo es común el término “cerrochatense” para definirse específicamente a su localidad sin hacer referencias a los departamentos en los que se fragmentan. Esto puede, quizás, reforzar aún más la oposición y diferencias ante el proyecto minero Valentines.

Las mujeres se organizan: resistencia y fuerza femenina. Importancia del discurso ecofeminista en Uruguay

Figura 3. Colectivo femenino "Otras voces por la Tierra" conformado por mujeres de Cerro Chato y Valentines, comunidades afectadas por el proyecto minero Valentines. Este grupo es creado ante la necesidad de generar un espacio de dialogo diferente donde no solo se hablara en un lenguaje técnico, con el objetivo de trasmitir otras valoraciones que las afectadas hacían de su territorio. Fuente: Otras voces por la Tierra.

El ecofeminismo es un concepto escasamente conocido y utilizado a nivel mundial y mucho menos en América Latina. Sea porque en su conformación asocia dos áreas de pensamiento que a muchos resulte incómoda, o porque su análisis requiere una revisión crítica de conceptos

profundamente arraigados, lo cierto es que ecologismo y feminismo rara vez son asociados.

Según Karen Warren (1996), “El feminismo ecológico se denomina a una variedad de perspectivas feministas sobre la naturaleza de las conexiones entre la dominación de las mujeres (y otros humanos oprimidos) y la dominación de la Naturaleza”. En una definición más amplia, ecofeminismos pueden denominarse a las corrientes de pensamiento que vinculan la desigualdad de género y la destrucción de la Naturaleza (por una revisión más amplia de estos vínculos ver Lucía Delbene-Lezama, 2015)

Tanto porque la sociedad actual occidental se encuentra organizada sobre la base de sistemas patriarcales como por el machismo imperante en la región, lo cierto es que las voces de las mujeres latinoamericanas han sido histórica y culturalmente acalladas. Sin embargo, y desde la experiencia del Centro Latino Americano de Ecología Social (CLAES) hemos visto que no son para nada pocos los casos en que las mujeres ven la necesidad de organizarse de manera independiente a las tradicionales organizaciones mixtas a la hora de resolver un conflicto ambiental. Son numerosos los casos en la región en los que se conforma un nuevo actor, femenino, que se enfrenta

activamente a los emprendimientos de tipo extractivista utilizando otro tipo de discurso; abriendo la discusión a otro tipo de valoraciones, del territorio, de la Naturaleza, y de las posibles consecuencias de los mismos (dos casos emblemáticos de mujeres que luchan en defensa de la Naturaleza y sus territorios son el de Máxima Acuña[137] y el de Patricia Gualinga[138]). Este discurso, muchas veces utiliza argumentos que no son del "tipo académico", como el económico o científico, sino que se llevan a cabo desde los sentires y cosmovisiones particulares de gente que habita en el territorio afectado. Desde sus vivencias del día a día. Son discursos, que se hacen desde la modestia del reconocer que no se es dueño de la verdad, pero con la firme convicción que su manera de ver las cosas es tan válida como las otras y debe ser tomada en cuenta. Aunque por la no utilización de elementos técnicos, muchas veces este tipo de argumentos son criticados, y

137 Máxima Acuña, campesina peruana, es propietaria de terrenos en Cajamarca de interés para la minera Yanacocha para su proyecto minero conga. Máxima y su familia desde hace varios años está llevando a cabo una ardua lucha en contra de ésta. Se recomienda ver en YouTube "Testimonio de Máxima Acuña contra la Minera Yanacocha" (2012) https://www.youtube.com/watch?v=USk4XOByu48

138 Patricia Gualinga pertenece al pueblo Kichwa de Sarayaku (Ecuador) y constituye un pilar esencial en la lucha por los derechos de su pueblo y la Amzonía ecuatoriana. Se recomienda ver en YouTube "Secretos del Yasuní: Resistencia" (2013) https://www.youtube.com/watch?v=BibqYltgCmI

subestimados, suelen tener un gran impacto porque plantean realidades, sentimientos con los que la gente puede identificarse.

Desde el CLAES tenemos la firme convicción que es tiempo que el discurso femenino sea escuchado y que no es posible llevar a cabo políticas ambientales y conservación en serio sin incorporar una perspectiva de género. Para el caso de la minera Aratirí, en Uruguay, el colectivo "Otras voces por la Tierra" es un ejemplo claro ejemplo de la importancia de abrir la discusión y de incluir otra perspectiva.

Este grupo de mujeres surge como un espacio de reflexión, análisis y expresión de una situación generada por la llegada del Proyecto minero Valentines (figura 3). En palabras de una de sus creadoras, esta organización es definida como

> "somos otras voces, tampoco somos dueñas de la verdad, somos uno más, pero tenemos esto para decir y queremos que esto también se tome en cuenta"[139]

Con encuentros quincenales éstas mujeres se fueron organizando mediante una serie de talleres para la realización de audiovisuales. Esto se realizó con los aportes de dos comunicadoras, una de Cerro Chato y otra de la costa Este

139 Entrevista realizada por Lylieth Varela a *Comunicadora*, 21 de mayo de 2015, Montevideo.

uruguaya, también afectada por el proyecto minero debido a la futura instalación de un puerto de aguas profundas en la costa atlántica que permitiría la exportación del hierro extraído. Como uno de sus principales resultados de este proceso se produjo una serie de cuatro audiovisuales, cuya transcripción puede verse en el anexo 1, de tipo documental mixto[140]. Los documentales fueron exhibidos en numerosas instancias en varios puntos del país, incluido su lanzamiento en la capital donde asistió un gran número de personas (9 de setiembre de 2014, Montevideo).

Uno de los propósitos de los audiovisuales fue de cierta manera romper con esto "tener como esa mirada del conflicto desde lo emocional, desde las mujeres, desde la mujer, personas en territorio" expresa una de las involucradas.

> Sus discursos (en los vídeos) de algún modo fueron universales, y que no hay mucha información en los vídeos, si no lo que hay es sentimientos, situaciones"[141]

---

140 Documentales donde hay una alianza entre un equipo técnico y una comunidad o un grupo de una comunidad de confianza mutua en donde la comunidad aporta y decide sobre los contenidos y el equipo técnico ayuda a que esos contenidos salgan a la luz en un formato profesional y que les permita llegar a la gente de manera distinta. (Victoria Gómez, comentario personal, 2015)

141 Entrevista realizada por Lylieth Varela a *Comunicadora*, 21 de mayo de 2015, Montevideo.

A continuación, analizaremos en más detalle y desde la teoría ecofeminista algunos fragmentos de dichos documentales. Aunque del análisis de los argumentos utilizados en los audiovisuales y teniendo en cuenta la definición propuesta creemos que su discurso contiene en parte argumentos ecofeministas; es preciso dejar en claro que este grupo no se autodenomina feminista o ecofeminista como lo ejemplifica la siguiente declaración

> "Por supuesto esto no nacía de una cuestión de género, no hablábamos de estas cuestiones, pero si es cierto y yo lo he vivido en otros proyectos donde he trabajado con mujeres que se da una cosa distinta y es que hay una mística que se crea, no se da cuando tenés hombres allí o es mucho más difícil que se cree, mucho más con hombres cortados por una tijera tan tradicional"[142]

Los ecofeminismos en general plantean que la destrucción de la Naturaleza y la desigualdad de género tienen un origen en común y por lo tanto, para atender a uno necesariamente debe atenderse también el otro. Existen varios tipos de ecofeminismos y las corrientes dentro de estos se separan dependiendo de cuales sean las causas a las que se le

142 Entrevista realizada por Lylieth Varela a *Comunicadora*, 21 de mayo de 2015, Montevideo.

adjudican el origen de este vínculo entre mujer y Naturaleza. Sin embargo, la taxonomía no es clara y existen muchas superposiciones (por mas detalles ver por ejemplo Elizabeth Carlasare, 1999).

Algunas de las posibles causas que se discuten en la bibliografía que podrían estar generando a la dupla de oprimidos mujer y Naturaleza son: sociedades basadas en sistemas patriarcales, culturas basadas en dualismos, construcción social de los conceptos de mujer y de Naturaleza, la dicotomía hombre/Naturaleza (donde el hombre se concibe a sí mismo como algo separado de la Naturaleza) y el capitalismo (Mary Mellor, 2000). Analizar cada unos de éstos detalladamente escapa al objetivo de este trabajo por lo que sólo desarrollaremos aquellos que creemos se ven reflejados en los testimonios elegidos. Sin embargo, es importante remarcar, así cómo lo plantea Nancy Santana Cova (2006), que el análisis ecofeminista es complejo y no se trata de establecer vínculos simplistas entre la sociedad y la Naturaleza. El ecofeminismo intenta desde la transdiciplinariedad intentar entender y cuestionar críticamente los complejos procesos que determinan como la sociedad se vincula con su entorno.

Cuando hablamos de dualismos en el contexto de los ecofeminismos y nos referimos a pares de conceptos que son considerados como opuestos (más que complementarios) y exclusivos (más que inclusivos) y además éstos están jerarquizados, es decir, que unos son considerados mejor o por sobre los otros (Warren, 1996; Julieta Paredes, 2012). Por ejemplo: sociedad/Naturaleza, hombre/mujer, razón/emoción, donde los conceptos presentados a la izquierda están hipervalorizados por la sociedad occidental y por lo tano, todo lo que histórica o culturalmente se asocie con la Naturaleza, la mujer y la emoción es conceptualizado cómo inferior (Warren, 1996).

Si analizamos los testimonios de "Otras voces por la Tierra", repetidamente vemos justificaciones que parten desde el sentir, desde un dolor profundo. A veces provocado por la amenaza de perder las raíces, la conexión con la tierra que las crio, que las sostiene. Una y otra vez las frases surgen del "siento que…" mientras que no se utilizan argumentos numéricos, científicos o económicos usualmente utilizados por las empresas. También hay un discurso de largo aliento, de pensar en generaciones futuras y en los otros, más allá del beneficio individual.

> Que la gente no comprenda lo que uno siente frente a lo que pueda suceder. Eso es una de las cosas que nos duele a todos. Que hay gente que es indiferente. Que dice "éstos andan…se hacen problema, y andan paviando". Y no saben lo que nosotros sentimos, el dolor (video 4, anexo 1)
> Yo nací en campaña. En una casa en campaña, con una partera. Me crié toda la vida en campaña. Y entonces, no lográs entender como esas cosas pueden suceder. Porque se lucha, se trabaja. Es para el bien de todos lo que nosotros hacemos. Porque no es para nosotros mismos (video 2, anexo 1)

Previo a la Ilustración, la Naturaleza era concebida como madre dadora de vida pero implacable, salvaje y fuera del control humano. Luego de la revolución científica, el concepto cambia desde una postura orgánica a una mecanicista y la Naturaleza pasa a ser entendida como una máquina compuesta por partes cuyo funcionamiento está regido por leyes que pueden conocerse a partir del conocimiento científico y por lo tanto, predecirse y controlarse (Mellor, 2000).

El varón al sentirse por fuera y superior la Naturaleza (dualismo sociedad/Naturaleza) se habilita moral y éticamente a sí mismo a hacer un uso destructivo y a su antojo de todo aquello situado por debajo de él (como la mujer y la Naturaleza) y la ciencia le brinda las herramientas y el

conocimiento necesario para hacerlo (Paredes, 2012; Santana Cova, 2006). Esto también genera una cosmovisión que solo otorga valores utilitarios, y más recientemente económicos a la Naturaleza y cualquier otro tipo de valoración, como la sentimental o de arraigo que se expresan en los testimonios de "Otras voces por la Tierra" queda totalmente suprimida. Esta hipervalorización del conocimiento científico conlleva también a que cualquier otra forma de generar conocimiento será desestimada y suprimida (Warren 1996; Raquel Gutierrez-Aguilar, 2014).

> Eso a veces, nos, nos duele, si…De que no comprendan de que uno anda por algo que le parece que es lo…lo lógico. Porque tampoco podemos decir que tenemos la verdad absoluta (video 4, anexo 1)

El pilar fundamental del sistema capitalista se basa en la acumulación de capital basado en una depredación perversa de la Naturaleza (Gutierrez-Aguilar, 2014; Santana Cova 2006; Paredes 2012). Es un sistema estrictamente patriarcal que se sustenta y en los conceptos anteriormente discutidos como el del dualismos sociedad/Naturaleza y en el conocimiento científico. Por otro lado, bajo esta postura, solo tiene valor aquel trabajo u objeto al que puede adjudicársele un precio reforzando la visión antropocéntrica y utiliritarista de la

Naturaleza y el trabajo no remunerado de la mujer. Como se ve reflejado en este testimonio existe una imperante necesidad de poner sobre la mesa otras valoraciones de la Naturaleza por fuera del sistema monetario. Los ecofeminismos, partiendo de la base de su intrínseca pluralidad, dan la bienvenida a otras cosmovisiones que permitan situarnos frente a la Naturaleza desde una postura más biocéntrica, es decir, que ponga la vida (en todas sus formas) en el centro (Santana Cova 2006; Gutierrez-Aguilar, 2014) y esto habilita a aceptar como igualmente válidas otro tipo de valoraciones de la Naturaleza como la que se ejemplifica a continuación.

> Lo que tenemos pedido, y que hemos hecho el recurso, es la casa que fue, que es la casa de mi madre. Que fue la casa de nuestros padres. Que es la casa nuestra. Y eso…eso no tiene precio. A mí me duele, cuando de repente dicen, "¿Por qué no venden?, mirá que de repente si venden…Esto va a salir. Vendan que de repente hacen plata" ¿Y? ¿Y yo que hago con la plata? Con todo lo que nosotros tenemos enterrado ahí. Y no quiero hablar porque si no de esto lloro. No es un tema de plata. Hay…hay mucha cosa ahí que no es plata. El que de repente se maneja solo con lo económico, nunca lo va a poder entender (video 1, anexo1)

El capitalismo entonces, genera un sistema donde las necesidades de la corporeidad humana son compartidas por la humanidad pero pesan desproporcionadamente sobre las mujeres u otros grupos oprimidos debido a que, para que algunos humanos puedan desprenderse de su inmanencia en la Naturaleza deben descansar el peso de su materialidad (necesidades corporales) sobre otras personas (Mellor, 2000).

> Entonces ¿por qué?, si es bueno para todos, que importa el sacrificio de unos pocos. Pero no es así. Esto no es bueno, ni para nosotros ni para nadie. Yo veo a estos muchachos que hoy tienen tanta ilusión por ese trabajo. Y cuando termine van a estar en una edad, con cuarenta y pocos años algunos y posiblemente enfermos y… ¿y qué van a hacer también?. Por eso no es, no somos egoístas. No le sacamos el trabajo a nadie. Y creo que estamos luchando, hasta por ellos y por su salud (video 3, anexo 1)

La reciente propagación de los proyectos extractivistas en la región con sus consecuentes conflictos sociales y ambientales, como el de Aratirí, son un claro ejemplo de esto. El *modus operandi* de la economía global del commoditie, soportado por los extractivismos establece relaciones desiguales donde para que hayan “desarrollados”, debe haber “subdesarrollados” de los cuales obtener las materias primas necesarias para muestra que soportan ese “desarrollo”. En esta

línea, el peso del “desarrollismo” es soportado desproporcionalmente por los países no desarrollados y en especial por las mujeres. Si bien Santana Cova (2006) reconoce el hecho de que las políticas neoliberales causan un impacto negativo directo en las mujeres y en la Naturaleza, no planeta en su postura una crítica al paradigma del desarrollo. Esto podría deberse a que el desarrollo como sinónimo de “optimo” tiene raíces culturales profundas. Sin embargo, creemos que dicho paradigma debe cuestionarse radicalmente y abrir el marco a nuevos, ya que “desarrollo” tiene implicancias patriarcales y antropocéntricas. Por ejemplo y siguiendo con el paralelismo, culturalmente se ha inculcado que asemejarse a los países industrializados es una característica positiva a la que todo país debería apuntar habilitando la destrucción de la Naturaleza en *pro* del desarrollo. Discurso muy utilizado por los políticos a favor del proyecto Aratirí. Por el contrario, no parece casualidad que la categoría primermundista esté asociada a conocimiento científico, tecnologías y consumo. Nuevamente aparece la fe ciega en la tecnología como salida a todos los males que un proyecto absolutamente destructivo pueda tener.

La consolidación del grupo de “Otras voces por la Tierra” tuvo varias consecuencias. Por un lado contribuyó a que estas mujeres se identificaran con otras situaciones en Latinoamérica y a conformar redes y trabajo en conjunto con otras realidades que también padecen del síndrome extractivista en la región. Actualmente, “Otras voces con la Tierra” está en estrecho contacto con la Red Latinoamericana de Mujeres Defensoras de los Derechos Sociales y Ambientales a través de la cual, representantes del grupo viajaron a Lima en el marco de la Cumbre de los Pueblos (diciembre 2014) y visitaron los distritos mineros La Oroya y Cerro de Pasco. El tejido de redes más allá de las fronteras políticas es algo que ha caracterizado al feminismo Latinoamericano (Virginia Vargas Valente, 2008) y que destaca la capacidad femenina de unir esfuerzos en una causa común, más allá de las realidades particulares de las que se parta. En la siguiente declaración vislumbra la importancia de dicho vínculo para una de las mujeres de Cerro Chato

> “Esa vinculación con Otras voces por la tierra, también fue muy positivo porque al integrarte y conocer, en el caso de nosotros, que conocimos a otras mujeres de otros lugares nos ha servido muchísimo porque vemos que también nos sirve como experiencia, ellas tienen realidades muy

> crudas que te llegan muchísimo porque uno también ahí al verlas a ellas por lo que pasan, uno también lo aplica, porque también ve que le puede pasar"[143]

Al ser un proceso cambiante y susceptible de transformación, el conflicto ambiental se renueva y es voluble. De esta manera, la búsqueda de alternativas y resoluciones deben adaptarse a este carácter dinámico, es así como ellas como parte del conflicto buscaron herramientas para la reflexión y la resolución no como un fin sino como una vía:

> "…ahí ellas empezaron a ponerle nombre a las cosas, esto en una lógica de mediación transformativa esto como la corriente más adecuada para mirar lo comunitario tiene que ver con el reconocimiento y la revalorización que son como los dos ejes, por más que nosotros no hicimos un proceso de mediación que implicara la otra parte, siempre uno, de hecho nosotras trabajamos, primero en el reconocimiento, uno tiene que saber lo que le genera, lo que siente, ponerlo en palabras, ordenarlo, y en ese proceso siempre reconoces el punto de vista del otro, porque siempre está en dialogo y después la revalorización"[144]

Anticiparse es la herramienta para no perder sus prácticas culturales, su historia, su presente, el futuro. Quizás la

---

143 Entrevista realizada por Lylieth Varela a Productora rural 2, 2 de julio de 2015, Cerro Chato

144 Entrevista realizada por Lylieth Varela a *Comunicadora*. 21 de mayo de 2015, Montevideo.

ventaja con Aratirí es que no sabía a qué lugar iba a llegar, no esperaba encontrarse con la constancia de quién vive de la tierra.

El surgimiento de agrupaciones femeninas contra los extractivismos se legitima constantemente en el continente, son otros lenguajes[145], estrategias y formas de presentar otra visión del conflicto, de los impactos y las consecuencias en el territorio y hacia la Naturaleza. Actualmente las mujeres de "Otras voces por la Tierra" son voceras y lideresas de las acciones que surgen para contrarrestar los emprendimientos que están llegando a Uruguay, "a dónde nos necesiten vamos", precisaba una de sus integrantes.

Cerro Chato "es el corazón de Uruguay" nos menciona una de las mujeres, y para que este corazón no pare de latir, necesita que la información se propague, que surjan cuestionamientos y análisis sobre los modelos económicos y productivos que llegan, que se visibilice la fuerza de quienes, allá, en ese Uruguay tranquilo, de encantos y desencantos,

145 Una de las integrantes menciona como antes de Otras Voces por la tierra los voceros "siempre eran hombres, se veían obligados a hablar en el lenguaje en el que hablaba la minera, y este era un lenguaje economicista, incluso a veces científico, pero no se hablaba del patrimonio cultural, no se hablaba del patrimonio social, no se hablaban de las personas mucho menos de los sentimientos de las personas, ni de los derechos de las personas que vivían allí".

siguen proponiendo para que no pierda esa esencia que hace que Uruguay palpite.

Reflexión final

El conflicto aún no termina, pero siguen apareciendo elementos para dar continuidad a la construcción colectiva, a entender ese fenómeno extractivista del continente, a la resistencia, ese rasgo común que hace levantar la voz al silencioso, que une a los singulares, que consolida la identidad. Numerosas mujeres latinoamericanas, y para este caso particular, las mujeres del colectivo "Otras voces por la Tierra" son un claro ejemplo de la capacidad femenina de unir bajo una misma bandera de lucha, la pluralidad de realidades que tanto caracteriza a nuestra América Latina. Estas mujeres entienden y ven la necesidad de buscar una manera diferente, alternativa para poner freno a la propagación acelerada de extractivismos en la región. América Latina se ha caracterizado desde la época de la colonia por la exportación de Naturaleza, y esta no ha ido más que en aumento, bajo políticas y regímenes patriarcales que las incentivan. La Naturaleza está llegando a sus límites, ¿no será hora de incluir y escuchar en serio a la otra mitad?

Bibliografía

Carlassare, Elizabeth (1999) Socialist and cultural ecofeminism: allies in resistance. Ethics and the environment, 5 (1): 89–106.

Delbene-Lezama, Lucía (2015) Género, ecología y sustentabilidad. Documentos de trabajo, Centro Latino Americano de Ecología Social (CLAES), 73:1-17.

Folchi, Mauricio (2001) "Conflictos de contenido ambiental y ecologismo de los pobres: no siempre pobres, ni siempre ecologistas". Ecología Política. Barcelona. Vol. 22: 79-100.

Gutierrez-Aguiar, Raquel (2014) Las luchas de las mujeres: un torrente específico y autónomo con horizontes subversivos propios. Revista Contrapunto (5), pp. 77-86

Martínez Alier, Joan (2004) "Los conflictos ecológico-distributivos y los indicadores de sustentabilidad". Revista Iberoamericana Economía Ecológica 1: 21-30.

Martínez Alier, Joan (2010) El ecologismo de los pobres. Conflictos ambientales y lenguajes de valoración. Espiritrompa. Lima.

Mellor, Mary (2000) Feminismo y ecología. Siglo Veintiuno, México D.F.

Paredes, Julieta (2012) Hilando Fino. Desde el feminismo comunitario. Querétaro: Edición comunitaria: El Rebozo /Grietas /Lente Flotante

Sabatini, F. (1997) Conflictos ambientales en América Latina: ¿distribución de externalidades o definición de derechos de propiedad? En: Conflictos Ambientales, entre la globalización y la sociedad civil. Sabatini y Sepúlveda (Editores). CIPMA. Santiago de Chile.

Santana Cova, Nancy (2006) El Ecofeminismo Latinoamericano. Las mujeres y la naturaleza como símbolos. Revista Cifra Nueva N°011, pp. 37-46

Santandreu, A. y Eduardo Gudynas (1998) Ciudadanía en movimiento: Participación y conflictos ambientales. Trilce. Montevideo.

Uruguay XXI (2014) Informe de comercio exterior. Exportaciones e importaciones de Uruguay. Diciembre 2014. URUGUAY XXI, Instituto de Promoción de Inversiones y Exportaciones [En línea]. Consultado el 4/01/2015, disponible en: http://www.uruguayxxi.gub.uy/ información/wp-content/uploads/sites/9/2015/05/Informe-de-Comercio-Exterior-de-Uruguay-A%C3%B1o-2014.pdf

Vargas Valente, Virginia (2008) Feminismos en América latina. Su aporte a la política y a la democracia. Publicaciones del Programa de Democracia y transformación Global. CEPREDIM. Lima, Perú, 374pp.

Warren, Karen. J. (1996) Ecological feminist philosophies: An overview of the issues. Indiana University Press [En línea]. Consultado el 2/11/2014, disponible en: http://www.vedegylet.hu/okopolitika/Warren%20-%20Ecofeminism%20Overview.pdf

Páginas electrónicas consultadas.

Cinturón Isla Cristalina” con sus respectivos distritos mineros de extracción de oro (San Gregorio y Zapucay). Consultada agosto 2014.

Instituto Nacional de Estadística –INE-. Censo 2011, Uruguay. Consultada junio de 2013http: //www.ine.gub.uy/censos2011/resultadosfinales/totalpais.html

Noticia que referencia el aparente cambio hacia Aurum Ventures. Consultada noviembre de 2015.

El precio del hierro, más información. Consultada diciembre de 2015.

Reducción de las dimensiones del proyecto Aratirí. Consultada diciembre de 2015. .

Página minera Aratirí. Consultada noviembre de 2015. .

Odiosas comparaciones por Victor Bacchetta. Consultada diciembre de 2015. http://www.observatorio-minero-deluruguay.com /2015 /11/odiosas-comparaciones/

Barragem se rompe, e enxurrada de lama destrói distrito de Mariana. Consultada diciembre de 2015.

Experto sugiere estudiar 5 años el proyecto de Aratirí. Consultada diciembre de 2015. http://www.ultimasnoticias.com.uy/Edicion-UN/articulos/prints-011nov18/act09.html

Anexo 1: Transcripción videos "Otras voces por la Tierra"

Video #1 (https://www.youtube.com/watch?v=HzjNFaiHjP8)

Lo que tenemos pedido, y que hemos hecho el recurso, es la casa que fue, que es la casa de mi madre. Que fue la casa de nuestros padres. Que es la casa nuestra. Y eso…eso no tiene precio. A mí me duele, cuando de repente dicen, "¿Por qué no venden?, mirá que de repente si venden…Esto va a salir. Vendan que de repente hacen plata" ¿Y? ¿Y yo que hago con la plata? Con todo lo que nosotros tenemos enterrado ahí. Y no quiero hablar porque si no de esto lloro. No es un tema de plata. Hay…hay mucha cosa ahí que no es plata. El que de repente se maneja solo con lo económico, nunca lo va a poder

entender. Sabés que a mí me encanta trasmitir la…la tradición. Yo soy la mayor de mis hermanos, y me gusta trasmitir toda la historia de la familia. Soy la que tengo todas las fotos familiares. Este…entonces siempre me encargo de hacerle… Bueno, primero a mis hijas. A mis sobrinos, que fueron los que vinieron después. Y ahora a mis nietos. Hacerles todas la trasmisión, de…de la familia, De que ellos quieran a esa gente que fue tan importante para nosotros y que hoy no está. Pero…Gran parte de todo eso…está en ese lugar, que para todos es un pedacito de campo, "y ¿qué te hace?", "y que vendelo", "y que hacen plata". Esta nuestra historia. Están nuestros sentimientos. Está nuestra familia. Es de los abuelos…es parte que también de repente de hasta anterior a mis abuelos, bisabuelos. No es fácil. La gente de repente no lo entiende. Y ¿sabés qué? Siento una gran impotencia. Porque, aparte de todo este dolor, siento que somos los malos de la película. Claro. Porque…hay… nos hacen ver como que somos los estancieros. Nosotros, dividido entre cuatro, es un pedacito que tenemos ahí. Pero es un pedacito que no lo vendemos por todo el oro del mundo.

Video #2 (https://www.youtube.com/watch?v=dcNastwME4E)

Lo que uno ha deseado toda la vida…este…Pasar sus años hasta que uno envejece. Estar ahí. Compartir con sus hijos. Sus nietos…este…Sus bisnietos. Y que eso quede en la familia. Entonces no entendemos que la gente te diga… "mañana no…esto está pedido. Ustedes se tienen que ir". Entonces, hemos pensado tanto ¿Dónde vamos a ir? Yo tengo 65 y mi esposo tiene 67. Como personas mayores decimos ¿Dónde vamos a ir? Porque nos encontramos como en una encrucijada. Este…no sabemos hacer otra cosa que no sea el trabajo de campo. Yo nací en campaña. En una casa en campaña, con una partera. Me crié toda la vida en campaña. Y entonces, no lográs entender como esas cosas pueden suceder. Porque se lucha, se trabaja. Es para el bien de todos lo que nosotros hacemos. Porque no es para nosotros mismos. Lo que se produce es para todos. Y es un dolor muy grande. Y ese mismo dolor que siento yo, lo he conversado con otras personas de la zona, y sienten exactamente lo

mismo. Se sienten como que los quieren arrancar de su lugar. De sus raíces. ¡Con lo que han luchado! ¡Y no es justo! ¿Por qué? Si nosotros los que estamos acá, de generación y generación, somos los que hemos vivido, los que hemos luchado por eso. ¿Por qué nos tenemos que ir y tienen que venir otros a quedarse con todo el esfuerzo de la gente de acá, del Uruguay?.

Video #3 (https://www.youtube.com/watch?v=yHg27Ok8q3Y)

En la zona de Monzón. Notros teníamos otro predio, otro campo. Ehh… nos rodeó la forestación, y bueno se dio de vender y mudarnos al lugar que queríamos para nuestra vejez, para seguir siendo productores. Con luz, que durante treinta y pico de años no logramos nunca tenerla. Con más comodidad. Sobre una ruta. Y bueno, a los 11 meses de estar ahí, nos avisaron de que estaba pedido para minería. Yo no me quiero ni acordar de todo lo que fue el traslado. Todas esas cosas. Que son mucho trabajo. Empezar de cero. Mi marido, casi con 60 años, empezó de cero. Entonces ¿por qué?, si es bueno para todos, que importa el sacrificio de unos pocos. Pero no es así. Esto no es bueno, ni para nosotros ni para nadie. Yo veo a estos muchachos que hoy tienen tanta ilusión por ese trabajo. Y cuando termine van a estar en una edad, con cuarenta y pocos años algunos y posiblemente enfermos y… ¿y qué van a hacer también?. Por eso no es, no somos egoístas. No le sacamos el trabajo a nadie. Y creo que estamos luchando, hasta por ellos y por su salud. Ehh, pienso en un pueblo fantasma. Porque ¿quién va a poder vivir en Cerro Chato? La gente no va a poder salir con su casa al hombro. Porque hay gente en esto que de haber vendido, su situación hoy estaba diez veces mejor que trabajando el campo. Aparte, una cosa. Están pedidos en 17 departamentos. ¿Dónde vas a ir? No hay tierra ¿entendés? Va llegar un momento que esto va a ser como un gran queso. Lleno de agujeros. ¿Dónde vas a ir? ¿Y para que me pase lo mismo? ¿entendés?. Entonces no. Aquí me planté. Y aquí voy a dar batalla hasta que tenga la tierra acá. (Haciendo gesto con la mano marcando el nivel a la altura de la cara)

Video #4 (https://www.youtube.com/watch?v=D2U0sfrYPyg)

No. Yo no tengo campo. Vi…Nací y me crié en el ampo y viví hasta los 36 años en el campo. Y siempre digo, si pudiera volver al campo volvería, pero ta. Me ven a Cerro Chato para que mis hijos pudieran estudiar. Porque en el medio del campo, viste…ta. Gracias a dios los dos…este…Yo no estoy en contra de todo lo que sea…Si te ponés a pensar…toda la industria. Todo, todos contaminamos. Todos contaminamos. No es solamente la minería que va a determinar…Lógicamente, esto es un grado de contaminación más grande. Y de agua, más que nada. Que supuestamente el agua es una de las cosas que va a escasear. Que la gente no comprenda lo que uno siente frente a lo que pueda suceder. Eso es una de las cosas que nos duele a todos. Que hay gente que es indiferente. Que dice "éstos andan…se hacen problema, y andan paviando". Y no saben lo que nosotros sentimos, el dolor. Que hemos tenido. Cuando se aprueban leyes decimos "hay esto…Se terminó", cuando borran una cosa "hay… que lindo, ahora volvemos". Hemos pasado, viste, altibajos. De sentirnos allá arriba o de sentirnos acá abajo, viste… Eso a veces, nos, nos duele, si…De que no comprendan de que uno anda por algo que le parece que es lo…lo lógico. Porque tampoco podemos decir que tenemos la verdad absoluta. Del otro lado creo que es peor. Porque hay gente que me ha dicho a mi, este…Ustedes con esto, nos están quitando el trabajo. ¿Viste? Entonces yo entiendo que cada uno defiende lo que le parece que tiene que defender. Este…y hay muchachos que trabajan en la minería, que me dijo el otro día "yo tendría que firmar el plebiscito para la mega minería. No lo firmo porque yo, me dio, me da, me va a dar trabajo, si hay" dice, pero..."yo se si, que va a ser todo una porquería y que vamos a romper todo". Ósea que ellos mismos son concientes de que le van a hacer un mal a la tierra, al ambiente y a todo y bueno…Por trabajo de pronto… Hay gente que me ha dicho "Que, ¿que para que estoy en el grupo siendo que yo la única tierra que tengo son la de las plantas?" Pero bueno. El ambiente. Todo. Me, se me. .Me choca que me lo…que me lo quiten. Y pienso en mis nietos. Tengo tres nietos

divinos. Y querría dejarles lo mismo que yo, me dejaron mis padres a mí. Y mis abuelos.

Os textos aqui apresentados, e os autores, talvez, não concordem com muitas das ideias e conclusões que são/foram apresentadas, mas são colegas, companheiros/as, colaboradores/as da ideia de uma sociedade mais justa e menos desigual como a que vivemos, no Brasil e no Uruguai. De forma variada, e desde enfoques e temas diversos compõem uma sinfonia que não pretende ser harmônica como é a educação ambiental tradicional (conservadora) ou do mercado, para justificar seus empreendimentos na apropriação e uso da riqueza produzida por todos/as ao transformarem a natureza e/ou explorarem o trabalho.

CARLOS RS MACHADO

Com isso, esperamos ensejar a ampliação da discussão sobre esses projetos de desenvolvimento que tentam impor sua racionalidade sobre as outros projetos e formas de vida existentes nos territórios. E, também, mostrar que são inúmeros os casos de reflexão sobre essas práticas e, principalmente, formas de resistências. Certamente, o livro é mais um passo no caminhar da constituição do Observatório dos Conflitos do Extremo Sul do Brasil.

CAIO FLORIANO DOS SANTOS
e SERGIO BOTTON BARCELLOS

REALIZAÇÃO

OBSERVATÓRIO DOS CONFLITOS URBANOS E SOCIOAMBIENTAIS DO EXTREMO SUL DO BRASIL